

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Sueli Marino

**Permanências e reconfigurações da intimidade na modernidade líquida:
a implosão da divisão entre o público e o privado**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**São Paulo
2020**

Sueli Marino

**Permanências e reconfigurações da intimidade na modernidade líquida:
a implosão da divisão entre o público e o privado**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de DOUTORA em Psicologia Social, sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Mary Jane Paris
Spink..**

São Paulo

2020

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

e-mail:

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

M337 Marino, Sueli
Permanências e reconfigurações da intimidade na modernidade líquida: a implosão da divisão entre o público e o privado / Sueli Marino. -- São Paulo: [s.n.], 2020.
226p. ; 21,0 x 29,7 cm.

Orientador: Mary Jane Paris Spink.
Tese (Doutorado em Psicologia Social)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, 2020.

1. Intimidade. 2. Privacidade. 3. Práticas discursivas. 4. Construcionismo social. I. Spink, Mary Jane Paris . II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. III. Título.

CDD 150

Sueli Marino

**Permanências e reconfigurações da intimidade na modernidade líquida:
a implosão da divisão entre o público e o privado**

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de DOUTORA em Psicologia Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

“Conhecimento não é uma coisa que as pessoas possuem em suas cabeças, mas algo que fazemos juntos”.

Richard Rorty (1994)

“Escrever é um ato político”.
Sueli Marino (2019, p. 93)

Aos meus pais, Alberto Marino e Rosmary Machado Marino.
(*in memoriam*)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Número do Processo: 88887.364401/2019-00.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, a Professora Dr^a. Mary Jane P. Spink, nossa parceria foi fundamental para a realização desse trabalho. Sinto muita gratidão por sua acolhida amorosa, seus ensinamentos e orientações, suas aulas magníficas e, sobretudo, pela paciência de me deixar amadurecer para seguir o caminho e, juntas, construirmos esse caminho; sou grata por ter você em minha trajetória de vida.

Agradeço aos professores que fizeram parte da banca de qualificação. Essa fase do processo de construção da tese foi um momento impactante, um choque de realidade que colocou meu “pé no chão”, a sensação é que, a partir daí, a tese ganhou “alma”; por isso sou grata ao Professor Dr. Emerson Fernando Rasera, à Professora Dr.^a Maria Cristina Vicentin e à Professora Dr^a. Jacqueline Isaac Machado Brigagao, pelas valiosas contribuições neste trabalho. Agradeço à Professora Dr^a. Bader B. Sawaia, por sua disponibilidade e presença.

Fica registrado um agradecimento especial ao Professor Dr. Emerson Fernando Rasera, pelo carinho, por suas aulas e suas publicações que me ensinaram a possibilidade de um diálogo entre a Psicologia Social e a Psicologia Clínica.

Minha gratidão aos Professores Suplentes Dr.^a Juliana S. Burti e ao Dr. Mário Henrique da Mata Martins, pela disponibilidade e afeto. Gratidão ao Professor Mário, por nossas conversas e seus questionamentos que me incentivaram nessa jornada.

Quero agradecer pelo carinho e paciência de nossa querida secretária do Programa de Psicologia Social, Sr.^a Marlene Camargo, sou grata por suas informações e ajuda nestes anos do doutorado.

Sou grata ao meu amado Antonio José Reis de Castro, meu companheiro de vida que, com seu amor e parceira, ensinou-me a amar. Seu apoio foi imprescindível neste caminho, sua presença traz brilho à minha vida e seu apoio é extremamente valioso. Gratidão por me acolher nos momentos em que o desespero tomou conta de mim; obrigada pelos abraços que me sustentaram até a finalização desse trabalho; obrigada pelas piadas e, acima de tudo, por suportar minha ansiedade. Obrigada pelas madrugadas em que ficou ao meu lado, gratidão por sua presença silenciosa enquanto escrevia. Te amo muito!

Agradeço a todas as pessoas queridas que fazem parte no núcleo, um agradecimento especial a Hercílio, Juba, Malu, Priscila, Ju Meirelles, Rafael, Cícero, Rubens, Natália, Claudia, Sandra, Ivani, Cintia, Jonas, Maurício e Pablo, muito obrigada pelo carinho e amizade.

Aos integrantes do grupo Pasárgada, gratidão por sua presença na minha vida!

Agradeço às minhas eternas eróticas Marília Gabriela Leme, Claudia Bruscagin e Sonia Ligia Angélico, a amizade e o amor de vocês fizeram toda a diferença nesta trajetória; muitas vezes, ouvir as mensagens de apoio que gravaram era um recurso terapêutico muito eficaz!

Agradeço aos meus irmãos que a vida me presenteou: Denise Moreira, Gil Moreira e Wilson Tamborini, minha família que tanto amo.

Finalizo minha gratidão aos amigos e amigas que, mesmo com a minha recusa de convites tentadores, continuaram torcendo por mim e mantiveram a amizade, e também a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para esse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa está ancorada na análise de práticas discursivas que tem por foco a linguagem como ação. Como tal, a “intimidade” foi trabalhada como repertório linguístico que está inserido em uma temporalidade que é tanto de tempo longo quanto de tempo do “aqui e agora”, e é nesta tensão entre repertórios históricos e usos atuais que se inscreve esta tese. Com base nessas considerações, o objetivo desta pesquisa foi analisar o uso de “intimidade” em artigos científicos buscando permanências e reconfigurações de práticas a ela relacionadas, de modo a refletir sobre as mudanças sociais que contribuíram para a fragilização da distinção entre o público e o privado na sociedade contemporânea, sobretudo na esfera dos direitos à informação e da exposição da intimidade resultante das tecnologias de comunicação. Tratando-se de tema que tem longa história, a estratégia utilizada foi a de demarcar categorias analíticas a partir dos artigos localizados em uma biblioteca eletrônica que disponibiliza textos publicados em acesso aberto: a SciELO. Com o intuito de definir as categorias que possibilitariam a análise de permanências e reconfigurações da intimidade, foi feita a leitura de cada artigo e elaboradas resenhas que possibilitaram classificar em três categorias o uso que cada artigo fez de intimidade: experiência intersubjetiva, direitos e exposição e mercantilização da intimidade. O passo seguinte foi colocar o tempo longo dessas categorias em confronto com os modos de utilização da noção no contemporâneo, discussão esta realizada em três capítulos: um voltado às fronteiras e tensões entre o espaço público e o privado; outro voltado às relações entre direitos e intimidade e o último referente às transformações decorrentes das novas tecnologias quanto à mercantilização e exposição da intimidade. Os resultados da análise apontam que a noção de intimidade toma formatos específicos no enquadre das transformações que vêm ocorrendo entre espaços públicos e privados, de modo que a privacidade, tal qual havia na Modernidade, fica cada vez mais fragilizada e independente da nossa vontade ou consentimento.

Palavras-chave: intimidade; privacidade; práticas discursivas; construcionismo social.

ABSTRACT

This study is anchored in an analysis of discursive practices that is focused on language as action. As such, "intimacy" was considered as a linguistic repertoire that is intertwined in a temporality that is both a product of the "long time" of history and the "here and now" of its current use and the focus of this thesis is on this tension between historical repertoires and current uses of "intimacy". Based on these considerations, the objective of the research was to analyze the use of "intimacy" in contemporary scientific articles seeking permanencies and reconfigurations of associated practices in order to reflect on the social changes that contributed to the weakening of the distinction between public and private spaces in contemporary society, especially in what concerns the right to information and the exposure of intimacy resulting from communication technologies. As "intimacy" has a long history, the strategy used was to extract analytical categories from articles located through an electronic library that houses journals that publish in open access: SciELO. In order to define the categories that would allow the analysis of permanencies and reconfigurations of intimacy, each article was read, and reviews were produced following which it was possible to classify each article's use of intimacy into three categories: intersubjective experiences, rights and exposure and commodification of intimacy. The next step was to confront the "long time" of these categories with the modes of contemporary use of the notion which were discussed in three chapters: one focused on the boundaries and tensions between public and private spaces; another focused on the relationship between rights and intimacy and the last one concerning the transformations resulting from new technologies regarding the commodification and exposure of intimacy. The results of this analysis suggest that the notion of intimacy takes on specific forms according to the transformations in the separation between public and private spaces and, as result, privacy, as existed in Modernity, has become increasingly fragile and increasingly independent of our will or consent.

Keywords: intimacy; privacy; discursive practices; social constructionism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de artigos localizados conforme revista de publicação	25
Quadro 2 - Perguntas orientadoras dos procedimentos de elaboração das resenhas dos artigos	27
Quadro 3 - Total de artigos por categoria.....	30

LISTA DE SIGLAS

AA	Acesso Aberto
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPNs	<i>Congresos Panamericanos del Niño</i>
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
ETA	Teoria Triangular do Amor
ETAS-R	Escala Triangular do Amor de Sternberg – Reduzida
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
NUPRAD	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	22
1.1 Objetivo geral.....	22
1.2 Objetivos específicos.....	22
1.3 Procedimentos.....	22
1.3.1 A escolha da base de dados: SciELO	22
1.3.2 Procedimentos de busca.....	23
1.3.3 Caracterização do <i>corpus</i> de artigos localizados.....	25
1.3.4 Classificação dos artigos localizados	27
CAPÍTULO 2 - FRONTEIRAS E TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO ...	27
2.1 A privacidade na articulação entre espaços público e privado	31
2.1.1 Transformações na esfera do trabalho	33
2.1.2 A casa, o lar como expressão do espaço privado	33
2.1.3 Espaço público e privado na perspectiva da expressão da personalidade	34
2.1.4 Transformações na esfera privada: do casamento de conveniência para o casamento por amor	36
2.1.5 Do público ao privado: a incivilidade como fruto da ideologia da intimidade	39
2.2 Transformações da intimidade na pós-modernidade.....	42
2.3 Reverberações nos artigos analisados.....	45
2.3.1 Seria o processo de individualização um fenômeno universal?	45
2.3.2 Dá para medir “amor”?	47
2.3.3 Problematizando intimidade na vida conjugal	49
2.3.4 Explorando novos usos da noção de intimidade.....	50
2.4 Em síntese.....	51
CAPÍTULO 3 - VERSÕES CONTEMPORÂNEAS DE INTIMIDADE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS	53
3.1 A intimidade como direito: uma perspectiva histórica	53
3.2 A relação entre direitos e intimidade.....	56
3.3 Direitos na sociedade da informação	58

3.4	Reverberações nos artigos científicos	61
3.4.1	Sobre os direitos fundamentais.....	61
3.4.2	Sobre a atuação do Estado no controle dos modos de ser	63
3.4.3	Sobre o direito de preservação de informações pessoais.....	64
3.5	Em síntese.....	69
CAPÍTULO 4 - AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DA MERCANTILIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE ...		
		71
4.1	Mudanças sociais a partir das tecnologias de informação e comunicação	71
4.2	Reverberações da sociedade espetáculo nos artigos analisados	78
4.2.1	Intimidade tornada pública pelo próprio autor/a – o exibicionismo nas redes sociais e nos diários.....	78
4.2.2	Intimidade como mercadoria no teatro e na TV	81
4.2.3	Interseccionalidade da intimidade e do mercado no contexto de relações afetivo-sexuais: na prostituição; no turismo sexual; nos <i>sites</i> de relacionamentos e na indústria de cibercasamentos.....	83
4.2.4	Intimidade como recurso de transações econômicas: o caso do cuidado de idosos e das cooperativas de crédito	85
4.3	Em síntese	86
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE PERMANÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES DA INTIMIDADE NA MODERNIDADE LÍQUIDA: A IMPLOÇÃO DA DIVISÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO		89
REFERÊNCIAS		95
APÊNDICES		103

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o tema da intimidade surgiu de minha experiência como terapeuta de casais e, mais especificamente, ao perceber que o termo pode suscitar vários sentidos, a depender do contexto. Um caso que despertou minha curiosidade foi o de um casal em conflito cuja queixa tratava da traição do marido. Longe de ser um caso clássico de infidelidade, a traição não dizia respeito ao ato sexual com outra mulher, tendo em vista que a prática de sexo a três (duas mulheres e um homem) era uma rotina na convivência doméstica desse casal e não representava um problema para qualquer dos envolvidos. A traição ocorria quando a esposa, depois do ato sexual, retirava-se do quarto para ir ao banheiro e, de lá, ouvia um diálogo que era rapidamente interrompido diante de seu retorno ao aposento do casal. A infidelidade, nas palavras da esposa, dizia respeito “à intimidade” entre eles da qual ela havia sido excluída; portanto, não estava diretamente relacionada ao ato sexual com outra pessoa.

Em outro episódio, ao acompanhar o relato de outra cliente no processo psicoterapêutico, esta compartilhou que havia conhecido um rapaz e que, após um tempo juntos, foram para seu apartamento e fizeram sexo. Ela ficou com desejo de falar com ele e convidá-lo para um outro encontro, mas estava com receio de fazê-lo, haja vista não ter “intimidade” com ele. Neste caso, existiu o contato sexual, mas não a “intimidade” na relação, o que oportunizaria que fosse feito o convite para um reencontro. O ato sexual não foi suficiente para gerar intimidade entre eles.

Outros tantos exemplos poderiam ser citados, mas esses já foram suficientes para despertar meu interesse em aprofundar os estudos sobre este tema, sobretudo diante da necessidade de compreender o que seria intimidade nos dias atuais.

Parti do pressuposto de que a intimidade é tanto uma palavra (ou termo), utilizada como repertório para abordar nossas experiências, como um conceito (ou noção), empregado para a construção de certos tipos de modos de se relacionar. Assim, nossa porta de entrada nessa pesquisa foi buscar no léxico da língua portuguesa os significados de intimidade.

Segundo Antônio Geraldo da Cunha (1986, p. 363), autor do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, a palavra intimidade aparece como uma declinação da palavra “intimar”: 1. Avisar, 2. Cientificar, 3. Falar com arrogância ou mando. Deriva do latim “*intimāre*” e significa “fazer penetrar em”. O vocábulo “intimidade” surge em 1813, intimismo aparece no século XX, do francês *intimisme*. O termo íntimo deriva do latim *intímus*.

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss & Villar, 2009, p. 1001), intimidade (1676) é definida como a qualidade ou caráter do que é íntimo. 1. A vida

doméstica, cotidiana. 2. Uma relação muito próxima; amizade íntima; familiaridade. 3. Um tratamento um tanto atrevido e provocador. 4. Um ambiente em que se tem privacidade, tranquilidade, aconchego. 5. Desenvoltura no manejo de algo; domínio. 6. Intimidades no que diz respeito aos atos, sentimentos ou pensamentos mais íntimos de alguém. 7. As partes íntimas da anatomia humana, a genitália. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss & Villar, 2009) sugere ainda pesquisar a sinonímia de familiaridade que, na página 871, traz as seguintes definições: 1. Qualidade ou virtude do que é familiar. 2. Falta de cerimônia, de formalismo no falar, nos modos, no procedimento. 3. Conhecimento profundo sobre determinado assunto; intimidade. Derivado do latim *familiaritas*, “amizade”, camaradagem, camaradaria, coleguismo, compadrice, compadrio, companheirismo, convivência, convívio, cordialidade, estreiteza, intimidade, ligação, trato sem cerimônia.

Fica óbvio, portanto, que são muitos os significados dicionarizados. Embora o foco da presente pesquisa seja o uso que vem sendo feito dessa palavra, considero-os como repertórios linguísticos que se encontram inseridos em uma temporalidade que é tanto de tempo longo quanto de tempo do “aqui e agora”.

Segundo Mary Jane Spink (2004), todo discurso institucionalizado tem uma tendência a permanecer no tempo; não desaparece, ainda que o contexto histórico possa mudar. Diferentes discursos podem criar versões distintas de um fenômeno social, ainda que estejam situados na mesma época. Dialogar envolve negociar sentidos que circularam em conversas no passado ou em uma época remota, assim como estão sujeitos a mudanças em diálogos futuros.

A pesquisa com práticas discursivas sob uma perspectiva sócioconstrucionista requer que se trabalhe a interface entre o tempo longo, tempo vivido e tempo curto. Essa divisão possibilita destacar tanto a cristalização de discursos institucionalizados assim como o posicionamento disponível em um dado contexto e as estratégias linguísticas utilizadas na interação com o outro (Spink, M. J., 2004; Spink, M. J., Menegon, Bernardes, & Coêlho, 2007).

O tempo longo diz respeito às marcas deixadas pela cultura em uma determinada época. É nesse tempo histórico que aprendemos sobre as vozes do passado que influenciam nosso presente; fragmentos herdados e, por isso mesmo, trabalhados como repertórios. Diferentes domínios do conhecimento se fazem presentes na dimensão do tempo longo, como o da religião, da ciência, das tradições e de saberes que antecedem a vida da pessoa, mas que são presentificados por meio de instituições, normas, crenças e modelos sociais. Essas construções dialógicas reeditadas ampliam os repertórios disponíveis para a produção de sentidos (Spink, M. J., 2004).

O tempo vivido concerne às experiências ao longo da vida e da história da pessoa. Constitui-se como um contínuo processo de ressignificação que envolve a aprendizagem de linguagens sociais influenciadas por nossos grupos de pertença; retrata afetos, memórias e narrativas pessoais e identitárias.

O tempo curto representa as interações sociais, sobretudo os diálogos face a face com outros interlocutores que, no processo de se comunicar, produzem novos sentidos e repertórios (Spink, M. J., 2004).

Portanto, é nesta tensão entre repertórios históricos e usos atuais que se inscreve esta tese. O objetivo é compreender os usos do termo “intimidade” nos dias atuais e, mais especificamente, refletir sobre as mudanças sociais ocorridas na sociedade ocidental que permitiram, em um primeiro momento, efetuar uma diferenciação entre o âmbito público e o privado e, mais recentemente, em decorrência de transformações na área dos direitos e à luz das novas tecnologias de informação e de comunicação, fragilizar tal distinção.

Conforme já apontado, tomo “intimidade” não só como palavra (ou mais especificamente, como repertório linguístico), mas, também, como um conceito utilizado para a construção de certos tipos de modos de se relacionar. É nesse enquadre que situo esta tese na vertente epistemológica do Construcionismo Social.

A partir dos estudos de linguagem, o Movimento Construcionista substituiu a visão individualista pela visão relacional; ou seja, a pessoa se constrói nos relacionamentos que estabelece ao longo da vida. Considera a linguagem como performática e relacional na medida em que descreve o modo como as pessoas constroem juntas o mundo em que vivem, com palavras, movimentos, gestos, diálogos e as explicações que fazem do mundo (Rasera & Japur, 2018).

Segundo Mary Jane Spink (2004), adotar uma postura construcionista requer abrir mão de uma epistemologia tradicional que diferencia interno/mente/subjetivo de externo/objetivo/mundo. Implica, portanto, não considerar o conhecimento como fruto de interiorização de processos sociais ou como exteriorização de processos psicodinâmicos, mas sim como uma interação dialógica no espaço da interessoalidade, estejam esses outros fisicamente presente ou não.

Ainda que existam compreensões diferentes sobre o Movimento Construcionista, um ponto em comum é assumir um posicionamento crítico em um contínuo questionamento sobre o que é considerado óbvio, correto, inquestionável e natural (Íñiguez, 2005).

De acordo com Lupicínio Íñiguez (2005), uma das críticas mais comuns ao Movimento Construcionista diz respeito à afirmação de que, para os construcionistas, não existem verdades,

que tudo é uma construção social, sobretudo uma construção linguística. A produção de “verdade” é descrita de maneiras e épocas diferentes, com propósitos específicos, a depender da rede de negociações que interessam a essa produção como uma realidade inquestionável, ou seja, neste contexto, a “verdade” pode ser considerada como o que é óbvio ou natural, tanto quanto o que se estabilizou e se tornou cristalizado e que, muitas vezes, atende a um jogo de interesses de quem a produz. Vale esclarecer que a finalidade não é negar que as verdades existam, mas sim considerá-las como versões, e como tal, são plurais, negociadas com objetivos específicos por um coletivo, em um período no tempo (Méllo, Silva, Lima, & Di Paolo, 2007).

Na perspectiva de Emerson Raseria e Marisa Japur (2005), o convite construcionista tem como proposta tanto uma produção teórica pautada por valores legitimados socialmente, quanto um conhecimento crítico em relação às convenções sociais, quer seja por meio da prática científica ou dos fazeres cotidianos. Uma forma de explorar a construção social dos fenômenos do mundo por meio da análise da linguagem em uso diz respeito às práticas discursivas.

As práticas discursivas são parte tanto da ciência quanto do cotidiano, uma vez que têm por foco a linguagem em uso: sua produção e veiculação. Elas não se restringem apenas ao significado das palavras, são modos de compreender a construção de sentido nas interações sociais e as relações de poder que envolvem tais discursos. Quem fala, que lugar ocupa, sob quais condições, quem se beneficia ou se prejudica com tais versões são algumas perguntas importantes para a reflexão sobre os discursos hegemônicos (Méllo et al., 2007).

Portanto, os pressupostos básicos do Movimento Construcionista envolvem o questionamento de verdades absolutas e a inclusão da particularidade histórica, social e cultural do conhecimento. Considerar um conceito como uma construção social – e enquanto processo – envolve negociações e trocas na relação com o outro. Adotar o conhecimento como uma construção coletiva, reconhecer que não existe uma natureza determinada para o mundo e nem para as pessoas, tampouco uma essência das coisas, e, principalmente, legitimar a linguagem como uma ação social são posicionamentos compartilhados por quem se identifica com esse enquadre epistemológico.

Há muitas maneiras de pesquisar práticas discursivas no enquadre construcionista. Conversas do cotidiano, entrevistas e oficinas, por exemplo, são estratégias comumente adotadas por quem busca entender a circulação de repertórios linguísticos. Na presente pesquisa, a opção foi trabalhar com artigos científicos, conceituando-os como documentos de domínio público.

Peter Spink (2004) concebe que documentos de domínio público são práticas discursivas e que precisam ser analisadas levando-se em consideração o gênero de circulação e

o conteúdo impresso em suas páginas. Tais documentos são registros que se tornam públicos, seu conteúdo revela a narrativa de uma história e da memória no tempo; contemplam uma intersubjetividade, que é resultado da interação com pessoas desconhecidas, e formam um coletivo. No caso de artigos científicos, trata-se de um diálogo que se faz com o pensamento de estudiosos do tema abordado, com autores ali citados, bem como com os avaliadores do artigo e seus leitores. Neste sentido, é possível pensar que, ao considerar a linguagem como ação, os artigos também representam uma ação social. Dito de outro modo, as publicações representam práticas discursivas circulantes. A partir dessas reflexões, pode-se compreender os artigos científicos como produtos midiáticos da ciência, com ampla circulação no meio acadêmico e com conteúdos que passam por rigorosos processos de avaliação de seus argumentos, sendo legitimados discursivamente por pares da área.

A opção por trabalhar com artigos se deu em virtude de suas características, por eles se apresentarem como documentos de domínio público, e, principalmente, pelo desafio que esse caminho proporcionaria para este estudo, tendo em vista que, como psicóloga clínica, a pesquisa de artigos científicos não é uma prática usual.

Com base nessas considerações iniciais, o objetivo desta pesquisa é analisar o uso de “intimidade” em artigos científicos, buscando permanências e reconfigurações de práticas a ela relacionadas, de modo a refletir sobre as mudanças sociais na sociedade contemporânea que contribuíram para a fragilização da distinção entre o público e o privado, sobretudo na esfera dos direitos à informação e da exposição da intimidade resultante das tecnologias de comunicação, de maneira a compreender os impactos em nossa privacidade.

Esse argumento será desenvolvido por meio dos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo são apresentados os objetivos e os procedimentos da pesquisa. O segundo, intitulado “Fronteiras e tensões entre o público e o privado”, teve por escopo compreender as mudanças sociais mais significativas sobre a diferenciação entre espaço público e o privado ao longo do tempo, bem como a reverberação dessa diferenciação na construção da ideia de intimidade. Nesse contexto, foi discutida a ideologia da intimidade, a intimidade na pós-modernidade e o processo de individualização na sociedade contemporânea em relação à intimidade.

O objetivo do terceiro capítulo, cujo título é “Versões contemporâneas de intimidade na perspectiva dos direitos”, foi entender como a intimidade passou a ser um direito na sociedade da informação. O quarto capítulo tem por foco “As transformações decorrentes das novas tecnologias e da mercantilização da exposição da intimidade”. O propósito deste capítulo foi compreender as mudanças relacionais geradas na contemporaneidade mediadas pelo uso das

tecnologias de informação e de comunicação, seus impactos na intimidade, nos relacionamentos interpessoais e as possíveis tensões nas fronteiras entre público e privado.

Para concluir, foram tecidas algumas considerações sobre as tensões entre modos instituídos de performar intimidade e as transformações ocorridas no que vem sendo denominada como sociedade em rede (Castells, 2019), sociedade espetáculo (Debord, 1997; Sibilis, 2008) ou sociedade confessional (Bauman, 2008).

CAPÍTULO 1 - OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

1.1 Objetivo geral

O objetivo da presente pesquisa foi analisar o uso de “intimidade” em artigos científicos buscando permanências e reconfigurações de práticas a ela relacionadas, de modo a refletir sobre as mudanças sociais que contribuíram para a fragilização da distinção entre o público e o privado na sociedade contemporânea, sobretudo na esfera dos direitos à informação e da exposição da intimidade resultante das tecnologias de comunicação, de forma a compreender os impactos em nossa privacidade.

Por se tratar de tema que tem longa história, a estratégia utilizada foi a de demarcar categorias analíticas a partir dos artigos localizados em uma biblioteca eletrônica que disponibiliza textos publicados em acesso aberto¹: a SciELO. O passo seguinte foi colocar o tempo longo dessas categorias em confronto com os modos de utilização de “intimidade” (como palavra ou conceito) no contemporâneo.

1.2 Objetivos específicos

- Definir uma base de dados para a busca de artigos contemporâneos que contenham a intimidade como foco;
- Descrever os procedimentos de busca nessa base de dados;
- Analisar os artigos a fim de classificar os usos de intimidade;
- Analisar cada categoria à luz das transformações nas práticas associadas a ela.

1.3 Procedimentos

1.3.1 A escolha da base de dados: SciELO²

Cabe iniciar explicando por qual razão circunscrevemos a pesquisa a publicações em língua portuguesa e/ou espanhola. Ao partir do pressuposto de que o conhecimento é sempre

¹ Acesso Aberto (AA) diz respeito a disponibilizar o material científico para que qualquer pessoa possa ler, sem precisar pagar por isso.

² Em uma etapa inicial, a revisão bibliográfica também foi feita na BVS - Biblioteca Virtual de Saúde, que é coordenada pelo Centro Latino-americano de informação em Ciências da Saúde (BIREME) e representa uma

situado, queríamos entender as especificidades de usos de “intimidade” (como palavra ou conceito) em circulação nos países que fazem interface cultural e geográfica com o Brasil, embora estivéssemos cientes de que as bases teóricas utilizadas têm caráter global. De modo a priorizar a produção latino-americana, a escolha recaiu sobre a SciELO por esta possuir coleções de vários países da América Latina e, sobretudo, por ter como critério acolher revistas que publicam em acesso aberto.

De acordo com informações do *site* oficial da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO³, ela é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos disponíveis em acesso aberto. Resulta de um projeto de pesquisa da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, passou a contar também com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.3.2 Procedimentos de busca

Na perspectiva construcionista, a pesquisa científica é considerada como uma prática reflexiva e crítica. A investigação construcionista tem como foco a explicação dos processos pelos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo e a si mesmas (Spink, M. J., 2004). Os documentos de domínio público, tais como os artigos científicos, refletem componentes significativos do cotidiano tanto pelo conteúdo, quanto por sua circulação, bem como representam ações sociais no âmbito público (Spink, P., 2004).

De modo a localizar os artigos, foi adotada uma revisão sistemática que, segundo Ana Paula Zoltowski, Angelo Costa, Marco Teixeira e Silvia Koller (2014), e também Airi M. Sacco, Maria Clara Couto e Sílvia Koller (2016), configura-se pela aplicação de estratégia de busca, análise crítica e síntese da literatura de um tema específico: isto é, mais do que a descrição de conteúdo, apresenta uma reflexão sobre a temática abordada.

das principais redes de conhecimento *on-line* da América Latina para a gestão e divulgação do conhecimento científico e técnico em saúde e em áreas correlatas (www.bvsalud.org). Entretanto, “intimidade” não consta nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS); o descritor utilizado para essa palavra é “privacidade”, e, ao aplicarmos nosso critério de inclusão – que era ter a palavra “intimidade” (ou derivada de) como tema principal de estudo identificado no resumo, ou constar no título e/ou nas palavras-chave –, concluímos nossa seleção com 1 artigo, razão pela qual optamos por utilizar outra fonte de dados: a SciELO.

³ Recuperado de <http://www.scielo.org>.

Demarcar o passo a passo desse método contribui para que o leitor acompanhe o processo de construção da pesquisa. Portanto, as autoras esclarecem os critérios de inclusão e de exclusão adotados durante a revisão, descrevem das características dos estudos incluídos, avaliam a qualidade desses estudos e utilizam ferramenta estatística ou narrativa para a análise de dados (Zoltowski et al., 2014; Sacco et al., 2016).

Cabe aqui um esclarecimento: segundo Mary Jane Spink (2004), na pesquisa construcionista não se busca a replicabilidade dos dados, mas sim a especificidade; busca-se a descrição e exploração plena do contexto de pesquisa. A partir da complexidade dos fenômenos estudados, torna-se impossível controlar todas as variáveis presentes em um estudo, mas, ao se considerar os processos de produção de conhecimentos, essa realidade construída socialmente pode ilustrar possibilidades de sentidos. E a subjetividade do pesquisador é incluída como um recurso a mais na compreensão de como o fenômeno foi estruturado por quem o pesquisou.

A base SciELO é de fácil acesso e oferece informação atualizada e de qualidade, em diversos campos do saber, constituindo uma importante fonte de acesso livre para pesquisadores, estudantes e pessoas interessadas nas diversas áreas. No presente estudo, optamos por compreender a produção científica como um todo, sem necessariamente focar apenas na área de Psicologia, haja vista que nos interessava saber como a ciência tem compreendido o tema “intimidade”.

O acesso à coleção de periódicos na SciELO pode ser feito por meio de uma *lista alfabética* de títulos dos artigos, por intermédio de uma *lista de assuntos*, ou também, através de um módulo de *pesquisa de títulos* dos periódicos. Pode, ainda, propiciar acesso aos textos completos dos artigos por meio de um *índice de autor* e um *índice de assuntos*, ou por um formulário de *pesquisa de artigos*, que busca os elementos que o compõem, tais como autor, palavras do título, assunto, palavras do texto e ano de publicação. Foi precisamente esta última alternativa que utilizamos.

A busca se deu pela palavra “intimidade”, uma vez que essa base de dados não faz uso de descritores. Foram aplicados os seguintes filtros: idioma (português e espanhol), ano de publicação (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017⁴), citável ou não citável (citável⁵), tipo

⁴ Embora a revisão bibliográfica tenha sido feita de forma sistemática, não era objetivo do estudo realizar uma pesquisa do tipo “estado da arte”. Sendo os artigos meros disparadores da análise sobre permanências e transformações no que se convencionou chamar de “intimidade”, consideramos suficiente um levantamento cujo recorte temporal fosse de sete anos.

⁵ Citável é uma das opções oferecidas pelo portal SciELO para seleção de artigos em que existe permissão explícita para citação. Foi feito uso do filtro não citável em uma busca-teste, contudo, não foram obtidos quaisquer resultados quando associado a outros filtros; portanto, optou-se por não o utilizar.

de literatura (artigo), e, feita essa seleção, foi aplicado novo filtro, o de coleções (países da América Latina incluídos na base SciELO).

Os critérios de inclusão foram: (a) possibilidade de recuperação de texto completo; e (b) presença da palavra “intimidade” no resumo, no título ou nas palavras-chave do artigo.

Os critérios de exclusão foram: (a) os artigos em duplicidade; e (b) aqueles cuja coleção não se inseria na América Latina.

1.3.3 Caracterização do *corpus* de artigos localizados

Na pesquisa realizada na SciELO, com uso da palavra livre “intimidade”, foram encontrados 269 artigos. Ao aplicar o critério de exclusão por duplicidade, foram obtidos 117 artigos; já com a aplicação do critério de localização da coleção, concluímos nosso *corpus* com 33 artigos.

Desses 33 artigos, foi possível constatar que os anos de 2013 e 2017 foram aqueles em que mais publicações ocorreram com esse tema “intimidade”, e, em 2015, apenas um artigo foi publicado. As publicações se deram em diferentes periódicos, de acordo com o demonstrado a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1- Número de artigos localizados conforme revista de publicação

Revista de publicação /Ano	Número de artigos
Acta Bioethica, 2013	1
Alea, 2017	1
Cadernos de Pesquisa, 2013	1
Cadernos Pagu, 2014, 2016	2
Ciência e Profissão, 2013	1
Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos, 2012	1
Escritos, 2013	1
Estudios Socio-Jurídicos, 2013	1
Estudos de Psicologia, 2012	1
Estudos Históricos, 2013, 2016	2
Galáxia, 2015	1
História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 2012	1
Mana, 2013, 2017, 2017	3
Paidéia, 2012	1
Psico-USF, 2013	1
Psicologia e Sociedade, 2011	1

Psicologia em Estudo, 2011	1
Revista Brasileira de Estudos de Presença, 2011	1
Revista de Estudios Sociales, 2014	1
Revista Estudos Feministas, 2017, 2017	2
Revista Lasallista de Investigación, 2014	1
Revista Latino Americana de Bioética, 2012	1
Sequência, 2014	1
Sociedade e Estado, 2011, 2017	2
Sociologias, 2012, 2017	2
Tabula Rasa, 2013	1
Total	33

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Com relação às revistas, foi possível constatar no Quadro 1, que: a revista *Mana* foi a que teve maior número de publicações, totalizando 3 artigos, sendo estes provenientes da Antropologia, Ciências Sociais e Estudos Feministas; a revista *Sociedade e Estado* publicou 2 artigos, respectivamente das áreas de Ciências Sociais e Sociologia; a revista *Sociologias* publicou 2 artigos, um da área de Sociologia e outro das Ciências Sociais; a revista *Estudos Históricos* publicou 2 artigos sobre o tema, sendo um da área de História e outro de História Social; já as revistas *Cadernos Pagu* e *Revista Estudos Feministas* publicaram, cada uma, 2 artigos, todos com referência a estudos feministas. É possível, assim, concluir que o tema “intimidade” é tratado por áreas muito diversas, de modo que não há revista especificamente voltada à sua discussão.

Outro dado interessante sobre esta etapa da análise foi que, dos 33 artigos selecionados, 26 deles definiram o que nomeavam como “intimidade”, e que os 7 restantes utilizaram o termo “intimidade” sem proceder a uma definição – o conceito parece ter sido considerado como de conhecimento tácito. Foi possível constatar que 14 artigos da seleção trabalham com o conceito de intimidade e de privacidade, no entanto, 8 destes não definem o que denominam como de privacidade. Como destacam Mário Henrique da Mata Martins, Roberth Miniguine Tavanti e Mary Jane Paris Spink (2016), o significado de um termo, muitas vezes, é tido como de conhecimento geral, estável e compartilhado entre os pares, por isso, os autores apontam a importância de uma clara definição dos termos (informações constantes no **Apêndice A**).

1.3.4 Classificação dos artigos localizados

Com o intuito de definir as categorias que possibilitariam a análise pretendida – de permanências e reconfigurações da intimidade –, foi realizada a leitura de cada artigo e, posteriormente, foram elaboradas resenhas. Essas resenhas não se limitaram ao conteúdo do artigo, visto que estavam acompanhadas de uma reflexão crítica tanto sobre o argumento defendido pelo/a autor/a, como também sobre a relação conceitual entre privacidade e intimidade, a definição de intimidade, o tipo de relação que estava em pauta (entre quem ocorre a intimidade?) e em que local se contextualizava essa intimidade, conforme consta a seguir, no Quadro 2.

Quadro 2 - Perguntas orientadoras dos procedimentos de elaboração das resenhas dos artigos

Ordem	Perguntas
1	Quem escreveu o artigo? (Formação)
2	Do que trata o artigo?
3	Qual a relação conceitual entre privacidade e intimidade?
4	Qual a linha do argumento?
5	Como o autor define intimidade?
6	Intimidade entre quem? (Que tipo de relação ou relacionamento?)
7	Em que contexto se dá a intimidade?

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Essas resenhas e reflexões críticas possibilitaram pensarmos no uso que cada artigo fez do conceito de intimidade, o que nos levou a classificá-los em 3 categorias, quais sejam: **Direitos; Exposição e mercantilização da intimidade;** e **Experiência intersubjetiva**, conforme explicitado no **Apêndice B**.

Em alguns artigos, a intimidade e a privacidade são consideradas como um **direito** do cidadão, como no caso de informações pessoais e de estudos em Bioética. Por exemplo, no artigo 7:

Outomuro, D., & Mirabile, L. M. (2012). Derecho a la intimidad y su vinculación con la salud. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 12(1), 80-87.

O artigo diferencia o conceito de privacidade e de intimidade. A privacidade diz respeito a ações externas e correspondem a comportamentos sem afetar a terceiros, razão pela qual não pode ser definida como comportamento secreto ou oculto. A privacidade e a intimidade são consideradas como um direito pessoal ou personalíssimo.

O argumento defendido é que a investigação na área da saúde merece mais atenção e cuidado para a preservação dos direitos pessoais, principalmente quando se segue determinados protocolos que nem sempre informam com clareza os riscos dos procedimentos e das pesquisas, principalmente quando se trata de populações de baixa renda.

Define intimidade como ações privadas internas, como o pensamento, os sentimentos e condutas íntimas que se expressam longe dos olhos alheios. Neste sentido, a intimidade está vinculada aos valores pessoais, suas crenças religiosas, sua vida sexual, escolhas de vida e convicções ideológicas.

A relação abordada no artigo, em que a intimidade se faz presente, diz respeito àquela entre pacientes (usuários de hospitais públicos), profissionais de enfermagem, médicos, estudantes de medicina e administradores da instituição hospitalar.

O local onde essa intimidade ocorre é o hospital (escola) público.

*A categoria em que este artigo foi classificado é a de **Direitos**.*

A intimidade está também inserida em um contexto em que se articula com transações comerciais, aqui classificada como “**Exposição e mercantilização**”. Por exemplo, no artigo 1:

Batista, A. S., & Araujo, A. B. (2011). Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. *Sociedade e Estado*, 26(1), 175-195.

A privacidade como espaço privado, e o local privilegiado para isso é a casa; a intimidade ocorre entre as pessoas da família (“intimidade familiar”), mas, também, acontece nas instituições de longa permanência para idosos.

O argumento defendido neste artigo é o de que, na Modernidade Líquida, a partir das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, passou a existir a quebra do mito em relação ao cuidado de idosos pela família e, com base nisso, uma nova noção de cuidado como mercadoria, que inaugura a era da mercantilização da intimidade.

A intimidade é definida como relações em família. Também é considerada como uma construção cotidiana nas interações entre as pessoas cuidadas e as cuidadoras; é tida como mercadoria na medida em que ocorre a mercantilização da intimidade.

O local em que a intimidade aparece é a casa, bem como as instituições de longa permanência para idosos.

*Este artigo se insere na categoria **Exposição e mercantilização da intimidade**.*

Por outro lado, a espetacularização da intimidade deflagra uma crise de afetos e faz uso de tecnologias. Por exemplo, no artigo 29:

Beleli, I. (2017). Reconfigurações da intimidade. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 337-346.

Este artigo não trabalha com a privacidade.

O argumento defendido é o de que a intimidade é pública e fabricada. Na busca pelo parceiro ideal em sites de relacionamento existe uma seleção, baseada na análise da imagem postada, em uma suposta inserção em determinada classe social em que se exclui ou se inclui os possíveis parceiros.

A intimidade se apresenta entre possíveis candidatos a um relacionamento duradouro.

O local em que ocorre essa intimidade são os sites e aplicativos de relacionamentos.

A noção de intimidade apresentada é uma intimidade performada, ou seja, a intimidade que se quer deixar aparecer e a que se quer esconder.

*A categoria em que este artigo se insere é **Exposição e mercantilização da intimidade**.*

E as experiências intersubjetivas discutem as relações amorosas e a violência na intimidade. Por exemplo, no artigo 12.

Florián Buitrago, M. (2013). Cartografías de la intimidad en la Colombia de la década de 1960. *Tabula Rasa*, (18), 215-226.

O artigo não trabalha o conceito de privacidade.

O argumento da autora é o de que o governo da intimidade deve ser analisado a partir dos objetivos das técnicas e seus efeitos; deve-se refletir sobre que tipo de sujeito moral se deseja produzir naquele determinado momento sócio-histórico.

Define intimidade como a vida íntima que envolve amor, casamento, família, sexualidade e também na relação consigo mesmo.

A intimidade acontece entre o casal e a família. Também está presente na relação entre a pessoa e o especialista, seja este um padre ou um psicólogo.

O local em que se manifesta essa intimidade é a casa, o quarto do casal, o programa em que o conselho se dá.

*A categoria deste artigo é **Experiência intersubjetiva da intimidade**.*

Para concluir, as categorias que obtivemos dessa reflexão foram: **Direitos; Exposição e mercantilização da intimidade; e Experiência intersubjetiva.**

O Quadro 3, a seguir, apresenta a classificação dos artigos segundo as categorias.

Quadro 3 - Total de artigos por categoria

Categoria	Número dos artigos
Direitos	6, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 26
Exposição e mercantilização da intimidade	1, 3, 10, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33
Experiência intersubjetiva	2, 4, 5, 9, 11, 14, 18, 19, 20, 27

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Conforme se pode observar, os usos de “intimidade”⁶ estão presentes de maneira equilibrada no contexto das experiências intersubjetivas, da exposição e mercantilização da intimidade e da esfera dos direitos. É possível que seja justamente na esfera da mercantilização e do uso de novas tecnologias que as transformações na “intimidade” estejam mais evidenciadas; assim sendo, é imprescindível que a discussão siga a partir dos direitos, tendo em vista que é precisamente nesse contexto que são definidos os limites entre público e privado.

Nos próximos capítulos serão discutidas de modo mais aprofundado cada uma dessas categorias, à luz da proposta de que a produção de sentidos no contemporâneo se dá na confluência entre o transcurso histórico da “intimidade” – denominado aqui como “permanências” – e as transformações que vêm ocorrendo na esfera dos direitos, assim como das novas práticas decorrentes da mercantilização e das novas tecnologias.

⁶ A busca na SciELO foi realizada por meio da palavra “intimidade”, porém, em alguns artigos, “intimidade” foi utilizada como conceito (com definição mais precisa) ou noção e, em outros, tratava-se meramente de um repertório (portanto, utilizado como palavra ou termo). Essa variação foi mantida no decorrer desta tese.

CAPÍTULO 2 - FRONTEIRAS E TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O objetivo deste capítulo é compreender as mudanças sociais mais significativas sobre a diferenciação entre espaço público e privado ao longo do tempo, bem como a reverberação dessa diferenciação na construção da ideia de intimidade. Com este intuito, o capítulo encontra-se estruturado em duas partes, a saber: a primeira tem por foco a progressiva separação entre espaço público e privado; e, a segunda, voltada à intimidade como construção social.

Quanto à primeira parte, foram selecionadas algumas dimensões que podem ter influenciado a noção de privacidade e, por consequência, a maneira de lidar com sua intimidade: mudanças na esfera do trabalho; centralidade do núcleo familiar; e estruturação do espaço doméstico – cada uma delas afetando a maneira como as relações de gênero foram sendo construídas.

O tempo longo destas transformações foi analisado tendo como principais interlocutores Richard Sennett (2016), Antonie Prost e Gérard Vincent (2009). Trata-se de tema transversal nesta tese, transformando-se paulatinamente à medida que são reconfiguradas as noções de direitos e do que vem a ser exposição pública da intimidade, tal como será analisado nos demais capítulos.

As considerações sobre a intimidade como construção social, pautadas na perspectiva construcionista, tiveram como principais interlocutores Anthony Giddens (1991), Zygmunt Bauman (2004), Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2017). A exemplo do que foi feito em relação a espaço público/espaço privado, foram incluídas as reverberações desse processo no conteúdo de artigos contemporâneos.

2.1 A privacidade na articulação entre espaços público e privado

A privacidade é delimitada de acordo com a ação humana; adquire sentidos distintos a depender da classe social e do que se define como pertencente ao âmbito público ou ao privado. Portanto, não pode ser considerada como uma realidade natural e fixa, mas sim uma história construída de diferentes maneiras por determinadas sociedades, culturas, e dependente do momento histórico (Prost & Vincent, 2009; Sennett, 2016).

É no contexto dessa construção que as dimensões do público e do privado têm relevância. Antonie Prost e Gérard Vincent (2009) fazem um importante alerta em relação ao risco de se pensar o público e o privado apenas como em oposição ao outro e, por esta razão,

reforçam a necessidade de se refletir sobre a articulação entre esses termos. Consideramos que essa articulação permite entender a emergência da ideia de privacidade e as transformações do fenômeno da intimidade.

O termo “público” adquiriu, ao longo da história, uma diversidade de sentidos. Até antes do século XVIII representava o bem comum na sociedade; aquilo que é conhecido e se encontra disponível à observação em geral (Prost & Vincent, 2009; Sennett, 2016). No século XVIII, a construção de parques urbanos, a evolução das cidades, as estalagens das diligências, os bares e cafés, o teatro e a ópera tornaram-se centros sociais e de convivência, não apenas para a elite europeia, mas, também, para os trabalhadores, oportunizando novas formas de sociabilidade e de expansão econômica.

Estar em público requeria certa credibilidade representada pelo corpo como um manequim, vestido com roupas e adereços que representavam a profissão e a classe social da pessoa; as peças mais formais eram apropriadas para passeios na rua, e o que era público se relacionava ao convencional; já as vestimentas mais confortáveis eram apropriadas para uso em casa. O discurso seguia essa lógica: no espaço público usava-se uma linguagem mais generalizada e superficial, distanciada do eu, em que a simplicidade era destacada, e não a proclamação de um ser especial ou único (Sennett, 2016).

Foi precisamente no período entre os séculos XVIII e XIX, com o desenvolvimento das sociedades industriais na Europa, que se estabeleceu a diferenciação entre o espaço público e o privado. Em contraste com a vida pública, o mundo privado tinha como principal referência a família. A capacidade de equilibrar vida pública e vida privada era reconhecida como uma forma de civilidade. A maternidade, a paternidade e as amizades revelavam as potencialidades do ser humano, e não eram reconhecidas como criações humanas. O homem se realizava no espaço privado, na convivência com sua família, mas, legitimava-se no espaço público. A rua, para o homem, representava o espaço público e possuía uma dupla conotação moral: retirava o peso da decência e da responsabilidade de guardião da família e dos bons costumes e, simultaneamente, permitia que ele vivesse na imoralidade ao realizar suas fantasias sexuais nos bordeis e nas casas de prostituição (Sennett, 2016).

Vale lembrar que o âmbito público era o espaço do trabalho para homens e para a população pobre, e o privado era o local de refúgio, mas, também, o lugar reservado às mulheres. O espaço público para as mulheres das classes mais abastadas representava o risco de perda de sua virtude. Havia, portanto, a necessidade de que a casa fosse esse lugar de descanso e de proteção, contra a intromissão de terceiros. Podemos perceber que essa divisão

entre público e privado e, por consequência, a introdução da noção de intimidade são construções sociais (Sennett, 2016; Sibilia, 2008).

A expressão “público” e “privado” não eram contraditórias ou alternativas de escolha, mas sim complementares, em que o público representava uma criação humana e, o privado, uma condição humana (Sennett, 2016).

2.1.1 Transformações na esfera do trabalho

Nesse momento histórico acontece uma mudança significativa em relação ao trabalho. Em outros tempos, a profissão era exercida durante toda a vida do trabalhador e era passada de pai para filho; agora, no final do século XX e transição para o século XXI, não mais. Aos poucos, os filhos passaram a ser os responsáveis por sua própria escolha profissional e, desde a Revolução Industrial, passou a haver uma separação entre o local da vida doméstica e aquele em que se exerce a profissão. Esse deslocamento geográfico transformou e diferenciou as normas de convivência, na medida em que o trabalho deixa de ser controlado pelas regras da vida privada e passa, então, a ser administrado por contratos coletivos. As famílias que trabalhavam em casa enfrentavam o desafio de suas vidas serem absorvidas pelo trabalho e pela indiferenciação entre espaço físico doméstico e profissional. Esse movimento resultou na dissociação entre o mundo do trabalho e a vida privada, um em oposição ao outro (Prost & Vincent, 2009).

2.1.2 A casa, o lar como expressão do espaço privado

No século XIX, nas grandes cidades, a família passou a ser um refúgio idealizado que podia proteger as fortunas, os costumes, a saúde, bem como manter certos segredos desagradáveis. A casa constituía o lugar das mulheres e o ideal era que elas ficassem em casa cuidando do lar e da família, uma vez que trabalhar fora configurava sinal de pobreza. O espaço doméstico passou a ter um valor moral mais importante do que a apresentação no espaço público, ou seja, a legitimação da pessoa passou a ser um valor do âmbito privado, e não mais do público (Sennett, 2016; Prost & Vincent, 2009).

Segundo Paula Sibilia (2008), entre o século XVIII e o início do século XIX, passou a existir, nas casas, o ambiente “quarto privado”, que tinha como principal característica o

conforto, o descanso e a promessa de proteção e de silêncio. Todavia, esse luxo só era destinado a quem dispunha de uma posição social e financeira privilegiada.

O quarto, esse novo ambiente doméstico, era privativo e pessoal, oferecendo um convite à interiorização, haja vista proporcionar, por um lado, conforto e aconchego e, por outro, promover de forma mais profunda o contato consigo mesmo. O silêncio convidava à autorreflexão, e o ambiente privado era um requisito básico para o desenvolvimento do eu, constituindo o local em que a intimidade se desenvolvia. Foi nesse contexto de interiorização, de contato solitário consigo mesmo e de busca pelos sentimentos próprios que as cartas, romances e diários ganharam mais adeptos (Sibilia, 2008).

Nas famílias dos operários e dos camponeses, a privacidade se mostrava restringida em razão das dificuldades financeiras. Em um único cômodo se dormia e comia, de maneira que a rua era a extensão da casa para se aproveitar o ar fresco. Nessa configuração, era possível acompanhar o que se passava com determinada família, bem como os problemas que enfrentavam, as brigas e os momentos cotidianos (Prost & Vincent, 2009).

Em decorrência do processo de urbanização e também da separação entre espaço laboral e doméstico, teve início a segregação entre centros comerciais e residenciais. A necessidade de uso eficiente do espaço das áreas urbanas, cada vez mais compartimentado, levou à necessidade de criação de modelos familiares reduzidos, o que corroborou a emergência da família nuclear.

A família nuclear era composta por pais e filhos, portanto, incluía um número reduzido de pessoas, diferentemente, portanto, da família extensa que compunha outras gerações. Esse novo modelo facilitava a convivência na medida em que cada adulto só precisava ter dois papéis: como marido ou esposa, e como pai ou mãe. Assim, a família nuclear facilitava relacionamentos familiares mais simplificados e estáveis; acreditava-se que tal simplificação dos relacionamentos estabilizava as interações pessoais entre os membros da família e, conseqüentemente, promovia o desenvolvimento de uma personalidade saudável das crianças (Sennett, 2016).

2.1.3 Espaço público e privado na perspectiva da expressão da personalidade

Na Europa, a passagem do século XVIII para o século XIX também foi marcada pela desmistificação dos deuses após o Iluminismo, e, quando isso ocorre, o homem mistifica a sua própria vida na reflexão sobre o sentido implícito de sua existência; neste período, a personalidade pública resumia o que era a personalidade em si. Embora variasse de pessoa para

pessoa, as aparências espelhavam as próprias emoções. Logo, o aspecto de alguém revelava quem ele era, e a mudança externa representava uma transformação interna. Outra característica importante da época na compreensão do conceito de personalidade era considerar que esta seria controlada pela autoconsciência de seu próprio passado. Isso implicava na moderação e no controle dos desejos, ao mesmo tempo em que a espontaneidade era considerada como anormalidade. Portanto, conhecer uma pessoa envolvia analisar os detalhes de sua roupa, de seu discurso e de seu comportamento. Da mesma maneira, definia-se a sociedade como um conjunto de personalidades. Pode-se concluir, portanto, que a crença na personalidade, a fé na aparência como guia de análise dos sentimentos e a economia do capitalismo industrial foram os elementos responsáveis por inserir a personalidade no domínio público (Sennett, 2016). Essa inserção será fundamental ao processo de individualização que ocorrerá nos séculos seguintes.

O homem público nas sociedades europeias do século XIX era um espectador da expressão de outra pessoa; tornou-se um *voyer*. Nas ruas, mostrava-se contido e preferia o silêncio, ou seja, a ausência de interação social; essa maneira de se relacionar fez com que aprendesse a interpretar suas emoções e a estabelecer certos códigos de conduta que também promoviam um isolamento em relação a outras pessoas. Nas palavras de Sennett (2016, p. 309) em relação à cultura moderna e ao posicionamento do homem público, “a busca pela percepção pessoal e pelos sentimentos pessoais é uma defesa contra a experiência das relações sociais”.

Em suma, o preço da privacidade foi certa passividade e indiferença no tocante aos temas que diziam respeito à esfera pública. O foco, desta maneira, passou a ser a intensa experiência no privado, a construção da própria identidade e subjetividade e a de resolução de conflitos íntimos. A preocupação transferiu-se para as histórias e particularidades da pessoa, uma dedicação ao indivíduo, em que se pode perceber um esvaziamento do interesse pelas questões de âmbito público, bem como uma exacerbação do espaço privado (Sennett, 2016; Sibilia, 2008).

Essa época também foi marcada pelo culto ao corpo e pela aparência física. Exibir um corpo esbelto era sinal de saúde e as revistas femininas desse período ensinavam sobre cuidados diários com beleza e maquiagem, de modo que o uso do batom já não era mais restrito às mulheres de reputação duvidosa. O corpo passou a ser trabalhado e moldado por meio de exercícios físicos e, paulatinamente, foi se desnudando nas propagandas e no cinema: agora, o prazer se unia à higiene e à saúde. Ele também se transformou no lugar da identidade pessoal e se tornou a própria realidade da pessoa. A vida social não se encontra mais no trabalho, na política ou na religião; a vida social está representada nas férias, momento este em que o corpo pode ser livre e espontâneo (Prost & Vincent, 2009).

Cuidar do corpo implica também a prevenção de doenças: ao menor sinal de alerta, especialistas em medicina, os laboratórios farmacêuticos e de análises, e também as farmácias estão a postos para oferecer tudo o que existe de mais eficaz e moderno para cada caso. A saúde passa, então, a fazer parte da vida privada e engloba também as políticas públicas; nesse contexto, o Ministério da Saúde Pública cria protocolos e campanhas de vacinação da população. Assim, manter atualizada a carteira de saúde do filho é obrigação dos pais e dever do Estado (Prost & Vincent, 2009).

Os meios de comunicação, tais como revistas, jornais, cinema, televisão, rádio e a publicidade incentivaram o consumo. As indústrias de cosméticos ofereciam inúmeros novos produtos de beleza, mas, também, eram vendidos muitos eletrodomésticos e carros (Prost & Vincent, 2009).

2.1.4 Transformações na esfera privada: do casamento de conveniência para o casamento por amor

No início do século XX, todas as pessoas adquirem direito à privacidade, mas esta continua sendo diferente para a burguesia em relação aos camponeses e operários, e também no tocante ao homem e à mulher (Prost & Vincent, 2009). O casamento ainda era um contrato duradouro: as qualidades morais, a profissão e a fortuna eram referências importantes para se decidir ou não pela união conjugal. Esta não podia ser interrompida, a não ser por faltas graves, mas as desilusões amorosas não eram tão importantes quanto as pressões materiais. O amor entre os cônjuges não era uma condição para que se realizasse o casamento, e tampouco critério de sucesso, assim como também não era a atração sexual. Para se casarem, o homem e a mulher deveriam ter a sensação de que poderiam se entender e, quem sabe, amarem-se com o tempo (Prost & Vincent, 2009).

Casar configurava uma maneira de garantir o próprio sustento e também o dos demais familiares; ter filhos poderia dar garantia de aumento de patrimônio e de herança, e as pessoas eram julgadas em função do êxito de sua família e do papel que desempenhavam na sociedade. O marido era considerado o chefe da família; a esposa precisava de uma autorização por escrito para poder abrir uma conta no banco, porque se acreditava na inferioridade jurídica da mulher em relação ao homem. Contudo, o poder efetivo dentro de casa era da esposa, tanto no que se referia à educação dos filhos quanto à administração doméstica, embora coubesse ao marido a

última palavra, como patrão, na frente dos filhos, dos parentes e em público (Prost & Vincent, 2009).

Os posicionamentos assumidos pelos diferentes membros da família nos casamentos passam, então, a sofrer alterações em virtude de mudanças nas configurações físicas das casas, da intervenção do Estado sobre os filhos e da própria regulação do matrimônio. Aos poucos, foi sendo ampliado o espaço interno das casas e os novos cômodos adquiriram uma espacialização funcional, fator que impactou diretamente o convívio doméstico: cada membro da família passou a ter sua vida privada. Portanto, o lar como refúgio da vida privada adquiriu outra conotação de privacidade: a individual. Quando foi possível aumentar os cômodos da casa, o homem ganhou espaço na vida privada: a varanda, a garagem para colocar suas ferramentas ou um escritório para leitura. Deste modo, a vida privada passa por uma divisão de poderes e de territórios entre marido e esposa.

Tendo em vista a relação conjugal, o trabalho doméstico é considerado submissão ao homem; já a mulher almeja sua independência econômica e emancipação, mas, para aquelas de condição menos privilegiada, a motivação é de cunho financeiro (Prost & Vincent, 2009).

Os filhos, por sua vez, não tinham direito à vida privada, e os pais preenchiam suas horas livres como lhes parecia melhor. Nas famílias com posses, os pais decidiam o que os filhos estudariam, com quem deveriam ter ou não amigos ou mesmo se casarem. Entre as famílias de camponeses e operários, os pais é que escolhiam os ofícios dos filhos, mas, como não havia patrimônio em jogo, os filhos poderiam escolher com quem queriam se casar. Contudo, para que se pudesse exercer a privacidade, foi necessário que as pessoas se tornassem autônomas na família, portanto, não bastou a expansão do espaço físico, fez-se necessário que a instituição familiar se flexibilizasse (Prost & Vincent, 2009).

O casamento demarcava a emancipação dos filhos, pelo menos para aqueles que passavam a não mais morar com seus pais ou sogros. No entanto, o Estado passou a intervir na privacidade das famílias, seja pelo acompanhamento médico da gestante, pelo controle de vacinas nas crianças, pelas campanhas de amamentação, pela educação por meio de escolas públicas, pelas campanhas de natalidade, pelas visitas domiciliares dos assistentes sociais, pelos controle do orçamento familiar, e, principalmente nas famílias com baixa renda, pela introdução do juizado de menores, que passa a ter poder sobre os filhos. Conforme Prost e Vincent (2009), na perspectiva do Estado, as famílias deixam de ser uma instituição privada e, a partir dessa interferência, passam a representar um coletivo de vidas privadas sob tutela do governo.

A partir da metade do século XX, tem início um movimento de valorização do amor conjugal, principalmente no aspecto sexual, e começa a se falar em casamento amoroso:

inaugura-se a era dos sentimentos. Especialistas, tais como médicos e psicólogos, legitimam o amor e passam a considerar o casamento como a concretização da maturidade afetiva, emocional e a realização de constituir uma família com filhos. A ideia principal é a de que uma educação saudável de crianças necessita não só do amor dos pais, mas, também, da existência desse sentimento entre eles (Prost & Vincent, 2009).

O amor é a nova norma no matrimônio. Já não basta a instituição “casamento” para legitimar a sexualidade; a satisfação desejada passa a associar o amor ao casamento, embora a sexualidade continuasse vinculada à procriação. Entre alguns casais de noivos, havia tolerância até em relação ao sexo antes do casamento, desde que se amassem e quisessem se casar, mas, sexo para mulheres solteiras continuava sendo condenado (Prost & Vincent, 2009).

Com o passar dos anos, a invenção da pílula anticoncepcional e o movimento feminista – cuja pauta era a liberdade sexual e o controle da natalidade – contribuíram para a separação entre sexualidade e reprodução (Prost & Vincent, 2009). Vale lembrar que inúmeras foram as lutas das mulheres e que, em cada época, uma nova reivindicação se tornava necessária, como por exemplo, o direito ao voto, ao estudo, entre outras. Essa observação é necessária em virtude de que, em muitos estudos, considera-se o movimento feminista dos anos 70 como sendo o início da visibilidade da mulher na sociedade, quando, na verdade, essa luta por liberdade sempre existiu.

Aos poucos, o casamento deixou de ser uma instituição para ser uma formalidade. A educação e a liberdade sexual ofereciam aos jovens da época mais autonomia sobre suas próprias vidas, podendo escapar da submissão dos pais e, agora, do casamento (Prost & Vincent, 2009).

O impacto social de tais mudanças fez com que houvesse um aumento do número de casais que, no plano jurídico, não oficializavam a união, até porque, para a previdência social, a coabitação comprovada concede ao casal os mesmos direitos do casamento legal. Alguns casais entendiam que essa oficialização do matrimônio poderia estragar a união, fosse com a rotina ou com o peso da obrigação que se exige do ser amado pelo que representam socialmente, e não pelo desejo de ficarem juntos. Acreditavam que a falta de compromisso e a precariedade institucional da relação poderiam garantir a qualidade da convivência. A afirmação da realização individual parece ter fragilizado a instituição matrimonial (Prost & Vincent, 2009).

Outra mudança importante diz respeito às mulheres solteiras e independentes que optam por terem filhos sem o desejo de encontrarem um parceiro e se casarem, o que popularmente foi nomeado como “produção independente”. Muito diferentemente daquelas moças que eram

“desonradas” pelos sedutores e amantes que lhes prometiam casamento (Prost & Vincent, 2009).

Antes do século XX, a família vinha em primeiro lugar, era confundida com a vida privada, a realização pessoal era a construção de uma vida familiar harmoniosa; atualmente, a família é julgada pelo que pode oferecer à realização pessoal (Prost & Vincent, 2009).

Sennett (2016) acredita que a separação entre vida psicológica e a social incentivou um processo de individualização, o qual enfatizou as questões relativas ao “eu” em detrimento da participação das ações em grupo e da ausência de preocupação com pautas da sociedade, resultando em isolamento social. Dito de outra maneira, quanto mais se aumenta o contato íntimo, mais se diminui a sociabilidade.

2.1.5 Do público ao privado: a incivilidade como fruto da ideologia da intimidade

Desde o século XIX, a sociedade europeia acredita que os males que nos afligem são a impessoalidade, a alienação e a frieza. Esses 3 componentes juntos formam o que Sennett (2016) nomeou de ideologia da intimidade, em que as relações sociais são consideradas reais, críveis e autênticas, o que se justifica pela necessidade de estarmos mais próximos das preocupações interiores e psicológicas de cada pessoa.

A ideologia da intimidade transforma categorias políticas em categorias psicológicas, na medida em que a sociedade é considerada como um conjunto de individualidades e busca por significações pessoais em situações impessoais. O resultado é, portanto, uma sobrecarga de expectativas de segurança, conforto e estabilidade no vínculo com o outro. Ao invés de reconhecer que o problema está no desejo de alta performance do outro, omite-se a expectativa e atribui-se tal problema ao relacionamento (Sennett, 2016).

A civilidade na vida pública é a habilidade de proteger as pessoas umas das outras, e, deste modo, facilitar o relacionamento para que todas as pessoas se beneficiem. A incivilidade pode ser definida como a tentativa de sobrecarregar o outro com o “eu”, caracterizado tanto por aquelas pessoas que necessitam dos outros para serem ouvidos com seus dilemas como também pelo influxo de autobiografias ou biografias que explicitam a vida íntima de alguém, como se isso pudesse nos fazer entender melhor as ações dessa pessoa no mundo (Sennett, 2016).

A incivilidade na sociedade moderna pode ser ilustrada por meio de duas estruturas básicas: a primeira diz respeito à liderança política dos líderes carismáticos e, a segunda, à perversão da fraternidade na experiência comunal. Os líderes carismáticos têm como estratégia

a eliminação de qualquer distanciamento entre os seus sentimentos e sua plateia, a fim de desviar a atenção dos seus atos. Os meios de comunicação eletrônica facilitam esse movimento, na medida em que promovem a superexposição de sua vida pessoal e os seguidores desses líderes têm a missão de dar sentido à sua vida. A personalidade coletiva elimina as diferenças e promove a destruição do sentimento fraterno e de solidariedade pela humanidade, todo esse movimento reforça a tese de Sennett (2016) de que, quanto maior a intimidade, menor é a sociabilidade.

Essa sociedade intimista tem um foco narcisista. O mito de Narciso, que se apaixona pela própria beleza ao ver sua imagem refletida no lago, é um alerta para o perigo de achar que a realidade ou outras pessoas refletem as imagens do eu. O narcisista busca na experiência um reflexo de si mesmo e, assim, desvaloriza a interação com o outro. Ao acreditar que o homem era o autor de seu próprio caráter, o “eu” passou a ser um princípio social (Sennett, 2016).

O argumento defendido por Sennett (2016), de que quanto mais se aumenta o contato íntimo, mais se diminui a sociabilidade, é uma crítica do autor à Psicologia mais especificamente dirigida à Psicanálise que tem como primazia os processos mentais individuais, ou seja, uma psique individual. Na prática clínica e sob uma perspectiva construtivista, o indivíduo é autônomo, governado por sua organização estrutural, seu sistema nervoso, suas crenças e valores constituídos na relação com as pessoas e que, ao descrever seu mundo, o constrói (Grandesso, 2000). Neste sentido, consideramos que a Psicanálise se insere na perspectiva construtivista, em que o foco se concentra no aspecto intrapsíquico e na individualidade⁷.

No entanto, sob a ótica do Construcionismo Social, considerado aqui como um movimento social, o comportamento humano é fruto de processos da interação humana, e não da região interior da mente, pois leva em consideração as pessoas em relação. Questiona-se a concepção ocidental de que o conhecimento é objetivo, individualista e a-histórico. Segundo Kenneth J. Gergen (2009, p. 314), “a formulação científica não resultaria de uma aplicação impessoal de regras metodológicas descontextualizadas, mas da responsabilidade de pessoas em intercâmbio ativo e compartilhado”. Desse ponto de vista, “o *lócus* da racionalidade

⁷ Na prática clínica, esta distinção entre a perspectiva construtivista e construcionista é importante, pois implica um posicionamento distinto do terapeuta e em sua maneira de compreender as questões que afligem seu cliente/paciente. O posicionamento construtivista compreende que os problemas da pessoa estão relacionados a questões intrapsíquicas, as dificuldades emocionais dizem respeito aos traumas vivenciados em sua história de vida, e o foco está na individualidade. Nas práticas psicoterapêuticas sob a perspectiva construcionista, busca-se a compreensão dos problemas vividos, levando em consideração os relacionamentos que os envolvem, enfatiza-se o diálogo e no sentido das questões que incomodam a pessoa. O papel do terapeuta é, por meio de uma atitude colaborativa, o de coconstruir com o cliente/paciente novos sentidos para o que o aflige.

científica não se encontra nas mentes de pessoas independentes, mas no interior do agregado social” (Gergen, 2009, p. 314). Portanto, é possível concordar com Sennett (2016) acerca de que é um engano acreditar que as significações sociais são geradas por sentimentos de seres humanos individuais e, logo, o íntimo nessa outra visão não nos afastaria do social, mas se constituiria nas relações sociais.

Conforme visto até o momento, Sennett (2016) tece uma crítica às pautas de reivindicações individuais. Todavia, não se atém exclusivamente a isso; o autor também faz uma crítica à sociedade ocidental ao considerar pautas coletivas que enfatizam um caráter exclusivista das reivindicações:

Ora, quanto mais as pessoas conceberem o domínio político como a oportunidade para se revelarem umas às outras, compartilhando de uma personalidade comum, coletiva, quanto mais serão desviadas do uso de sua fraternidade para transformarem as condições sociais. Manter a comunidade se torna um fim em si mesmo; o expurgo daqueles que realmente não pertencem a ela se torna a atividade da comunidade. Um princípio para se recusar a negociar, para se expurgar continuamente os forasteiros, resulta do desejo supostamente humanitário de apagar a impessoalidade nas relações sociais. E, na mesma medida, esse mito é autodestrutivo. A procura pelos interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum. (Sennett, 2016, p. 375)

De acordo com o autor, defender determinado grupo ou comunidade dá ênfase à separação entre os que pertencem ou não àquela comunidade. Quando se acaba com a impessoalidade nas relações sociais, destrói-se a fraternidade; o interesse comum é, então, substituído pela identidade comum, e o político passa a ser domínio da personalidade. Ainda que, para Sennett (2016), qualquer forma de individualização represente uma separação do social, vivemos em uma sociedade que se posiciona predominantemente como cisheteropatriarcal branca e essa estrutura social reproduz desigualdades.

Uma forma de lidar com este impasse é a proposta de Carla Akotirene (2019) que, ao discutir a interseccionalidade como um recurso teórico-metodológico, aborda a interligação estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 2001, e questiona o vazio dos movimentos sociais que, ao generalizarem suas lutas e representarem-se como socialmente iguais, ancoram-se em uma desigualdade implícita. O feminismo, por si só, representa a luta pela igualdade de gênero entre homens e mulheres, mas exclui o aprisionamento de mulheres negras; o combate ao racismo não dá visibilidade para a opressão do homem negro ou branco contra a mulher negra. Defender apenas a luta de mulheres e combater o racismo exclui a desigualdade contra as pessoas transexuais, gays, lésbicas e travestis.

Importante salientar que não é uma questão de trabalharmos com a interseccionalidade, mas de posicionarmo-nos contra as discriminações e violências, que requer um posicionamento

crítico em relação ao uso de metodologias utilizadas para fornecer respostas a essas injustiças. Trata-se de seguir em defesa de uma identidade política, e não de políticas de identidades (Akotirene, 2019; Mignolo, 2010). Ao que nos parece, a interseccionalidade é um importante recurso para a construção de uma sociedade mais justa.

Como pudemos apreciar, ao longo do tempo a definição de público e privado passou por inúmeras mudanças. Anteriormente, era na vida pública que se constituía a identidade, depois, esses conceitos se tornaram complementares e, em seguida, passaram a ser definidos em uma relação de opostos. A legitimação da pessoa, que antes era conquistada no âmbito público, ocorreu em uma condição restrita à esfera privada. A privacidade passou a ser valorizada em detrimento ao social, mas ela se diferenciou entre ricos e pobres, homens e mulheres e também entre brancos e negros. Destronamos deuses, mas coroamos a individualidade e nossa própria existência, movimento este em que a ênfase na análise dos sentimentos e das experiências individuais, aliados à economia do capitalismo industrial, criou a personalidade como uma nova categoria social no âmbito público. E quanto à nossa intimidade?

2.2 Transformações da intimidade na pós-modernidade

No tópico anterior, discutimos a influência da diferenciação entre o âmbito público e a esfera privada na maneira como a intimidade foi sendo concebida. Vimos que, na sociedade ocidental, a intimidade inseria-se na privacidade representada pelo aconchego do lar, pela família e pelo silêncio do quarto. A intimidade não é um conceito universal: na sociedade ocidental, requeria proximidade física entre iguais e, em uma cultura indígena, ela pode ser construída por meio de sua relação com a alteridade e entre distantes. Mas, e na Pós-Modernidade, como a definimos?

As reflexões de Anthony Giddens (1991) deixam claro que, no final do século XX, mudanças anunciavam um novo sistema social, com diferentes denominações, tais como sociedade de informação, sociedade de consumo, pós-modernidade ou sociedade pós-industrial. O autor esclarece que pós-modernismo não é sinônimo de pós-modernidade. Pós-modernismo é um movimento da literatura, das artes plásticas e da arquitetura que se propõe a oferecer uma reflexão estética do modernismo; já a pós-modernidade refere-se à transição do sistema de industrialização para o de informação, o que fez surgir controvérsias em questões filosóficas e

epistemológicas. De maneira geral, a pós-modernidade reuniu reivindicações heterogêneas de conhecimento, sem um lugar de destaque entre elas (Giddens, 1991).

De acordo com Giddens (1991), a pós-modernidade se diferencia por provocar uma desorientação em decorrência da falta de controle e de previsão, ao impedir que se tenha um conhecimento sistemático a respeito da organização social. Por consequência, a sensação de controle que se tinha na era moderna, não pode ser sustentada.

Outro impacto refere-se ao fenômeno que Giddens (1993) denominou como “reflexividade institucional”. A reflexividade diz respeito ao constante movimento de exame e de reformulação das práticas sociais, cuja informação gerada é renovada frequentemente. No que tange à sexualidade, a reflexividade institucional promovida pelo discurso sobre o sexo gera informações sobre o comportamento sexual que as fazem permanecer como verdades.

Essas transformações em nosso cotidiano foram denominadas por Zygmunt Bauman (2004) como elementos do Mundo Líquido. O autor se utiliza da metáfora da água porque, embora ela se adeque aos ambientes que ocupa, eventualmente flui de maneiras imprevisíveis. Essa falta de controle, de previsibilidade e de ambiguidade são marcas da sociedade pós-moderna que, na ótica de Bauman (2004), refere-se a essa transição de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo, movimento este que resultou em um intenso processo de individualização. Desde então, vivemos um processo em que os relacionamentos passaram a ter sentidos ambíguos; desejamos viver o prazer, mas sem experienciar os problemas de relacionamento, ou ainda, manifestamos o desejo de romper uma relação, mas sem causar dor ou culpa. No Mundo Líquido, a fluidez, a fragilidade e a transitoriedade marcam todos os tipos de vínculos sociais, diferentemente da Modernidade, quando se buscava ligações duradouras e que traziam segurança.

Ulrick Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2017) também fazem referência ao processo de individualização como marco das intensas mudanças sociais atuais, no entanto, acreditam que esse movimento seja fruto das lutas pela liberdade e igualdade desencadeadas pelas mulheres, por circunstâncias da própria vida ou mesmo por desejo próprio. Os autores nomearam as consequências dessa movimentação com o termo “caos do amor”.

Existem diferenças entre esses autores em relação às mudanças sociais mais significativas que diferenciam a Modernidade da Pós-Modernidade. A despeito de não estarmos em busca de consenso sobre esse marco, é importante demarcar esses posicionamentos.

Segundo Giddens (1991, 1993), a mudança mais significativa foi a passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação e o resultado desse movimento foi uma total desorientação em virtude da falta de controle. Por sua vez, Bauman (2004) argumenta que

o movimento principal foi a transição de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo, que resultou em um intenso processo de individualização. Por fim, Beck e Beck-Gernsheim (2017) consideram que foi a busca de liberdade e de igualdade, principalmente pelas mulheres, que despertou uma profunda necessidade de individualização nas pessoas.

Neste sentido, Beck e Beck-Gernsheim (2017) parecem concordar com a visão de Bauman (2004) quanto ao processo de individualização, no entanto, argumentam ser consequência da busca pelos ideais de justiça, como liberdade e igualdade, e, principalmente, por considerarem que esse movimento se inicia com as mulheres. Os autores acreditam que a grande mudança social no amor e no casamento, ocorrida no final do século XIX e início do século XX, foi o processo de individualização da mulher, principalmente em decorrência de sua desvinculação do papel de rainha do lar, quer seja pelo cuidado da família, dos afazeres domésticos, quer por sua função reprodutora.

A luta das mulheres sempre existiu e, de acordo com cada época, cada geração teve sua ação pautada em pequenas reivindicações, tal como ter o direito de estudar, de votar, deixar de ser propriedade de transação comercial entre famílias, dentre muitas outras. Enfatizar os ideais de liberdade e de igualdade das mulheres na pauta de desprendimento como rainha do lar e da função de reprodutora com as mudanças sociais ocorridas e nomear essas transformações como o caos do amor (Beck & Beck-Gernsheim, 2017) é desconsiderar outras lutas: a dos negros, a dos homossexuais, a dos trabalhadores e tantas outras, assim como revela um resquício de um posicionamento patriarcal, na medida em que considera principalmente o movimento das mulheres como disparador do caos enquanto movimento que trouxe confusão no amor.

Outro ponto a ser ressaltado é que Giddens (1991, 1993), Bauman (2004), Sennett (2016) e também Beck e Beck-Gernsheim (2017) concordam acerca do fato de que o processo de individualização é extremamente valorizado no ocidente e, ao impactar nossas relações e maneiras de atuar no mundo, também influenciaram nossa intimidade. Em outra cultura, o processo de individualização poderia ser visto como algo absolutamente desnecessário e que não precisaria existir.

Vale esclarecer que não passamos pela Modernidade e vivemos apenas na Pós-Modernidade; essas alterações em nossa vida social continuam a ser influenciadas por ambas, de maneira que elas coexistem a depender do contexto, do tempo e da cultura.

Nas relações de intimidade na Pós-Modernidade, a confiança é ambivalente, não existe segurança de continuidade da relação, ou seja, não se pressupõe que os vínculos sejam duradouros, pois a continuidade do relacionamento não é uma condição. Portanto, não existe garantia dessa permanência relacional que dependerá de uma negociação entre os envolvidos.

Laços pessoais podem se romper, relações de intimidade podem voltar a ser impessoais, o íntimo pode se tornar um estranho. Os relacionamentos envolvem a confiança de se abrir para o outro e, deste modo, representam uma experiência de autorrevelação; no entanto, a autorrevelação mútua, a necessidade de reciprocidade e de apoio geram ansiedade e frustração diante da possibilidade de fracasso (Giddens, 1991, 1993).

A intimidade nas sociedades ocidentais passou por intensas transformações, sobretudo no que se refere aos ideais de amor romântico, que supõe o encontro de duas almas gêmeas, feitas uma para a outra, com poder de reparar e moldar o caráter do outro e que tornam as partes de um casal “felizes para sempre”. O amor romântico distancia as pessoas de suas relações sociais e privilegia a perspectiva individual e a autorrealização na medida em que o outro preenche o vazio existencial de seu parceiro ou parceira que, só então, é que se sente inteiro.

A intimidade era uma especialidade atribuída às mulheres, que tinham a responsabilidade de suavizar a natureza agressiva e fria do homem até que este se apaixonasse; os homens, por sua vez, eram especialistas na conquista. O desejo de liberdade e de independência da mulher contribuiu para enfraquecer os discursos sobre o amor eterno e único. Nos dias atuais, esse desejo abre espaço para o amor confluyente que presume a igualdade entre dar e receber afeto. O amor confluyente se desenvolve a partir da intimidade e está ancorado em um relacionamento puro que só se mantém se for capaz de proporcionar satisfação para ambos os parceiros (Giddens, 1993).

2.3 Reverberações nos artigos analisados

Como visto anteriormente, foram selecionados 10 artigos como pertencentes à categoria “Experiências intersubjetivas”, conforme **Apêndice B**, na qual incluímos artigos que, no estudo da intimidade, evidenciaram o processo de individualização ou seu questionamento, bem como discorreram sobre o amor, relações conjugais e posicionamento da mulher.

2.3.1 Seria o processo de individualização um fenômeno universal?

Partindo da premissa de que a noção de intimidade é uma construção social, há que questionar se a maneira como nós, herdeiros das culturas europeias, falamos e praticamos a intimidade não seria uma forma de colonização de modos distintos de se relacionar. Dois artigos do *corpus* usado para análise nesta pesquisa tratam desta questão.

O primeiro exemplo é o artigo de autoria de Diego Madi Dias (2017), intitulado “A aliança enquanto drama: est/ética da masculinidade no contexto de uma economia afetiva uxori-local (Guna, Panamá)”. O povo *guna* reside no arquipélago de San Blás, no Panamá, e sua língua é *chibcha*. Segundo os preceitos dessa etnia, o verdadeiro parente (*sunna*) é aquele que, com seu trabalho, beneficia a todos da tribo. Com o casamento, essa força de trabalho será transferida para outra residência, o que implica em uma perda para os seus. O termo uxori-local, conforme o Dicionário *on-line* Dicio⁸, pode ser definido como o costume local em que, após o matrimônio, os conjugues passem a morar na casa da mulher ou no mesmo povoado.

O objetivo do artigo foi explorar os efeitos da ética da convivência *guna* para a masculinidade. De acordo com o autor, as canções de ninar oferecem uma perspectiva triádica mãe, bebê e outros e, a partir dessas reflexões, o autor discorre sobre o problema psicanalítico do objeto primário: analisa o narcisismo, a questão do ego, a libido, a relação do corpo da mãe com o bebê, o instinto de sobrevivência, os objetos catexiais e o complexo de Édipo. O argumento defendido no artigo é que, para o povo *guna*, a masculinidade só se fortalece quando o homem rompe com sua família e abandona a mãe.

O artigo traz uma reflexão sobre os principais pressupostos psicanalíticos e os aspectos da etnia *guna* e considera que as canções de ninar e os contos são outros recursos para a construção de uma subjetividade ancorada no aspecto intrapsíquico. Todavia, a Psicanálise se insere em uma cultura europeia totalmente elitizada e diversa da cultura *guna*, de modo que, nessa análise, estão sendo reafirmados os pressupostos da Psicanálise tidos como referência universal, independentemente da cultura.

Contrapondo-se a essa perspectiva, o artigo intitulado “Intimidade com estranhos: uma perspectiva Kaxinawá sobre confiança e a construção de pessoas na Amazônia”, de autoria de Cecília McCallum (2013), apresenta um estudo em contextos indígenas amazônicos das tribos Huni Kuin ou Kaxinawá e tem como objetivo contribuir para a dissolução da suposta oposição entre duas abordagens sobre socialidade desses povos – uma focada na intimidade e na moralidade e, a outra, na alteridade e no simbolismo.

O estudo alerta para o risco de nos limitarmos a enquadrar a intimidade dos povos amazônicos em um posicionamento que enfatiza a solidariedade negociada moralmente e que prioriza a discussão das relações sociais em grupos como mônadas sociais⁹, com perda de redes

⁸ Recuperado de www.dicio.com.br/uxorilocalidade.

⁹ Mônada. Do latim tardio, *monas*, do grego *monás*, unidade. 1. Termo de origem provavelmente pitagórica, usado na filosofia antiga para designar os elementos simples de que o universo é composto. Platão aplica o termo mônada às ideias ou formas. Recuperado de <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/mônada>.

mais amplas de relações, pois tendem a compreender a socialidade amazônica em uma oposição público/doméstico, por fim, reduzindo-a “ao doméstico”. A intimidade na cultura indígena também pode ser entendida como resultado de processos mais estruturados da sociedade, nomeados como economia simbólica da alteridade. A socialidade é determinada pelas relações de alteridade, o externo engloba o interno, e o distante cria intimidade. Os estudos se concentram nos processos de troca simbólica, tais como a guerra, canibalismo, caça, xamanismo e rituais funerários, que de certa maneira, atravessam os limites sociopolíticos, cosmológicos e ontológicos e definem uma identidade coletiva, tanto quanto criam tensão entre identidade e alteridade (McCallum, 2013). McCallum (2013) argumenta que a alteridade é fundamental no processo de se tornar pessoa, pois afeta materialmente o corpo, seja de maneira benéfica ou não. Neste sentido, não se pode pensar em uma pessoalidade cumulativa como uma identidade acabada, portadora de uma essência.

Este artigo nos esclarece sobre a importância da inclusão do aspecto cultural em nossas pesquisas; alerta-nos para o cuidado de adotar um questionamento sobre com quais lentes enxergamos o mundo, e reforça o entendimento de que nossas teorias não podem ser consideradas universais. Se na sociedade ocidental a intimidade se produz a partir da relação entre iguais e próximos, para a cultura indígena Kaxinawá, a intimidade pode se dar a partir da alteridade e do que é distante.

Ambos os artigos abordam outra cultura. Dias (2017) tem como foco principal uma perspectiva intrapsíquica eurocêntrica para compreender as dinâmicas relacionais da tribo *guna*; McCallum (2013) compreende a tribo como um coletivo cuja análise deve partir das próprias dinâmicas do grupo. Neste sentido, o primeiro artigo assume uma pauta individualista, enquanto o segundo, uma pauta coletivista.

2.3.2 Dá para medir “amor”?

Há três artigos no *corpus* analisado que tratam do uso de escalas psicométricas para medir amor. O artigo 5, cujo título é “Estudo nacional dos atributos psicométricos da Escala Triangular do Amor de Sternberg”, de autoria de Vicente Cassepp-Borges e Luiz Pasquali (2012); o artigo 11, intitulado “Escala tetragonal do amor: testando sua estrutura e invariância fatorial”, de Valdiney Gouveia, Euclismária Carvalho, Franciscirly Santos e Mônica Almeida (2013); e o artigo 19, de título “Evidências de validade da Escala Triangular do Amor de

Sternberg – Reduzida (ETAS-R)”, de autoria de Alessandro de Andrade, Agnaldo Garcia e Cassepp-Borges (2013).

O argumento defendido pelos autores diz respeito à validade de métodos comprovados por escala e por medidas. Utilizam-se de uma escala norte-americana criada por Sternberg (1986) e nomeada como Teoria Triangular do Amor (ETA).

Os artigos descrevem uma pesquisa quantitativa, em que o amor pode ser medido e avaliado por instrumentos. A ciência tradicional instituiu uma dicotomia entre método quantitativo e qualitativo; os dados quantitativos estão associados à mensuração com rigor e estão isentos da subjetividade do pesquisador, em uma ingênua tentativa de conquistar a almejada objetividade do estudo. Vale aqui uma reflexão sobre o que é considerado ciência. O movimento construcionista considera a pesquisa científica como um discurso institucionalizado que, como tal, possui regras e estratégias de validação consagradas por tradição. A pesquisa tomada aqui como uma prática social desloca-se da dicotomia qualitativa e quantitativa em direção a uma reflexão crítica sobre os processos pelos quais as pessoas descrevem o mundo e a si mesmas. Ressignifica a relação entre sujeito e objeto como construções sócio-históricas, ou seja, a realidade não existe independente do nosso modo de acessá-la (Spink, M. J., 2004).

Os autores dos três artigos adaptaram a escala norte-americana para o contexto brasileiro, porém, as diferenças regionais culturais entre um estado e outro de nossa nação foram excluídas, muito embora a população de São Paulo seja muito diferente daquela da Bahia ou de Porto Alegre. Em nosso entendimento, desconsiderar este aspecto, com efeito, prejudica a pesquisa. É importante reconhecer o esforço dos pesquisadores em utilizar um método mais adequado à nossa realidade brasileira, entretanto, o engano foi considerar nossa brasilidade como homogênea.

A intimidade, nos artigos psicométricos, é definida como um dos componentes do amor, responsável por aprofundar o vínculo afetivo e promover a proximidade dos casais. Associa-se a sentimentos de consideração, valorização da relação e ao aumento da duração do relacionamento. Considera diferentes aspectos da intimidade, tais como o desejo de promover o bem-estar da pessoa amada, experimentar emoções de felicidade ao lado dessa pessoa, disponibilidade para ajudar o ente querido em situações de dificuldade, compartilhar situações de vida, e a comunicação de aspectos de intimidade.

2.3.3 Problematizando intimidade na vida conjugal

O artigo 2, intitulado “Relatos de historias de pareja en el Chile actual: la intimidad como un monólogo colectivo”, de autoria de Dariela Sharim, Claudia Araya, Mariela Carmona e Paula Riquelme (2011), discute a dimensão psicológica da intimidade em narrativas sobre a vida conjugal de homens e mulheres chilenos, considerando que, nos países latino-americanos, o amor confluyente parece coexistir com uma versão transformada de amor romântico. As autoras esclarecem que o artigo é um estudo sobre a dimensão psicológica da intimidade e, para proceder à análise, interessam-se pela experiência subjetiva de adultos chilenos sobre a relação de casal, bem como pesquisam os sentidos que as pessoas dão para o casamento e qual o lugar do outro nessa intimidade.

Foram entrevistados individualmente, por meio de metodologia de Bola de Neve, quatro mulheres e quatro homens residentes em Santiago do Chile em 2009, com idades entre 25 e 50 anos e nível socioeconômico médio e médio alto (segundo nível de estudo e lugar de residência); seria possível aqui realizar vários questionamentos sobre a metodologia utilizada. A partir do relato de cada participante, foram construídas categorias que buscavam explicitar a diversidade de modos de performar intimidade.

Vale destacar dois aspectos, quais sejam: o primeiro seria o de que os e as participantes dessa pesquisa, ao falarem sobre casamento, não utilizaram a palavra intimidade; referiram-se a outros aspectos, como por exemplo, o projeto pessoal, a história da família de origem, a parentalidade e a realização material; o segundo aspecto seria referente ao fato de que, quando mencionada, a intimidade com o outro aparecia como desestabilizadora tanto do projeto pessoal como do projeto pessoal de casal.

O que a pesquisa apresenta é uma visão individual da perspectiva de um dos cônjuges, fator que não nos possibilita saber quais os pontos em comum e os divergentes da outra pessoa que é parte integrante desse casamento. Apresenta, portanto, uma visão individualizada e parcial; ou seja, o posicionamento das pesquisadoras, a maneira de analisar, os critérios de inclusão e as perguntas selecionadas aos entrevistados já partem de uma visão individualista sobre o relacionamento, mas que, por fim, mostra-se coerente com o subtítulo do artigo: “la intimidad como un monólogo colectivo”.

2.3.4 Explorando novos usos da noção de intimidade

Quatro artigos do *corpus* de análise fizeram usos menos convencionais da noção de intimidade.

O argumento defendido pelas autoras do artigo “Amor e violência na intimidade: da essência à construção social” (Dias & Machado, 2011) é a importância de que, ao se estudar temas como o amor e a violência na intimidade, haja a possibilidade de ir além do aspecto individual, de modo a incluir questões sociais, culturais e históricas do fenômeno. Nesse estudo, as autoras defendem a perspectiva construcionista como uma maneira mais inclusiva e de maior responsabilidade social. O artigo não define claramente a intimidade, mas faz uso deste termo para se referir a relacionamentos de longa duração ou de convivência próxima.

O artigo 20, cujo título é “Siendo una más: trabajo de campo e intimidad”, de autoria de Ana Alcázar-Campos (2014), aborda as implicações afetiva e sexual como antropóloga em um trabalho de campo em Cuba. Defende o argumento de que sua “implicação” com o trabalho de campo produziu um conhecimento diferenciado, por evidenciar desigualdades e formas de se relacionar com as pessoas de Cuba. Neste artigo, a intimidade é definida como a convivência com a família e a comunidade, assim como o que a antropóloga nomeou como “implicação afetiva e sexual”. As relações que envolvem intimidade neste artigo são entre a pesquisadora e a família, a pesquisadora e a comunidade, a pesquisadora e seu amante. Neste sentido, não se manifesta a clássica divisão entre público e privado, uma vez que a rua era considerada como a extensão da casa.

O artigo 9, de autoria de Marco Aurélio Prado e Isabela Queiroz (2012), apresenta um estudo sobre o tratamento de atenção a usuários de álcool e de drogas em uma comunidade terapêutica como possibilidade de espaço de politização da intimidade das mulheres que utilizam este serviço.

Partindo de uma perspectiva feminista, o argumento defendido pelos autores do artigo sustenta que as situações relacionadas com o uso de drogas em mulheres refletem as desigualdades de gênero, pois, consideram a mulher em uma situação de insuficiência, fragilidade e submetimento. Razões estas que justificam estratégias de controle e de vigilância ancoradas por uma lógica de cuidado que destaca como prioritária a função reprodutora da mulher. Embora os autores não definam claramente o que chamam de intimidade, o uso do termo considera-a como um recurso na politização da mulher. A intimidade retratada no artigo refere-se ao vínculo construído no grupo de mulheres.

O artigo 18, último da série classificada como “Experiência subjetiva”, é de autoria de Andrés Escobar V (2013) e tem por título “La literatura filosófica: una aventura íntima en Miguel de Unamuno”. Busca analisar, sob a perspectiva de um escritor e filósofo, de que maneira se articulam a filosofia e a literatura nas questões que envolvem a vida e a morte tanto para o autor, quanto para personagem e leitor. O argumento defendido pelo autor é o paradoxo entre vida e morte, característica principal na obra de Unamuno: para viver, é preciso morrer; é na morte que se valoriza a vida.

Intimidade, na perspectiva do escritor Unamuno, é tudo o que é mais íntimo, o mais profundo de si mesmo: ir adentro de si, pensar, sentir, viver e morrer na medida em que se escreve. E, na perspectiva do leitor, ler uma novela é viver intimamente a vida e a morte dos personagens. A intimidade existe entre você com você mesmo, e entre o autor, o personagem e o leitor.

2.4 Em síntese

Nossa sexualidade também passou por transformações. O desejo sexual tem um papel social ao ir ao encontro de outro ser humano e se unir a este; faz com que nos sintamos insatisfeitos sem a presença do outro. A erotização está em todo lugar, não mais apenas em um relacionamento especial. A sociedade atual busca a satisfação imediata; o sexo é uma maneira de se obter prazer imediato e de criar novas possibilidades de encontros “românticos”. A intimidade sexual não requer vínculos profundos e tampouco de longa duração; a satisfação do desejo sexual é o que importa e precisa ser imediata, ambos satisfeitos, desejos realizados e, se a experiência foi boa, pode existir chance de reencontro, mas sem que haja qualquer compromisso de relacionamento sério (Bauman, 2004).

No “Mundo Líquido”, a identidade sexual é determinada pela pessoa, que se baseia naquilo que se ajusta melhor a ela mesma, de modo que pouco importa se a identificação de gênero é feita pelos órgãos genitais e determinada pela natureza ou se é considerada como uma construção social. Na sexualidade, as fronteiras que diferenciam o que é saudável do que é perverso não são nítidas, e se guiam pela busca individual da felicidade entre iguais (Bauman, 2004).

A partir do que foi discutido até aqui, podemos compreender que a intimidade é uma construção social que pode ser estruturada na convivência e na proximidade com outras

peessoas, assim como em relações de alteridade, tal como na cultura Kaxinawá (McCallum, 2013).

O processo de individualização tem a intimidade como aliada, e, nas relações afetivas, busca pela satisfação pessoal. A intimidade também reproduz a ambivalência da Pós-modernidade: pode ser tanto desejada quanto temida, e pode tanto representar uma ameaça à individualidade quanto ser um refúgio. A proximidade física não garante a intimidade em nossos vínculos, assim como a intimidade sexual não é suficiente para construir um relacionamento mais duradouro.

A privacidade, no passado, era a condição básica para a construção de intimidade em um relacionamento, porém, as mudanças sociais nos permitiram perceber que, atualmente, a intimidade não precisa mais da privacidade. Por outro lado, a privacidade, anteriormente tão valorizada e simbolizada pela intimidade no quarto, local em que tudo acontecia, hoje em dia pode estar em um espaço virtual, no arquivo de um celular ou em uma nuvem tecnológica, à espera de um leve *click*.

Fica o questionamento: e quanto às novas tecnologias, como elas influenciam a nossa intimidade?

Abordaremos, a seguir, o impacto dessas novas tecnologias na esfera dos direitos.

CAPÍTULO 3 - VERSÕES CONTEMPORÂNEAS DE INTIMIDADE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS

Nos dias atuais, a partir das mudanças sociais e das novas tecnologias, enfrentamos dificuldades para diferenciar o que pertence ao âmbito público e o que concerne ao privado, agora, não mais representados pela casa ou pela rua. Vivemos o fenômeno da globalização que, por meio da troca de informações, amplia fronteiras geográficas e transcende o tempo, deixando as informações acerca do mundo ou das pessoas à mercê de um simples “clique”. É nesse contexto que emerge uma perspectiva ampliada dos direitos das pessoas. O objetivo deste capítulo é compreender como a intimidade passou a ser entendida como um direito, tanto em uma perspectiva histórica como em seu uso atual em artigos científicos. Os autores que serviram como referência nesta tese para a discussão de cunho mais histórico foram Norberto Bobbio (2004, 2018), Hannah Arendt (2016) e Celso Lafer (2009, 2018).

3.1 A intimidade como direito: uma perspectiva histórica

Segundo Norberto Bobbio, no início da era moderna, uma importante mudança ocorreu na formação do Estado Moderno: saímos da relação “soberano e súditos” para a de “Estado e cidadãos”. O reconhecimento e a defesa dos direitos da pessoa, a democracia e a paz são condições interligadas; sem direitos reconhecidos não existe democracia e, sem esta, não se pode solucionar conflitos, e, por sua vez, sem a paz, é difícil sustentar direitos: “a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais” (Bobbio, 2004, p. 1).

Essa noção de direito do cidadão na era moderna tem correspondência com a visão individualista de sociedade, em que se acredita que, para compreendê-la, é necessário entender os indivíduos que a compõem. Nessa concepção individualista, o “justo” é que cada pessoa seja tratada de modo que possa satisfazer as próprias necessidades e tenha a garantia de seus direitos (Bobbio, 2004).

Esse movimento se deu principalmente impulsionado pelas disputas religiosas que destacavam a necessidade do direito à liberdade religiosa, assim como a proteção contra a opressão por essas escolhas. Muitas lutas foram travadas até a conquista do direito do cidadão de cada Estado que, por fim, também impulsionaram o reconhecimento do direito do cidadão

do mundo, expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que dispõe: “Todos os homens *nascem* livres e iguais em dignidade e direitos” (Bobbio, 2004, p. 28).

Bobbio (2004) defende que a concepção de direitos é histórica; não existem direitos fundamentais por natureza, de modo que o que parece fundamental em uma época e para determinada civilização, não é fundamental em outra cultura ou em outro período de tempo.

Em um primeiro momento, o direito das pessoas se fundamentava na doutrina do “estado da natureza”, que tinha como pressuposto básico o direito à vida e à sobrevivência, e isso incluía tanto o direito à propriedade, quanto à liberdade. Esses direitos, também nomeados como direitos fundamentais, foram importantes na luta contra o dogmatismo da Igreja e o autoritarismo do Estado (Bobbio, 2004).

Mudanças sociais, tais como as apresentadas no capítulo anterior, o avanço em pesquisas na medicina, o aumento da longevidade da população, juntamente com inovações tecnológicas, demandaram sucessivas ampliações na noção de direitos fundamentais e, com isso, a necessidade de proteção e de preservação desses direitos. Por outro lado, nossa privacidade passou a ser tutelada pelo Estado, na medida em que os poderes públicos aumentaram a capacidade de armazenar arquivos de dados privados dos cidadãos. Quando nascemos ou quando morremos, nossos dados são inseridos em um arquivo nos cartórios de registro civil; nossa saúde pode ser registrada nos atendimentos feitos ao longo da vida em postos de saúde e em hospitais; nossa vida acadêmica também se encontra registrada; a receita federal possui dados sobre o dinheiro que ganhamos com nosso trabalho, sobre como o gastamos e como o investimos, assim como o departamento de trânsito e a polícia também armazenam nossas informações.

Mas, preservar direitos implica um questionamento entre o que pertence à esfera pública e o que concerne à privada, visto que, quando aumenta uma, diminui a outra, e se diferenciam ao estabelecerem regras vinculatórias de conduta.

Diante de tantas informações, Bobbio (2004) evidencia a necessidade de, ao pensarmos em direitos, perguntarmos-nos de que concepção de pessoa nos referimos. Se antes o “homem” era um ser genérico, atualmente não o é mais. Essa necessidade aparece no direito quando nos deparamos com as especificidades das demandas em relação à questão de gênero e às diferenças entre homens e mulheres; às diferentes fases de vida, como a luta pelos direitos da criança e do idoso, e aos direitos especiais dos doentes, deficientes e doentes mentais. Essas discussões, no âmbito internacional, foram responsáveis pela formulação da Declaração dos Direitos da Criança (1959), Declaração sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher (1967), Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (1971) e Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos

(1982). Se antes, o direito à liberdade era primordial, agora, o direito social nessa vertente ampliada também é (Bobbio, 2004). Portanto, a discussão sobre direitos vai se ampliando em um movimento de maior inclusão diante das demandas sociais.

Segundo Bobbio (2018), o direito público é determinado por uma autoridade política e está representado por uma lei, ou seja, uma norma vinculatória que é imposta pelo detentor do supremo poder, reforçada pela coação dos que a ela se submetem e na qual o interesse coletivo se sobrepõe ao individual; o direito privado diz respeito a um conjunto de normas que regulam relações recíprocas, questões patrimoniais e acordos bilaterais, isto é, a reciprocidade entre iguais.

Porém, de acordo com a filósofa Hannah Arendt (2016), constitui um equívoco considerar que os nossos direitos são privados e nossas obrigações são públicas. Esse é um pressuposto fundamentado em uma tradição individualista em que direitos e obrigações devem ser considerados separadamente, uma vez que têm objetivos diferentes. O privado, na perspectiva da intimidade, é tudo o que diz respeito ao ser humano em sua individualidade que, se não for de “interesse público, não deve ser divulgado” (Lafer, 2018, p. 224).

Neste sentido, o privado está sujeito à existência da pessoa e pode se chocar com os interesses públicos e também com os direitos das pessoas com quem convivemos, ou seja, compartilhamos um mundo, mas não o possuímos. O público, na ótica de Hannah Arendt, diz respeito ao espaço comum e visível, o que é comum a todos, assim como o que pode ser visto e ouvido por todos e ser amplamente divulgado (Lafer, 2009, 2018).

Arendt (2016) considera como direito público o que é de interesse comum aos nossos concidadãos; reconhece como público o “direito de associação”, tido como base para a ação conjunta e pela possibilidade de gerar poder, e que atribui a “toda e qualquer pessoa o direito de se associar livremente com outras” (Lafer, 2009, p. 238).

Se refletirmos a partir da perspectiva da dignidade e do direito, a igualdade constitui a base dos Direitos Humanos, mas não pode ser considerada como um dado do direito natural pois, conforme assevera Arendt (2016), não nascemos iguais, tornamo-nos iguais mediante o princípio da justiça. Igualdade e dignidade são construídas; resultam de uma vivência coletiva que se manifesta em um espaço público comum. Essa vivência coletiva envolve uma responsabilidade coletiva e, por esta razão, é política e tem uma preocupação especial pelo “mundo” – e não pelo “eu”. Nas questões de ordem moral da conduta humana existe o eu; nas de ordem política de conduta está o mundo. Portanto, podemos considerar que a responsabilidade coletiva é de natureza política e tem como preocupação central cuidar do social a fim de garantir a diversidade da condição humana (Lafer, 2018). Por esta razão, a

igualdade é uma construção política da convivência coletiva e se baseia na diversidade da vida humana (Arendt, 2016; Lafer, 2009, 2018).

O argumento “direito a ter direitos” foi defendido pela filósofa que, para desenvolver seu pensamento, reflete sobre a relação entre a palavra e a ação inseridas em um espaço público em que, juntas, constroem a individualidade das pessoas de modo que – na perspectiva da autora – não são os processos biológicos ou psicológicos que definem a individualidade. É no espaço público que se cria uma imagem apresentada pela pessoa *ao* mundo e *no* mundo, e a palavra e a ação, ao mesmo tempo que a singulariza, a diferencia. A esfera pública também é considerada como a da visibilidade e da aparência, em que a ação e o discurso revelam quem nós somos no mundo e com os outros; ninguém é autor de sua própria vida, mas, sim, uma pessoa que interage com outras e, nessa interação, constituímos-nos como seres humanos que compartilham o mundo. A vida humana, desde o nascimento até a morte, cria uma história inserida em outras histórias repletas de outros autores. Neste sentido, na obra de Arendt, é a pluralidade no espaço público que permite a existência e a intersubjetividade, e não a singularidade isolada (Arendt, 2016; Lafer, 2018).

A obra de Arendt está entrelaçada com sua história de vida. Como judia, teve que fugir do nazismo e, durante um período de tempo, foi juridicamente apátrida, até conseguir se tornar uma cidadã norte-americana. Essa experiência, em que foi privada de sua cidadania, sem qualquer direito, em decorrência da inexistência de leis que a protegessem, influenciaram seu trabalho e, anos mais tarde, também o seu argumento “direito a ter direitos”, que influíram na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Lafer, 2018).

3.2 A relação entre direitos e intimidade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, é tutelada pelo Direito Internacional Público, mas não pode ser considerada como a soma de declarações nacionais de direitos. Ela ultrapassa a esfera jurídica nacional e se amplia para o âmbito internacional. O artigo 6º da Declaração estabelece: “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei” (Lafer, 2018, p. 339; ONU, 2009, p. 6). E, em seu artigo 12, reconhece o direito à intimidade ao prescrever que: “Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à proteção da lei” (Lafer, 2009, p. 240; ONU, 2009, p. 8).

O direito à intimidade é considerado essencial para a preservação da vida humana e da privacidade. A intimidade, na perspectiva de Arendt, faz parte de um direito autônomo da personalidade, que é exclusivo do ser humano em sua individualidade e diz respeito ao direito de estar só e estar protegido da interferência de terceiros, resguardando, assim, sua vida privada (Arendt, 2016; Lafer, 2009, 2018). O direito de estar só incentiva o pensar, considerado como uma atividade solitária e um diálogo consigo mesmo, sem necessariamente representar a solidão, que é vista por Arendt como a ausência de si mesmo, pois, ao refletir, o “eu” faz companhia a si mesmo (Arendt, 2016). O pressuposto básico do direito à intimidade é concernente à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo referente à correspondência, ao segredo profissional, ao direito à reputação e à honra e a tudo o que corresponder à preservação da integridade moral do ser humano (Lafer, 2009).

Atualmente, a informação é a nova forma de poder; diferentemente de outras épocas, a riqueza se traduz no acesso a informações, quer seja o detentor uma pessoa, uma organização ou o próprio Estado (Castro, 2002); muito embora, no exercício de nossa privacidade, nossas informações pessoais constem em diferentes bancos de dados, tanto nas lojas em que consumimos, como nos locais que frequentamos, no uso do cartão de crédito, nas ligações e mensagens telefônicas, no trajeto que fazemos com nosso carro, nos aplicativos que usamos para alguma informação privada, nas câmeras de segurança de rua e nos *sites* que navegamos na internet. As informações de consumo e nosso comportamento individual adquirem valor econômico, de modo que esses dados são comercializados e utilizados independentemente do nosso consentimento. Com a ajuda de avançados *softwares*, esses dados são agrupados, analisados e criam um perfil a nosso respeito. Essa prática de utilização de dados pessoais pode, com efeito, colocar em risco o direito a nossa intimidade (Castro, 2002).

Desta maneira, muitas vezes, existem situações em que os pressupostos do direito à intimidade se chocam com os do direito à informação, e, em outras, eles se complementam. O direito à informação pode, portanto, ser considerado como base para a construção de um espaço público democrático e, por ser uma expressão do público, é comum a todos e deve ser do conhecimento de todos. Tem relação tanto com a liberdade de expressar nossas ideias e opiniões quanto de não ser molestado por isso. Nessa reflexão, qualquer isolamento leva a pessoa à impotência, que pode impedir sua ação na esfera pública, e à desolação, que promove o desenraizamento da pessoa no mundo. Daí a importância do direito à informação. O direito à intimidade tem a privacidade assegurada, por sua vez, o conhecimento assegurado pelo direito à informação também é defendido pelo Estado (Lafer, 2009; 2018). Lafer (2009) considera que, para a solução desta questão, deve haver uma clara distinção entre público e privado.

3.3 Direitos na sociedade da informação

Segundo Jorge Werthein (2000), as transformações sociais no século XXI e nossa vivência na sociedade da informação necessitam de uma reflexão crítica sobre as implicações éticas, econômicas e políticas. Até o século XX, vivíamos em uma sociedade pós-industrial, termo este que foi substituído por sociedade da informação, haja vista os avanços tecnológicos e das telecomunicações.

No entanto, é um engano pensar que as tecnologias de informação, por si só, transformaram a sociedade, pois este raciocínio deixa de levar em consideração as mudanças sociais e a interferência do Estado nessa transformação. Nesse novo paradigma, a desigualdade se reproduz entre os países ricos e pobres, pois, na grande maioria dos países em desenvolvimento, com populações pobres e marginalizadas, muitos não têm acesso à tecnologia de informação. Existem riscos de que as tecnologias da informação, a depender do uso que as nações possam fazer, introduzam novas formas de exclusão social. A solução seria, então, promover – a preços acessíveis – o acesso universal e a infraestrutura dos serviços de informação a todas as pessoas (Werthein, 2000).

A sociedade da informação trouxe consigo a desconfiança para alguns e a euforia para outros no que tange aos efeitos da automação dos setores produtivos, dos avanços da informática e da difusão da internet nos países industrializados, que promoveu a integração com outros países por meio das infovias globais (Werthein, 2000).

A tecnologia também propiciou avanços na área da educação, com a criação da educação à distância, o acesso às bibliotecas digitais, as videoconferências, o correio eletrônico, o trabalho à distância, a comunicação com grupos de pertencimento para troca de informações e o acesso *on-line* a transações comerciais e bancárias. Mas, também, trouxe inúmeros desafios, tais como as questões éticas do uso de determinadas informações, a invasão de nossa privacidade, a violência visual, o controle sobre a vida do outro, a perda da qualificação associada ao processo de automação e, conseqüentemente, o desemprego. Outro aspecto preocupante diz respeito à perda do controle sobre a própria vida, da imagem, e também, a perda da identidade (Werthein, 2000).

De acordo com Luiz Fernando Martins Castro (2002), as informações pessoais armazenadas em banco de dados não se restringem apenas ao nome, data de nascimento e filiação; legalmente, considera-se como objeto de proteção qualquer informação que, direta ou indiretamente, possa ser associada a uma pessoa, como o número de telefone, uma placa de carro ou o endereço de *e-mail*. Mas, outras informações, ainda que incompletas, podem ser

incluídas por meio da associação ou do cruzamento de dados que identifiquem uma pessoa, como no caso do DNA ou da própria impressão digital. Alguns avançados programas de computador ou ferramentas de busca podem, em segundos, vasculhar milhões de dados e encontrar a pessoa correspondente a eles.

O acesso universal ao conteúdo e às fontes de conhecimento requer que se reflita sobre os direitos de propriedade intelectual e os princípios infoéticos. Outra questão seria elevar a qualidade e o volume da informação e de domínio público na internet no idioma da população que acessa essas informações, mas isso envolve ações do governo para financiar mais pesquisas com recursos públicos e disponibilizar esse conteúdo, o que, invariavelmente, demanda investimento em educação de qualidade (Werthein, 2000).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem inclui o direito à informação, e, na sociedade da informação, é necessário fazer uma discussão global sobre o acesso à internet, com a participação ativa da sociedade como um todo, assim como se faz necessário repensar as questões éticas, legais e societárias no uso das tecnologias da informação e de comunicação e a colaboração e parceria internacional para a criação de ferramentas comuns, métodos e estratégias para uma sociedade de informação que seja global e justa (Werthein, 2000).

No Brasil, a Lei nº 9.507/97, do *habeas data*¹⁰ de nossa Constituição Federal, normatiza o direito de acesso a informações. No entanto, essa lei tem caráter corretivo e sancionador, mas não prevê estratégias de controle prévio ou medidas preventivas para evitar problemas que coloquem em risco a privacidade. Esse instrumento legal destina-se a assegurar o conhecimento de dados pessoais armazenados em banco de dados governamentais ou que tenham caráter público. A Lei nº 8.078/90, por sua vez, trata da proteção dos bancos de dados dos consumidores; o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu regras para aqueles que desenvolvem e utilizam de bancos de dados de consumidores. Essas regras acabaram por reconhecer a utilidade econômica dessas informações, e os consumidores, por sua vez, podem ter acesso a esses dados.

Essas leis se assentam na necessidade de proteção e em uma relação de consumo, em que a segurança e a confiança dos consumidores representam aspectos fundamentais para as atividades econômicas. No Código Civil, a Lei nº 10.406/02, em seu artigo 21, prevê a inviolabilidade da vida privada e atribui ao juiz o poder de adotar as medidas cabíveis em caso de violação de direitos (Castro, 2002).

¹⁰ *Habeas data* é um termo jurídico que diz respeito ao processo que dá aos cidadãos todo o acesso a informações existentes sobre si em banco de dados de instituições públicas e governamentais. Recuperado de www.significados.com.br/habeas-data.

A Lei nº 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet (Alves, 2019)¹¹, prevê os direitos e deveres para uso da internet no Brasil, mas tal dispositivo legal não foi suficiente, pois nessa legislação existem lacunas que não oferecem a segurança esperada. Em 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709, nomeada como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entra em vigor em 2020 e tem como foco a proteção de dados pessoais de pessoas físicas e de dados empresariais no meio digital, definindo garantia de direitos, obrigações e penalizações.

A proteção de dados pessoais se fundamenta no respeito à privacidade, na liberdade de expressão, no direito à informação, no direito à intimidade e na proteção e honra da imagem. Ainda que existam essas leis de proteção, os especialistas em tecnologia alertam que cabe a cada um de nós a responsabilidade e a consciência sobre o que acessamos e quais dados pessoais disponibilizamos na internet. Temos o direito de acessar, bloquear dados, retirar consentimento de uso de dados; por outro lado, as empresas, a depender do uso das informações que dispõem na internet, podem colocar em risco a credibilidade e segurança de sua empresa, pois não estão imunes ao ataque de *hackers*¹². Ainda necessitamos de leis de proteção, mas o Estado não está imune a crimes cibernéticos, portanto, precisa reavaliar o uso de informações de seus cidadãos. Ficam, então, as perguntas: quem nos protege da interferência do Estado em nossa privacidade? Como os países podem se proteger contra a espionagem cibernética?

Como pudemos perceber, ocorreram mudanças significativas na esfera dos direitos. A luta pelo direito à intimidade, pelo direito à informação e a tentativa de inclusão e defesa dos direitos de grupos minoritários resultou em ampliações e em criações de leis que pudessem dar conta da demanda social.

No entanto, essas ações estão baseadas na difícil tarefa de definição sobre o que pertence ao âmbito público e o que concerne ao privado. Em algumas situações, essa diferenciação é evidente, mas, quando se discute o direito à informação e o direito à intimidade, muitas vezes, encontramos conflitos, principalmente a partir do uso da tecnologia. Se existe tensão entre o público e privado, também existe tensão entre direito à informação e direito à intimidade.

A tecnologia expandiu horizontes, abasteceu-nos do poder da informação, mas, também, tornou-nos vulneráveis e reféns do uso indevido de nossos dados privados. Nossa atual legislação sobre uso de dados pessoais na internet é insuficiente para abarcar a demanda

¹¹ Recuperado de <https://laurenfernandes.jusbrasil.com.br/artigos/682240896/o-uso-da-internet-e-a-protecao-de-dados-pessoais>.

¹² *Hacker* é uma palavra em língua inglesa do âmbito da informática, que indica uma pessoa que possui interesse e um bom conhecimento nessa área, sendo capaz de fazer *hack* (uma modificação) em algum sistema informático. Alguns *hackers* são contratados por grandes empresas para testarem a segurança de seus sistemas informáticos. Dessa forma, os *hackers* tentam entrar no sistema, a fim de descobrir as suas fragilidades para melhorar a segurança e, assim, prevenir futuros ataques. Recuperado de www.significados.com.br/hacker.

decorrente das mudanças sociais e dos avanços tecnológicos. As leis que estabelecem proteção de dados se fundamentam a partir de reflexões sobre relações de consumo. Nosso estudo evidenciou que a informação é o novo poder, a intimidade das pessoas é invadida pela vigilância tecnológica, o que nos faz pensar em uma implosão da privacidade e na interligação entre temas como intimidade, tecnologia, direitos e economia.

3.4 Reverberações nos artigos científicos

Onze artigos de nosso *corpus* de análise fizeram uso da intimidade como um direito, conforme **Apêndice B**. De maneira geral, na discussão sobre direitos, os artigos envolvem temas que se relacionam tanto ao direito à informação quanto ao direito à intimidade, mas, também, à tensão entre público e privado. Ainda que apresentemos um agrupamento, é preciso esclarecer que são meramente uma tentativa de organizar o argumento de que há relação entre direitos humanos e direito à intimidade.

3.4.1 Sobre os direitos fundamentais

Dois artigos foram incluídos nessa temática: o artigo 8, que tem como tema principal a ampliação dos direitos para outros grupos populacionais; e o artigo 21, que discute os direitos fundamentais sob uma perspectiva contemporânea.

O artigo 8, intitulado “As articulações entre intimidade e trabalho: a construção social de um mercado de trabalho livre no oeste paulista cafeeiro”, é de autoria de Rogério da Palma e Oswaldo Mário Serra Truzzi (2012). Apresenta um estudo sobre o oeste paulista cafeeiro no início do século XX, especificamente no município de São Carlos, e as relações de fazendeiros e administradores com trabalhadores negros após a Abolição da escravidão. O objetivo do artigo, nessa intersecção entre intimidade e trabalho, foi o de analisar um inquérito policial na cidade de São Carlos no começo do século XX. Trata-se de documento que aponta conflitos entre fazendeiros/administradores e ex-escravos e seus descendentes, em que estes últimos se posicionavam reafirmando a sua liberdade contra qualquer tipo de interferência externa que a ameaçasse. A partir do exame desse inquérito policial, evidenciou-se a luta dos ex-escravos e de seus descendentes por fazer valer sua liberdade, privacidade e direito à intimidade.

Argumentam os autores que a Abolição representou o fim da propriedade de escravos e da diferenciação social entre estes e os senhores; foi extinto o direito de interferir nas relações

familiares e na vida sexual dos negros, e o tempo histórico para estes passou a ser dividido em “tempo de cativeiro” e “tempo de liberdade”. O ideal de intimidade era ancorado em uma moral própria ao estatuto social de “homem livre”, a implicação desse posicionamento buscou isolar as relações familiares de referenciais hierárquicos externos. Nesse contexto, a intimidade foi definida como fruto da privacidade, uma consequência da restrição da família ao espaço doméstico, à “intimidade familiar”, representada pelo quarto do casal. A intimidade, tal como foi abordada no artigo, ocorre entre os escravos e sua família. O contexto em que se dá essa intimidade é a casa.

O artigo 21, cujo título é “Visión de la Corte Constitucional, respecto a los derechos de libertad de expresión e información: una relación desde el derecho al buen nombre, a la intimidad y a la honra”, de autoria de Adriana Patricia Arboleda López (2014), apresenta um estudo sobre os direitos fundamentais inerentes ao homem por sua condição humana, com ênfase no bom nome, na honra, na intimidade, no respeito, na informação e na liberdade de expressão. Discute o direito que assegura a qualquer cidadão apresentar às autoridades petições que dizem respeito tanto ao interesse pessoal quanto geral, assim como prevê o direito de resolução do pedido. E a ação de tutela garante ao cidadão o direito de proteção imediata de seus direitos fundamentais, livre de toda e qualquer omissão de qualquer autoridade pública.

A autora aborda o cuidado e a importância de haver ponderação por parte das autoridades envolvidas, a fim de assegurar ao cidadão seus direitos, pois cada caso deve ser analisado de maneira criteriosa e particular. O artigo trabalha com o conceito de intimidade como parte da vida privada; visa dar destaque e importância aos direitos fundamentais que estão centrados no direito do indivíduo. A intimidade é tida como um direito e está associada à vida privada do cidadão colombiano, como tudo o que diz respeito à própria pessoa, à sua família, ao social e ao seu trabalho. Neste artigo, a intimidade ocorre entre o cidadão colombiano e sua relação consigo mesmo, com sua família, seu trabalho e o contexto social que o circunda.

O contexto da intimidade é a casa, o trabalho e os locais de sua agremiação. O artigo, no entanto, não leva em consideração a questão de gênero, de modo a reafirmar uma hegemonia do masculino ao não proceder a uma diferenciação e não mencionar a mulher como portadora de direitos.

3.4.2 Sobre a atuação do Estado no controle dos modos de ser

Incluímos nesse tópico três artigos do *corpus* analisado. O artigo 6, de autoria de Eduardo Silveira Netto Nunes (2012), é um estudo sobre o processo de profissionalização do Assistente Social na problematização da infância na América Latina expressa nos Congressos Panamericanos del Niño (CPNs) entre 1928 e 1948. Nunes (2012) pesquisou os nove primeiros CPNs e, a partir da problematização da infância na América Latina, buscou identificar eixos temáticos das discussões da época. Tais temas circulavam entre assistência, direito, educação e saúde, assim como a realização de medidas para profissionalização e especialização da atenção à infância.

Nesse período de mudanças, os CPNs tinham como preocupação principal o desenvolvimento de políticas públicas focadas na infância e na família da população pobre; a profissão de assistente social teve destaque nesse movimento, pois era a área do conhecimento que oferecia recursos científicos, metodológicos e de ação incisiva nesse campo de atuação.

A intimidade discutida no artigo diz respeito à criança, ao adolescente e à família pobre na relação com a Igreja e com o Estado, por meio da ação do profissional do Serviço Social. O argumento principal é que o processo de profissionalização do serviço social não tinha como único objetivo o bem-estar social das famílias pobres; suas intervenções estavam influenciadas por “interesses geopolíticos, ideológicos e nacionais”, por ideias políticas tanto conservadoras quanto progressistas, e por ideais religiosos que nem sempre tinham como escopo superar as desigualdades sociais. Assim, o autor argumenta que a intimidade das famílias, crianças e adolescentes pobres é uma “intimidade pública”, isto é, sob interferência tanto do Estado quanto da Igreja e, deste modo, é diferenciada da intimidade burguesa, que tem a privacidade como um valor e um direito.

A relação entre privacidade e intimidade, neste artigo, tem por norte as classes privilegiadas – distinta, portanto, de uma intimidade pública dos pobres, a qual é controlada tanto pelo Estado quanto pela Igreja. Define intimidade pública como aquela que recebe interferência e controle do Estado e da Igreja e é exclusivamente dirigida à população pobre; portanto, trata-se de uma interferência justificada pela necessidade de garantir “direitos” e “fazer o bem” para essa população.

O artigo 12, cujo autor é Maribel Florián Buitrago (2013), apresenta um estudo sobre a conduta sexual e amorosa a partir da orientação ética na Colômbia durante a década de 1960. O objetivo do estudo foi analisar as técnicas de governo moral sobre pessoas a partir dos discursos de especialistas que construíram o conceito de intimidade. Essas técnicas, como a

auto-observação e a confissão, produziram modos de subjetivação e de individualização que são consideradas pela autora heranças da colonização do Cristianismo na Colômbia e que fazem parte da subjetividade das pessoas até os dias de hoje.

O governo da intimidade estabelece a lógica da “relação consigo mesmo” mediada, de um lado, pela obediência, em que a própria pessoa se governa, e, por outro, pela “aprendizagem”, ao incentivar a experimentação das técnicas de autogoverno. O argumento da autora é de que o governo da intimidade deve ser analisado a partir dos objetivos das técnicas e seus efeitos. Em suma, deve-se refletir sobre que tipo de sujeito moral estava sendo produzido naquele momento sócio-histórico.

A intimidade é definida como a vida íntima que envolve amor, casamento, família, sexualidade e a relação consigo mesmo. Acontece entre o casal e a família, mas, também, pode estar presente na relação entre a pessoa e o especialista, seja este um padre ou um psicólogo.

O artigo 13, intitulado “¿Punto final al limbo legal de las actividades de inteligencia en Colombia?”, de autoria de Juan Camilo Rivera Rugeles (2013), oferece uma reflexão sobre a eficácia de um projeto de lei da Colômbia a favor dos direitos do cidadão. Defende o argumento da omissão do Projeto Lei sobre a regulamentação dos serviços de Inteligência e Contrainteligência da Colômbia e demonstra, ao longo da análise, pequenas brechas em que há o controle político da nação usurpando os direitos dos cidadãos.

A intimidade, neste artigo, refere-se a um direito pessoal garantido pela Constituição da Colômbia e pelos órgãos internacionais; no entanto, o termo não é definido.

3.4.3 Sobre o direito de preservação de informações pessoais

Na sociedade de informação, estas fluem para além das estratégias de controle e segredo, como no caso Snowden (artigo 22). Contudo, exemplo contemporâneo mais contundente é a questão da preservação de dados biológicos (artigo 17) e/ou estados de saúde (artigo 7).

O artigo 22, intitulado “Um novo olhar sobre o direito à privacidade: caso Snowden e pós-modernidade jurídica”, de autoria de José Isaac Pilati e Mikhail Vieira Cancelier de Olivo (2014), apresenta um estudo sobre as novas formas de violação ao direito de privacidade diante das inovações tecnológicas, e toma como base de discussão o caso Snowden, que revelou informações da Agência de Segurança Nacional norte-americana.

A relação entre privacidade e intimidade, para alguns estudiosos, é uma discussão centrada nos direitos do indivíduo, portanto, levam-nos ao questionamento acerca do que é

público, diferenciando-o do privado. O argumento defendido neste artigo é que a questão do direito à privacidade, atualmente, carece de uma mudança paradigmática pós-moderna que quebra a hegemonia de uma discussão sobre direitos individuais e passa para um redirecionamento ao incluir na discussão o eixo Estado – indivíduo – sociedade (coletividade).

É importante destacar que a privacidade abordada neste artigo está sujeita às mudanças no comportamento social no que se refere às políticas governamentais e, principalmente, às novas tecnologias. A relação de intimidade, neste artigo, apresenta-se na discussão sobre os direitos do cidadão, do Estado e da sociedade.

O artigo 17, “Administración biopolítica de la intimidad en los Biobancos”, de autoria de Raúl Villarroel (2013), discute a questão ética a respeito das informações em torno dos Biobancos, a partir da concepção de biopolítica de Michel Foucault. Neste artigo, a privacidade e a intimidade são consideradas como um direito de preservação de dados biológicos que precisam ser protegidos. Argumenta que a intimidade e a privacidade estão à mercê de um dispositivo de vigilância e, portanto, destaca a importância da reflexão sobre as questões éticas e sociais que envolvem os Biobancos, considerados como tecnologias de vigilância pelo Estado assim como por empresas multinacionais. Ademais, alerta acerca das lacunas nas leis que regulamentam os Biobancos, de modo que não há clareza se certos materiais biológicos podem ser considerados como sendo de uma pessoa ou não. A intimidade ocorre na tensão entre dados sigilosos de uma pessoa e sua exposição pública. A discussão circula pela definição sobre o que é o público e o que é privado.

O artigo 7, cujo título é “Derecho a la intimidad y su vinculación con la salud”, de autoria de Delia Outomuro e Lorena Mariel Mirabile (2012), apresenta um estudo sobre o conceito de privacidade em Bioética no âmbito da saúde, tendo como referência a legislação argentina. Salienta a importância das regras de Bioética, também reconhecida como “regra de privacidade ou intimidade”. No entanto, no âmbito da saúde pública, muitas são as dificuldades que os profissionais enfrentam no cotidiano de sua rotina laboral. O avanço tecnológico por meio da internet, as câmeras de vigilância e os bancos de dados, muitas vezes, colocam essa privacidade em risco.

As autoras consideram que a privacidade é um direito que protege o indivíduo contra o acesso de terceiros sem o consentimento do mesmo, e se fundamenta como um princípio básico de autonomia, entendida no texto como autogoverno. Essa privacidade diz respeito às suas informações pessoais, a qualquer tipo de imagem, pertences e relações íntimas; isso se estende para a autonomia de seu próprio corpo ou mesmo a qualquer tipo de informação sobre seu estado de saúde sem consentimento prévio.

No artigo, a privacidade e a intimidade são consideradas como um direito pessoal ou personalíssimo. O argumento defendido é que a investigação na área da saúde merece mais atenção e cuidado, visando à preservação dos direitos pessoais, principalmente quando são seguidos determinados protocolos que nem sempre informam com clareza os riscos dos procedimentos e das pesquisas, mormente em populações de baixa renda.

A intimidade é definida como ações privadas internas, como o pensamento, os sentimentos e condutas íntimas que se expressam longe dos olhos alheios. Neste sentido, a intimidade está vinculada aos valores pessoais, suas crenças religiosas, sua vida sexual, suas escolhas de vida e suas convicções ideológicas. A relação abordada no artigo, em que a intimidade se faz presente, diz respeito àquela entre pacientes (usuários de hospitais públicos), profissionais de enfermagem, médicos, estudantes de medicina e administradores da instituição hospitalar.

A questão do direito à preservação de informações pessoais adentra também outras esferas, como o direito das crianças às informações sobre suas performances na escola. O artigo 15, de título “Prácticas escolares e ideas infantiles sobre el derecho a la intimidad”, cuja autoria é de Alex Horn, Mariela Helman, José Antonio Castorina e Marcela Kurlat (2013), apresenta um estudo sobre os direitos infantis à intimidade na perspectiva dos alunos no contexto escolar.

Os autores realizaram uma pesquisa qualitativa entre 2008 a 2010, em seis escolas públicas primárias situadas em Buenos Aires, principalmente com crianças cuja família era classificada como de baixa renda. As observações feitas foram em torno da convivência na escola como um todo (sala de aula, hora do recreio, entrada e saída de alunos), sobre as práticas sociais, a comunicação em sala de aula e as ações provenientes da escola que poderiam interferir nas ideias sobre o direito à intimidade. O foco era principalmente as interações entre as crianças e os docentes, e também entre os alunos e seus pares. Os autores destacaram que a particularidade de suas observações era direcionada ao que se fazia em público e ao que se restringia à escola; ou seja, que tipos de informações eram públicas a respeito dos outros ou de si mesmos.

Os autores afirmam que o reconhecimento da intimidade não é preponderante nos casos estudados; e os resultados apontam que a exposição da intimidade nas escolas é naturalizada. Destacam também a dificuldade em se conceituar – de modo sistemático e sustentado – o direito à intimidade na realidade escolar. O argumento defendido é que, para que uma criança possa pensar incondicionalmente em um direito, faz-se necessário sua participação em práticas efetivas de intimidade e que estas sejam reconhecidas e sustentadas. Finalizam esclarecendo que a pesquisa destaca as potencialidades da escola enquanto instituição pública para gerar

situações de reconhecimento dos direitos infantis; dito de outra maneira, ao reconhecer os direitos infantis à intimidade, a escola também é responsável por transformar politicamente alunos em cidadãos. A privacidade é um direito pessoal da criança que, em alguns casos, está sujeita ao julgamento da/o docente. A privacidade é um direito que inclui a categoria intimidade definida como um direito, como um espaço pessoal protegido contra a intromissão de terceiros.

A relação em que a intimidade é estudada neste artigo refere-se ao relacionamento entre a escola e as figuras de autoridade – como professores e diretora –, e os alunos; a relação dos professores com seus pares; a relação dos alunos entre si e a relação dos professores com as famílias dos alunos.

O local/espço de convivência interfere na preservação da intimidade, e o contexto em que se dá a intimidade neste estudo é a escola e a sala de aula. O artigo discute o direito à intimidade e o uso das informações dos alunos por parte das professoras e da diretora, mas, também, aborda a questão da privacidade. Nessa reflexão sobre uso e trocas de informações sobre os alunos, apresenta uma discussão sobre as figuras de autoridades, representadas pelas professoras, diretora e funcionários, e aponta que, para a maioria das crianças pesquisadas, o direito à intimidade é uma concepção condicionada ao julgamento da professora, ou seja, pela relação com o representante da autoridade.

Também a pesquisa com documentos, como por exemplo, cartas (artigo 26) e outros materiais de cunho pessoal (artigo 16), atravessa esta problemática do que considera como preservação da privacidade, sobretudo pela possibilidade de, ao digitalizar tais materiais, torná-los públicos, quando, anteriormente, pertenciam a trocas de teor mais intimista. Ou seja, uma exposição pública não intencionada pelo/a autor/a.

O artigo 26, intitulado “A pena como arma: trabalho, intimidade e rotina nas cartas dos policiais paulistas (1870-1915)”, de autoria de André Rosemberg (2016), discorre sobre as cartas de policiais presos enviadas para seus respectivos superiores entre os anos de 1870 e 1915. O objetivo da análise das cartas passa tanto pela perspectiva da escrita de si, quanto da história biográfica. O autor justifica a escolha das cartas por estas serem consideradas aqui como um veículo de interlocução entre o indivíduo e sua família e a instituição. O argumento defendido no artigo é que, ao revelarem a intimidade da vida privada do policial, as cartas ajudaram na negociação de benefícios de uma pena, ao mesmo tempo em que revelam a vulnerabilidade da instituição policial.

Neste caso, a carta significa a afirmação do sujeito diante da instituição, com o objetivo de obter a seu favor algum tipo de negociação da burocracia. Os desafios dos policiais são inúmeros, devido à baixa instrução escolar, às dificuldades na escrita e na ortografia, com o

esforço de melhorar a caligrafia e, assim, expressar um raciocínio persuasivo com bons argumentos a seu favor.

A pesquisa identificou quatro categorias para classificar os pedidos e as demandas dos policiais, a saber: queixas e reclamos contra superiores diretos; pedidos de transferência; pedidos de baixa ou de licença; e pedidos de perdão. As cartas podem representar um indivíduo, uma família, um anônimo ou seguir um modelo de abaixo-assinado, sendo que as queixas e reclamações contra superiores diretos constituíam uma tentativa de contornar abusos e injustiças cometidos pelos comandantes imediatos como, por exemplo, denúncia de roubo dos cofres públicos, má conduta, embriaguez e maus- tratos de policiais, abuso de autoridade nas investidas de assédio contra esposas de policiais em prol de se evitar perseguições contra o preso.

O autor argumenta que as cartas representaram um atalho no percurso normativo e na distância física que separam o comando de base, o policial preso e o seu ofício. Elas são testemunhos de uma memória resistente ao esquecimento, e, ao mesmo tempo, deflagram a vulnerabilidade da instituição que envolve a polícia ao revelarem desvios de função e abusos de autoridade. O autor utiliza o termo “intimidade embuçada” para se referir ao que as cartas revelam da vida desses policiais-trabalhadores.

A intimidade, neste caso, assume o sentido de exposição da vida privada do policial preso, como recurso e como direito para seu benefício. A exposição da intimidade é um recurso para a conquista de benefícios; a relação envolvida é entre policial e seu endereçado – os chefes superiores.

O artigo 16, intitulado “O monumental e o íntimo: dimensões da resistência no documentário brasileiro recente”, de autoria de Fernando Seliprandy Fernandes (2013), é um estudo sobre a resistência contra a ditadura em dois documentários brasileiros: Hércules 56 (dirigido por Silvio Da-Rin, do ano de 2006) e Diário de uma busca (dirigido por Flavia Castro, do ano de 2010). O objetivo do artigo é articular, por meio do cinema, conexões de um passado autoritário com um presente democrático. O autor defende o argumento de que os documentários sobre a ditadura referidos no artigo podem ser classificados como pertencentes ao campo monumental da inspiração para a celebração, ou no campo da intimidade que nos leva à introspecção.

Íntimo aparece no artigo como uma categoria de análise, mas, também, está relacionado com a exposição dessa divergência de opiniões entre a perspectiva da filha e cineasta e de seu irmão. A intimidade também é definida como a convivência, e a história familiar é revelada a partir de um documentário cujo objetivo é resgatar a memória de vida de um ex-militante,

embora pode ser considerado também como um documentário sobre a ditadura. Ela vem acompanhada pela reflexividade que o autor nomeia de “reflexividade íntima”. O autor também emprega o termo “ausência íntima”, que nos sugere referir-se ao segredo da morte (e/ou a ausência do pai) de Celso Castro. A relação em que aparece a intimidade é a relação familiar entre a cineasta, o irmão e o pai.

3.5 Em síntese

Os artigos selecionados neste capítulo discorrem sobre a intimidade na perspectiva dos direitos em contextos em que a informação evidencia uma tensão entre a esfera pública e a privada; em que as fronteiras entre elas não são mais nítidas como eram na modernidade. A discussão, neste sentido, deu visibilidade a um outro conflito: entre o direito à informação e o direito à intimidade.

Foram muitas as dimensões abordadas neste esforço de situar o contemporâneo em diálogo com as transformações históricas na esfera dos direitos. Assim, a intimidade se insere na discussão dos direitos fundamentais e em sua ampliação para outros grupos populacionais, a partir da busca do ideal de intimidade ancorado na luta pela liberdade, tal como no caso do período pós-abolição. De um ponto de vista mais contemporâneo, os direitos fundamentais se assentam sobre o direito da pessoa em uma perspectiva individualista da sociedade.

A interferência do Estado e da Igreja provocou uma invasão na privacidade das pessoas e infringiu o direito à intimidade, e essas ações, quando ocorriam na relação com a população de baixa renda, eram justificadas pelo cuidado e assistência a serem prestados, portanto, na perspectiva de uma “intimidade pública”. As classes sociais mais favorecidas sofreram menos com esta interferência; a privacidade foi mais preservada e os direitos mais respeitados – o que se poderia chamar de uma “intimidade burguesa”. Outras técnicas de governo moral sobre a intimidade das pessoas se fizeram presentes a partir dos discursos dos especialistas e religiosos, práticas que se ancoravam na “auto-observação” e na “confissão”. Neste sentido, pode-se refletir sobre o governo da intimidade como a “relação consigo mesmo”, intercedida, de um lado, pela obediência de quem governa a si mesmo, e, de outro, pela aprendizagem de técnicas de autogoverno.

A violação do direito de preservação de informações diante da utilização da tecnologia ultrapassou a esfera privada e ampliou a discussão centrada nos direitos individuais para redimensionar e incluir o eixo “Estado, pessoa e sociedade”, assim como nos faz repensar as

estratégias tecnológicas de segurança e de proteção de dados de um país em relação aos outros. Por exemplo, no que concerne à intimidade e à privacidade, as informações em torno dos Biobancos de dados biológicos são consideradas um direito da pessoa, mas estão sujeitas às tecnologias de vigilância do Estado e de empresas multinacionais. As questões éticas e a utilização da tecnologia que dizem respeito à saúde pública precisam ser repensadas tendo em vista que nem sempre os protocolos informam com clareza acerca dos riscos dos procedimentos e de pesquisas, principalmente quando se trata de populações de baixa renda.

No contexto escolar, tendo como foco a interação entre alunos, professores, direção e funcionários da escola, a exposição da intimidade do aluno/a se mostra naturalizada, condicionada pelo julgamento das figuras de autoridade escolar e justificada pelo ato de educar.

E, paralelamente, a pesquisa com documentos, cartas e outros materiais de cunho pessoal tem como foco a discussão sobre a preservação da privacidade. As cartas de policiais endereçadas aos seus superiores são recursos de interlocução entre a pessoa, sua família e a instituição, a fim de se obter alguma negociação a próprio favor, assim como denunciam má conduta de policiais da instituição; a exposição da intimidade registrada nas cartas é um recurso para a obtenção de benefícios.

Os documentários contra a resistência da ditadura no Brasil, por sua vez, podem ser considerados recursos para reflexões sobre um passado autoritário e um presente democrático; para a celebração da vida, tal como na tentativa de resgate da memória de vida de um ex-militante e pai da cineasta.

Em suma, a exposição da intimidade pode ser um recurso, como na luta pela liberdade e na tentativa de se buscar justiça e respeito; mas, também, pode infringir direitos, contribuir para desigualdade entre as classes sociais e invadir fronteiras e territórios nacionais.

CAPÍTULO 4 - AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DA MERCANTILIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE

Vivemos em uma sociedade impactada pelos efeitos das novas tecnologias, da internet e das redes sociais digitais. Vidas estão interligadas a partir da conectividade e da interatividade e influenciam nosso comportamento, nossas relações familiares, afetivas e sociais. Este capítulo visa à compreensão das mudanças relacionais geradas na contemporaneidade mediadas pelo uso das tecnologias de informação e de comunicação, bem como seus impactos na intimidade, nos relacionamentos interpessoais e as possíveis tensões nas fronteiras entre público e privado.

O capítulo se subdivide em duas partes: na primeira, há algumas considerações teóricas sobre as mudanças sociais a partir das novas tecnologias; e, na segunda, as reverberações desse processo nos artigos identificados como tecnologia, exposição e mercantilização da intimidade. Nossos principais interlocutores foram Manuel Castells (2019), Guy Debord (1997), Paula Sibilia (2008) e Zygmunt Bauman (2008).

4.1 Mudanças sociais a partir das tecnologias de informação e comunicação

Segundo Manuel Castells (2005, 2019), a sociedade pós-industrial ou informacional está ligada à reestruturação do capitalismo. A principal característica da sociedade de informação é o uso das tecnologias da informação na relação entre economia e sociedade. No entanto, não são as tecnologias que determinam ou desvirtuam os valores da sociedade – como se poderia pensar –, mas a sociedade é que faz usos da tecnologia de acordo com seus interesses, valores e necessidades. Diferentemente de outras inovações que se baseavam apenas na transmissão de informações e tinham o ouvinte em uma posição passiva – tal como no caso do rádio ou da televisão de antigamente –, o uso da tecnologia na era digital revolucionou nossa maneira de nos relacionarmos com o mundo e nós mesmos, na medida em que a participação ativa das pessoas envolvidas nessa comunicação é imediata, ativa e independe da localização geográfica dos envolvidos.

Uma nova condição de nos relacionarmos passou a vigorar a partir das tecnologias, denominada como sociedade em rede. Na sociedade em rede, em função das novas tecnologias de informação e de comunicação, a sociabilidade acontece na dimensão virtual e transcende o tempo e o espaço geográfico; nessa sociedade, diferentes grupos se organizam e estabelecem relações em um espaço que extrapola o convencional físico, trata-se de um espaço virtual

nomeado como ciberespaço. Nele não existem barreiras ou fronteiras físicas; a comunicação e a troca de informações acontecem em uma velocidade rápida e, como consequência, lidamos com mudanças continuadas em nossa maneira de interagir com pessoas ou grupos (Castells, 2005, 2019).

A sociedade em rede na era digital transcende fronteiras e é global, mas suas redes são seletivas, pois dependem de programas específicos e, apesar de difundir-se pelo mundo todo, não inclui todas as pessoas. Se, por um lado, a sociedade em rede na era digital proporciona maior comunicação e acesso à informação, de modo a influenciar nossos modos de vida e ampliar horizontes, por outro lado, tem um potencial destrutivo e de exclusão em massa para aqueles que não têm acesso digital. Essa nova interação pode proporcionar benefícios relacionados aos privilégios da rápida informação, mas, também, desafios como sentimentos e sensações de perda de controle, insegurança e, em alguns casos, exclusão. Por essas razões, as interações são complexas, carregam em si um misto de instabilidade, incerteza e certa desorientação, principalmente por evidenciarem a fragilidade das fronteiras entre o interno e o exterior e entre público e privado (Castells, 2005, 2019).

A mudança social não se concretiza pela aquisição de um computador para cada pessoa, mas por meio de uma reflexão ética sobre questionamentos tais como: isso depende de onde, por quem, para que, com que intenção serão usadas essas tecnologias de informação ou de comunicação (Castells, 2005)?

Alguns estudiosos nomeiam a sociedade em rede como sociedade da informação, ou sociedade do conhecimento. Castells (2005, 2019) discorda dessa terminologia e alega que o conhecimento, tal qual a informação, sempre fez parte da sociedade; o elemento novo é a inclusão do uso da tecnologia que, de certa maneira, fornece novas capacidades a uma antiga organização social denominada, por ele, como rede social.

As antigas organizações em rede tinham como característica a flexibilidade e a capacidade de adaptação, de acordo com as necessidades humanas, mas sua capacidade era limitada dependendo da complexidade da tarefa, haja vista que dependia exclusivamente do empenho humano. Historicamente, as redes pertenciam ao âmbito privado, às organizações de produção, às guerras, aos Estados, às empresas e tinham claramente definida uma autoridade central de organização. O novo, na sociedade em rede que dispõe de tecnologias, é ter que se manter flexível e adaptável, possuir recursos de alta complexidade com grande capacidade de armazenamento e, principalmente, descentralizar a sua *performance* ao longo de uma rede de elementos autônomos, mantendo sua capacidade de coordenação e criando a possibilidade de partilhar da tomada de decisões (Castells, 2005, 2019).

No entanto, a ideia de “rede” não nos parece representar a comunicação e a troca de informações na era digital, uma vez que as redes apresentam certa simetria em sua trama estrutural e, por isso, podem ser classificadas como redes homogêneas. Uma comunicação rizomática¹³ na troca de informações pode traduzir melhor a interação na era digital, tendo em vista que se trata de proposições mais igualitárias no sentido de não hierarquizar uma como mais importante do que a outra, pela total imprevisibilidade de alcance dessa comunicação e das pessoas ou dos grupos que estarão envolvidos nessa interação, pela ampliação de diálogos, de pensamentos e pesquisas sobre um determinado tema, pela qualidade heterogênea e múltipla de conexão ao envolver diferentes pessoas e interesses em um tema em comum e pelo fato de que a comunicação e a troca de informações podem ser interrompidas, mas nunca finalizadas em um único consenso sobre um determinado assunto, podendo ser retomadas em qualquer lugar, a qualquer momento.

As ponderações de Castells (2005, 2019), para os fins de nossa reflexão sobre transformações na sociedade contemporânea, são complementadas por Guy Debord (1997). Debord nomeia como sociedade espetáculo aquela em que suas diversidades e contrastes sugerem uma aparência socialmente organizada e que deve ser reconhecida como verdade geral. A sociedade espetáculo é, portanto, a afirmação da aparência e da vida social mediada por imagens; uma construção da realidade cuja lógica se sustenta na crença de que tudo o que é bom aparece, se não aparecer, é ruim.

Em nosso cotidiano, essas imagens influenciam tanto nossas vidas quanto nossas crenças e estabelecem um novo tipo de relação social entre as pessoas, assim como as publicações produzem novos desejos e aspirações em um constante ciclo vicioso (Debord, 1997).

Paula Sibilia (2008) argumenta que, há pouco tempo, a megalomania e a excentricidade eram consideradas como patologias, mas, atualmente, diante do que nomeou como “hipertrofia do eu”, o desejo de querer sempre mais e também a valorização de ser diferente passaram a ser qualidades desejadas e lucrativas. O sucesso das publicações em *blogs*, *sites* de compartilhamento de vídeos, tal como o YouTube, redes sociais como MySpace, Facebook e, mais recentemente, o Instagram, fizeram de “você, eu e todos nós” verdadeiras celebridades ao

¹³ Rizoma é um termo usado pela Botânica. De acordo com Lucas Ramos e Maíra Meimes (n.d.), a palavra “rizomático” foi utilizada pela filosofia de Deleuze e Guattari a fim de explicar um conceito que tem como característica a bifurcação, a imprevisibilidade, a não existência de proposições mais fundamentais do que outras, a capacidade de ampliar as possibilidades de construção de um pensamento, a conexão, a heterogeneidade, a multiplicidade por não ser composto de unidades, mas de dimensões. Não tem início nem fim, mas um meio; pode ser rompido em qualquer lugar, pois retomará segundo outras de suas linhas. Um rizoma explicita o fato de que ele não pode ser explicado por nenhum modelo estrutural.

transformarem passivos espectadores em criativos famosos. Exaltar o banal, gerar constantemente conteúdos criativos e atraentes, bem como se diferenciar são alguns dos desafios de quem embarca nessa árdua tarefa (Sibilia, 2008).

Por exemplo, os “diários íntimos” publicados nas redes sociais se organizam entre a escrita, a fotografia e o vídeo e, atualmente, são chamados de *weblogs*, *fotologs* e *videologs*, seguindo o bom e velho modelo de confessionalismo e de exposição da intimidade. Essa sequência de imagens produz uma história contada que Sibilia (2008) nomeou como “diários éxtimos”, um trocadilho para marcar a oposição com diários íntimos, destacando que, agora, são externos, razão do uso de “éx”. Esses diários éxtimos são fragmentos da vida cotidiana, um presente sempre presentificado e exposto para quem quiser ver na internet.

No entanto, Sibilia (2008) adverte que atribuir a exposição da intimidade na mídia como traços narcísicos, *voyeurismo* e exibicionismo não se mostra suficiente para compreender essas novas formas de sociabilidade, uma vez que esta visão representa uma noção individualista de sujeito. Segundo Sibilia (2008), esse movimento da cibercultura e da inteligência coletiva gerou uma economia intelectual global, uma reorganização rizomática da sociedade e transformou a capacidade de criação em mercadoria.

Evidentemente estamos vivendo um período de transição de um capitalismo industrial para um novo projeto político, sociocultural e econômico, que tem como objetivo o controle social por meio do consumo. Essas transformações alteram a nossa maneira de estar no mundo, atravessam nossos corpos e subjetividades e, simultaneamente, estimulam determinadas formas de comportamento e inibem outras na sociedade espetáculo (Debord, 1997; Sibilia, 2008).

Mudanças significativas no universo da *web* ocorreram desde a criação da Web2.0, a partir de 2004. As empresas “pontocom” se preocupavam até então com a venda pela internet, mas esse modelo simplista não durou muito tempo. A partir da Web2.0, os simples usuários se transformaram em codesenvolvedores, na medida em que passaram não apenas a adquirir, desenvolver e personalizar o produto desejado para que ficasse com a “sua cara”, mas, também, começaram a divulgar em suas redes sociais (Sibilia, 2008).

As publicações na *web*, em seus mais diversos canais de interação virtual, passaram a oferecer aos seus usuários pagamento das empresas interessadas em seus conteúdos, não necessariamente com o intuito de venda de produtos, mas, principalmente, pelo teor de informações pessoais que a ferramenta produz, tanto do próprio usuário quanto de seus contatos. O mesmo aconteceu com *sites* de relacionamento, como o Facebook, que passou a compensar financeiramente pelo engajamento das publicações que, por fornecerem dados de consumo das pessoas envolvidas, incidiram em valor de mercadoria (Sibilia, 2008).

A economia perpassa a sociedade espetáculo na medida em que cria imagens-objetos para consumo. No entanto, quanto mais a vida se torna um produto, mais vivemos uma falsa realidade, pois acreditamos que o “viver” está nas coisas que adquirimos (Debord, 1997).

No século XIX e XX, o espaço privado refletia a capacidade de acumular bens; o verbo exaltado era o “ter”, possuir tudo o que o dinheiro poderia comprar em máquinas, propriedades e carros. O que se possuía na privacidade do lar refletia o que se era na vida. Atualmente, os verbos são “parecer” e “acessar”, no entanto, novos substantivos surgem como complemento, tais como “aparência”, “visibilidade” e “celebridade”. Ainda naquele período, a ideia principal era inventar ficções que parecessem reproduzir a realidade; hoje em dia, vivemos algo paradoxal, pois inventamos realidades que parecem ficção (Sibilia, 2008; Debord, 1997).

No século XXI, a construção social de si mesmo se desloca da interioridade do indivíduo para a exteriorização da subjetividade. O expediente da confissão que um dia foi privilégio apenas da Igreja e, posteriormente, da medicina e da psicanálise, agora se transforma em confissão midiática que projeta a intimidade nas telas de computadores, *tablets* e *smartphones*. As pessoas são solicitadas a se mostrarem e, dessa sociabilidade líquida, emerge um “eu” que se expõe tanto no corpo quanto na tela; em que a privatização do espaço público recruta a publicização do espaço privado (Sibilia, 2008).

Sibilia (2008), em seu livro, propõe uma provocação interessante ao indagar: as publicações nas redes sociais podem ser consideradas vidas ou obras? A pergunta não é inocente, pois, a autora esclarece que muito do conteúdo que circula na internet são criações manipuladas por ferramentas tecnológicas, com o propósito de divulgar uma intimidade inventada que cria e expõe a rotina de um personagem fictício, sempre envolto de felicidade, sucesso e de milhões de amigos.

O uso de palavras e de imagens nas publicações são ações em que a linguagem organiza e dá sentido à experiência, consolida o espaço, regula o tempo e estabelece diálogos com outros que também nos influenciam; assim sendo, o diálogo é, portanto, polifônico e de natureza intersubjetiva, na medida em que recruta a existência de outros. Esses gêneros confessionais na internet têm aspectos em comum: a publicação precisa informar, encurtar distâncias e passar veracidade (Sibilia, 2008).

A exibição da intimidade está presente nas narrativas biográficas de pessoas comuns, em que a privacidade perdeu sua importância em um constante desafiar das categorias anteriormente bem definidas como o público e o privado. Até pouco tempo atrás, a casa constituía um lugar de refúgio, e era precisamente na privacidade do lar o ambiente ideal para se “interiorizar” o que se lia e “exteriorizar” o que se escrevia. Atualmente, vivemos o

encerramento do âmbito privado. Sem o diálogo interior e a reflexão que a leitura dos livros promove, os novos meios digitais e eletrônicos são interativos e, como tais, não mais estabelecem uma relação entre um emissor para muitos receptores, como faziam as velhas tecnologias como o rádio e a televisão (Sibilia, 2008).

Vivemos um paradoxo. De um lado, somente um indivíduo único em contato com si mesmo seria capaz de revelar a verdade; mas, de outro lado, essa verdade é, ao mesmo tempo, universal e individual, objetiva e subjetiva, pública e privada, interior e exterior. Deste modo, as inúmeras transformações sociais, culturais, políticas e econômicas somadas a essa nova interioridade paradoxal resultaram na construção social dessas novas subjetividades (Sibilia, 2008).

A introspecção, movimento que instiga a olhar para dentro de si, na tentativa de decifrar o que está oculto no inconsciente, deixa de ter seu lugar de destaque e passa a se movimentar em direção à exibição da própria imagem; ou seja, percebe-se um deslocamento de eixo no campo espacial de dentro para fora de si.

Outra mudança significativa acontece em relação ao aspecto temporal: desloca-se a investigação do próprio passado como recurso que promove o autoconhecimento, para ir em direção a uma permanente atualização do eu no tempo presente e imediato. Atualmente, percebemos uma mudança significativa na construção dessa subjetividade, na medida em que se desloca o interesse do interior do eu para o exterior, do anonimato do quarto para a popularidade nas telas de computador, *smartphones* e *tablets* (Sibilia, 2008).

Ao aprofundar a discussão sobre a relação entre sociedade, tecnologias e economia, pautamo-nos no trabalho de Zygmunt Bauman (2008), que adverte quanto ao erro de se pensar que a necessidade de exposição da intimidade pode representar um vício ou alguma anomalia de uma pessoa, ou, mesmo, considerar que seja uma característica de uma determinada geração. A constante confissão pública não diz respeito a fatores específicos de idade, mas, sim, às características de uma sociedade própria, nomeada pelo autor como sociedade confessional ou sociedade de consumidores.

Uma das características principais da sociedade confessional é eliminar as fronteiras entre o que separa o público do privado, transformando o ato de expor a intimidade em uma qualidade virtuosa da pessoa e, a partir dessa constante exposição, elevar a valorização pessoal ao potencial de uma mercadoria atraente e desejável. Na lógica de mercado, o mundo se divide entre a mercadoria e seus respectivos consumidores; porém, na sociedade confessional, existe um embaçamento e ocorre até a mesmo a eliminação dessa divisão, porque as pessoas se

transformam simultaneamente em promotores de venda, mercadorias e consumidores (Bauman, 2008).

O consumo, para Bauman (2008), diz respeito ao ato de as pessoas adquirirem objetos desejados; o consumismo, por sua vez, é um atributo da sociedade. O consumismo associa a felicidade à satisfação de necessidades, todavia, na sociedade confessional, existe um intenso e constante fluxo de desejos que implica no uso imediato da mercadoria adquirida e a substituição dos objetos antigos pelas novas aquisições. Pode-se considerar que exista uma insaciabilidade de desejos que requer extrema urgência de satisfação, sob um perpétuo ciclo vicioso. Existe uma instabilidade de desejos e insaciabilidade de necessidades, em que a maioria dos objetos adquiridos perde – com extrema rapidez – seu brilho e poder de atração. Podemos afirmar que os verbos da sociedade confessional são “descartar” e “substituir”.

Outra promessa da sociedade confessional é a felicidade no aqui e agora; o paraíso é onde você está, uma felicidade instantânea e perpétua renovada a cada nova aquisição. Aqui não existe, portanto, lugar para a infelicidade, a não ser quando esta expresse uma dor por justiça contra crimes. A sociedade confessional representa uma sociedade que “promove, encoraja, ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas” (Bauman, 2008, p. 71).

Uma característica interessante da sociedade confessional, apontada por Bauman (2008), é a relevância do ato de consumir e de categorizar pessoas em termos do consumo. Enquanto consumidor, as diferenças de idade e de gênero não são consideradas, pois as mercadorias disponíveis são direcionadas para todas as idades e gêneros.

Consumir significa “investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em ‘vendabilidade’” (Bauman, 2008, p. 75). Toda e qualquer falha nessa missão de consumir pode representar uma invalidez social que conduz à sensação de não pertencimento e de exclusão. Contudo, não basta apenas consumir, é necessário elevar a sua posição de consumidor para a de uma mercadoria vendável, uma vez que na sociedade confessional os próprios consumidores são mercadorias de consumo (Bauman, 2008).

Podemos concluir que tecnologia, economia, sociedade e intimidade são temas inter-relacionados; que as fronteiras entre público e privado se encontram fragilizadas; que a exibição da intimidade aliada ao movimento de espetacularização do cotidiano da vida da pessoa performaram uma nova subjetividade, não mais associada aos processos de interiorização ligados às experiências vividas no passado, mas sim a uma subjetividade momentânea, no presente, que requer constante atualização.

Não existem dúvidas de que fatores sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos influenciam tanto nosso posicionamento no mundo, como nossa subjetividade e nossos corpos. Portanto, não possuímos uma essência fixa, estável e independente das mudanças sociais; a subjetividade não pode ser considerada como algo imaterial, localizada dentro da pessoa, visto que se torna dependente da relação com o outro. Neste sentido, o termo intersubjetividade melhor representa nosso posicionamento.

4.2 Reverberações da sociedade espetáculo nos artigos analisados

Como visto anteriormente, foram selecionados 12 artigos como pertencentes à categoria “Exposição e mercantilização da intimidade”, conforme **Apêndice B**. Nessa categoria, incluímos artigos que apresentavam como discussão central o uso de tecnologia, a exposição da intimidade, e/ou troca financeira. Esses eixos de discussões estão interligados, como pudemos verificar na discussão anterior, razão pela qual justificamos a inseparabilidade dos temas.

4.2.1 Intimidade tornada pública pelo próprio autor/a – o exibicionismo nas redes sociais e nos diários

A exposição da intimidade também pode estar presente em uma obra de arte, como aponta o artigo 10, de autoria de Mariano Dagatti (2012), intitulado “El voyeurismo virtual: aportes a un estudio de la intimidad”. Trata-se da obra “Intimidad”, de 2005, do artista Leonardo Solaas¹⁴, premiada na exposição Arte e Novas Tecnologias. A obra, que recebeu o primeiro prêmio na categoria Arte Digital (Dagatti, 2012), é uma imagem digital de uma árvore de pastas do disco C do computador do artista. São, ao todo, 198 capturas de tela. Segundo Solaas, “é uma árvore pessoal num bosque de informação”.

Nessa obra, a intimidade pode ser considerada como um conjunto de dados e informações organizadas pelo artista e um olho *voyerista* que espia a privacidade veiculada na obra como um “objeto dinâmico e possibilidades como sexo, privacidade, solidão, silêncio, introspecção, amizade, família” (Dagatti, 2012, p. 44). Trata-se de um objeto que se caracteriza pelo segredo, tal como em um diário íntimo, que expõe documentos privados e fotografias

¹⁴ Recuperado de www.solaas.com.ar/works/intimidad/index.html.

íntimas. A intimidade retratada na obra é proveniente de uma máquina, um sistema de pastas, racional, organizado, eficiente, um corpo *cyborg*, um corpo máquina (Dagatti, 2012).

“Intimidad” (Solaas, 2005) proporciona uma reflexão sobre a inversão de papéis na medida em que o apreciador dessa obra de arte é quem invade a privacidade do artista e, simultaneamente, quem a aprecia é capturado pela obra.

O artigo 31, de autoria de Mariana Zanata Thibes (2017), intitulado “As formas de manifestação da intimidade nos três espíritos do capitalismo”, propõe uma crítica à ideia de que a perda da privacidade se deve às inovações tecnológicas. A autora não nega que exista uma grande influência dessas tecnologias, no entanto, afirma que isso é resultado de um processo social anterior e mais amplo. Ancora seu argumento no conceito de “espírito do capitalismo”, que compreende a era capitalista moderna não como um sistema econômico, mas como uma cultura capitalista vivenciada pelas pessoas como uma conduta de vida.

A autora adverte para o cuidado necessário ao se utilizar um conceito sobre as práticas-capitalistas para além das motivações individuais, tendo em vista que essa motivação se refere à ideia de bem comum e de coletividade.

Dito de outra maneira, destaca as transformações dos sentidos da vida privada ocorridas ao longo do tempo; apresenta uma visão sócio-histórica da noção de privacidade. As transformações sociais no decorrer do tempo definiam privacidade como propriedade do indivíduo, um bem maior que deveria ser protegido do público e, neste contexto, a autora considerada a intimidade como uma consequência da privacidade. O artigo apresenta a transformação da intimidade burguesa ao longo do tempo até chegar ao exibicionismo nas redes sociais. A intimidade se dá na casa enquanto propriedade e, no lar, como lugar de refúgio. No estudo, as relações apresentadas em que se vivencia a intimidade são as de convívio familiar e a de intimidade do casal.

O artigo 32, de autoria de Lígia Campos de Cerqueira Lana (2017), intitulado “Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube”, discute as questões em torno dos papéis sociais femininos divulgados em *vlogs* produzidos por mulheres no YouTube, debate feito a partir da análise do canal de Flavia Calina. A intenção da *vlogueira* nesse canal é passar credibilidade e oferecer informações educativas, mas há também outro objetivo: o de se tornar uma celebridade; ou seja, seu empenho é promover a visibilidade de sua vida cotidiana.

O argumento defendido pela autora do artigo está pautado em uma certa ambivalência que envolve a protagonista principal de seu trabalho, Flavia Calina, na medida em que esta se apresenta como mulher moderna e, ao mesmo tempo, tradicional; a profissional bem-sucedida

e, simultaneamente, a dona de casa, mas esta contradição não representa conflito para ela. No *vlog*, a vida íntima de Flavia Calina é bem divulgada, mas a vida sexual é preservada. A intimidade da vida familiar é bem explorada no intuito de conseguir credibilidade e ofertar informações educativas.

A intimidade explorada no artigo retrata a vida familiar de Flavia Calina, ou seja, tudo o que diz respeito ao seu dia a dia: na cozinha da casa, dirigindo o carro, no supermercado, com amigos em volta da mesa de jantar, cenas de sua casa vazia, no aniversário da filha, a própria festa e o dia seguinte a ela. Isto é, a intimidade não se dá em um local específico, mas ao longo da vida cotidiana.

O artigo explora a intimidade da protagonista na relação com seu público, ou seja, a intimidade de pessoas comuns que se expõem na *TV da intimidade*. Esta explora a intimidade em vários aspectos sob a promessa de retratar a verdade sobre a vida, incentivar a competição entre as pessoas envolvidas, emocionar a audiência, promover o assistencialismo, dar voz à vida cotidiana das mulheres, reafirmar o direito de ser *gay* e viver sua sexualidade como desejar, bem como desmistificar o sexo e a masturbação.

O argumento defendido pela autora do artigo é que Flavia Calina pode ser considerada uma heroína pós-feminista tanto por conciliar sua vida em família com seu sucesso profissional e independência financeira, quanto por representar um novo tipo de empoderamento feminino, por meio da exibição de sua intimidade e de suas escolhas de vida.

O artigo 33, de autoria de Alberto Giordano (2017), intitulado “Notas sobre diários de escritores”, discute a prática do diário pessoal de escritores a partir do registro da literatura, da vida e da carreira literária. O interesse do autor recai sobre a dimensão performativa do ato de escrever a própria vida e suas respectivas transformações nessa escrita. Um diário constitui uma memória de experiências pessoais que projeta na esfera pública o que brota do privado; anotações circunstanciais da recordação de uma cena que podem manifestar, quase que imperceptivelmente, as experiências íntimas. No ato de ler diários, o que atrai o autor do artigo é o modo de exclusão do privado quando exposto nas linhas do diário, bem como suas inclinações íntimas que definem a ética existencial, a literatura e a vida literária.

Na literatura, o que se busca no relato diário é um modo de conservar o imaginário com sua história e taxonomia, com as condições culturais da escrita e os debates internos que se confrontam com valores antagônicos; pode-se compreender a pulsação da vida, a continuidade dos impulsos de sobrevivência que se expandem e se contraem no corpo por escrito. O registro da vida literária, pública e privada, é o primeiro feito que libera um escritor. Quando expõe as

desarticulações do domínio institucional, o escritor se individualiza em termos sociológicos, formais e no que concerne às inclinações afetivas.

Giordano (2017) cunhou o termo “diário do escritor” e o define como o registro do privado e do público; uma reflexão sobre as condições do encontro de notação da vida com uma reflexão diarista que situa o ponto de vista literário. Algumas questões retóricas se fazem presentes: como nomear algumas nuances? Como fixar algo circunstancial? Como definir essa prática, seria ela uma disciplina, uma paixão ou uma mania?

No artigo, a relação entre privacidade e intimidade aparece quando o autor considera que um diário é uma tentativa de exposição do privado e do íntimo. O argumento defendido é que um diário pode ser uma memória de experiências pessoais que lança, no âmbito público, o que surge do privado, incluindo-se aí apontamentos circunstanciais de lembranças de determinada ocasião que podem revelar, quase de forma imperceptível, as experiências íntimas.

Ao destacar a importância do diário do escritor, este artigo ultrapassa a barreira que separava a questão do privado e do público; e não só nomeia um novo gênero literário como também o entende como um recurso para lidar com o emocional. Neste artigo, a intimidade retratada ocorre tanto na relação do escritor consigo mesmo, quanto com seu leitor.

4.2.2 Intimidade como mercadoria no teatro e na TV

O artigo 3, cujo título é “A intimidade a busca de encontros reais no teatro”, de autoria de André Carreira (2011), apresenta um estudo sobre a intimidade no teatro contemporâneo e o papel do espectador em uma cena que valoriza o pessoal e o autobiográfico. Dentre as várias perguntas que nortearam o artigo, destacamos as seguintes: por que essa busca do íntimo, do quase confessional no teatro? O que buscam os artistas ao oferecer à audiência segredos pessoais nesse território em que sempre se está frágil? O autor do artigo argumenta que questões como estas poderiam ser propostas para os participantes de *realities shows*, mas considera que a resposta, nesses casos, é mais fácil, pois são situações mediadas pela fama e pela possibilidade de ganhos financeiros.

É na tensão entre o público e o privado que surge a “experiência imediata” como principal aspecto da cena e, nesta, o elemento corpo tem destaque. Vivemos em um tempo de incertezas e de mudanças de paradigmas, em que a hipervalorização do pessoal entra em cena enaltecendo o lugar político do corpo, que é mortal e tem duração limitada pela existência humana.

No teatro da pós-modernidade, a presença do público não é apenas como espectador, mas, também, como cúmplice do processo de enunciação da cena. O teatro do real é um espetáculo para um público pequeno e que está preocupado com experiências; nesse tipo de arte, o elemento autobiográfico é imprescindível: “a vida real realizando a arte”.

A privacidade no teatro real é para ser compartilhada, e a intimidade se dá na relação dessa exposição com o público. O argumento defendido no artigo é que o teatro da pós-modernidade extrapola a espetacularização e o valor de mercado que faz da exposição da intimidade um ato político. Define intimidade como a exposição da privacidade do ator ou atriz para o público e, portanto, a intimidade que aparece neste artigo é entre o ator e seu público.

O artigo 24, intitulado “Crise dos afetos: intimidade e o cotidiano no cinema e na televisão”, de autoria de Patrícia C. M. de Alcântara e de Fabíola Calazans (2015), discute o que denominam de “crise dos afetos”, tanto na programação televisiva, quanto nos filmes de cinema. Tomam como objeto de análise o canal brasileiro de televisão GNT e o filme “Uma mulher é uma mulher”. Os argumentos apresentados no artigo reforçam as ideias das autoras sobre a *TV Intimidade*, em que impera o regime panóptico-sinóptico, a espetacularização do eu, a forte tendência de exibição da vida íntima, a vigilância coletiva, a publicização da vida privada e a construção de produtos midiáticos.

Consideram que no filme “Uma mulher é uma mulher” a intimidade é um espaço de resistência por criticar a especularização e a mercantilização da intimidade. Em contraste, o seriado “Sessão de Terapia”, do canal GNT, apropria-se da intimidade como um produto altamente rentável, em que o espectador é capturado pela escopofilia da intimidade e dos afetos. Nesta análise, a privacidade é que diz respeito à vida cotidiana, ao privado, e a intimidade é um produto mercadológico na televisão contemporânea.

O argumento defendido pelas autoras é que vivemos uma crise dos afetos tanto na programação televisiva quanto no cinema, em que a exibição e a publicização da intimidade produzem a mercantilização das performances afetivas. A intimidade retratada no artigo ocorre entre o telespectador e o personagem/ator/pessoa comum; e o contexto dessa intimidade é a televisão e o cinema.

4.2.3 Interseccionalidade da intimidade e do mercado no contexto de relações afetivo-sexuais: na prostituição; no turismo sexual; nos *sites* de relacionamentos e na indústria de cibercasamentos

O artigo 23, intitulado “Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte”, de autoria de Marina Veiga França (2014), discute a intimidade na interface com a troca econômica em uma pesquisa realizada em uma zona de prostituição em Belo Horizonte. A pesquisa trabalha com o entrelaçamento entre afeto, sexo e dinheiro em diferentes contextos sociais e nas diversas motivações e sentimentos de trocas no mercado do sexo.

Na contramão do que apontam alguns estudiosos, a autora afirma que transações econômicas e intimidade não são incompatíveis e nem fazem parte de mundos antagônicos. Nomeia “intimidades” para se referir às questões física, sexual, afetiva e/ou informacional envolvidas nas interações, inclusive as profissionais.

Argumenta que a preocupação financeira é mais presente em mulheres mais velhas, uma vez que a procura por programas diminui e estas veem no casamento uma forma de sobreviver, e, desse modo, comparam matrimônio e prostituição. Nesses casos, a situação financeira do parceiro é criteriosamente analisada, mas, para o sucesso da futura relação, também é igualmente importante a responsabilidade do homem, se ele é provedor e bom chefe de família. Anseiam por um relacionamento baseado em carinho, amor romântico, paixão e prazer sexual. Contudo, elas valorizam sua independência e não querem ficar restritas ao trabalho doméstico. Consideram como “falta de masculinidade” homens passivos e que não sejam provedores, e, como “excesso de masculinidade”, homens promíscuos e violentos.

O artigo faz referência a “intimidades” envolvidas nas interações profissionais e as classifica como física, sexual, afetiva e/ou informacional. No artigo, a intimidade aparece como algo que vai sendo construído com o tempo na relação entre prostituta e cliente: passar-lhe o número de telefone, beijá-lo na boca, fazer programa fora do hotel ou mesmo dormir com o cliente podem ser descritos como atos íntimos. Para outras mulheres profissionais do sexo, a intimidade pode ser a troca de confidências entre elas e seus clientes. O argumento defendido no artigo é que intimidade e trocas econômicas não são esferas incompatíveis; no caso deste estudo, o contexto da intimidade que ocorre entre profissionais do sexo e clientes são os quartos de hotéis e a casa.

O artigo 28, intitulado “Mulé tem que ficar esperta: turismo, encontros profissionais e gestão feminina da intimidade no nordeste do Brasil”, de autoria de Octávio Sacramento (2017), apresenta uma pesquisa realizada entre 2009 e 2010 na cidade de Natal, especificamente no

bairro de Ponta Negra, local muito frequentado por turistas europeus, em grande maioria, homens em busca de encontros sexuais.

O argumento defendido pelo autor é que, ao se referir a uma intimidade transnacional, a questão da sexualidade e da intimidade são atravessadas por relações comerciais. No entanto, ainda que existam desigualdades nas relações entre turistas e mulheres de Ponta Negra, na ótica do autor, isso não representa uma falta de poder dessas mulheres; ao contrário, a relação de uso também ocorre por parte delas.

Trata-se de uma relação comercial em que existe troca de dinheiro por sexo, mas não que isso necessariamente represente prostituição. Inclui práticas sexuais – principalmente sexo oral e anal – e sem uso de camisinha, assim como a proximidade e a continuidade do relacionamento, ainda que o turista tenha voltado para seu país. Desta forma, essa intimidade acontece tanto na cama, na praia, nos passeios, quanto pela internet, por meio de troca de mensagens.

O artigo 29, intitulado “Reconfigurações da intimidade”, de autoria de Iara Beleli (2017), analisa o processo de busca de parcerias afetivas/sexuais mediada pela tecnologia em uma pesquisa realizada entre 2010 e 2014 com mulheres heterossexuais na faixa de 30 a 50 anos, moradoras da cidade de São Paulo, usuárias de *sites* de relacionamento e aplicativos direcionados para busca de parceiros afetivos/sexuais.

Segundo Beleli (2017), a criação de perfil em *sites* de relacionamentos envolve tanto um discurso narrativo biográfico quanto imagens do próprio corpo e de objetos estrategicamente posicionados para que haja essa construção de si mesmo. Esse perfil apresenta uma história sobre feminilidade e masculinidade, assim como o ideal de amor das pessoas que se expõem.

A intimidade é considerada como certos segredos e espaço interior; neste sentido, o íntimo é o que se articula entre as esferas pública e privada, social e política, lembrando que, sob a perspectiva feminista, tudo o que é pessoal também é político. A intimidade é exposta e influenciada tanto pelas escolhas das fotos publicadas nos perfis dos potenciais parceiros, como pelos objetos que compõem a imagem nas fotos, tais como os móveis do recinto, o tamanho da sala onde a pessoa estava, as vestimentas, o corpo à mostra, ambientes bagunçados, a foto de uma moto comum. Mas, adverte a autora que as fotos muito elaboradas podem gerar desconfiança quanto à cultura da pessoa do perfil, principalmente no caso de lugares internacionais. Os fatores de rejeição, na maioria das vezes, estão relacionados à aparência e ao preconceito racial.

O argumento defendido é que a intimidade é pública e fabricada. Na busca pelo parceiro ideal em *sites* de relacionamento ocorre uma seleção baseada na análise da imagem postada, que se assenta na suposta inserção em uma classe social a partir da qual se exclui ou inclui os possíveis parceiros. A intimidade acontece entre possíveis candidatos a um relacionamento duradouro, no contexto de *sites* e aplicativos direcionados à busca de parceiros afetivos/sexuais.

O artigo 25, intitulado “Estados de amor, sexo e intimidade através de fronteiras virtuais”, de autoria de Felicity Amaya Schaeffer (2016), é um estudo sobre a interseccionalidade entre intimidade, economia global e regulação estatal das fronteiras dos Estados Unidos, México e Colômbia. No artigo, a intimidade aparece como algo pertencente à esfera privada, já a privacidade é pessoal.

O argumento defendido pela autora é que, na visão feminista em relação aos movimentos transnacionais de migrantes, precisa ser repensada a distância entre o que é privado e íntimo e o que é definido como parte econômica e transnacional, pois não se separam mais como se pensava antigamente. O casamento com estrangeiro, nesta visão, é uma estratégia de empoderamento da mulher, haja vista constituir um instrumento para se obter a cidadania.

A intimidade, no caso, acontece entre mulheres latinas e homens norte-americanos, e o contexto em que ocorre essa intimidade é a internet, sobretudo os *sites* de casamentos e os aplicativos de relacionamentos.

4.2.4 Intimidade como recurso de transações econômicas: o caso do cuidado de idosos e das cooperativas de crédito

O artigo 1, intitulado “Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência”, de autoria de Analía Soria Batista e Anna Bárbara Araújo (2011), tem por foco analisar a mercantilização da vida íntima. Neste artigo, a intimidade é considerada como pertencente ao espaço privado, de modo que ocorre entre as pessoas da família (intimidade familiar), mas, também, acontece nas instituições de longa permanência para idosos.

O argumento defendido pelas autoras é que, na Modernidade Líquida, a partir das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, rompeu-se o mito de que o cuidado de idosos cabe à família e, com base nisso, emerge uma nova noção de cuidado como mercadoria, que inaugura a era da mercantilização da intimidade. No artigo, a intimidade aparece na relação entre as pessoas da família, assim como na relação entre cuidadoras e pessoas

cuidadas. O contexto em que a intimidade aparece, tradicionalmente, é a casa, porém, com a mercantilização do cuidado, ocorre também nas instituições de longa permanência.

O artigo 30, intitulado “A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo”, de autoria de Jandir Pauli e Cinara Rosenfield (2017), discute as transações financeiras e suas possíveis influências na relação entre agricultores e dirigentes de cooperativas de crédito que trabalham com recursos de programas governamentais.

A agricultura familiar, caracterizada pela mão de obra da família, pela diversidade na produção e por estar voltada ao consumo próprio, expandiu seu potencial econômico por meio do acesso ao crédito público com juros subsidiados pelo governo. Passou, então, a produzir também para o mercado em geral, especialmente na produção de alimentos. Sob uma perspectiva social, pode-se considerar que a agricultura familiar fortaleceu vínculos comunitários, com sindicatos dos trabalhadores e com cooperativas de crédito articuladas com movimentos sociais, igrejas e ONGs, resultando no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Embora desconectado dos locais em que tradicionalmente se discute intimidade, este é um estudo sobre a relação entre intimidade e sistema de crédito/economia/fortalecimento de políticas públicas, ou seja, no contexto de transações econômicas. O artigo evidencia a importância da intimidade na relação entre os mediadores e os agricultores para manutenção e sucesso do sistema de crédito e de políticas públicas, situando-a no contexto das cooperativas de crédito, dos encontros de formação e nas propriedades dos agricultores. O argumento defendido é que a intimidade pode ser considerada como um recurso que possibilita as transações econômicas.

4.3 Em síntese

Em nossa seleção, os artigos dessa categoria que dizem respeito à exposição da intimidade realizada pela própria pessoa oferecem a oportunidade de um reposicionamento do espectador, no lugar de quem “espia” a intimidade do outro. No caso da obra de arte “Intimidad” (Solaas, 2005), ao expor a intimidade do artista, transforma o espectador em um *voyer* de sua vida privada, ou então, o artigo que trata da vida de Flávia Calina, *vlogueira* que produz seus próprios vídeos sobre o dia a dia de sua vida, uma intimidade tornada pública, criteriosamente editada, que aparentemente reproduz a vida real da autora do *vlog*, ou, como

diria Paula Sibília (2008), “diários *éxtimos*”, ou ainda, como prefere Bauman (2008), coerente com a sociedade confessional.

Essa categoria como um todo nos esclareceu que a perda da privacidade não é um mal das novas tecnologias, tampouco uma patologia da pessoa ou mesmo de uma geração específica, mas sim o movimento de uma cultura capitalista que transforma a exposição da intimidade em uma conduta de vida.

A intimidade como mercadoria no teatro enfatizou a influência da pós-modernidade na relação do público com os atores do espetáculo; aqui também o espectador não é passivo, mas é tido como cúmplice no processo da enunciação da cena, na relação entre ele e o ator. Ainda que Carreira (2011) argumente que o teatro da pós-modernidade extrapola a espetacularização e o valor de mercado ao fazer da exposição da intimidade um ato político, vale lembrar que existe uma troca financeira, e o que se “vende” é a exposição da intimidade do artista, postura coerente com os interesses da sociedade espetáculo salientada por Debord (1997). Na televisão, a intimidade é bem explorada, um produto mercadológico rentável, quer seja na exibição de filmes, quer seja nos programas que exploram a privacidade.

Em contextos que envolvem sexualidade, intimidade e trocas financeiras, os artigos selecionados reafirmaram que intimidade e trocas financeiras não são esferas incompatíveis. Outrossim, que a intimidade é um processo construído ao longo do tempo na relação entre o cliente e a prostituta, e é construída de maneira diversa, a depender do relacionamento. Nos *sites* de relacionamentos, a intimidade é um recurso de análise das imagens dos corpos e dos objetos que as compõem, na medida em que a intimidade exposta é influenciada pelas escolhas das fotos que serão ou não publicadas no próprio perfil; analisa-se criteriosamente os objetos das fotos publicadas, bem como o ambiente em que se está. A intimidade é pública, mas, também, é fabricada. Bauman (2008) argumenta sobre a tendência de, na sociedade confessional, categorizar-se as pessoas em termos de consumo, e sobre a necessidade de se trabalhar com a autoimagem para qualificar-se como “vendável”.

O uso da intimidade enquanto recurso de transações econômicas no cuidado de idosos enfatiza a mercantilização da intimidade como uma mudança de paradigma na pós-modernidade que, a partir das mudanças sociais e culturais, quebra o mito de que o cuidado dos idosos cabe à família, transformando, assim, a noção de cuidado em mercadoria. Nas cooperativas de crédito, o uso da intimidade constitui um recurso que facilita as negociações econômicas.

Os artigos desse capítulo, de maneira geral, explicitam que no estudo do uso da intimidade por meio das novas tecnologias existe, em diferentes contextos, a ligação entre a

exposição da intimidade e as transações econômicas. A maioria dos artigos trabalha com o conceito de privacidade, mas reforça o argumento de que as fronteiras entre público e privado foram flexibilizadas ou desapareceram.

Essa implosão de privacidade é decorrente das mudanças sociais transcorridas a partir da exacerbação da individualização e de transformações no processo de interiorização, bem como dos avanços tecnológicos, seja no contexto da sociedade em rede (Castells, 2005, 2019), da sociedade espetáculo (Debord, 1997; Sibilia, 2008) ou da sociedade confessional (Bauman, 2008), assim como de interesses mercadológicos que, juntos, promoveram a exposição da intimidade e a transformaram em mercadoria.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE PERMANÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES DA INTIMIDADE NA MODERNIDADE LÍQUIDA: A IMPLOÇÃO DA DIVISÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Como terapeuta de casais, a intimidade sempre teve um papel central na prática clínica. Porém, como já explicitado na Introdução da presente tese, trata-se de uma noção polissêmica que, ora está associada a relacionamentos sexuais, ora a outras formas de interação entre parceiros. Tendo a trajetória clínica marcada pela aproximação com o construcionismo social – seja nas muitas versões do evento “Construcionando¹⁵”, seja pela participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano (NUPRAD), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP –, essa polissemia é instigante. Na abordagem de análise de práticas discursivas adotada no NUPRAD, essa polissemia decorre da versatilidade da linguagem em uso na qual repertórios linguísticos assumem conotações distintas em diferentes contextos.

Poderíamos ter acompanhado essas nuances linguísticas por meio de entrevistas, de análise de seriados na televisão, encontros grupais e por outras tantas estratégias de análise. Escolhemos analisar usos de “intimidade”, como repertório linguístico, em artigos científicos. A escolha se deve pelo fato de que, na Psicologia Clínica, as pesquisas práticas são mais valorizadas do que um estudo teórico; minha prática clínica, de certa maneira, já me proporcionava esta experiência. Aprender a trabalhar com pesquisa em artigos representou um desafio maior em meu aprendizado como pesquisadora, assim como significou um exercício mais intenso na escrita, outro desafio para quem trabalha apenas na clínica.

Nas imersões iniciais na leitura dos artigos localizados na SciELO, logo ficou evidente a relação entre intimidade e privacidade e, como aprendizes de feiticeiros, sabíamos que ambas essas noções são construções históricas. Entendíamos, também, que os usos contemporâneos de “intimidade”, conforme as teorizações sobre linguagem realizadas no NUPRAD, mesclam sentidos decorrentes de diferentes períodos da longa trajetória de construção dessas noções – o que denominamos de temporalidades entrelaçadas: tempo longo, tempo vivido e tempo do aqui e agora (Spink, M. J., 2004). Isso nos levou a explorar teorizações relacionadas à progressiva separação das esferas pública e privada.

¹⁵ Construcionando é um encontro bienal, ocorrido desde 2008, que reúne pesquisadores do mundo todo, adeptos do Construcionismo Social.

Partíamos do pressuposto de que a ideia de privacidade (e, portanto, de intimidade) estava intrinsecamente associada a esta separação entre esfera pública e privada.

Inicialmente, a identidade de uma pessoa se constituía na vida pública, tempos mais tarde, o privado era representado pela casa e família, e, o público, pela rua e trabalho; a partir de então, essa legitimação passou a depender das conquistas no âmbito privado, principalmente pela constituição da família e pelo casamento. A privacidade passou, então, a ser mais valorizada do que o social, mas também representou desigualdades sociais; a privacidade burguesa para ricos, a intimidade pública para pobres. E, até a Modernidade, essa divisão entre público e privado era bem nítida.

Porém, as leituras realizadas também colocaram em destaque as transformações que vêm ocorrendo nas sociedades, sobretudo a partir do século XX, as quais promovem, de um lado, uma progressiva individualização, e, de outro, uma implosão da distinção entre o que é público e privado, a partir das novas tecnologias de informação, assim como na ampliação dos direitos.

Esta tese sobre a intimidade se insere neste contexto de tensão entre os repertórios históricos institucionalizados e seus usos atuais. Nosso objetivo foi analisar, em artigos científicos, seu uso, como palavra, termo, conceito ou noção, de modo a refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade ocidental que nos conduziram à conclusão de que privacidade se tornou um conceito problemático, levando, de roldão, sua contrapartida: a intimidade.

Para a consecução deste objetivo, foi realizada uma revisão sistemática de artigos na base de dados da SciELO, e a busca foi realizada por meio da palavra “intimidade”. Os filtros utilizados foram: idioma (português e espanhol), ano de publicação (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017), tipo de literatura (artigo), e, feita essa seleção, aplicamos novo filtro, coleções (países da América Latina incluídos na base SciELO). Os critérios de inclusão foram: (a) possibilidade de recuperação de texto completo; e (b) presença da palavra “intimidade” no resumo, título ou nas palavras-chave do artigo. E os critérios de exclusão foram: (a) os artigos em duplicidade; e (b) os que cuja coleção não se inseria na América Latina. Aplicados os filtros e os critérios de inclusão e de exclusão, nossa pesquisa resultou em 33 artigos.

De posse desses artigos foram realizadas resenhas e leituras críticas, e, a partir desse procedimento, três categorias foram identificadas, quais sejam: Direitos; Exposição e mercantilização da intimidade; e Experiência intersubjetiva, conforme **Apêndice B**.

Os artigos selecionados na categoria “**Experiência intersubjetiva**” foram particularmente importantes para a compreensão dessa mescla de repertórios proveniente de diferentes tempos históricos, uma vez que muitas das subcategorias utilizadas tiveram como

base perspectivas individualizantes e estavam mais centradas em permanências do que em reconfigurações. Este foi o caso do artigo 2, intitulado “Relatos de historias de pareja en el Chile actual: la intimidad como un monólogo colectivo”, de autoria de Sharim et al. (2011), sobre a intimidade na vida conjugal. Neste artigo, a intimidade foi considerada como desestabilizadora do projeto pessoal e o projeto pessoal de casal.

O artigo 20, intitulado “Siendo una más: trabajo de campo e intimidad”, de autoria de Alcázar-Campos (2014), diz respeito às implicações afetiva e sexual como antropóloga em um trabalho de campo em Cuba. Neste artigo, a intimidade da pesquisadora se confunde com a da família e da comunidade em que a pesquisa foi realizada, principalmente pelo envolvimento afetivo e sexual da pesquisadora com uma pessoa da família, uma intimidade tornada pública como parte da pesquisa; e não aparece a clássica divisão entre público e privado.

Na categoria “**Direitos**”, nossos artigos fizeram uso da intimidade como um direito baseado no ideal de liberdade e na diferença entre a *intimidade burguesa*, que tem a privacidade como um valor e um direito, e a *intimidade pública* para as classes menos favorecidas, que são influenciadas pela interferência do Estado e da Igreja. Por exemplo, conforme o artigo 6, de autoria de Nunes (2012), a interferência do Estado e da Igreja provocou uma invasão na privacidade das pessoas e infringiu o direito à intimidade, e essas ações, quando ocorriam na relação com a população de baixa renda, eram justificadas pelo cuidado e assistência a serem prestadas, portanto, na perspectiva de uma “intimidade pública”. As classes sociais mais favorecidas sofreram menos esta interferência, pois sua privacidade foi mais preservada e os direitos mais respeitados em contextos, o que se poderia chamar de uma “intimidade burguesa”.

Contudo, foram as reflexões sobre a ampliação dos direitos no contexto das tecnologias de informação que mais evidenciaram as tensões entre público e privado. É o caso dos artigos que trataram de informações pessoais, como problematizado a partir da Bioética. O artigo 17, intitulado “Administración biopolítica de la intimidad en los Biobancos”, de autoria de Villarroel (2013), considera a privacidade e a intimidade como um direito de preservação de dados biológicos que precisam ser protegidos; reitera a escassez de leis de proteção e argumenta sobre a importância da conscientização acerca das questões éticas e sociais que envolvem a utilização de dados privados em Biobancos.

O artigo 7, cujo título é “Derecho a la intimidad y su vinculación con la salud”, de autoria de Outomuro e Mirabile (2012), faz menção às questões éticas, às novas leis de proteção de dados, e questiona câmeras de vigilância e os bancos de dados que, muitas vezes, colocam essa privacidade em risco, assim como a utilização de determinados protocolos, os quais nem

sempre informam os pacientes dos riscos de procedimentos ou mesmo de pesquisas, sobretudo em hospitais públicos em que os usuários são populações de baixa renda.

Ou seja, essa categoria evidenciou a dificuldade atual da separação entre o público e o privado, e a fragilidade do que anteriormente definíamos como privacidade, principalmente a partir da utilização das tecnologias de informação e de comunicação. Mas, também esclareceu que, no estudo da intimidade, quando seu uso se referir a questões relacionadas com direitos, existirá uma nova tensão entre o direito à intimidade e o direito à informação; e a relação existente entre intimidade, direitos, sociedade e tecnologia como temas transversais nesse estudo.

A categoria **“Exposição e mercantilização da intimidade”** teve por principal foco o uso das novas tecnologias da informação e de comunicação; evidenciou a relação da intimidade com economia, sociedade e tecnologia. Neste contexto, torna-se impossível a separação entre exposição e mercantilização da intimidade, uma vez que, na Modernidade Líquida¹⁶, a intimidade adquiriu valor de mercadoria.

Um resultado instigante da análise desta categoria, que é melhor entendida a partir das teorizações de Guy Debord (1997) sobre sociedade espetáculo, é justamente a exposição pública da vida privada. Dois artigos desta seleção dão a conotação dessa imbricação entre público e privado: o artigo 32, intitulado “Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube”, de Lana (2017), coloca em evidência a rotina de vida da *vlogueira* Flavia Calina. Sua vida íntima é bem explorada, mas a vida sexual é preservada. Flavia Calina compartilhou detalhes de seu parto, suas idas ao mercado, o aniversário de sua filha, os amigos em volta da sala de jantar, e também dirigindo seu carro. Seus vídeos são filmados e editados por ela mesma, em uma tentativa de passar veracidade em suas edições sobre a vida “real”, a intimidade de pessoas comuns que se expõem na “tv da intimidade”; e o artigo 29, intitulado “Reconfigurações da intimidade”, de autoria Beleli (2017), em que a intimidade, quando exposta em fotos publicadas nos perfis em *sites* de encontros, reproduzem o seu valor de mercado pela análise das roupas e do ambiente em que a foto foi tirada, no uso do corpo como objeto de desejo, uma intimidade pública e fabricada, uma exposição da sociedade espetáculo.

Os artigos dessa categoria esclareceram que as tecnologias não são o mal da sociedade atual, e tampouco responsáveis pela perda da privacidade; colaborou para que refletíssemos

¹⁶ Nesta tese, adotamos a expressão Modernidade Líquida; a escolha se justifica pela dificuldade do uso do prefixo “pós”, que é atribuído a algo que já passou, e estamos em transição, como bem aponta a Prof.^a Dr.^a Mary Jane Spink: o que virá depois, a pós-pós-modernidade? (Anotações em sala de aula).

sobre a influência do capitalismo, por meio da mercantilização, nesses novos modos de ser. Neste sentido, Castells (2005, 2019) nos lembra de nossa responsabilidade no uso dessas tecnologias, e Bauman (2008) discorre sobre a sociedade confessional que, basicamente, é uma sociedade de consumo – de produtos e de nós mesmos.

Reafirmaram que a privacidade está cada vez mais fragilizada, independentemente de nossa vontade ou consentimento, pois atualmente vivemos em uma sociedade vigiada por câmeras: em alguns momentos, somos os espiões, em outros, os atores principais, mas, também, somos o alvo da espionagem e, na grande maioria das vezes, sequer sabemos que somos vigiados.

Resta, a título de conclusão, apontar o que esta tese trouxe de colaboração para minha prática clínica como terapeuta de casais e como pesquisadora. Muitos foram os aprendizados que levo em minha bagagem, fruto da experiência de um doutorado em Psicologia Social, mas, também, muitos foram os desafios por sair de minha área de conforto como psicóloga clínica. A escrita acadêmica foi – e tem sido – um desafio, mas algo que me possibilita apreciar o resultado conquistado, fruto do esforço e da dedicação empenhada, um caminho que aprendi a amar. No meu entendimento, “escrever é um ato político”.

Essa experiência me transformou como pessoa e como profissional; não por fazer do meu consultório um laboratório de pesquisa, mas porque a “escuta” mudou, a maneira de perguntar é outra e, meu posicionamento, completamente distinto. Minha prática clínica sempre incluiu abordagens relacionais, e o construcionismo social é onde me apoio, mas o doutorado proporcionou uma experiência mais profunda.

Um dos aprendizados nesse processo de pesquisa de doutorado foi ampliar o olhar como pesquisadora para além da Psicologia, independentemente se esta era clínica ou social. Pesquisar artigos sem filtrar a área de conhecimento nesta pesquisa me possibilitou aprender que não importa a área em que se pesquise um tema, pois todas as ciências adotam perspectivas diversas sobre o que se quer aprender, e todas são importantes. Assim, apreciei cada leitura como uma imersão em um universo totalmente novo, e me senti em diálogo com os/as autores/as que li; aprendi a me posicionar teoricamente nas leituras críticas que elaborei e exercitei o ato de sair da passividade de quem só adquire conhecimento, para um lugar de quem também o constrói no diálogo com outras pessoas.

Esse estudo evidenciou a importância, em nosso trabalho, seja este uma pesquisa, um atendimento clínico ou uma aula, de valorizar um posicionamento mais inclusivo e de responsabilidade social, refletindo sobre as desigualdades, como questões de gênero, raça, classe social e diferenças culturais (as interseccionalidades), assim como de aprender a

acompanhar um tema de pesquisa ao longo do tempo, apreciando as mudanças sociais que contribuíram para sua transformação; pequenas fissuras nos padrões de comportamento e algumas permanências que se mantêm até os dias de hoje.

Foi surpreende o processo de pesquisa como um todo, mas, um momento muito especial foi perceber como o tema vai se construindo e clareando os caminhos. Entendi, na prática, o que se aprende na teoria: “construir junto e com o outro”.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas da parte teórica

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade* (coleção Feminismos Plurais, coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen.
- Arendt, H. (2016). *A condição humana* (13a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2017). *O caos totalmente normal do amor*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.
- Bobbio, N. (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Bobbio, N. (2018). *Estado, Governo, Sociedade: fragmentos de um dicionário político* (21a ed.), Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In M. Castells, & G. Cardoso. (Orgs.). *A sociedade em rede do conhecimento à ação política* (pp. 17-31). Recuperado de https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf.
- Castells, M. (2019). *A sociedade em rede* (20a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Castro, L. F. M. (2002). Proteção de dados pessoais – internacional e brasileiro. *Direito e Tecnologia da Informação. R. CEJ*, (19), 40-45. Recuperado de https://elearning.trree.org/pluginfile.php/59871/mod_folder/content/0/4%20-%20Artigos%20e%20Livros/24-Castro_ProtecaoDeDadosPessoais_PanoramaInternacionalEBrasileiro_2002.pdf?forcedownload=1.
- Cunha, A. G. da. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Contraponto.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6(1), 299-325. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. São Paulo, SP: Editora UNESP.

- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo, SP: Ed. Casa do Psicólogo.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2009). *Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva.
- Íñiguez, L. (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la Psicología social de la era "post-construccionista". *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 1(8), 1-7. Recuperado de <https://atheneadigital.net/article/view/n8-iniguez/235-pdf-es>. doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n8.235>.
- Lafer, C. (2009). *A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo, SP: Ed. Companhia das Letras.
- Lafer, C. (2018). *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra.
- Marino, S. (2020). *Permanências e reconfigurações da intimidade na modernidade líquida: a implosão da divisão entre o público e o privado*. (Tese de doutorado, Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Martins, M. H. da M., Tavanti, R. M., & Spink, M. J. P. (2016). Versões de vulnerabilidade em artigos científicos brasileiros sobre desastres ambientais. *Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social*, 16(3), 347-366. Recuperado de <http://atheneadigital.net/article/view/v16-n3-martins-tavanti-spink>. doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2007>.
- Méllo, R. P., Silva, A. A., Lima, M. L. C., & Di Paolo, A. F. (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 26-32. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a05v19n3.pdf>. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000300005>.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Signo.
- Organização das Nações Unidas – ONU. (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.
- Prost, A., & Vincent G. (2009). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Rasera, E. F., & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21-29. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100005>.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2018). *Grupo como construção social: aproximações entre o construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo, SP: Instituto Noos.
- Rorty, R. (1994). *A Filosofia e o espelho da natureza* (A. Trânsito, trad., C. R. de Almeida, rev. técnica). Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2016000100012&lng=pt&nrm=iso. doi: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>.
- Sennett, R. (2016). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record.
- Sibilia, P. (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira.
- Spink, M. J. (Org.). (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, SP: Ed. Cortês.
- Spink, M. J. P., Menegon, V. M., Bernardes, J. de S., & Coêlho, A. E. L. (2007). The language of risk in psychology: a social constructionist analysis of a psychological database. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 151-160. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000200005&lng=pt&nrm=iso.
- Spink, P. (2004). Análise de documentos de domínio público. In M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 123-151). São Paulo, SP: Ed. Cortês.
- Werthein, J. (2000). A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, 29(2), 71-77. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000200009>.
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 30(1), 97-104. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722014000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>.

Referências bibliográficas dos artigos analisados

- Alcantara, P. C. M. de, & Calazans, F. (2015). Crise dos afetos: intimidade e cotidiano no cinema e na televisão. *Galáxia (São Paulo)*, (29), 195-206. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532015000100195&lng=pt&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120057>.
- Alcázar-Campos, A. (2014). Siendo una más. Trabajo de campo e intimidad. *Revista de Estudios Sociales*, (49), 59-71. Recuperado de www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2014000200006&lng=en&nrm=iso. doi: <https://doi.org/10.7440/res49.2014.05>.
- Andrade, A. L. de, Garcia, A., & Cassepp-Borges, V. (2013). Evidências de validade da Escala Triangular do Amor de Sternberg - Reduzida (ETAS-R). *Psico-USF*, 18(3), 501-510. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000300016&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000300016>.
- Arboleda López, A. P. (2014). Visión de la Corte Constitucional, respecto a los derechos de libertad de expresión e información: una relación desde el derecho al buen nombre, a la intimidad y a la honra. *Revista Lasallista de Investigación*, 11(2), 159-167. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-44492014000200018&lng=en&nrm=iso.
- Batista, A. S., & Araujo, A. B. (2011). Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. *Sociedade e Estado*, 26(1), 175-195. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100009&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000100009>.
- Beleli, I. (2017). Reconfigurações da intimidade. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 337-346. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100337&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p337>.
- Carreira, A. L. A. N. (2011). A intimidade e a busca de encontros reais no teatro. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 1(2), 315-324. Recuperado de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/22015>. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-266022015>.
- Cassepp-Borges, V., & Pasquali, L. (2012). Estudo nacional dos atributos psicométricos da Escala Triangular do Amor de Sternberg. *Paidéia*, 22(51), 21-31. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2012000100004&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000100004>.

- Dagatti, M. (2012). El voyeurismo virtual: aportes a un estudio de la intimidad. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos*, (41), 41-58. Recuperado de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-35232012000300003&lng=es&nrm=iso.
- Dias, A. R. C., & Machado, C. (2011). Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 496-505. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300007&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300007>.
- Dias, D. M. (2017). A aliança enquanto drama: est/ética da masculinidade no contexto de uma economia afetiva uxori-local (Guna, Panamá). *Mana*, 23(1), 77-108. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132017000100077&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n1p077>.
- Escobar V, A. (2013). La literatura filosófica: una aventura íntima en Miguel de Unamuno. *Escritos*, 21(47), 517-531. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-12632013000200010&lng=pt&nrm=iso.
- Fernandes, F. S. (2013). O monumental e o íntimo: dimensões da memória da resistência no documentário brasileiro recente. *Revista Estudos Históricos*, 26(51), 55-72. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/7195/9365>.
- Florián Buitrago, M. (2013). Cartografías de la intimidad en la Colombia de la década de 1960. *Tabula Rasa*, (18), 215-226. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39629177009>. ISSN 1794-2489.
- França, M. V. (2014). Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte. *Cadernos Pagu*, (43), 321-346. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200321&lng=pt&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430321>.
- Giordano, A. (2017). Notas sobre diários de escritores. *Alea*, 19(3), 703-713. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2017000300703&lng=pt&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1517-106x/2017193703713>.
- Gouveia, V. V., Carvalho, E. A. B. de, Santos, F. A. dos, & Almeida, M. R. de. (2013). Escala tetraangular do amor: testando sua estrutura e invariância fatorial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 32-45. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000100004&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100004>.

- Horn, A., Helman, M., Castorina, J. A., & Kurlat, M. (2013). Práticas escolares e ideias infantis sobre el derecho a la intimidad. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), 198-219. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100010&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100010>.
- Lana, L. C. de C. (2017). Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1359-1371. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/40529>. doi: <https://doi.org/10.1590/%25x>.
- McCallum, C. (2013). Intimidade com estranhos: uma perspectiva Kaxinawá sobre confiança e a construção de pessoas na Amazônia. *Mana*, 19(1), 123-155. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100005&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132013000100005>.
- Nunes, E. S. N. (2012). A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 19(2), 451-474. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000200006&lng=pt&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000200006>.
- Outomuro, D., & Mirabile, L. M. (2012). Derecho a la intimidad y su vinculación con la salud. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 12(1), 80-87. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-47022012000100008&lng=pt&nrm=iso. doi: <https://doi.org/10.18359/rlbi.979>.
- Palma, R. da, & Truzzi, O. M. S. (2012). As articulações entre intimidade e trabalho: a construção social de um mercado de trabalho livre no oeste paulista cafeeiro. *Sociologias*, 14(30), 224-251. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200008&lng=es&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000200008>.
- Pauli, J., & Rosenfield, C. (2017). A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo. *Sociedade e Estado*, 32(1), 171-188. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000100171&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201008>.
- Pilati, J. I., & Olivo, M. V. C. de. (2014). Um novo olhar sobre o direito à privacidade: caso Snowden e pós-modernidade jurídica. *Sequência*, (69), 281-300. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552014000200012&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p281>.

- Prado, M. A. M., & Queiroz, I. S. de. (2012). A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas. *Estudos de Psicologia*, 17(2), 305-312. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000200015&lng=pt&tlng=pt. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000200015>.
- Rivera Rugeles, J. C. (2013) ¿Punto final al limbo legal de las actividades de inteligencia en Colombia?. *Revista Estudios Socio-Jurídicos*, 15(1), 139-164. Recuperado de <http://insp.redalyc.org/articulo.oa?id=73328080006>. ISSN 0124-0579.
- Rosemberg, A. (2016). A pena como arma: trabalho, intimidade e rotina nas cartas dos policiais paulistas (1870-1915). *Revista Estudos Históricos*, 29(59), 627-646. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/63823>. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942016000300004>.
- Sacramento, O. (2017). Mulé' tem que ficar esperta: turismo, encontros passionais e gestão feminina da intimidade no nordeste do Brasil. *Mana*, 23(1), 137-165. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132017000100137&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n1p137>.
- Schaeffer, F. A. (2016). Estados de amor, sexo e intimidade através de fronteiras virtuais. *Cadernos Pagu*, (47), e164712. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000200502&script=sci_abstract&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470012>.
- Sharim, D., Araya, C., Carmona, M., & Riquelme, P. (2011). Relatos de historias de pareja en el Chile actual: la intimidad como un monólogo colectivo. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 347-358. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300002&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000300002>.
- Thibes, M. Z. (2017). As formas de manifestação da privacidade nos três espíritos do capitalismo: da intimidade burguesa ao exibicionismo de si nas redes sociais. *Sociologias*, 19(46), 316-343. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000300316&lng=pt&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004613>.
- Villarroel, R. (2013). Administración biopolítica de la intimidad en los Biobancos. *Acta bioethica*, 19(1), 39-47. Recuperado de https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2013000100005&lng=es&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2013000100005>.

Outras referências em sites

- Alves, L. J. L. F. T. (2019). *O uso da internet e uso de dados pessoais*. Recuperado de <https://laurenfernandes.jusbrasil.com.br/artigos/682240896/o-uso-da-internet-e-a-rotecao-de-dados-pessoais>.
- Habeas-Data. (n.d.). *O que é Habeas data*. In Dicionário *on line* de significados. Recuperado de www.significados.com.br/habeas-data.
- Hacker. (n.d.). *Significado de Hacker*. In Dicionário *on line* de significados. Recuperado de www.significados.com.br/hacker.
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (1990). Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm.
- Lei nº 9.507, 12 de novembro de 1997. (1997). Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9507.htm.
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado de <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02>.
- Lei nº 12.965, 23 de abril de 2014. (2014). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.
- Lei nº 13.709, 14 de agosto de 2018. (2018). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm.
- Mônada. (n.d.). *Mônada*. In Dicionário *on line* de Filosofia. Recuperado de <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefisofia/mônada>.
- Ramos, L., & Meimes, M. (n.d.). *Rizoma*. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/rizoma.html>.
- Solaas, L. (2005). *Intimidad*. [imagem digital]. Recuperado de www.solaas.com.ar/works/intimidad/index.html.
- Uxorilocalidade. (n.d.). *Significado de uxorilocalidade*. In Dicio - Dicionário *on line* de Português. Recuperado de www.dicio.com.br/uxorilocalidade.

APÊNDICES

Apêndice A - Presença da definição de intimidade nos artigos e relação com o conceito de privacidade

Artigo	Define intimidade?		Trabalha com conceito de privacidade?		Se sim, define?		Intimidade é tida como sinônimo de privacidade?	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1 Batista, & Araújo (2011)	X		X		X			X
2 Sharim et al. (2011)	X		X		X			X
3 Carreira (2011)	X		X			X		X
4. Dias, & Machado (2011)	X			X				
5 Cassepp-Borges, & Pasquali (2012)	X			X				
6 Nunes (2012)	X		X			X		X
7 Outumuro, & Mirabile (2012)	X		X		X			X
8 Palma, & Truzzi (2012)	X		X			X	X	
9 Prado, & Queiroz (2012)		X		X				
10 Dagatti (2012)	X		X			X		
11 Gouveia et al. (2013)	X			X				
12 Florián Buitrago (2013)	X			X				
13 Rivera Rugeles (2013)	X			X				
14 McCallum (2013)	X			X				
15 Horn et al. (2013)	X		X			X	X	
16 Fernandes (2013)	X			X				

Artigo	Define intimidade?		Trabalha com conceito de privacidade?		Se sim, define?		Intimidade é tida como sinônimo de privacidade?	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
17 Villarroel (2013)		X	X			X	X	
18 Escobar V (2013)	X			X				
19 Andrade et al. (2013)	X			X				
20 Alcázar-Campos (2014)		X		X				
21 Arboleda López (2014)	X		X			X		X
22 Pilati, & Olivo (2014)	X		X		X			X
23 França (2014)	X			X				
24 Alcantara, & Calazans (2015)	X		X		X			X
25 Schaeffer (2016)	X		X		X			X
26 Rosemberg (2016)		X	X			X		X
27 Dias (2017)		X		X				
28 Sacramento (2017)	X			X				
29 Beleli (2017)	X		X			X		X
30 Pauli, & Rosenfield (2017)	X			X				
31 Thibes (2017)		X	X		X			X
32 Lana (2017)	X		X			X	X	
33 Giordano (2017)		X	X			X		X

Apêndice B - Classificação dos artigos do *corpus* segundo categoria e temas

Número do artigo	Autoria	Dados bibliográficos	Categoria	Temas	Capítulo em que foi usado
1	Batista, & Araujo.	(2011). Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. <i>Sociedade e Estado</i> , 26(1), 175-195.	Exposição e mercantilização	Intimidade como recurso em transações econômicas	Cap. 4
2	Sharim et al.	(2011). Relatos de historias de pareja en el Chile actual: la intimidad como un monólogo colectivo. <i>Psicologia em Estudo</i> , 16(3), 347-358.	Experiência intersubjetiva	Transformações da intimidade na vida conjugal	Cap. 2
3	Carreira.	(2011). A intimidade e a busca de encontros reais no teatro. <i>Revista Brasileira de Estudos da Presença</i> , 1(2), 315-324.	Exposição e mercantilização	Intimidade como mercadoria	Cap. 4
4	Dias, & Machado.	(2011). Amor e violência na intimidade : da essência à construção social. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 23(3), 496-505.	Experiência intersubjetiva	Novos usos da noção de intimidade	Cap. 2
5	Cassepp-Borges, & Pasquali.	(2012). Estudo nacional dos atributos psicométricos da Escala Triangular do Amor de Sternberg. <i>Paidéia</i> , 22(51), 21-31.	Experiência intersubjetiva	Psicometria: como medir “amor”	Cap. 2
6	Nunes.	(2012). A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. <i>História, Ciências, Saúde - Manguinhos</i> , 19(2), 451-474.	Direitos	Controle do Estado sobre os modos de ser	Cap. 3
7	Outomuro, & Mirabile.	(2012). Derecho a la intimidad y su vinculación con la salud. <i>Revista Latinoamericana de Bioética</i> , 12(1), 80-87.	Direitos	Exposição da intimidade na sociedade da informação	Cap. 3
8	Palma, & Truzzi.	(2012). As articulações entre intimidade e trabalho: a construção social de um mercado de trabalho livre no oeste paulista cafeeiro. <i>Sociologias</i> , 14(30), 224-251.	Direitos	Ampliação dos direitos para outros grupos populacionais	Cap. 3

9	Prado, & Queiroz.	(2012). A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas. <i>Estudos de Psicologia</i> , 17(2), 305-312.	Experiência intersubjetiva	Novos modos de usar a noção de intimidade	
10	Dagatti.	(2012). El voyeurismo virtual: aportes a un estudio de la intimidad . <i>Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos</i> , (41), 41-58.	Exposição e mercantilização	Intimidade tornada pública pelo autor/autora	Cap. 4
11	Gouveia et al.	(2013). Escala tetrangular do amor: testando sua estrutura e invariância fatorial. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 33(1), 32-45.	Experiência intersubjetiva	Psicometria: como medir “amor”	Cap. 2
12	Florián Buitrago.	(2013). Cartografías de la intimidad en la Colombia de la década de 1960. <i>Tabula Rasa</i> , (18), 215-226.	Direitos	Controle do Estado sobre os modos de ser	Cap. 3
13	Rivera Rugeles.	(2013). ¿Punto final al limbo legal de las actividades de inteligencia en Colombia?. <i>Revista Estudios Socio-Jurídicos</i> , 15(1), 139-164.	Direitos	Controle do Estado sobre os modos de ser – serviços de inteligência	Cap. 3
14	McCallum.	(2013). Intimidade com estranhos: uma perspectiva Kaxinawá sobre confiança e a construção de pessoas na Amazônia. <i>Mana</i> , 19(1), 123-155.	Experiência intersubjetiva	Problematizando diferenças culturais	Cap. 2
15	Horn et al.	(2013). Prácticas escolares e ideas infantiles sobre el derecho a la intimidad . <i>Cadernos de Pesquisa</i> , 43(148), 198-219.	Direitos	Exposição da intimidade na sociedade da informação	Cap. 3
16	Fernandes.	(2013). O monumental e o íntimo : dimensões da memória da resistência no documentário brasileiro recente. <i>Revista Estudos Históricos</i> , 26(51), 55-72.	Direitos	Exposição da intimidade por meio de cartas e outros documentos pessoais	Cap. 3
17	Villarroel.	(2013). Administración biopolítica de la intimidad en los Biobancos. <i>Acta bioethica</i> , 19(1), 39-47.	Direitos	Exposição da intimidade na sociedade da informação	Cap. 3

18	Escobar V.	(2013). La literatura filosófica: una aventura intima en Miguel de Unamuno. <i>Escritos</i> , 21(47), 517-531.	Experiência intersubjetiva	Outros usos da noção de intimidade	Cap. 2
19	Andrade et al.	(2013). Evidências de validade da Escala Triangular do Amor de Sternberg - Reduzida (ETAS-R). <i>Psico-USF</i> , 18(3), 501-510.	Experiência intersubjetiva	Psicometria: como medir “amor”	Cap. 2
20	Alcázar-Campos.	(2014). Siendo una más. Trabajo de campo e intimidad. <i>Revista de Estudios Sociales</i> , (49), 59-71.	Experiência intersubjetiva	Outros usos da noção de intimidade	Cap. 2
21	Arboleda López.	(2014). Visión de la Corte Constitucional, respecto a los derechos de libertad de expresión e información: una relación desde el derecho al buen nombre, a la intimidad y a la honra. <i>Revista Lasallista de Investigación</i> , 11 (2), 159-167.	Direitos	Ampliação dos direitos fundamentais	Cap. 3
22	Pilati, & Olivo.	(2014). Um novo olhar sobre o direito à privacidade: caso Snowden e pós-modernidade jurídica. <i>Sequência</i> , (69), 281-300.	Direitos	Exposição da intimidade na sociedade da informação	Cap. 3
23	França.	(2014). Quando a intimidade sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte. <i>Cadernos Pagu</i> , (43), 321-346.	Exposição e mercantilização	Interseccionalidade entre intimidade e mercado no contexto das relações afetivas/sexuais	Cap. 4
24	Alcantara, & Calazans.	(2015). Crise dos afetos: intimidade e cotidiano no cinema e na televisão. <i>Galáxia (São Paulo)</i> , (29), 195-206.	Exposição e mercantilização	Intimidade como mercadoria	Cap. 4
25	Schaeffer.	(2016). Estados de amor, sexo e intimidade através de fronteiras virtuais. <i>Cadernos Pagu</i> , (47), e164712.	Exposição e mercantilização	Interseccionalidade entre intimidade e mercado no contexto das relações afetivas/sexuais	Cap. 4

26	Rosemberg.	(2016). A pena como arma: trabalho, intimidade e rotina nas cartas dos policiais paulistas (1870-1915). <i>Revista Estudos Históricos</i> , 29(59), 627-646.	Direitos	Exposição da intimidade via documentos pessoais	Cap. 3
27	Dias.	(2017). A aliança enquanto drama: est/ética da masculinidade no contexto de uma economia afetiva uxorilocal (Guna, Panamá). <i>Mana</i> , 23(1), 77-108.	Experiência intersubjetiva	Problematizando diferenças culturais	Cap. 2
28	Sacramento.	(2017). Mulé' tem que ficar esperta: turismo, encontros passionais e gestão feminina da intimidade no nordeste do Brasil. <i>Mana</i> , 23(1), 137-165.	Exposição e mercantilização	Interseccionalidade entre intimidade e mercado no contexto das relações afetivas/sexuais	Cap. 4
29	Beleli.	(2017). Reconfigurações da intimidade . <i>Revista Estudos Feministas</i> , 25(1), 337-346.	Exposição e mercantilização	Interseccionalidade entre intimidade e mercado no contexto das relações afetivas/sexuais	Cap. 4
30	Pauli, & Rosenfield.	(2017). A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo. <i>Sociedade e Estado</i> , 32(1), 171-188.	Exposição e mercantilização	Intimidade como recurso em transações comerciais	Cap. 4
31	Thibes.	(2017). As formas de manifestação da privacidade nos três espíritos do capitalismo: da intimidade burguesa ao exibicionismo de si nas redes sociais. <i>Sociologias</i> , 19(46), 316-343.	Exposição e mercantilização	Intimidade tornada pública pelo autor/autora	Cap. 4
32	Lana.	(2017). Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube. <i>Revista Estudos Feministas</i> , 25(3), 1359-1371.	Exposição e mercantilização	Intimidade tornada pública pelo autor/autora	Cap. 4
33	Giordano.	(2017). Notas sobre diários de escritores. <i>Alea</i> , 19(3), 703-713.	Exposição e mercantilização	Intimidade tornada pública pelo autor/autora	Cap. 4

Apêndice C - Leitura crítica dos 33 artigos

- C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva
- C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade
- C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

Apêndice C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 2

Relatos de historias de pareja en el Chile actual: la **intimidad**
como un monólogo colectivo.

Sharim, D. et al.

Este artigo foi publicado na revista *Psicologia em Estudo* Maringá, em 2011, e suas autoras são: Dariela Sharim, psicóloga e professora PUC – Chile; Claudia Araya, professora assistente PUC- Chile; Mariela Carmona, PhD PUC-Chile; e Paula Riquelme, psicóloga máster pela Universidade do Chile.

Trata-se de um estudo sobre a dimensão psicológica da intimidade em relatos sobre a vida conjugal de homens e mulheres chilenos.

O artigo foi dividido em “Introducción”, “Método”, “Resultados”, “Análisis de Resultados” e “Discusión”.

Na “**Introdução**” discute sobre a instituição do amor romântico como um ideal do século XX. Os casamentos deixaram de servir aos interesses econômicos e de reprodução e passaram a acontecer pela livre escolha da pessoa, materializado no matrimônio por amor, “um vínculo que se constitui de um lugar de refúgio e de intimidade” (Costa, 2007, p. 348).

No entanto, a vida a dois nos dias de hoje sofre a pressão de uma vida individualizada e a busca de uma autonomia pessoal. Se antes o indivíduo se sujeitava as regras das instituições com papéis fixos e estabelecidos como o de homem “provedor” e mulher “a rainha do lar”, agora o processo de individualização exige que se construa por si mesmo a sua própria identidade. O casal contemporâneo valoriza o sentimento amoroso e a atração sexual, mas o diferencia do amor romântico por não buscar a fusão nem a dissolução das individualidades e dar importância para a identidade pessoal.

Segundo Giddens (1992) vivemos a era do “amor confluyente” uma busca por uma relação pura e democrática baseada na intimidade e nos ganhos da comunicação emocional.

Conciliar uma relação nos dias atuais mediante as exigências desse processo de individualização não é uma tarefa fácil de executar, uma vez que isso causa uma pressão entre a autonomia e a intimidade.

As autoras do artigo esclarecem que para os países latino-americanos o amor confluyente parece coexistir com uma versão transformada de amor romântico.

No Chile, segundo os dados do PNUD (2002) o relacionamento conjugal exige vínculos sociais, uma boa relação amorosa e erótica, assim como, bom vínculo com si mesmo. O espaço de intimidade é tido como um lugar de refúgio e de privacidade protegido da interferência de terceiros.

Essa intimidade tem sido considerada de diferentes maneiras dependendo do autor, Mailer e Herrera (2009) a consideram como uma experiência profunda que requer privacidade e cuja perda causaria uma dor psíquica. Segundo Kohlenberg, Tsai e Kanter (2009), a intimidade por ser definida como uma mútua exposição de si mesmo; já para Laurenceau, Rivera, Schaffer e Pietromonaco (2004), ela é tida como uma sensação subjetiva de conexão com o outro fundamentada na autorrevelação e responsividade do casal.

Pasini (1992) afirma que a intimidade do casal só é possível se existir a intimidade pessoal, e define cinco planos em que ela pode circular o espiritual, o sexual, o psicológico, o corporal e o intelectual.

Ela é ao mesmo tempo privada e restrita ao casal, quanto exige a exposição de si mesmo por meio da reciprocidade.

As autoras esclarecem o objetivo do artigo enquanto estudo sobre a dimensão psicológica da intimidade, se interessam pela experiência subjetiva de adultos chilenos sobre a relação de casal. Querem saber sobre os sentidos que as pessoas dão para o casamento e qual o lugar do outro nessa intimidade.

No “**Método**” esclarece que nessa pesquisa o estudo é qualitativo e de Enfoque Biográfico, se utilizou a técnica de relatos de vida para a coleta de dados. O Enfoque Biográfico é uma técnica que considera a história pessoal como uma prática significativa e dá destaque para uma subjetividade particular e distinta. Possibilita ainda a compreensão de sentidos das experiências de vida que por meio da narração, enfatiza aspectos como o afetivo, emocional, cultural e social presentes nas histórias de vida (Correa, 1999). Neste sentido, o Enfoque Biográfico reflete tanto a singularidade das histórias vividas como possibilidades de acesso ao social (Ferrarotti, 1983), e refletem significados compartilhados (Lindón, 2000).

Foram realizadas três entrevistas com os participantes, na primeira a conversa teve como pergunta disparadora “me conte a história do seu casamento” (tradução nossa), a proposta era que o participante tivesse total liberdade para se expressar e estruturar seu relato. A segunda entrevista foi mais diretiva para aprofundar aspectos relevantes para a pesquisa ou mesmo esclarecer algumas dúvidas do primeiro contato, e no último encontro o objetivo foi comentar sobre a participação na pesquisa e finalizar os encontros. As entrevistas foram transcritas e enviadas para os participantes entre um encontro e outro como estratégia para gerar reflexões do vivenciado.

Foram entrevistados oito participantes dos quais quatro eram mulheres e quatro eram homens, todos residiam na cidade de Santiago em 2009. O método utilizado para seleção dos participantes foi o de Bola de Neve (Patton, 1990), os critérios de inclusão foram a idade entre 25 e 50 anos, e pertencer ao nível socioeconômico médio e médio alto (segundo nível de estudo e lugar de residência). A paternidade e maternidade não foram critérios de inclusão, mas ao longo da pesquisa representou um aspecto importante para análise.

A autora esclarece que os critérios de inclusão buscaram uma maior diversidade dos níveis de individualização social e que no Chile estão associados a idade, nível educacional e pertencimento social (PNUD, 2002).

Apresenta um quadro que descreve o nome do participante, sexo, idade, situação de casal (estado civil), formação acadêmica, nível de residência (médio, médio alto), número de filhos.

Esse esclarecimento da autora não reflete a diversidade almejada, uma vez que todos os entrevistados pertenciam a classe média ou média alta, em nosso olhar se o objetivo era a “diversidade” faltou uma representatividade da classe social economicamente menos privilegiada. Outro ponto diz respeito as idades entre 25 e 50 anos, faixa etária ampla e que podem representar fases de vida conjugal e de expectativas sobre o casamento diversas, e esta ampla diversidade implica numa análise de dados criteriosa sobre os dados levantados que precisam ser contextualizados. Não necessariamente todas as pessoas com o mesmo nível superior estão inseridas numa mesma classe social. A questão dos filhos e respectivas idades é um dado de extrema importância para as expectativas em relação a conjugalidade.

Outro aspecto que nos chama a atenção é que foram entrevistadas pessoas individualmente que falam de suas respectivas relações conjugais, ou seja, casais da mesma união não foram entrevistados

ainda que separadamente. O que a pesquisa apresenta é uma visão individual da perspectiva de um dos cônjuges o que não nos possibilita sabermos os pontos em comum e divergentes da outra pessoa que faz parte desse casamento, apresenta, portanto, uma visão individualizada e parcial.

A análise interpretativa de dados foi realizada em etapas, primeiro com uma pessoa da equipe de pesquisadores e depois com outros pares. Num outro momento, se trabalhou com a análise transversal em que foi possível destacar categorias centrais dos relatos e aspectos relevantes para o objetivo da pesquisa.

Nos “**Resultados**” apresenta as categorias que os pesquisadores interpretaram do relato de cada participante. Cecília “a intimidade que intimida”, Alejandra “a intimidade postiça”, Federico “a intimidade pregada” (*la intimidad predicada*), Nora “a desilusão da intimidade”, Javier “a (des)graça da intimidade”, José Luis “a intimidade da luz” (*la leviana intimidad*), Roberto “a intimidade como projeto falido”, Teresa “a intimidade tóxica”.

Na “**Análisis de Resultados**” apresenta outras categorias a partir do relato dos participantes como um todo, sem necessariamente especificar a que participante pertence tal fala, mas descreve outras a partir do relato e da experiência do grupo participante. As categorias apresentadas retratam as questões em comum dos relatos, e foram “a intimidade como ameaça”, “monólogo coletivo”, e “evitando a diferença e a dependência”.

Na “**Discusión**” se constata que ao falar sobre casamento, os participantes não relataram a palavra intimidade, mas sim outros aspectos como o projeto pessoal, a história da família de origem, a parentalidade e a realização material. Os resultados da pesquisa foram sobre os ideais de casamento, projeto econômico, criação e apoio da família, assim como, pouca referência ao sentimento amoroso e a noção de intimidade.

Quando mencionada, a intimidade com o outro aparecia como desestabilizando o projeto pessoal e o projeto pessoal de casal. A noção de intimidade dos entrevistados demonstrou certa ambivalência, na medida em que a percebem como ameaça a individualidade e ao mesmo tempo um espaço de refúgio, a esse processo a autora nomeou de “monólogo coletivo”. Neste sentido a intimidade é ao mesmo tempo desejada e temida.

Leitura crítica:

Neste artigo a privacidade é tida como um espaço privado protegido contra a intromissão de terceiros e a intimidade com o outro se insere neste contexto.

O argumento defendido no artigo é que a noção de intimidade para esses participantes é ambígua, ao mesmo tempo uma ameaça (negativa), e um ideal de refúgio a ser conquistado. Quando mencionada, a intimidade com o outro nesta pesquisa como desestabilizando o projeto pessoal e o projeto pessoal de casal.

A intimidade é definida como um lugar de refúgio e um ideal a ser alcançado.

A intimidade neste artigo é contextualizada numa relação de casal heteronormativa.

O local em que surge esta intimidade é a convivência prolongada sob o mesmo teto.

A Categoria classificada neste artigo é a “**Experiência Intersubjetiva**”.

Apêndice C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 4

Amor e violência na **intimidade**: da essência à construção social.

Dias, A. R. C. & Machado, C.

Este artigo foi publicado na revista Psicologia e Sociedade em 2011 e as autoras são Ana Rita Conde Dias na época era mestre em Psicologia e doutoranda na Universidade do Minho em Psicologia da Justiça, e Carla Machado é doutora em Psicologia, professora auxiliar e coordenadora de Mestrado Integrado em Psicologia da Justiça.

Este artigo foi incluído por ser um estudo teórico, trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema intimidade na questão da violência, razão pela qual mantivemos o artigo como parte de nosso escopo.

Trata-se de um estudo sobre amor e violência na intimidade, apresenta uma análise de como diferentes abordagens estudam o tema.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Do fatalismo inato à formação social do amor: teorias biológicas/evolucionistas e desenvolvimentais vs. teorias estruturalistas”, “Da reificação à construção cultural: abordagens taxonômicas vs. perspectivas críticas e construcionista culturais”, “Amor e violência na leitura construcionista social: os estudos culturais e narrativos”, “Contributos, limitações e desafios às abordagens construcionista sociais”, e “Considerações finais”.

Na “**Introdução**” argumenta sobre a dificuldade de estudos sobre o amor em virtude da ideia preconcebida de que este não seria um tema científico. A partir da década de 70 passou a ser investigado por pesquisadores, no entanto quando se pensa na ligação entre amor e violência na intimidade ainda temos muito a pesquisar.

As críticas efetuadas em relação as teorias apresentadas pelas autoras, dizem respeito especificamente aos autores clássicos citados, e não necessariamente a teoria em sua completude e atualidade.

“**Do fatalismo inato à formação social do amor: teorias biológicas/evolucionistas e desenvolvimentais vs. teorias estruturalistas**”, neste tópico nos convida a uma reflexão sobre a conceituação teórica que envolve o tema amor: “o que é que neste fenômeno é biológico e universal e o que é que nele é socialmente construído?” (Dias & Machado, 2011, p. 496). A questão marca posicionamentos na maneira em que pesquisadores estudam o tema, de um lado os que se fundamentam num paradigma Positivista e Pós-positivista e de outro lado as Teorias Críticas e o Construcionismo Social.

As teorias Positivistas e Pós-positivistas em termos ontológicos compreendem a realidade externa e objetiva, os pós-positivistas acreditam que a realidade só possa ser compreendida de forma imperfeita e probabilística. Ambas acreditam que a realidade independe do sujeito que a observa e que se produz ciência por meio do experimentalismo (Burr, 1995; Gergen, 1999). Em termos epistemológicos nas teorias positivistas a visão de mundo é objetivista e dualista, e acredita-se ser possível determinar como as coisas são e funcionam, positivistas e pós-positivistas acreditam que a metodologia experimental pode comprovar ou não as hipóteses levantadas.

Neste sentido, em nossa compreensão, o pesquisador se posiciona frente a uma realidade que pode ser compreendida totalmente ou parcialmente, isso implica ter controle sobre os acontecimentos e

esses fenômenos podem ser explicados numa relação de causalidade, pois conforme afirmam Guba & Lincon (1989) as palavras de ordem aqui são controle, estabilidade e objetividade.

Nas palavras das autoras do artigo:

Partindo destes pressupostos ontológicos e epistemológicos, as teorias sobre o amor que se inscrevem nos paradigmas positivistas e pós-positivistas são abordagens de caráter essencialista, na medida em que postulam a existência de um conjunto de traços, pulsões ou mecanismos (de natureza física e/ou psicológica) (Raskin & Neimeyer, 2007) que determinam e regulam a experiência do amor e as relações de intimidade. Neste contexto incluímos as teorias estritamente biológicas/evolucionistas (Weis, 2006), as desenvolvimentais, como as teorias do apego (Allison, Bartholomew, Mayselless, & Dutton, 2008), e as perspectivas estruturalistas/funcionalistas, que analisam o amor como produto das teorias sociais (Torres, 2001). (Dias & Machado, 2011, p. 497)

As **teorias biológicas e evolucionistas** consideram a intimidade e amor como fenômenos instintivos e biológicos que envolvem aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais (Weis, 2006). Ainda que não se tenha encontrado menção direta dessas teorias em relação a violência, as autoras do artigo compreendem que a violência pode ser considerada, nesta perspectiva como um comportamento “adaptativo” levado ao limite para conseguir manter o relacionamento, ação esta influenciada pelos aspectos acima mencionados.

Outras teorias evolucionistas e biológicas enfatizam a funcionalidade do amor para a reprodução, segundo Buss (2006) o amor é um recurso adaptativo para o compromisso, e o ciúme é uma estratégia de proteção contra intrusos, tanto quanto pode ser considerado como uma prova de amor. A ameaça de rompimento de vínculo e ciúmes podem potencializar comportamentos de controle sobre o outro e agressões, em casos extremos homicídio.

As autoras do artigo fazem uma crítica importante para estas teorias que naturalizam as diferenças de gênero explicadas pelo aspecto biológico ao considerarem o homem como mais propenso à violência e a mulher como mais tendente para um relacionamento amoroso e de longo prazo.

Concordamos com as autoras do artigo, desconsiderar as desigualdades de gênero e justifica-las a partir da funcionalidade do aspecto biológico, sem crítica à formulação dessas diferenças baseadas nas ideias do patriarcado é naturalizar as injustiças.

Outra teoria citada no artigo refere-se a Teoria do Apego de Bowlby (1973) enfatiza o aspecto **desenvolvimental**, considera-se que o comportamento de apego da criança é regulado por uma motivação evolutiva em prol da sobrevivência por meio da proximidade com a figura de apego primárias. Essa proximidade promove segurança que geram modelos de funcionamento reproduzidos na fase adulta nas relações amorosas (Bookwala, 2002). Em relação a intimidade, a violência é aqui entendida como uma tentativa de coação do parceiro menos disponível a ficar mais próximo (Bookwala, 2002).

Em nosso entendimento nesta teoria considerar o ato de violência como uma tentativa de proximidade é infantilizar a pessoa violenta e tirar dela a responsabilidade da agressão enquanto adulta. Nos parece mais uma inversão de valores.

As **teorias biológicas, evolucionistas e desenvolvimentais** consideram o amor e a violência como um aspecto individual e intrapsíquico, a violência é explicada como um ato movido por necessidades biológicas e psicológicas que numa atitude extrema se utiliza da agressão, mas que é mobilizada pela ânsia de amar.

Outro ponto analisado no artigo sobre essas teorias diz respeito a questão de gênero, ao considerar que as diferenças entre os sexos estão baseadas em aspectos biológicos responsáveis pelo comportamento mais agressivo no homem diante de uma ameaça de perda, e em relação a mulher biologicamente programada para a reprodução, relações a longo prazo e desprezo por sexo casual.

A concepção de amor nestas teorias é universal, fruto de adaptações em prol da reprodução humana, de relacionamentos duradouros, com compromisso e exclusividade. Se excluem as diferenças culturais na concepção de amor, as relações entre homossexuais, as relações em que a procriação não é um valor importante, e novas formas de amar como o poliamor. A variabilidade considerada nestas teorias em relação ao amor existe a partir de uma combinação de estilos de apego entre os pares, mas não se considera a possibilidade de mudança na escolha pessoal dos parceiros, sempre se busca o mesmo modelo primário.

As **perspectivas estruturalistas** consideram o amor como uma expressão das relações sociais, nas estruturas e sistemas que organizam a pessoa na sociedade. Nesta perspectiva mais sociológica as relações de gênero, as condições socioeconômicas e históricas são incluídas nas concepções sobre o amor.

Os autores citados dessas teorias são Goode (1959), Torres (2001), Munk (2004), Jackson (1993). A experiência amorosa se relaciona com a estrutura social vivenciada em cada sociedade e cultura, e circula em dois polos o amor disruptivo (trágico) e o amor ideal que serve de base para o casamento (Goode, 1959). Dito de outra maneira, o amor é influenciado por padrões estruturais e sociais.

Neste sentido, as escolhas amorosas individuais visam a compatibilidade com as expectativas da família e sociais (Munk, 2004), ou seja, as transformações na maneira de amar estão diretamente associadas as alterações nas relações de poder em diferentes grupos sociais, razão esta que justifica a inclusão das questões de gênero, classe social e análise do momento histórico.

Em relação ao amor e a violência a teoria estruturalista tem como foco a análise das diferenças de posicionamento das pessoas na estrutura social, por meio das diferenças de gênero, das relações de poder, de classe social e etnia. O amor romântico é uma imposição heterossexual ancorada no Patriarcado e que leva muitas mulheres a interpretarem o comportamento violento do homem como sinônimo de amor e intimidade e não como mau uso do poder e controle dele sobre ela.

As autoras do artigo fazem uma crítica a essas teorias estruturalistas em virtude de reduzirem o amor e a violência aos aspectos sócio estruturais, mas desconsiderando a construção de sentido de suas experiências de vida. Outro aspecto levantado diz respeito a própria concepção romântica de amor entre heterossexuais e que excluem outras formas de amar que não pertençam a ordem social dominante.

Esta observação das autoras do artigo nos leva a pensar que valorizam teorias que possam incluir aspectos intersubjetivos, nem só valorizar o intrapsíquico e nem só exacerbar o social.

No tópico **“Da reificação à construção cultural: abordagens taxonômicas vs. perspectivas críticas e construcionista culturais”** apresentam as teorias taxonômicas e as teorias críticas e construcionista sociais.

Ao longo de todo artigo, podemos observar que as autoras usam o termo abordagem como sinônimo de teoria. E esses são conceitos bem diferenciados na psicologia, a teoria reflete os paradigmas e base teórica de um estudo, a abordagem na clínica diz respeito a prática dessa teoria. Outra questão refere-se aos construcionistas culturais e o correto são construcionistas sociais. Teoria é um processo epistemológico e ontológico e abordagem é uma aplicação prática.

As teorias taxionômicas se baseiam em metodologias quantitativas, utilizam escalas e questionários para quantificar o amor e classifica-lo de acordo com tipos amorosos.

Os autores citados são Henrick e Henrick (2006) que utilizam a tipologia de Lee (1973) do amor: apaixonado, descomprometido, amizade, calculado, ágape ou altruísta e obsessivo. Essas tipologias são resultadas de atitudes e crenças que estabelecem certo padrão característico de cada pessoa, traços de personalidade, e diferenças de gênero que inclui maior tendência dos homens se envolverem num amor descomprometido, e mulheres em amor amizade e calculado.

Interessante como essas diferenças de gênero são atribuídas a características do sexo, sem o questionamento da construção de desigualdade entre os gêneros, fala-se em diferenças e não de desigualdade.

Berscheid (2006) também é citado e seu estudo teve como foco os múltiplos significados do amor diretamente relacionados com o contexto em que se inserem. As tipologias sugeridas nesta teoria diferem-se de acordo com o diferentes comportamentos e causas como: amor apego, amor compaixão, amor companheiro e amor romântico. E estão diretamente relacionados com o processo biológico e evolutivo do ser humano.

Segundo Fehr (2006) defende o postulado do amor protótipo que difere de acordo com o contexto cultural. As análises propostas são as interculturais com o objetivo de identificar aspectos universais e especificidades culturais nas ideias sobre o amor. As diferenças de gênero estão presentes ao considerar que a mulher apresenta uma concepção de amor mais próxima do amor companheiro e os homens um amor mais passional.

Novamente a observação quanto as diferenças entre os sexos e não o questionamento da desigualdade de gênero.

Segundo Sternberg (2006) o amor é analisado a partir de sua estrutura/construção e desenvolvimento, para isso propôs a Teoria Triangular do Amor que considera que o amor possui três componentes a intimidade, o compromisso e a paixão; e a combinação deles produzem vários tipos de amor. Segundo as autoras do artigo, Sternberg reconhece a importância das narrativas culturais, do tempo e do local e juntos constroem múltiplas concepções de amor. Dito de outra maneira, a concepção de amor deriva de histórias culturalmente construídas e vivenciadas ao longo da vida do indivíduo.

As teorias taxionômicas apresentadas contribuem para uma perspectiva mais dinâmica e interativa sobre a compreensão do amor, tem-se a inclusão das narrativas culturais e experiências de vida no contexto social, no entanto, sem restringir à questão aos aspectos biológicos ou sociais.

No artigo se considera Sternberg como um dos autores de destaque. Aprecia-se o trabalho com as tipologias lembrando que estes perfis de amor não são fixos, podem variar de acordo com cada experiência de acordo com a quantidade de cada componente (intimidade, paixão e compromisso). As autoras do artigo consideram essa teoria, ainda que descrita como taxionômica, como em transição com paradigmas pós-positivista como o uso de questionários/escalas e validação quantitativa, mas com “uma leitura construcionista social do amor, já que não o concebe como um produto, mas antes como uma construção contínua, em que as concepções dos indivíduos sobre o amor se vão transformando em função das experiências pessoais, sociais, culturais e históricas” (Dias & Machado, 2011, p. 501).

Discordamos veementemente das autoras, “experiências pessoais, sociais, culturais e históricas” não são argumentos suficientes para considerar uma teoria como inserida no construcionismo social. O construcionismo social se baseia no diálogo, e a realidade é coconstruída com as pessoas por meio da linguagem em uso. Outro aspecto fundamental que se diferencia é a inclusão das interseccionalidades em relação as questões de poder envolvidas nessas negociações dialógicas, se leva em conta a desigualdade de gênero, as diferenças de classe social, inseridas numa determinada cultura, sociedade e num momento histórico. O construcionismo social não utiliza método quantitativo e sim qualitativo, nem faz uso de questionários ou escalas, na Teoria Triangular de Sternberg não existe espaço para o diálogo e a classificação é à priori ao contato com a pessoa. Em nosso entendimento a Teoria de Sternberg não está em transição para o Construcionismo Social, ao contrário está absolutamente inserida numa tradição Pós-positivista.

As concepções Positivistas e Pós-positivistas apresentadas no artigo tem em comum o foco na identificação de mecanismos e padrões de funcionamento do amor, assim como, uma preocupação com sua classificação e medição. O pensamento Pós-Moderno desconstrói a ideia de verdade, questiona a objetividade e a suposta neutralidade na ciência. As abordagens críticas e construcionistas sociais contrapõem esses discursos e assumem uma postura de que todo o conhecimento é construído, parcial e mutável. Os autores citados no artigo na teoria crítica são Foucault (1980) citado por Towns e Adams (2000), e Jackson (1993); e construcionistas sociais Gergen (1999), Towns e Adams (2000), Wood (2001). No construcionismo social o amor é uma construção social, um sistema de significados que constroem e organizam por meio das interações as práticas sociais.

O uso da expressão “sistema de significados” para exemplificar a visão do construcionismo social não é adequada, uma vez que não se trabalha com a noção de sistemas, mas sim com as práticas dialógicas num determinado contexto social, cultural e numa dimensão no tempo. Em nossa compreensão quando falamos em construcionismo social diferenciamos sentido como uma prática social que considera a linguagem em uso e significado como uma representação compartilhada e situada numa cultura específica.

No tópico **“Amor e violência na leitura construcionista social: os estudos culturais e narrativos”** argumenta que os temas amor e violência na intimidade na maioria dos estudos são abordados como fenômenos distintos, outras vezes a violência é considerada como uma consequência associada a alguma característica específica ou dinâmica subjacente ao amor (Riggs & O’Leary, 1989), a exceção à regra fica por conta da Teoria do Apego (Allison et al., 2008). Em alguns casos o amor é uma explicação para as reações violentas por parte das vítimas de agressão (Black, Tolaman, Callahan, Saunders, & Weisz, 2008).

No construcionismo social considera-se a influência da cultura nos discursos, nas práticas e narrativas, as pesquisas são qualitativas focadas na vivência e no significado atribuído à violência, e a forma como cada sociedade define como deve ser o amor. Nessa perspectiva, os estudos feministas são os que mais destacam a relação entre amor e violência na intimidade.

Vale lembrar que em nosso entendimento no construcionismo social falamos de “sentido” nesse contexto citado no artigo.

Segundo Wood (2001) mulheres vítimas de violência são influenciadas por crenças românticas que legitimam a agressão, na medida em que o príncipe encantado faz de sua princesa o centro de sua vida,

e esta acredita que ao se transformar na mulher ideal, ele mudará o comportamento violento, o ideal subjacente aqui é que o amor pode tudo, se ele ainda não mudou é porque ela é imperfeita.

Borochowitz e Eisikovits (2002) em suas pesquisas concluíram que alguns casais naturalizam a violência ao considera-la como uma expressão distorcida do amor minimizando a agressão. Em outro estudo Borochowitz (2008) constatou que as atitudes violentas eram justificadas porque a mulher com quem o agressor se casou já não era a mesma, a agressão era então uma tentativa de discipliná-la.

No tópico “**Contributos, limitações e desafios às abordagens construcionista sociais**” segundo as autoras do artigo os temas amor e violência na intimidade precisam ser considerados num enfoque sociocultural, discursos socioculturais podem reforçar e naturalizar a violência, assim como, influenciar comportamentos agressivos individuais (Townes & Adams, 2000; Wood, 2001). A cultura também produz discursos sobre a definição de amor e sua expressão.

Concordamos com as autoras sobre a importância de uma análise discursiva inserida numa determinada cultura, sociedade e momento histórico, a respeito das concepções de amor e da violência.

Os estudos neste artigo de perspectiva feminista nos convidam a refletir na importância de uma análise criteriosa sobre as construções na concepção de amor, suas práticas relacionais, e as crenças envolvidas na arte de amar que possam legitimar a violência na intimidade. Ainda assim Dias & Machado argumentam que a visão feminista apresenta certo “reducionismo analítico” ao enfatizarem os “efeitos perversos do discurso genderizado tradicional” que apresenta apenas a perspectiva da mulher, representante da verdade, e que é tida como vítima tanto do seu parceiro quanto da sociedade.

Discordamos das autoras que a perspectiva feminista apresenta um “reducionismo analítico” ao enfatizar o olhar da mulher e os “efeitos perversos do discurso genderizado tradicional”. O discurso genderizado tradicional promove a desigualdade entre homens e mulheres, por isso mesmo a mulher está colocada num posicionamento inferior. Não é possível, portanto, existirem efeitos positivos, pois ela já está com seus direitos reduzidos e invisíveis. A perspectiva feminista se organiza para defender que a mulher e o homem possuem direitos iguais, não se trata de posicionar a mulher no lugar de vítima, mas sim potente como o homem, digna como ele. Vale a pena lembrar que existem feminismos e não uma única categoria que incorpora todas as demais, como o feminismo negro, feminismo da diferença, feminismo da igualdade e pós-feminismo, compatível com a proposta construcionista social que entende que a realidade é construída socialmente e que, portanto, com múltiplas versões. No artigo o uso da palavra feminismo aparece como oposição ao machismo representante do discurso patriarcal, mas o sentido que as autoras empregam diz respeito a “femismo” que coloca a mulher numa posição de poder ainda que por meio da vitimação.

Na perspectiva construcionista social as concepções em relação ao amor e a violência na intimidade são construídas socialmente, somos construtores ativos dessas práticas e dos discursos sociais, o que implica na responsabilidade de todos nós.

Nas “**Considerações finais**” as autoras defendem a perspectiva construcionista como a mais adequada na compreensão dos discursos e práticas sobre o amor e a violência na intimidade, tendo em vista que apresenta uma visão antiessencialista do amor, prioriza as interações e práticas sociais considerando o aspecto cultural e histórico, e potencializa a capacidade crítica e transformadora dos discursos. Finalizam

o artigo salientando que o construcionismo social incentiva maior responsabilidade social, na medida em que o foco não está na perspectiva individual.

Concordamos com as autoras e enfatizamos a importância de pesquisadores e principalmente profissionais da área clínica terem claramente seus posicionamentos perante as teorias que reproduzem quer em suas pesquisas ou práticas. Essa reflexão sobre a questão epistemológica e ontológica é fundamental, pois os paradigmas envolvidos nesses questionamentos direcionam nossas ações e produzem verdades sobre o outro.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com a questão da privacidade.

O argumento defendido pelas autoras é a importância de que ao estudarmos temas como o amor e a violência na intimidade tenhamos possibilidade de irmos além do aspecto individual, mas que possamos incluir as questões sociais, culturais e históricas do fenômeno. As autoras defendem nesse estudo a perspectiva construcionista como uma maneira mais inclusiva e de maior responsabilidade social.

O artigo não define claramente a intimidade, mas faz uso do termo para referir-se a relacionamentos de longa duração ou de convivência próxima.

A intimidade referendada no artigo é entre homem e mulher.

O local dessa intimidade não é citado, mas faz menção ao próprio “relacionamento”.

Classificamos esse artigo na categoria de “**Experiência intersubjetiva da intimidade**”.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 5

Estudo nacional dos atributos psicométricos da Escala Triangular do Amor de Sternberg.

Cassepp-Borges, V., & Pasquali, L.

Este artigo foi publicado na revista *Paidéia* em 2012, e seus autores são Vicente Cassepp-Borges, professor adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, e Luiz Pasquali, professor emérito do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Trata-se de um estudo nacional sobre os estudos psicométricos da Escala Triangular do Amor de Sternberg (ETAS), foram aplicadas numa amostra de 1549 participantes, comprovando sua eficácia.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Método”, “Resultados”, “Discussão” e “Conclusão”.

Na “**Introdução**” reafirma a evidência de que apesar do amor ser um sentimento, enquanto fenômeno existe em menor ou maior quantidade dependendo do caso.

A Teoria Triangular do Amor de Sternberg (1986) propõe que o amor pode ser compreendido e mensurado a partir de três elementos básicos como a intimidade, o compromisso e a paixão. A intimidade diz respeito ao sentimento de proximidade e conexão numa relação, a paixão é responsável por manter a atração física, sexual e ao desejo de estar junto, e o compromisso ou decisão se refere a sensação de amar e se sentir amado a longo prazo num relacionamento.

Essa categorização é questionável, na medida em que não necessariamente num relacionamento a paixão é a responsável por manter o desejo de estar junto ao outro, existem outras que poderiam influenciar de acordo com a dinâmica relacional de cada casal, como tempo de convivência e idade de cada um do casal. Fazer esse tipo de afirmação é generalizar o sentimento e as pessoas envolvidas, e excluir as diferenças sociais, culturais, raciais, as questões relacionadas à desigualdade de gêneros e a diversidade sexual.

No total, a Escala Triangular do Amor (ETAS) possui 45 itens divididos igualmente entre essas três variáveis. Cada uma dessas variáveis é avaliada numa escala tipo *Likert* em que o ponto 1 representa “nada”, o ponto 5 “moderadamente” e o ponto 9 “extremamente”.

Os autores realizaram uma revisão bibliográfica em estudos brasileiros e evidenciaram um crescimento de pesquisas realizadas a partir do instrumento ETAS.

Hernandez (1999) analisou a estrutura fatorial da escala, mas numa amostra pequena. Custódio (2002) estudou os níveis de amor entre os docentes paranaenses numa amostra de 114 questionários, no entanto, não discutiu as propriedades métricas obtidas. Cavalcanti (2007) discute a análise fatorial da escala numa amostra de 610 participantes, e propõe o uso de uma versão reduzida da ETAS de 15 itens, obteve boa validade fatorial e índices de precisão adequados. Cassepp-Borges e Teodoro (2007) trabalharam com uma amostra de 362 participantes numa tradução diferente do instrumento (Cassepp-Borges, Balbinotti, & Teodoro, 2010), mas com propriedades psicométricas adequadas para aplicabilidade no Brasil.

Em comum essas pesquisas evidenciaram que as dimensões do amor não possuem relação com o ciúme e nem relação com a infidelidade (Cavalcanti, 2007). As três dimensões do amor se relacionam com o grau de satisfação nos relacionamentos (Cassepp-Borges & Teodoro, 2009), e dependendo da fase

temporal da relação as dimensões do amor atingem índices maiores. Outra similaridade nesses estudos diz respeito a amostras universitárias, com exceção de Gouveia, Fonseca, Cavalcanti, Diniz e Dória (2009), que realizaram sua pesquisa na Paraíba, todos os outros são do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Paraná). Esta também é a justificativa para uma pesquisa nacional desse instrumento.

Nesta introdução do artigo apresenta uma teoria triangular do amor, no entanto o foco do método está centrado na satisfação conjugal, se evidencia a importância do fator quantitativo para esse estudo, quanto maior o número de questionários preenchidos mais confiável parecer ser para os autores. As amostras desses estudos têm em comum uma população universitária, no entanto não apresenta a idade dos participantes, fator este que interfere diretamente na própria visão do amor. Chama a atenção que os dados apresentados não relacionam as dimensões do amor com ciúme ou infidelidade, não fica claro como esse resultado foi analisado, pois um tema como traição é complexo e de certa maneira um “tema-tabu” inclusive nos dias atuais, e nem todas as pessoas se sentem confortáveis em admitir que foram traídas ou que traíram. Essas críticas referem-se ao que os autores desse artigo escolhem incorporar das outras pesquisas nesse estudo.

No “**Método**” apresenta as características da amostra pesquisada num total de 1549 pessoas, idade média de 25,17 anos, das cidades/estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Acre, Rondônia, Goiás e Distrito Federal. Desses participantes 1048 eram mulheres e 500 eram homens, a maioria dos participantes tinha o ensino superior incompleto.

Em grande maioria os participantes se basearam num relacionamento romântico estável, e essas relações foram discriminadas em namorado (a), noivo (a), casado (a) e morando junto. Cerca de um quinto dos participantes responderam a partir de sua ideia sobre um amor, pois não estavam envolvidos com outra pessoa no momento da pesquisa, também se referiram a amor platônico ou a algum “ex”. Outros responderam a partir de relacionamento romântico não estável “ficantes, relações sem compromisso ou relação com alguém com que tinham parentesco.

Fizeram parte da pesquisa perguntas demográficas, como sexo, data de nascimento, curso e orientação sexual. Os participantes escreviam no questionário o nome da pessoa amada, o tipo e o tempo de relacionamento.

O instrumento utilizado para a pesquisa foi a Escala Triangular do Amor de Sternberg (ETAS) e esta versão possui 45 itens distribuídos igualmente entre questões sobre a intimidade, paixão e decisão/compromisso.

Os “**Resultados**” apresenta tabelas e gráficos dos resultados com especificidades do teste.

Na “**Discussão**” argumenta sobre a importância da utilização da versão completa desse instrumento a fim de “permanecer com uma medida do amor mais precisa e comparável com a versão original” (p. 29).

Nas “**Conclusões**” cita um estudo de coleta de dados eletrônica *Love Attitudes Scale* (Andrade & Garcia, 2009) em nível nacional, no entanto a pesquisa desse artigo com a abrangência em cinco estados brasileiros para estudos em Psicologia sobre o amor com instrumento aplicado em lápis e papel é inédita. Esclarecem os autores do artigo que a amostra apresentada tem certas limitações na medida em que

representa a perspectiva de universitários, com desequilíbrio em termos de sexo dos participantes, região do país e idade.

Esclarecem ainda “não se pode esquecer que a ETAS é uma medida de amor baseada em auto relato, que se sabe que nem sempre corresponde à medida real do amor das pessoas” (Cassepp-Borges & Pasquali, 2012, p. 30). E finalizam o artigo com a seguinte frase “o amor existe e pode ser medido. Mais do que isso, o amor pode ser medido com validade e precisão” (Cassepp-Borges & Pasquali, 2012, p. 30).

Chama a atenção a maneira como os autores finalizam o artigo, se esse instrumento não necessariamente é uma representação da versão do participante da pesquisa sobre o amor, qual a necessidade desse instrumento? Neste sentido, questionamos a utilização desse método para o objetivo desse estudo. Sendo a ETAS um questionário com perguntas, qual é a relevância da aplicabilidade de um questionário preenchido pelos participantes com papel e lápis, principalmente se não existe entrevista? No entanto, afirmam que o amor pode ser medido com validade e precisão.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com o conceito de privacidade.

A linha defendida pelos autores é que o amor pode ser medido com validade e precisão e que estudos quantitativos e em diferentes regiões do país validam o instrumento ETAS.

A intimidade é definida como um dos componentes do amor, e diz respeito ao sentimento de proximidade e conexão num relacionamento. A intimidade pode ser medida.

O relacionamento em que a intimidade aparece neste artigo é em grande maioria em relações amorosas estáveis, namoro, noivado, casamento, e ato em convivência sobre o mesmo teto. Mas a pesquisa também incluiu amor platônico, “ficantes”, amor idealizado e relação com algum “ex”.

O local em que aparece a intimidade são nas relações identificadas, não fazem menção a nenhum local físico.

A categoria deste artigo é **Experiência Intersubjetiva da Intimidade**.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 9

A emergência da politização da **intimidade** na experiência de mulheres usuárias de drogas.

Prado, M. A.M., & Queiroz, I. S. de.

Este artigo foi publicado na revista Estudos de Psicologia em 2012 e os autores são Marco Aurélio Máximo Prado doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo, professor Associado I na Universidade Federal de Minas Gerais; e Isabela Saraiva de Queiroz, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora Assistente IV na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Trata-se de um estudo sobre o tratamento de atenção a usuários de álcool e drogas em uma comunidade terapêutica como possibilidade de espaço de politização da intimidade das mulheres que utilizam este serviço o referencial teórico é a perspectiva feminista.

Em nosso entendimento o feminismo não pode ser considerado como uma teoria, mas sim como uma interseccionalidade que atravessa e influencia uma teoria.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Redução de danos e política”, “Mulheres, uso de drogas e corporalidade”, “Demarcando o campo intelectual feminista como organizador da discussão”, “Identidade: alteridade e diversidade”, “Mulheres e dependência: uma leitura sob a lógica da opressão sexista”, “Conclusão”.

Na “**Introdução**” argumenta que no Brasil o aumento do consumo de álcool e drogas tem explicitado a necessidade de políticas públicas para tratamento da dependência. O serviço oferecido nas comunidades terapêuticas tem sido de grande ajuda para minimizar essa lacuna. Esse tipo de tratamento foi criado na Inglaterra em 1959 por Maxwell Jones, o objetivo era a implantação de ações mais democráticas, participativas e coletivas principalmente para o tratamento da dependência química. A inspiração para essa iniciativa foi proveniente do trabalho desenvolvido pelos Alcoólatras Anônimos (AA) cujos princípios se sustentam na autoajuda e a ajuda-mútua.

As comunidades terapêuticas priorizam a vida comunitária e um programa fundamentado na disciplina, na espiritualidade e nos recursos terapêuticos (De Leon, 2003). Segundo os autores do artigo, a maioria das comunidades terapêuticas estabelecem como critério de cura da dependência química, a abstinência de substâncias psicoativas e a adoção de um estilo de vida saudável. Princípios estes, na opinião de Prado e Queiroz (2012) fundamentados num discurso jurídico-moral ao estabelecer critérios determinantes para modos de vida tidos como normais ou anormais cuja base é o poder disciplinar. Neste caso, se considera como um fracasso ou recaída a retomada do uso de substâncias psicoativas, o que implica no retorno ao tratamento inicial, assim como novas internações.

Atualmente, as políticas públicas no Brasil destinadas à usuários de drogas são em sua maioria, orientadas para a abstinência total de substâncias psicoativas, poucas intervenções são baseadas na redução de danos e nos acordos pessoais construídos pelo usuário, o que segundo os autores do artigo representam uma lógica manicomial que estabelece modelos moralizantes de tratamento.

Em “**Redução de danos e política**” argumenta que este conceito antes de ser considerado como uma estratégia científica foi um movimento político (Marlatt, 1999). Desde os anos 70 na Holanda a política nacional era mais tolerante em relação as drogas, neste posicionamento o foco era a minimização do dano e não a erradicação do uso de drogas (Reale, 1997). Nos anos 80 neste país o aumento nos casos de hepatite e a limitação de seringas e agulhas levou um grupo de usuários de drogas a se organizar para obter equipamentos estéreis por meio da troca. Desse movimento novas organizações surgiram com propostas de redução de danos e políticas públicas e instituíram o programa de troca de seringas usadas por seringas esterilizadas.

Na Inglaterra por volta de 1985 políticas públicas implantaram programas que incluíam troca de seringas, educação na própria comunidade, prescrição de drogas (heroína e cocaína), serviços de aconselhamento, ofertas de emprego, moradia, e tratamento para dependência (internação e desintoxicação) (Marlatt, 1999).

No Brasil em 1989 em Santos existiu uma tentativa de implantação de estratégias de redução de danos para usuários de drogas injetáveis, vivíamos o aumento da AIDS. No entanto, restrições locais impostas pelas autoridades judiciais locais impediram a troca de seringas, mas permitiam a lavagem delas com hipoclorito de sódio, já as ações de prevenção do HIV foram mantidas.

Em Salvador, no ano de 1995, o “Projeto de redução de danos entre usuários de drogas injetáveis” não teve problemas com a justiça em sua implementação, acredita-se que pelo fato de estarem ligados à uma universidade, à Universidade Federal da Bahia. A partir desse projeto novas pesquisas foram realizadas e a “redução de danos” passou a ser a abordagem preventiva oficial no combate à epidemia da AIDS.

Claramente os autores do artigo se posicionam a favor de programas que visam a redução de danos e afirmam que essas novas estratégias não se fundamentam na repressão, exclusão ou problemas médicos (não esclarece o que denominam como “problemas médicos”). Argumentam que esta temática “álcool e drogas” é um campo de disputas e envolvem estruturas de poder em que as hierarquias apresentadas denunciam questões ligadas a classe e gênero.

De acordo com as experiências profissionais dos autores do artigo evidenciam diferenças significativas no tratamento que se dá ao usuário homem e a usuária mulher. Em relação aos homens o tratamento é direcionado para habilidades pessoais e técnicas com o objetivo de retomada da vida social, do trabalho, da previdência e seguro-desemprego.

O foco para as mulheres é a reabilitação e o resgate dos vínculos familiares, reforça-se o que no patriarcado se considera como papel inerente à mulher o cuidado com a família, a dependência do homem, representante do privado, a maternidade e sua fragilidade nata.

Essa desigualdade de gênero é sustentada pelas comunidades terapêuticas que em sua maioria fazem parte de uma alguma tradição religiosa, em que os homens são tidos como “portadores de direitos” e as mulheres “necessitadas de benefícios”.

Nas palavras dos autores:

Tais concepções sobre a diferença entre homens e mulheres não são isoladas, nem estão presentes de forma particular nas comunidades terapêuticas. Refletem o modo como organizamos saberes e práticas sociais relativas ao sistema de classificação de gênero, e denunciam a nossa inscrição numa sociedade sexista e androcêntrica. (Prado & Queiroz, 2012, p. 308)

No tópico “**Mulheres, uso de drogas e corporalidade**” analisa a posição da mulher na sociedade e em relação ao seu corpo. Argumenta que historicamente está mais vinculada ao corpo (Grox, 2000), tendo em vista a influência do patriarcado que a coloca numa posição social inferior aos homens, com necessidade de proteção e controle e com um físico considerado mais frágil. De certa maneira, isto propiciou para que a mulher estivesse “naturalmente” conectada com as transformações fisiológicas, biológicas e endócrinas (Grox, 2000).

Pesquisas recentes apontam para o aumento do número de mulheres usuárias de drogas, segundo algumas pesquisadoras isso se justifica pela maioria dos estudos estarem focados em homens e quando se tem um olhar para as mulheres isso pode demonstrar índices elevados (Oliveira, Paiva, & Valente, 2006). Os estudos que trabalham com foco em mulheres apontam para necessidades específicas nos serviços de atenção a usuários de drogas, geralmente se relacionam com cuidados na gravidez e com crianças, traumas de abuso sexual, físico e doenças crônicas.

Outros estudos demonstram que em relação ao uso de drogas, as mulheres relatam problemas intrapsíquicos como depressão, irritabilidade, baixa autoconfiança; os homens relatam dificuldades profissionais, financeiras ou criminais (Hochgraf, 2001).

O argumento defendido pelos autores do artigo sustenta que as situações relacionadas com o uso de drogas em mulheres refletem as desigualdades de gênero que consideram a mulher numa situação de insuficiência, fragilidade e submetimento. Razões estas que justificam estratégias de controle e vigilância ancoradas por uma lógica de cuidado que destaca a função reprodutora como prioritária.

“**Demarcando o campo intelectual feminista como organizador da discussão**” descreve o posicionamento dos autores do artigo que se dá a partir dos estudos acadêmicos sobre mulheres, relações de sexo e gênero, e dos movimentos sociais feministas.

Nas palavras dos autores:

Deste modo, as incursões intelectuais e acadêmicas que buscam a inserção do feminismo como campo intelectual explicitam sua identidade em torno da capacidade de propor um pensamento crítico e inovador na área, caracterizado por tonalidades utópicas, cuja principal aspiração não é introduzir temáticas novas, mas perspectivas de análise e modos de interrogação críticos ao próprio modo dominante de produção de conhecimento, de caráter androcêntrico. (Prado & Queiroz, 2012, p. 309)

Concordamos com o posicionamento dos autores, na medida em que na maioria das vezes os estudos são marcados pela naturalização da desigualdade que valoriza exclusivamente a função reprodutora da mulher. Acreditamos que na produção do conhecimento precisamos incluir as interseccionalidades de gênero, raça, classe social e diferenças culturais, não necessariamente para novas temáticas, mas sim para um novo olhar sobre elas.

“**Identidade: alteridade e diversidade**” apresenta uma crítica ao feminismo em seu aspecto essencialista na definição de uma identidade estável e permanente, ainda que o termo mulheres seja empregado no plural. Segundo Buther (2003) ao incluirmos as interseccionalidades culturais, sociais e políticas não é mais possível uma noção de mulher pautada por uma unidade.

“**Mulheres e dependência: uma leitura sob a lógica da opressão sexista**” oferece uma discussão sobre o atendimento de mulheres em comunidades terapêuticas que trabalham com o uso abusivo de drogas. Na maioria das vezes esse trabalho está fundamentado num discurso moral religioso (Acsehrad, 2000) que reproduz um processo de inferiorização social e subordinação ao homem.

Os autores do artigo salientam a importância da conscientização dessa desigualdade de gênero, o fortalecimento de questionamentos que possibilitem sua desconstrução e a reconfiguração de uma identidade coletiva como um “nós”, no lugar do individual.

Nas palavras dos autores:

Pensar estratégias e elaborar reflexões coletivas sobre a subalternidade da condição de “drogada” através da criação e manutenção de espaços de sociabilidade e de identificação poderia, então, indicar uma proposta nova de abordagem à questão do uso abusivo de drogas. (Prado & Queiroz, 2012, p. 310)

Concordamos com os autores do artigo que o atendimento de mulheres neste contexto requer maior atenção não apenas para a questão do uso de drogas quer seja para a política de redução de danos ou não, mas um olhar sobre o posicionamento da mulher na sociedade e o fortalecimento de uma voz coletiva.

Prado e Queiroz levantam uma hipótese:

O que levantamos como hipótese aqui é que em alguns casos a própria disfuncionalidade presente no uso abusivo ou dependente de drogas diz respeito a um sofrimento derivado do fato de vivermos sob condições sociais sexistas. (Prado & Queiroz, 2012, p. 310)

Os autores não esclarecem quais as referências em que se basearam para comprovar a ligação entre desigualdade de gênero e uso de drogas; discordamos da hipótese de que para algumas mulheres o uso abusivo ou dependência de drogas possa ter como causa a desigualdade de gênero, o sofrimento e as dificuldades existem e isso é incontestável, mas não é possível fazer tal afirmação uma vez que outras questões podem estar envolvidas dependendo da história de vida de cada mulher, suas relações, aspectos biológicos e físicos, história da família, questões culturais entre outros aspectos que compõem a complexidade da vida e da temática sobre drogas.

Argumentam que os estudos feministas destacam o questionamento das relações de poder na produção do conhecimento acadêmico e que a intimidade entre as mulheres é o princípio organizador da perspectiva feminista.

Nas palavras dos autores:

Outro princípio característico das metodologias próprias do campo de estudos feministas é o reconhecimento da intimidade como objeto de politização e a investigação sobre as vivências subjetivas. Para tanto, em nosso caso, a pesquisa deve produzir um conhecimento não sobre as mulheres, mas com as mulheres, a partir de sua própria reflexão sobre as experiências vividas com as drogas. (Prado & Queiroz, 2012, p. 311)

Os autores não definem claramente o que chamam de intimidade, mas apresentam o uso do termo como um recurso de politização das mulheres e destacam que nas pesquisas a mulher não pode ser considerada como um objeto de estudo, mas sim ativa na construção desse conhecimento. Em nosso entendimento, essa é uma importante contribuição do artigo, principalmente para trabalhos com grupos de mulheres em que se cria um ambiente seguro, acolhedor e de cumplicidade para que possam ter voz.

O artigo descreve o trabalho com grupo de mulheres usuárias de drogas no CAPS-AD, esses encontros são baseados no grupo dispositivo de Barros (2007) em que se incentiva o questionamento sobre a questão de gênero, e o compartilhar de história e experiências de vida contribuem para o fortalecimento do trabalho como um todo, assim como, para a desconstrução de explicações individualizantes de má conduta em relação ao uso de drogas fortalecendo, portanto, a dimensão coletiva da experiência.

Finaliza o artigo com uma citação de Spink (2004, p. 42): “a produção de sentidos não é uma atividade cognitiva intraindividual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados. Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso”.

Leitura crítica:

Trata-se de um estudo sobre o tratamento de atenção a usuários de álcool e drogas em uma comunidade terapêutica como possibilidade de espaço de politização da intimidade das mulheres que utilizam este serviço, o referencial teórico é a perspectiva feminista.

O artigo não trabalha com a questão da privacidade.

Os autores do artigo defendem políticas públicas favoráveis ao tratamento de usuários de álcool e drogas fundamentadas na redução de danos e nos acordos pessoais construídos pelo usuário em relação ao uso dessas substâncias.

O argumento defendido pelos autores do artigo sustenta que as situações relacionadas com o uso de drogas em mulheres refletem as desigualdades de gênero, pois, consideram a mulher numa situação de insuficiência, fragilidade e submetimento. Razões estas que justificam estratégias de controle e vigilância ancoradas por uma lógica de cuidado que destaca a função reprodutora como prioritária.

Não definem claramente o que chamam de intimidade, no entanto, o uso do termo considera-a como um recurso na politização da mulher.

A intimidade retratada no artigo refere-se ao vínculo construído no grupo de mulheres.

O local em que essa intimidade aparece é no grupo de mulheres.

Este artigo foi classificado na categoria **Experiência intersubjetiva de intimidade**.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 11

Escala Tetrangular do Amor: testando sua estrutura e invariância fatorial.

Gouveia, V. V. et al.

Este artigo foi publicado na Revista Psicologia Ciência e Profissão, em 2013, os autores são Valdiney Veloso Gouveia doutor em Psicologia Social, professor da Universidade Federal da Paraíba, Euclismária Alves Barreiro de Carvalho mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, Francecirly Alexandre dos Santos mestre em Psicologia Social e professora titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras e Monica Rafaela de Almeida mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

Trata-se de um estudo sobre o amor que teve como objetivo adaptar a Escala Tetrangular do Amor (ETA) para o contexto brasileiro.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Teoria triangular do amor: princípios e medida”, “Teoria tetrangular do amor: princípios e medida”, “Método”, “Resultados”, “Discussão”, e “Considerações finais e estudos futuros”.

Na “Introdução” relata como as discussões sobre amor tem despertado o interesse de pesquisadores, na Psicologia Social particularmente por considerar este tema primordial para a compreensão das relações interpessoais, uma vez que pode estar relacionado tanto com a afetividade quanto a sexualidade.

Alguns estudiosos consideram o amor como um sentimento que conduz alguém em direção a outra pessoa num relacionamento de troca afetiva e/ou sexual. As diferenças culturais e de gênero são fundamentais para a experiência de amar tanto para sua definição quanto expressão.

Aponta como influência da cultura a “susceptibilidade de apresentar mais abertamente esse sentimento” (p. 34), e quanto ao gênero destaca as diferenças que “homens e mulheres privilegiam em uma relação” (p. 34), justificando que homens dariam mais ênfase a paixão e mulheres o companheirismo. Ao afirmar essas diferenças apoia-se na teoria evolucionista “cujo conceito de amor é definido em termos de experiências emocionais vivenciadas durante o processo da evolução do homem e da mulher que contribuem decisivamente para a sobrevivência e para a reprodução da espécie” (p. 34).

No entanto, se faz necessário ponderar sobre essas afirmações que em nossa maneira de entender analisam essas diferenças culturais e de gênero sem um questionamento mais profundo. Ao afirmar sobre a susceptibilidade como facilitadora ou não da expressão e vivência do sentimento amor, parece considerar o amor como um conceito universal, no entanto a própria definição é variável dependendo da cultura, mesmo porque esse sentimento pode ser valorizado numa cultura branca ocidental, e não necessariamente em outras raças e culturas. Justificar as diferenças de gênero a partir da teoria da evolução nos parece uma perspectiva reducionista, pois considera a característica da mulher e do homem como parte de sua natureza, sem uma crítica a essa ideia que para nós é uma construção social.

O artigo apresenta uma breve revisão das principais teorias sobre o amor, as que diferenciam o amor verdadeiro do falso (Fromm, 1996), o amor baseado nas necessidades do ser e de deficiência (Maslow, 1974), estudos sobre as diferenças de gênero em relação ao amor (Dion & Dion, 1975), distinção entre

gostar e amar (Rubin, 1973), o amor apaixonado e o companheiro (Hatfield, 1988). Destaca o trabalho de Lee (1988) sobre a teoria das cores do amor e o de Sternberg (1986, 1988, 1989) sobre a teoria triangular do amor.

“Teoria triangular do amor: princípios e medida” de Sternberg compreende o amor a partir de 3 componentes principais a intimidade, a paixão e o compromisso. Elaborou uma escala com 45 itens para medir cada um desses.

A intimidade proporciona o vínculo afetivo e a proximidade dos casais, a paixão corresponde aos desejos, a atração física e ao prazer sexual. O compromisso envolve a manutenção da relação amorosa. Esses três componentes estão intrinsicamente ligados e juntos refletem o amor.

Escreve “considera-se a teoria triangular um dos mais bem-sucedidos esforços no estudo sobre o amor, sendo suficientemente geral para ser empregada em diversas culturas (Gao, 2001)” (p. 34). Nesta parte do artigo fica bem claro o posicionamento dos autores em relação a esse instrumento, consideram-no um instrumento universal excluem toda e qualquer particularidade de outras culturas e coroam o ocidente como o centro do universo. O amor é aqui um conceito universal e que pode ser medido tendo como referência o homem branco heterossexual e ocidental.

A Escala Triangular do Amor de Sternberg (1997) foi adaptada com sucesso para o contexto brasileiro nos anos 90 por Hernandez (1999).

“Teoria tetragonal do amor: princípios e medida” também conhecida como ETA foi criada por Yela (1996, 2006), aprimorou a escala de Sternberg ao considerar que a paixão poderia ser dividida entre paixão erótica e paixão romântica, manteve a intimidade e o compromisso como componentes do amor. Ao todo são 60 itens, 15 para cada um dos fatores.

Segundo Yela (1996) a paixão erótica refere-se ao desejo sexual, cumpre uma necessidade fisiológica. A paixão romântica corresponde a necessidade psicológica, ao desejo de amor e a idealização da pessoa amada. Demarcar essa diferença é primordial pois sabe-se que a paixão erótica é mais forte no começo do relacionamento e depois diminui. A intimidade e o compromisso prolongam o relacionamento.

Esta parte do artigo nos convida a refletir sobre a influência dos conceitos de amor romântico na divisão da paixão entre erótica e romântica, uma vez que reforça a tradicional divisão entre sexo, prazer e amor.

Os estudos comprovam que a intimidade e o compromisso promovem o aumento da duração do relacionamento e que a paixão se mostra intensa no início e vai diminuindo com o tempo (Sternberg, 1988, 1997).

Os autores do artigo realizaram uma revisão bibliográfica e não encontraram estudos da ETA no contexto brasileiro, razão pela qual justificam esse estudo. O objetivo específico foi comprovar a validade da medida, sua estrutura e invariância fatorial em relação ao sexo dos participantes.

No **“Método”** apresenta os participantes da pesquisa, 200 estudantes dos mais variados cursos da universidade pública de João Pessoa, idade média 24,9 a maioria do sexo feminino e solteiras, de classe média, envolvidas em um relacionamento fixo (casamento, namoro ou noivado), com ou sem filhos. A condição para participar desta pesquisa era os que estavam presentes em sala de aula e ao serem convidados demonstraram concordância.

Quanto aos instrumentos todos os participantes receberam uma folha impressa com a informação Escala Tetrangular do Amor (ETA), elaborada por Yela (2006) corresponde a versão modificada da Escala Triangular do Amor (Sternberg, 1997) que procura mensurar o amor a partir de quatro componentes **paixão erótica** (e.g., fico muito excitado sexualmente quando beijo _____), **paixão romântica** (e.g., me pego pensando frequentemente em _____ durante o dia), **intimidade** (e.g., me comunico bem com _____) e **compromisso** (e.g., considero firme meu compromisso com _____). Esses itens variam em intensidade 1 para “não me descreve em nada” e 5 “descreve-me totalmente”.

Completada essa primeira parte do teste os participantes respondem a outras questões de ordem demográfica como idade, sexo, classe social, estado civil, religião e opção sexual. Todos os participantes que não eram heterossexuais foram excluídos, tendo em vista os objetivos deste estudo era o conhecimento do amor heterossexual.

“**Resultados**” se apresenta as tabelas, porcentagens e números encontrados, procedimentos característicos dessa medida.

No tópico “**Discussão**” reafirma a intenção do estudo “objetivo principal conhecer evidências de validade fatorial e consistência interna da Escala Tetrangular do Amor (Yela, 1996, 2006) sendo testada sua invariância fatorial com relação ao sexo dos participantes” (p. 42). Advertem os pesquisadores que apesar da adaptação brasileira não é possível a generalização dos resultados para além da amostra pesquisada.

Interessante refletir sobre o próprio objetivo do estudo que parte da clara afirmação e crença na medida ETA por parte dos pesquisadores, a pergunta da pesquisa, as ações, o método a maneira de analisar partiram em direção a comprovação do estudo psicométrico, sem qualquer chance para outro questionamento. A pesquisa se inicia a partir da verdade absoluta da eficácia do método sem questiona-lo, o foco está na adaptação da medida para o contexto brasileiro. “Adaptação” de uma medida sem questionamento do método numa outra cultura, sem a reflexão de que esse método pode incluir as especificidades da outra cultura faz parte de um processo de colonização, fica a perguntas que tipo de verdades se constroem a partir dessa medida?

A diferença entre as respostas encontradas em homens e mulheres reafirma o que descreve Yela (1996, 2006), nesta pesquisa as mulheres pontuaram mais em paixão romântica e intimidade do que os homens, o que segundo os autores da pesquisa confirma a importância da separação entre paixão erótica e romântica. Os autores (Gouveia et al., 2013, p. 43) argumentam:

O fato de elas pontuarem mais em *paixão romântica* pode revelar a importância de separar esse fator de *paixão erótica*, reforçando a adequação do modelo de Yela; a primeira é mais concebível para as mulheres no sentido de revelar um sentido mais abstrato, contemplativo, de afeto, que pode ser característico de um sentimento de empatia frente à pessoa amada (Baron-Cohen, 2004)

Nesta citação se reafirma a naturalização do gênero na cultura brasileira, na medida em que é atribuída à mulher características de sua natureza, não se questiona essa construção social que coloca a mulher como depositária do amor puro, contemplativo e abstrato do afeto e coloca o homem como o senhor do sexo, da paixão sexual e pouca aptidão para a paixão romântica. Dito de outra maneira, ao não questionar a influência da cultura o instrumento de pesquisa contribui para reforçar a desigualdade de gênero.

Nas “**Considerações finais e estudos futuros**” novamente se comprova a medida e a importância da diferenciação entre paixão romântica e erótica, neste estudo homens e mulheres não diferiram quanto as pontuações eróticas, mas sim em relação a paixão romântica.

Leitura crítica:

Este estudo não trabalha com a noção de privacidade.

O argumento defendido neste artigo é a eficácia da medida ETA como método de pesquisa e a evidência dos componentes do amor.

A intimidade é definida como um dos componentes do amor, responsável por aprofundar o vínculo afetivo e a proximidade dos casais, assim como promove o aumento da duração do relacionamento. Neste artigo, a intimidade também é vinculada de modo mais frequente à mulher.

O relacionamento em que a intimidade se faz presente neste artigo é a que ocorre entre um homem e uma mulher e que se consideram como vivendo numa relação fixa.

O local onde ocorre essa intimidade não é definido, mas aparece no questionário de uma pesquisa.

Este artigo se insere na categoria **Experiência intersubjetiva da intimidade**.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 14

Intimidade com estranhos: uma perspectiva Kaxinawá sobre confiança e a construção de pessoas na Amazônia.

McCallum, C.

Este artigo foi publicado na revista *Mana* em 2013 e a autora é Cecília McCallum professora adjunta no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

Trata-se de um estudo sobre a socialidade em contextos indígenas amazônicos, tem como objetivo contribuir para dissolução da suposta oposição entre duas abordagens sobre socialidade desses povos, uma com foco na intimidade e na moralidade e a outra na alteridade e no simbolismo. O artigo se divide em “Introdução”, “Estranhos íntimos”, “A pessoa cumulativa”.

Na “**Introdução**” destaca a importância da intimidade nos estudos sobre a socialidade e a noção de pessoa entre os povos indígenas da América do Sul. Alguns estudiosos compreendem a intimidade como a convivência prolongada entre pessoas, com mutualidade e a socialidade em comunidades organizadas em torno dos laços de afinidade ou de parentesco, dito de outra maneira, a intimidade faz parte da construção da ordem social. Para outros estudiosos, a intimidade pode ser considerada como o resultado de processos estruturados mais amplos da convivência social.

O pesquisador Eduardo Viveiros de Castro (1996a), citado neste artigo, nomeou o processo de intimidade baseada na convivência, mutualidade e socialidade como “economia moral da intimidade”, uma vez que enfatiza a solidariedade negociada moralmente e prioriza a discussão das relações sociais em grupos como mônadas sociais com perdas de redes mais amplas de relações. Faz uma crítica a seus ex-alunos que compactuam desta compreensão sobre a socialidade amazônica limitando a discussão entre a oposição público/doméstico, por fim reduzindo-a “ao doméstico”.

A intimidade também pode ser entendida como resultado de processos mais estruturados da sociedade nomeado por Viveiros de Castro (1996a) como “economia simbólica da alteridade”. Fundamenta-se no estruturalismo sociocosmológico de Lévi-Strauss em que a socialidade é determinada pelas relações de alteridade, o externo engloba o interno, e o distante cria intimidade. Os estudos se concentram nos processos de troca simbólica como a guerra, canibalismo, caça, xamanismo, e rituais funerários que de certa maneira atravessam os limites sociopolíticos, cosmológicos e ontológicos e definem uma identidade coletiva, tanto quanto, criam tensão entre identidade e alteridade, sob a perspectiva de Viveiros de Castro (1993).

Cecilia McCallum, autora do artigo, interessa-se pela teoria indígena da intimidade principalmente ao que se refere na questão de confiança e desconfiança das tribos Huni Kuin ou Kaxinawá da Amazônia.

Estes povos dão preferência para a endogamia, a intimidade e confiança estão atreladas, uma vez que para saber se uma pessoa é confiável se faz necessário conviver com ela ou conhecer alguém que tenha tido esse convívio. Alerta a autora do artigo que essa não é uma questão moral, mas sim o resultado do envolvimento com o mundo perceptível, seja este material ou imaterial.

No tópico “**Estranhos íntimos**” relata sua experiência de ter residido durante dois anos com os Huni Kuin, acreditava ser digna da confiança deles. O líder da aldeia onde vivera a incluía em seu círculo

de confiança como *xanu* uma espécie de parente por afinidade e a aceitou em sua família e sua casa. Durante a estadia na aldeia viajou com o líder, foi acompanhada por ele em suas visitas e discutia sua experiência diária; depois de algum tempo se mudou para outra casa, mas continuava a fazer suas refeições na casa dele, em troca lhe oferecia presentes, trabalho na cozinha e na colheita da roça, cuidava da loja da cooperativa e até dava algumas aulas para as meninas adolescentes.

Essas experiências fizeram com que a autora desfrutasse de certa intimidade compartilhada a partir de sua visão quanto do líder. Essa intimidade para os huni kuin é registrada no corpo como *xinan* traduzido como pensamento, memória ou confiança.

O líder dessa comunidade era um homem violento no passado e assumiu algumas mortes decorrentes de disputa de terra, depois disso se converteu ao cristianismo e passou a fazer suas pregações para a tribo. O sentido da palavra “conversão” não é dispensar uma tradição religiosa em favor da outra, o líder mantinha sua crença nos rituais huni kuin e se dizia um defensor dessas práticas, mas também pregava o cristianismo. A autora descreve o líder como “um bom orador e um pensador lúcido” capaz de garantir sua liderança na tribo, também se envolveu com política em defesa dos direitos indígenas e por vezes esteve em Brasília.

Logo depois dessa convivência a pesquisadora precisou assinar uma autorização final na Funai para a visita, para sua decepção foi informada que o líder da tribo, o mesmo com o qual vivera com sua família, havia recusado e exigia U\$ 100.000 em dinheiro para o desenvolvimento da aldeia.

“**A pessoa cumulativa**” discute a dimensão corporal nas crenças e rituais entre os huni kuin. Eles consideram que os seres humanos são moldados ao longo da vida na forma e no conteúdo dos corpos (ossos, dentes, carne, pele). Essa transformação é inerente ao contato com o som, a visão, olfato e toques; quanto ao conhecimento e a memória acreditam que são integrados e isso está materialmente inscrito no corpo por técnicas especiais ou mundanas e fazem parte de sua experiência cotidiana ou extraordinária. Desse modo pessoas reais são formadas e com capacidade de agir e interagir com outros de forma adequada e produtiva.

Consideram como um homem ou uma mulher de verdade os que passaram por essas experiências igualmente humanas, mas distintos em relação ao gênero. Neste sentido o gênero não é aqui considerado como biologicamente determinado, mas é materialmente moldado no corpo como uma capacidade moral e social, fazendo parte de sua individualidade existencial (McCallum, 2001).

O corpo é considerado como um lugar de experiências passadas acumuladas, uma abordagem empírica da pessoalidade, e está condicionada a uma fenomenologia do ser. Dito de outra maneira, uma pessoa cumulativa é potente quando seu passado é adequadamente direcionado. Segundo a autora essa acumulação de experiências pode ser tanto epistemológica e imaterial quanto material e está articulada a partir da organização das relações entre parentes e pessoas com afinidade.

Nesse processo de interação com outros corpos, entidades e contato interno com nosso próprio corpo se constitui a pessoa (huni) verdadeira (kuin), e as relações envolvidas são com parentes próximos ou íntimos de convivência.

Ao afirmar que uma pessoa é um verdadeiro homem ou uma verdadeira mulher e no processo de se moldar uma pessoa, reconhece a existência de trocas com parentes verdadeiros, portanto, consanguíneos e também por aqueles pelos quais existiram afinidades. Nesse processo de se moldar uma pessoa verdadeira não existem garantias de sucesso, mas pequenos detalhes, repetições diárias de palavras e rituais, a ingestão

por um tipo de alimentação, remédios dentro do corpo e sobre ele, a pintura na pele, as roupas, as redes, habilidades produtivas, físicas, sexuais e reprodutivas contribuem de maneira expressiva para uma pessoalidade cumulativa.

Sofrimentos por morte, doenças, loucura, emoções fortes, distanciamento das pessoas íntimas geram marcas no corpo, podendo se transformar num animal ou num espírito. Rituais de destruição, feitiçaria e envenenamento abalam o processo de pessoalidade cumulativa tendo em vista de que a vontade de matar permanece presente.

A autora argumenta que a alteridade é fundamental no processo de se tornar pessoa, pois afetam o corpo materialmente de maneira benéfica ou não. Neste sentido não se pode pensar numa pessoalidade cumulativa como uma identidade acabada portadora de uma essência.

Nesta parte do artigo a autora relata a história do líder da aldeia, cheia de sofrimento e de maus tratos por parte da família que o adotou. A partir de então, analisa o processo de pessoalidade cumulativa na história do líder criado num ambiente hostil e se questiona: “era seu corpo individual que tinha a capacidade e/ou a tendência de realizar ações antissociais, bem como praticar e instigar ação social própria? Em que sentido o líder era digno de confiança para seu próprio povo?”

Apresenta o conceito de “dividualidade” tido como estruturalista a partir da teoria de Lévi-Strauss com a noção de “dualismo dinâmico” ancorado por um desequilíbrio perpétuo e dinâmico. Esse dualismo diz respeito a ordenação do mundo em pares estáveis que são sucessivamente diferenciados; o cosmo nesse modelo é tido como alteridade em contraposição com a identidade (Vilaça, 2011). A condição para que se possa constituir uma pessoa de verdade é primordial a diferenciação em relação a estranhos e seus inimigos, ou seja, a alteridade e vai do coletivo ao individual de acordo com o modelo fractal (Vilaça, 2011).

Argumenta a autora do artigo que a noção de pessoa cumulativa não corresponde a uma totalidade concluída, já a noção de pessoa fractal implica num movimento recursivo e repetitivo de fora para dentro, requer a incorporação da biografia para ação, mas falta olhar para o corpo em movimento.

A noção sociológica indígena expressa um idioma corporal que atua diretamente nos corpos e através deles. Pessoas cumulativas (de verdade) agem de maneira apropriada e socialmente produzida; a socialidade viva pode ter efeitos de agências masculinas ou feminina, neste sentido, a lógica é fisiológica e social submetida a uma fenomenologia indígena específica que capacitam ou não pessoas para uma ação social. A ação implica a apropriação de um conhecimento materialmente incorporado, tanto quanto de uma memória afetiva, adquiridas enquanto se dorme, ou em estados alterados de consciência, acometido de uma doença grave, durante o uso de substâncias alucinógenas (Kensinger, 1995; McCallum, 1996b, 1998b).

A autora argumenta que a fenomenologia indígena integra corpos humanos, de animais, espíritos e coisas, assim como incorpora as atitudes e reações forças e resistências. O foco não recai na imutabilidade, mas sim na instabilidade da matéria, corpos que se transformam em outros corpos, coisas ou animais, de matéria para a não matéria. O tempo também é uma variável importante na medida em que apresenta um fluxo temporal entre passado e presente na história e preveem o futuro. A abordagem da estruturação de relações que descreve o “divíduo” nesse dualismo dinâmico esquece-se da “pessoa cumulativa” extremamente importante para os indígenas, pois dignifica a memória e a experiência, o conhecimento e a emoção.

Nas palavras da autora:

Mas se aceitarmos que a intimidade baseada na confiança é uma pré-condição para a socialidade vivida, a intimidade não pode ser conceituada meramente como o produto de uma interação próxima e prolongada entre pessoas conscientes, já que a própria consciência deriva igualmente da intimidade com estranhos. (McCallum, 2013, p. 146).

Segundo McCallum (2013) essa suposta dicotomia entre as abordagens de socialidade dos povos indígenas da Amazônia que tem como foco a intimidade e a moralidade e por outro lado os que a defendem na alteridade e no simbolismo; não tem razão de existência quando se analisa a partir da perspectiva da fenomenologia indígena diferente de uma visão euroamericana. Dito de outra maneira, tanto a semelhança quanto a diferença, o parentesco em sentido dinâmico quanto formal, a socialidade vivida no interior dos corpos e na relação com outros corpos, o material e o imaterial fazem parte dessa perspectiva indígena, portanto, no olhar da autora estão corretas as duas abordagens e elas não são excludentes.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com a noção de privacidade.

O argumento defendido pela autora é que para os povos indígenas os huni kuin, o corpo é tido como um nexo de intimidade e transmissor de confiança. Afirma que as duas abordagens sobre a socialidade dos povos indígenas estão corretas, na medida em que a intimidade tem tanto foco na moralidade, quanto na alteridade e no simbolismo e aponta a importância de que essa análise seja feita a partir da perspectiva indígena e não euroamericana.

Define intimidade como a convivência prolongada entre pessoas, com mutualidade e a socialidade em comunidades organizadas em torno dos laços de afinidade ou de parentesco, dito de outra maneira, a intimidade faz parte da construção da ordem social. Para outros estudiosos, a intimidade pode ser considerada como o resultado de processos estruturados mais amplos da convivência social.

A intimidade também pode ser entendida como resultado de processos mais estruturados da sociedade nomeado por Viveiros de Castro (1996a) como “economia simbólica da alteridade”.

Intimidade e confiança estão atreladas para os povos huni kuin, uma vez que para saber se uma pessoa é confiável se faz necessário conviver com ela ou conhecer alguém que tenha tido esse convívio. Alerta a autora do artigo que essa não é uma questão moral, mas sim o resultado do envolvimento com o mundo perceptível, seja este material ou imaterial. O íntimo é definido como relações corresponsáveis que são cotidianamente reforçadas. A intimidade também foi definida como a capacidade de fazer e desfazer socialidade.

A intimidade aparece na relação com outro corpo, natureza, animais, espíritos, a tribo, parentes consanguíneos e por afinidade, com a própria pesquisadora.

O local dessa intimidade é a tribo, a natureza, a casa.

Esse artigo é importante pois chama a atenção do cuidado que pesquisadores precisam ter ao analisar um conceito a partir da própria cultura, no caso da intimidade entre os indígenas da tribo Huni Kuin está ancorada também na alteridade, portanto, a definição deste termo como produto de interação próxima e prolongada entre pessoas não pode ser universal, pois não se adequa aos povos indígenas da Amazônia.

A categoria desse artigo é a **Experiência Intersubjetiva da intimidade**.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 18

La literatura filosófica: una aventura **íntima**
en Miguel de Unamuno.

Escobar V, A.

Este artigo foi publicado na revista Escritos - Fac. Filos. Let. Univ. Pontif. Bolívar, em 2013, o autor é Andrés Escobar V, filósofo, na época mestrando na Universidad Pontificia Bolivariana em Medellín, e professor da Institución Universitaria Salazar y Herrera.

Trata-se de um estudo sobre a obra de Miguel de Unamuno (espanhol, filósofo e escritor) que tem como foco analisar, na perspectiva de um escritor e filósofo, de que maneira se articulam a filosofia e a literatura nas questões que envolvem a vida e a morte para o autor, personagem e leitor. Os norteadores dessa análise crítica-reflexiva são a literatura, a filosofia e a própria vida.

O artigo foi dividido em “Introducción”, “1. La novela es la vida y la vida es una novela”, “2. El autor, lector y actor de su propia novela (que es la vida)”, “3. La novela como búsqueda de inmortalidad”, e 4. “Filosofía, literatura y vida”.

Na “**Introdução**” lembra que Unamuno é mais considerado como um escritor e poeta do que um filósofo. Faz uma breve descrição de sua obra que tem um estilo particular de escrita de trazer à tona o “paradoxo” como em Unamuno (2008, p. 22) “En la *monotonía* de su vida gozaba Pedro Antonio de la *novedad* de cada minuto, do *deleite* de *hacer todos los días las mismas cosas* y de la *plenitud de su limitación*”.

É na literatura que Unamuno comunica suas reflexões filosóficas de vida e morte e os questionamentos sobre o si mesmo de seus personagens “fictícios”. A vida (1864 a 1936) desse autor foi de luta pelo direito de viver sem omitir a morte, ser livre para pensar e se posicionar contra a estigmatização.

No tópico “**La novela es la vida y la vida es una novela**” argumenta que toda a obra seja esta ficção ou poema, quando está “viva” é autobiográfica. Inverte a lógica ao afirmar que tudo o que é ficção e todo personagem poético cria um autor que faz parte de si mesmo (Unamuno, 1927 p. 128). Autor, personagem e leitor empreendem um caminho para dentro de si mesmos, “*vivir en la historia y vivir la historia*” (Unamuno, 1927 p.30).

Destaca que para Unamuno o principal num monólogo na perspectiva do escritor não é a história, e sim a intimidade, o que é íntimo no mais profundo de si mesmo, ir adentro pensar, sentir e viver e até morrer, e na perspectiva do leitor, ler é viver intimamente a vida e a morte dos personagens. Nas palavras de Unamuno “*cuando el lector llegue al fin de la historia se morirá conmigo*” (Unamuno, 1927 p. 135).

No tópico “**El autor, lector y actor de su propia novela (que es la vida)**” esclarece que para Heidegger numa obra de arte existe o envolvimento do autor, do personagem e o leitor, considera toda a obra de Unamuno como um bom exemplo disso. Cita alguns trechos da produção literária de Unamuno e reforça que sua maneira de escrever atinge o mais profundo da alma, da intimidade de quem vive e morre em suas histórias, sejam estes, autor, leitor ou personagens.

“**La novela como búsqueda de inmortalidad**” defende a ideia de que o uso do prefixo “in” na obra de Unamuno é uma busca para entrar no mais íntimo, no que está mais dentro, na vida e morte, numa

busca pela imortalidade diante da recusa de não fazer morrer a vida interna. Apresenta trechos da obra deste autor trazendo o conceito de tempo como algo eterno e finaliza escrevendo que para Unamuno a experiência de vida é uma vivência de morte e que sentir a morte é se sentir vivo.

“**Filosofia, literatura y vida**” trabalha com a definição de Unamuno sobre a filosofia como um sentimento de respeito a vida, em nosso modo de compreender ou de não a compreender, “a filosofia é viver e morrer a filosofia, sentir, crer, criar, sonhar, expressar, pensar e viver a filosofia”. Segundo o autor, para Unamuno o filósofo é filósofo na medida em que interage intimamente com a filosofia, com a pergunta sobre sua vida, com a existência do outro. Finaliza o artigo escrevendo que a tarefa de um filósofo é se aventurar intimamente em suas perguntas, sentimentos, dúvidas, certezas e crenças.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com o conceito de privacidade.

O argumento defendido pelo autor é o paradoxo entre vida e morte característica principal na obra de Unamuno, para viver é preciso morrer, e é na morte que se valoriza a vida; também defende a ideia de uma intimidade ligada a viver intensamente o sentir e o morrer.

Intimidade é definida no artigo na perspectiva do escritor Unamuno como tudo o que é mais íntimo, o mais profundo de si mesmo, ir adentro de si, pensar, sentir, viver e morrer na medida em que se escreve. E na perspectiva do leitor, ler uma novela é viver intimamente a vida e a morte dos personagens.

A intimidade existe entre você com você mesmo, e entre o autor, o personagem e o leitor.

O local onde aparece a intimidade é a própria vida e morte, são as histórias, as novelas e os poemas.

A categoria deste artigo é a “**Experiência intersubjetiva da intimidade**”.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 19

Evidências de validade da Escala Triangular do Amor
de Sternberg – Reduzida (ETAS-R).

Andrade, A. L. de et al.

Este artigo foi publicado na revista Psico-USF em 2013, os autores são **Alexsandro Luiz de Andrade** é professor e pesquisador do campo da Avaliação e Medida Psicológica da Universidade Federal do Espírito Santo, **Agnaldo Garcia** professor e pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo com experiência na área de Psicologia com ênfase em Relações Interpessoais, e **Vicente Cassepp-Borges** professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense e tem como temas de interesse o Amor e Psicometria.

Trata-se de uma pesquisa sobre a validade da Escala Triangular que compreende a noção de amor a partir de 3 componentes a intimidade, a paixão e o compromisso. Essa pesquisa foi realizada em 1530 brasileiros, sendo 660 do sexo masculino e 870 do sexo feminino.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Método”, “Resultados” e “Discussão”.

Na “**Introdução**” esclarece que o interesse neste estudo é a perspectiva romântica e sexual do amor. Este pode ser compreendido como sentimentos afetivos e de cuidado pelo outro e idealização da pessoa com quem se envolve, ou seja, aspectos positivos desse sentimento e que contribuem para a sensação de bem-estar e qualidade de vida. No entanto, o amor também pode acarretar aspectos negativos e que estão associados a violência, depressão e ansiedade.

Destaca o interesse científico brasileiro, a partir do início do Século XXI, de pesquisas sobre a satisfação conjugal, ciúme romântico, relacionamentos amorosos via internet, estudos sobre habilidades sociais em relacionamentos românticos, pesquisas sobre medidas psicológicas de construtos ligados ao amor romântico, entre outros.

Apresenta as especificidades da Teoria Triangular do Amor de autoria de Robert Sternberg (1986, 1997) que compreende o amor a partir de três componentes: a intimidade, a paixão e o compromisso (ou decisão). Esses se organizam na figura de um triângulo que segundo a presença, a ausência e a intensidade de sentimentos envolvidos promovem diferentes formas de expressão de amor (Sternberg, 1997).

Sternberg (1986) compreende a intimidade como sentimentos de proximidade, consideração, vínculo, valorização do relacionamento e do companheiro (Cassepp-Borges & Teodoro, 2007). Já as escalas de amar e gostar de Rubin (1970) associadas a teoria de Sternberg associam diferentes aspectos à intimidade como o desejo de promover o bem-estar da pessoa amada, experimentar emoções de felicidade ao lado dessa pessoa, disponibilidade de ajudar o ente querido em situações de dificuldade, compartilhar situações de vida com a pessoa amada, e a comunicação de aspectos de intimidade (Sternberg & Grajek, 1984).

A paixão nesse modelo diz respeito a atração física e envolvimento sexual, está sujeita a influência do tempo de envolvimento que tendem a diminuir conforme o passar dos anos (Hatfield, Pillemer, O’Brien, & Le, 2008).

O comprometimento é o fator decisivo para se manter ou romper um relacionamento amoroso e implica consideração pelo outro (Cassepp-Borges & Teodoro, 2007; Sternberg, 1988), tanto quanto, influencia na decisão de um casamento (Sternberg, 1997).

A ausência de um desses componentes, segundo esta teoria, significa falta de amor, a presença de todos esses correspondem ao amor pleno. Apenas a presença da intimidade estaríamos diante de uma bela amizade, quando a exclusividade é da paixão significa apenas atração sexual e certamente estará fadada a terminar. Quando encontramos apenas o compromisso se define o sentimento como “amor vazio” com pouca intimidade e falta de atração sexual (Cassepp-Borges & Teodoro, 2007; Hernandez & Oliveira, 2003; Sternberg, 1986, 1988).

Ainda na introdução aprofunda a discussão no tópico “Medidas psicológicas do construto do amor” onde defende o uso de tecnologias de medida para o campo da Psicologia, mas reconhece a complexidade de um construto e as diferentes formas de defini-los.

Relata a história do uso da escala nas primeiras pesquisas e os ajustes necessários que foram realizados com a medida. Esclarece que a primeira versão desse instrumento na população brasileira sofreu uma adaptação sendo utilizada por Hernandez (1999) que realizou um estudo com 98 participantes, esta amostra foi considerada pequena para a análise fatorial.

Várias outras pesquisas foram realizadas, e assim também outros problemas apareciam, como por exemplo, a questão com a tradução da medida, a cada pesquisa esse instrumento foi sofrendo adaptações e ajustes. Atualmente, no Brasil as versões da ETAS (Escala Triangular do Amor de Sternberg) são consideradas precisas, ainda que apresentem problemas nos itens que associam mais que um fator.

Finaliza esse tópico com o objetivo do artigo complementar e validar as medidas desenvolvidas por Cassepp-Borges e Teodoro (2007) e Gouveia, Fonseca, Cavalcanti, Diniz e Doria (2009), assim como, apresentar os indicadores de fidedignidade e as evidências de validade fatorial exploratória e confirmatória tanto da teoria, quanto da versão reduzida e adaptada da Escala de Componentes do Amor numa amostra brasileira.

No “**Método**” apresenta os participantes, o instrumento, procedimentos éticos, e análise dos dados. A pesquisa foi realizada no Brasil em Porto Alegre (RS), Novo Hamburgo (RS), Florianópolis (SC), Blumenau (SC), São Paulo (SP), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Vitória (ES), Cachoeiro do Itapemirim (ES) e Barreiras (BA). Foram 1530 pessoas de ambos os sexos participaram. Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser maior de 18 anos e pelo menos uma vez na vida terem tido uma experiência romântica. A amostra foi dividida em duas partes aleatórias e com quantidade de pessoas equilibrada entre homens e mulheres, tipo de região e de relacionamento.

A primeira amostra referiu-se a procedimentos exploratórios foram 770 pessoas de ambos os sexos sendo 40,5% do sexo masculino (312) e 59,5% (458) do sexo feminino. A idade dos participantes foi de 25,5 anos, cerca de 70,6% (544) pessoas se declararam viver um relacionamento romântico no momento da pesquisa, e a média de tempo dessas relações foi de 53,5 meses.

A segunda amostra se refere aos procedimentos de confirmação da estrutura da medida e do construto da resposta. Ao todo foram 760 participantes, dos quais 45,8% (348) eram do sexo masculino e 54,2% (412) do sexo feminino. Desses participantes 64,1% (487) relataram que estavam num

relacionamento romântico no momento da pesquisa, e o tempo médio de duração dessas relações foi de 41,97 meses.

Quanto ao instrumento se decidiu por duas versões da escala de estudos brasileiros a Escala Triangular do Amor de Sternberg (Cassepp-Borges & Teodoro, 2007) e a Escala Triangular do Amor (Gouveia et al., 2009), e a versão em inglês da Sternberg's Triangular Love Scale (Sternberg, 1997).

Algumas modificações significativas foram efetuadas como na questão da intimidade que traz o item “Eu sinto que meu companheiro(a) realmente me entende”, esse “meu companheiro (a)” foi uma modificação das versões utilizadas pelos autores anteriores que optaram por espaços em branco onde o participante completava com o nome da pessoa amada. No fator compromisso o texto dos autores referendados se utilizava “Estou certo do meu amor por_____”. Na adaptação dessa pesquisa mudou para “Estou seguro do meu amor por meu companheiro (a)”. Com relação a paixão antes era “Só em olhar para _____ é excitante”, nesta pesquisa ficou “Só em olhar para meu companheiro(a) fico excitado(a)”.

Quanto aos aspectos éticos foram seguidos pelas normas do Conselho Nacional de Saúde (CNS 196/96) do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina. Os dados foram coletados em locais públicos e em salas de aula das universidades das cidades mencionadas na introdução. A aplicação do teste ocorreu de forma individual e coletiva, e as pessoas eram abordadas pelos pesquisadores e fazia o convite de participação e com o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido feito em duas vias e assinado pelo participante.

A análise de dados foi realizada com o auxílio de um programa SPSS versão 13.0 e AMOS versão 7.0. e cita o processo desses programas.

No tópico “**Resultados**” apresenta a análise exploratória e confiabilidade da ETAS-R Brasil e a análise confirmatória e indicadores de confiabilidade, numa linguagem bem técnica faz uma leitura dos dados apresentados e descreve detalhes específicos do programa utilizado para análise, apresenta um gráfico.

No tópico da “**Discussão**” argumenta que a pesquisa contribuiu com mais informações sobre a validade da teoria e medidas do ETAS (Sternberg, 1986; 1997), assim como, para a Escala Reduzida Adaptada de Cassepp-Borges e Teodoro (2007). A pesquisa apresentou coeficientes de validade e confiabilidade tanto na etapa exploratória quanto na confirmatória, os dados comprovam a relevância dos componentes paixão, intimidade e comprometimento na construção do amor. Finaliza reafirmando a importância da utilização de medidas em Psicologia, de construção de escalas, questionários para o estudo dos relacionamentos afetivos para garantir uma investigação mais segura e sólida.

Leitura crítica:

O artigo não aborda a questão da privacidade, trabalha exclusivamente com a noção de intimidade.

Define intimidade como sentimentos de proximidade, consideração, vínculo, valorização do relacionamento e do companheiro. Considera diferentes aspectos da intimidade como o desejo de promover o bem-estar da pessoa amada, experimentar emoções de felicidade ao lado dessa pessoa, disponibilidade de ajudar o ente querido em situações de dificuldade, compartilhar situações de vida com a pessoa amada,

e a comunicação de aspectos de intimidade. Neste artigo a intimidade é tida como um dos componentes do amor segundo a ETAS.

O argumento defendido pelos autores diz respeito a validade de métodos comprovados por escala e por medidas, o amor pode ser medido e a avaliado por instrumentos e dados. Vale aqui uma discussão sobre o que é considerado ciência e o que pode ser descartado e sobre o rigor metodológico. Sem dúvida este artigo se enquadra numa epistemologia moderna.

A intimidade que aparece no artigo ocorre entre o entrevistado e seu par romântico.

O local onde a intimidade se apresenta não fica claro, mas se refere a relação amorosa. Um aspecto que nos chama a atenção é que não se questionou a própria versão de amor dos pesquisadores e autores citados que se pautam no amor romântico, essa discussão dessa influência social e cultural não apareceu.

No Método a região onde ocorreu a pesquisa no Brasil foi citada, mas as diferenças regionais culturais foram excluídas, uma população de São Paulo é muito diferente da Bahia ou Porto Alegre. Não considerar este aspecto prejudica a pesquisa em nosso entendimento. É importante considerar e reconhecer o esforço dos pesquisadores para utilizar um método mais adequado à nossa realidade brasileira, o engano foi considerar nossa brasilidade como homogênea.

A idade não foi um fator importante para a pesquisa, o artigo não deixa claro a idade dos participantes, apenas informa que o critério de inclusão foi ser maior de 18 anos. O sentido do amor para cada pessoa assume significativas diferenças com o passar da idade, amor para um jovem de 18 anos é diferente para outra pessoa de 50. Se o sexo dos participantes foi um fator relevante a idade também deveria ser.

As mudanças indicadas que substituíram o espaço vazio de completar com o nome da pessoa amada, para a inclusão da palavra companheiro(a) pode ser considerada uma boa estratégia para não inibir as pessoas a revelarem o nome da pessoa que estavam envolvidas, no entanto, outras interseccionalidades foram deixadas de lado como a questão de gênero, de raça, e da classe social.

A categoria que esse artigo se insere é a de **Experiência Intersubjetiva da Intimidade**.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 20

“Siendo una más”. Trabajo de campo e **intimidad**.

Alcázar-Campos, A.

Este artigo foi publicado na revista Estudos Sociais em Bogotá em 2014 e a autora Ana Alcázar-Campos é doutora em Antropologia Social e Cultural, professora do Departamento de Trabalho Social e Serviços Sociais da Universidade Granada, pesquisadora do grupo “Outras perspectivas feministas de investigação social”.

Trata-se de um estudo que diz respeito às implicações afetiva e sexual de sua pesquisa de campo em Cuba e sobre os tabus e preconceitos envolvidos no tema.

O artigo foi dividido em “Introducción”, “Haciendo trabajo de campo en Cuba”, “Debates teórico/epistemológicos en torno a las emociones y el trabajo de campo”, “Siendo ‘una más’”, “Conclusiones”.

Na “**Introducción**” a autora escreve sobre a importância do trabalho de campo para um antropólogo. A implicação do pesquisador com o seu campo de estudo por um determinado período de tempo e o relacionamento com os seus interlocutores ou informantes são destacados pela autora. Faz alusão a expressão que também é parte do título do artigo “*ser uno más*” entre as pessoas daquele campo de estudo e ao mesmo tempo não perder de vista o “*si mesmo*”.

Considera que a partir do “giro reflexivo” da Antropologia surgiram narrativas etnográficas que incluíam o etnógrafo e seus sentimentos. Essas razões são destacadas para enfatizar o argumento de que o envolvimento afetivo e sexual entre o pesquisador e seus interlocutores não deveriam surpreender, no entanto, relata que o tema ainda está envolto por tabu (Kulick & Willson, 1995).

Segundo a autora, a partir das ideias feministas na Antropologia (Behar & Gordon, 1996) os enunciados adquiriram um lugar central debaixo do guarda-chuva pós-moderno (Clifford & Marcus, 1986; Marcus, 1986). Argumenta que as análises das relações com os interlocutores muitas vezes representam um solilóquio auto referenciado que enfatiza os sentimentos, mas exclui a atração sexual.

Ainda que ocorram questionamentos sobre a impossibilidade da separação entre sujeito e objeto como indaga o pensamento feminista (Gregorio, 2006), o tabu mencionado se faz presente com mais vigor entre as mulheres.

De certa maneira, este artigo como escreve a autora, pode ser considerado como uma releitura de sua tese de doutorado. Seu interesse pelo pensamento feminista e pela discussão sobre epistemologias na Antropologia resultaram num posicionamento crítico de um conhecimento que valoriza não apenas a razão, mas também o sentimento.

Tem como objetivo com este artigo, refletir sobre as diferentes formas pelas quais se percebe o mundo, tanto quanto, defender que as questões emocionais são tão importantes quanto a racionalidade. Para tal, descreve a impossibilidade de se compreender seu trabalho de campo sem levar em conta sua profunda implicação com “sua família cubana”.

Essas implicações são responsáveis por sua escrita na primeira pessoa, pela maneira de se questionar, por sua bagagem teórica e epistemológica, pela intimidade construída em torno da realidade

estudada, pela maneira de analisar seus resultados e por suas reflexões sobre as relações de poder no campo de estudo.

A autora adverte que não defende que só existirá trabalho de campo quando houver envolvimento afetivo e sexual entre pesquisador e informante, o que objetiva é relatar como sua experiência foi central para a compreensão da pesquisa.

No tópico “**Haciendo trabajo de campo en Cuba**” contextualiza seu interesse de estudo em seu doutorado em 2004: “a construção de alteridades e sua inter-relação com o turismo de Cuba”. As perguntas que norteavam sua pesquisa passavam por: quem sou eu para os cubanos? Quais as categorias em jogo quando se define o outro? Que elementos simbólicos se utiliza para definir o outro e a si mesmo?

Decidiu morar com uma família cubana (pai, mãe, filha¹⁷) alugou um quarto na casa, entre muitas idas e vindas passou de “turista”, “estudante” para uma trabalhadora ilegal no país, enquanto tentava conseguir visto. Os parentes e amigos dessa família tentavam ajudar junto as autoridades locais para que essa regularização fosse concluída, participava de festas e celebrações para que fosse considerada como “una más”. A pesquisadora ficou conhecida como “*la espanholita que está em casa de Esther*” (proprietária da casa).

A rua era um espaço de socialização onde haviam celebrações familiares e uma extensão de sua casa, também se tornava em alguns momentos, um espaço agressivo que exercia forte controle social, onde uns vigiavam os outros, assim como, era palco de perseguição masculina e o local onde se definia quem era de confiança e quem não era. Toda a descrição do artigo é composta por trechos de seu diário para fortalecer seu pensamento, lugar este onde deixa claro seus sentimentos muitas vezes de insegurança.

Em seu relato do dia a dia descreve seu esforço em aparecer o menos possível, passar despercebida no social era sua meta. As relações entre a pesquisadora e o casal que compartilha sua casa são relações próximas e até se pode dizer paterno-filial.

O fato de ser mulher e jovem contribuiu para que muitas vezes fosse tida como vulnerável e inexperiente para com as pessoas ao seu redor.

A relação com a filha do casal era boa e próxima e havia muita afinidade entre elas. Já o relacionamento com o filho do casal foi mais profundo e se envolveram sentimentalmente e sexualmente. Ele era noivo de uma garota e também seu amante.

Em “**Debates teórico/epistemológicos en torno a las emociones y el trabajo de campo**” inicia debatendo o que chamou de “crise da disciplina” na Antropologia que questiona a forma clássica de produzir conhecimento considerando o trabalho de campo como o encontro entre um etnógrafo observador europeu com um nativo não-europeu.

A partir do século XX a busca é pelo novo “outro” que oferece uma crítica desse posicionamento moderno e seu maior representante Lutz White (1986) que incluiu na observação a questão emocional. Outros estudiosos desse pensamento vieram depois como Scheper-Hughes (2007) que aborda como as emoções são utilizadas politicamente tanto no âmbito privado como no público. A inclusão das emoções no trabalho de campo foi uma das ferramentas para se conhecer a realidade que se investiga, como “momentos de revelações no trabalho de campo” (Trigger, Forsey, & Meurk, 2012).

¹⁷ O filho do casal morava com sua avó em outra casa.

Spencer (2010) nomeou como “*emotional reflexivity*” o ato de se permitir uma implicação mais profunda com seu campo de pesquisa. A autora do artigo escreve que seu envolvimento emocional e as relações pessoais e profissionais com os que compartilharam com seu campo de pesquisa foi de fundamental importância para questões centrais em seu trabalho, ao entender sua forma de pesquisar como “*intersubjective and embodied*” (intersubjetividade encarnada), não individual e nem fixa, mas sim, social e processual (Tedlock, 2000, p. 471) e acrescenta que muitas vezes também era uma “observadora vulnerável” (Behar, 1996).

Algumas perguntas a partir dessas reflexões ficaram presentes na dúvida sobre a validade do significado da dicotomia entre o “eu” e o “outro”, sobre as hierarquias que influenciavam o trabalho de campo, as questões de gênero e de raça presentes no dia a dia da observação, e as relações de poder que envolviam tais dinâmicas.

Demarcadas as diferenças entre “*mi familia*” e “eu” como as raciais, de gênero, de classe, de nacionalidade e por outro lado o seu interesse em ser “una más” exerceram forte pressão na pesquisadora.

No tópico “**Siendo una más**” relata ter combinado com Ester sua estadia por 3 dias em outra casa (da avó da família), em virtude de que a família iria receber visitas de amigos de outro país. Sendo este “combinado” um exemplo da confiança e amizade entre a pesquisadora e a dona da casa, tendo em vista que legalmente não poderia ter se mudado sem informar as autoridades, relata a pesquisadora ficar entre “amiga” e da “família” aquela que cede seu espaço, executa favores, participa do cotidiano de suas vidas, é alguém que comete ilegalidades, é turista e também uma estrangeira submetida ao controle do Estado.

As relações de intimidade foram se alterando, mas a mais significativa para a pesquisadora foi seu relacionamento com Roberto filho da família que a acolheu, começou com uma amizade e se transformou numa relação entre amantes.

Não fica claro como começou o envolvimento da pesquisadora com Roberto, mas transcreve sua anotação de diário de 2005 onde em visita a casa de primos ela é apresentada por ele como sua noiva, entre conversas do cotidiano se fala de um vizinho que tem uma amante, a pesquisadora responde que a esposa deste deveria também ter um. Esse episódio fez com que naquela conversa fosse denominada como uma “espanhola muito liberal”, fato que a pesquisadora relata como uma aproximação importante entre ela e Roberto.

O relacionamento entre Roberto e a pesquisadora veio a ser público e Ester, mãe dele ficou desconfortável com a situação, ela pediu para o filho que não causasse danos à pesquisadora. Ester era uma mulher de 50 anos e apesar da diferença de idade ela e a pesquisadora eram muito próximas e trocavam confidências e tinham boas conversas sobre o significado de ser uma mulher “*mayor*” em Cuba. A dificuldade de exercitar sua liberdade de escolha, a falta de respeito entre marido e mulher na sociedade cubana que tem por regra a poligamia para homens, foram alguns pontos de seu desabafo.

A pesquisadora relata manter uma relação ambígua entre “a amante do filho” e a “noiva dele” e isso de certo teve influência em sua relação a amiga e sua “família cubana”. Cita uma frase interessante de Roberto para ela “*allí las cosas son diferentes, pero con las cubanas no*”. Ela era classificada como uma turista, europeia e branca, mas também como alguém que possui mobilidade social com uma identidade de estrangeira e turista. Em virtude dessa mobilidade de ir e vir também era incumbida de certos favores como levar cartas, comprar remédios e outras coisas, trocar dólares entre outros tantos pedidos, o que de certa

maneira era importante para facilitar vínculos e por outro incômodo como assumir despesas alheias sem reciprocidade.

Ilustra o artigo com outros trechos de seu diário relatando situações de seu dia a dia e ao final escreve que suas interações íntimas não permitiam uma separação entre o “eu” e o “outro”, nem entre o lazer, trabalho e vida pessoal todos esses elementos se juntam e geravam na pesquisadora sentimentos contraditórios.

Nas suas “*Conclusiones*” retoma sua pergunta norteadora da pesquisa “quem sou eu para a população cubana?” e reafirma seu desejo de ser “*una más*” o que conclui que “não está nem dentro e nem fora” e deixa claro seu objeto e sujeito de estudos “*la generación de desigualdades y su interacción con el turismo*”.

O argumento defendido pela autora é que sua implicação com o campo de pesquisa foi um fator determinante para evidenciar as desigualdades de gênero, raça, origem nacional, assim como, teceram suas relações sociais em Cuba. Nas palavras da autora: “De esta forma, las relaciones cercanas que establecí me posibilitaron una comprensión distinta de la realidad cubana, destacando en este artículo el valor epistemológico de la emoción.” (Alcázar-Campos, 2014, p. 70).

Leitura crítica:

O artigo não estabelece relação entre intimidade e privacidade, o foco está na intimidade.

Defende o argumento de que sua “implicação” com o trabalho de campo produziu um conhecimento diferenciado por evidenciar desigualdades e formas de se relacionar com as pessoas de Cuba. No entanto, não ficou claro como essa implicação afetiva e sexual fez a diferença para essa pesquisa. Poderíamos pensar que toda a convivência em um lar cubano faria total diferença para a pesquisa, assim como, o compartilhar de suas emoções enquanto pesquisadora, mas que diferença se produz numa pesquisa ao se fazer sexo com um participante? Nos parece mais uma tentativa de justificar sua atitude do que uma produção diferenciada de conhecimento. Se fossemos pesquisar a perspectiva do paciente portador do vírus da Aids o pesquisador se contaminaria propositalmente para que escrevesse sua tese a partir de sua vivência com a doença?

A intimidade neste artigo é definida como a convivência com a família e a comunidade, assim como o que nomeou como “implicação afetiva e sexual”.

As relações que envolvem intimidade neste artigo são entre a pesquisadora e a família, entre a pesquisadora e a comunidade, entre a pesquisadora e seu amante.

O local aonde se dá essa intimidade é a casa da família, dos parentes e a rua. Neste sentido, não aparece a clássica divisão entre público e privado, uma vez que a rua era considerada como a extensão da casa.

A categoria que este artigo se insere é a de **Experiência Intersubjetiva da Intimidade**.

APÊNDICE C.1 - Artigos classificados como Experiência Intersubjetiva

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 27

A aliança enquanto drama: est/ética da masculinidade no contexto de uma economia afetiva uxorilocal (Guna, Panamá).

Dias, D. M.

O artigo foi publicado na revista *Mana* em 2017, trata-se de um estudo sobre a sociedade *guna*. O autor Diego Madi Dias está filiado ao Laboratório de Antropologia Social do Colégio da França, em Paris. O objetivo deste trabalho foi explorar os efeitos da ética da convivência *guna* para a masculinidade. O artigo começa sem explicar o termo uxorilocal que, em Antropologia, pode ser definido, conforme o dicionário *on-line* Dicio¹⁸, como o costume local de após o matrimônio os conjugues morarem na casa da mulher ou na mesma povoação. A compreensão do artigo teria sido facilitada se de início explicasse o uso desse termo.

O artigo foi dividido em tópicos como: introdução, “A captura das filhas das estrelas: origem dos cantos e Nadili”, “O rapto do noivo”, “A economia doméstica dos pensamentos”, “A mãe e a esposa”, “O amor perigoso: imagética da sedução”, “O reconhecimento da autonomia”, “O desprivilegio massigwa”, “O almoço de um homem”, e “A Uxorilocalidade (quase) enunciada”.

Na **introdução** uma breve apresentação sobre o povo *guna* que reside no arquipélago de San Blás no Panamá, a língua é *chibcha*. Segundo seus costumes uma pessoa preguiçosa (*wiegala*) não pensa em seu povo (*binsaed suli*), portanto, *sunnasuli* quando não é tida como parente, e sim como malvada. O verdadeiro parente (*sunna*) é aquele que com seu trabalho beneficia a todos da tribo, e essa força de trabalho com o casamento será transferida para outra residência, o que implica em uma perda para os seus.

O autor descreve o objetivo inicial do seu trabalho sobre a convivência *guna* em relação a masculinidade, e acrescenta ao final outro interesse como o de evidenciar a interação das mulheres em relação ao ego masculino tido como “estrutura afetiva elementar” de parentesco, evidencia que o contexto de análise dessa pesquisa é o espaço doméstico e como método a “análise de subjetivação de gênero e parentesco”. No entanto, apesar de seu esforço, não fica claro o seu interesse e nem como pretende atingir seu objetivo.

No tópico “**A captura das filhas das estrelas: origem dos cantos e Nadili**” relata o conto cuja história é de um pai e uma mãe com 4 filhos homens que cresceram trabalhando duro nas plantações e trazendo a caça para o sustento da família. Viviam com abundância e prosperidade, e por isso a mãe preparava banhos com uma mistura para que os filhos perdessem o interesse por mulheres com medo de que fossem embora. Mas com o passar do tempo foram sentindo repugnância do próprio cheiro da mãe e decidiram sair de casa, se mudaram por quatro vezes porque a mãe descobria o local e ia atrás deles para preparar sua comida, lavar suas roupas e limpar a casa aonde moravam. Até que um dia um disco voador surgiu dos céus com quatro lindas moças que queriam se casar, elas esperavam seus pretendentes saírem de casa, entravam e cozinhavam, limpavam a casa e suas roupas, e iam embora, repetindo o ritual no dia seguinte. Quando os irmãos voltavam sentiam um perfume diferente no ar, não era mais desagradável como

¹⁸ Recuperado de www.dicio.com.br/uxorilocalidade.

o da mãe, decidiram se esconder para resolver o mistério, criaram uma estratégia e capturaram uma das moças, as outras fugiram aterrorizadas. A moça capturada era Olonadili e decidiram que ela se casaria com o irmão mais velho, ela engravidou e deu à luz a uma menina e todos os dias ela cantava para acalmar a filha. A vida seguia calma e esse canto encantava a todos os moradores a sua volta e outras mulheres passaram a cantar para seus filhos e filhas, até que um dia a filha de Olonadili adoeceu e morreu, e ela passou então a cantar para a filha morta para aliviar seu próprio sofrimento, o conto finaliza concluindo que as mulheres aprenderam a cantar por causa dela.

O tópico “**O rapto do noivo**” é uma descrição de um casamento típico onde o noivo é literalmente “raptado”. Antigamente os casamentos eram negociados pelas famílias, hoje em dia ocorre de acordo com o consentimento dos noivos. Existe um ritual que deve ser seguido como a escolha do noivo que deve ser trabalhador, possuir habilidades para caça, pesca, e uma bela canoa. A próxima etapa é a consulta da família do noivo, onde a opinião da mãe é a mais importante, ela será entusiasmadamente contra ou a favor do casamento e faz sua avaliação analisando as características da personalidade da noiva, principalmente em relação a generosidade ou a avareza, analisa não só o comportamento dela, mas o de sua mãe e o de suas tias. Segundo o autor do artigo com base nessa análise conclui que os *guna* atribuem “características subjetivas à própria unidade de residência”, as casas em geral são rotuladas como generosas ou sovinas de acordo com o comportamento das mulheres daquela família.

A cerimônia do casamento começa quando um grupo de amigos casados agarra o noivo e o carrega pelos braços e pernas, levando-o para a casa da noiva. O noivo deve encenar relutância com gritos e gestos para que toda a aldeia saiba de seu casamento, e por onde passam as pessoas acompanham o trajeto até a casa da noiva. O noivo é colocado na rede da noiva que o aguarda sentada num banco. A noiva veste sua melhor roupa e tem o rosto coberto por um véu, o noivo deve ser vigiado para não fugir e continua a encenar resistência ao casamento, ele deve provocar risos das pessoas que participam da cerimônia. A noiva é carregada e colocada na mesma rede do noivo, a tia da noiva traz um pouco de lenha acesa e coloca debaixo da rede para que seus filhos não sejam cegos. Os amigos do noivo balançam com força a rede do casal enquanto gritam palavras sobre as obrigações do noivo como: trabalhar, ir ao campo, pescar, construir casas, fazer consertos.

Os noivos recebem um banho para esfriar o corpo e todos os convidados são molhados e esperam no quintal pela comida. Os chefes da comunidade fazem uma visita a casa da noiva e oferecem uma sessão de aconselhamento.

Esse aconselhamento diz respeito a explicitar o que um casal deve fazer para ser alegre, as obrigações da mulher para deixar seu esposo feliz passam por servir uma boa comida, preparar sua bebida, lavar as roupas dele, buscar água para o banho dele e manter a casa limpa e não ser preguiçosa nem sovina. As obrigações do marido para fazer sua esposa feliz são buscar cocos e bananas, pescar muitos peixes para dividirem com todos em seu nome, consertar o telhado da casa, plantar alimentos e não ser preguiçoso nem egoísta.

A cerimônia dura por volta de quatro dias e o casal vai se acostumando a dormir na mesma rede aos poucos, a primeira relação sexual só acontece depois do quarto dia e ao acordar a primeira obrigação do novo marido é buscar lenha com seu sogro, a primeira tarefa da esposa é lavar as roupas do marido e servir sua bebida, a partir deste ritual é que se considera o casamento realizado.

No tópico “**A economia doméstica dos pensamentos**” destaca a importância da ação produtiva como um ato de amor e respeito pela comunidade, antes de qualquer homem sair para trabalhar, ele deve dizer para sua esposa “eu vou lembrar de você”, neste sentido, o amor aqui não é um sentimento abstrato e sim “capacidade social (Boltanski, 1990), linguagem e modelo para as relações de intimidade e autoridade (Santos-Granero, 1991).

As tarefas do cotidiano na sociedade *guna* podem ser percebidas como demonstração de afeto ou não, as atividades produtivas geram relações de confiança, solidariedade e dependência a este processo o autor denomina como “economia moral da intimidade”, termo utilizado por Joanna Overing (1991,1999) e por Viveiros de Castro (1996^a).

No tópico “**A mãe e a esposa**” se discute as dificuldades enfrentadas por uma família que só possui filhos homens, pois quando se casam deixam de sustentar os pais; quando uma mulher se casa, ela continua trabalhando e conta agora com a ajuda do marido. Na sociedade *guna* uma boa esposa é aquela que oferece comida aos pais de seu marido. O autor do artigo faz uma breve análise sobre o mito de Olonadili onde destaca o esquecimento das mulheres consanguíneas do homem, o casamento reconfigura a memória do parentesco a ponto de substituir o termo irmã para “esposa de alguém”.

Nesta parte do artigo “**O amor perigoso: imagética da sedução**” se destaca a importância do contato sexual concebido como uma ligação muito forte que deixa as pessoas misturadas. Outro aspecto abordado diz respeito a obrigação do homem de trabalhar para a nova casa, um homem preguiçoso não é considerado parente, um bom homem é aquele que acorda bem cedo para pescar e caçar, e alimenta a todos de casa. Neste sentido, o autor aponta que a casa assume no cotidiano a posição de sujeito de direitos.

Já no tópico “**O reconhecimento da autonomia**” descreve que as crianças são estimuladas a dizerem para o pai “quero comer peixe”, as crianças aprendem para quem pedir comida, sendo o ato considerado como o de uma posição ativa, onde começam a moldar seus gostos e escolhas.

“**O desprivilegio massigwa**” é a parte que relaciona as tarefas executadas pelo menino em benefício da casa e o que lhe é oferecido em troca, se sai para pescar receberá comida, se vai buscar água no rio terá água para tomar banho, se consertar o telhado terá uma rede para dormir. Torna-se homem quando deixa de pedir comida ao pai e sai para trabalhar, assim como, aprende a cooperar e promover o bem-estar de todos.

“**O almoço de um homem**” se descreve como a refeição é servida. As mulheres preparam a refeição e se orgulham dessa tarefa que lhe traz autoridade e visibilidade, são elas que decidem o que irão cozinhar e a porção que será servida, inclusive a quantidade de comida oferecida para os pais de seu marido. Durante o preparo da refeição os homens aguardam em sua canoa ou do lado de fora da casa, quando está pronta ele é chamado e é a mulher que lhe serve, neste caso servir é um ato de amor. Os primeiros a comerem são os homens mais velhos, geralmente o sogro, e depois os da mesma geração e posteriormente os mais jovens.

“**A Uxorilocalidade (quase) enunciada**” esta é a parte mais crítica do artigo. Inicia chamando a atenção para as canções de ninar, elas são moldadas de acordo com a cantora em exercício e expressa seus desejos e expectativas para aquela criança, elas cantam o futuro do bebê, como destaca suas futuras capacidades afetivas, seu gênero, ideais de cooperação, e suas futuras habilidades. As canções também

podem retratar a história da família com seus dados biográficos, neste caso reproduzem o presente e o passado daquela família.

A partir daqui o autor apoia-se teoricamente no que ele considera como perspectiva interacional ou sistêmica, cita Gregory Bateson e sua atenção passa a ser para as relações. Faz uma análise dos temas das canções de ninar e identifica duas possibilidades: filiação cruzada (*cross-sex*, mãe e filho) e a filiação paralela (*same-sex*, mãe e filha), mas não deixa claro como chegou nessa classificação e nem aprofunda os sentidos e usos que faz desses conceitos.

Segundo o autor do artigo, as canções de ninar oferecem uma perspectiva triádica mãe, bebê e outros. Baseia sua análise no que nomeou como ocorrência sintática e faz uma tradução da canção para sua língua (p. 97), o que segundo o autor esclarece a forma composta *be ani* (você-mim) segunda pessoa do singular (*be*) e primeira pessoa (*ani*) como um recurso poético que expressa carinho e intimidade o “meu você”.

A partir dessas reflexões o autor discorre sobre o problema psicanalítico do objeto primário, analisa o narcisismo primário, questão do ego, a libido, a relação do corpo da mãe com o bebê, o instinto de sobrevivência, os objetos catexiais, e o complexo de Édipo.

Em contraposição à Teoria de Freud, cita Nancy Chodorow (1978) que sugeriu pensar a masculinidade a partir de uma crítica feminista à psicanálise que considera a vulnerabilidade masculina centraliza-se no desejo pelo sexo oposto.

Diego M. Dias acredita que as canções de ninar do povo *guna* possibilitam abordar a questão do vínculo primário sem aderir a teoria psicanalítica, mas sim a partir da questão do drama *guna* relativo a residência: permanecer ou partir para viver em outro lugar?

As canções de ninar contam histórias de perdas e de separações, na medida em que as meninas permanecerão na casa e os meninos aos poucos irão esquecer sua mãe. A partir de seu trabalho de campo para esta pesquisa, o autor identificou duas metáforas emocionais a casa-ninho e a casa dos demônios. A casa ninho é o aqui agora, espaço de segurança emocional, a casa dos demônios é o tempo futuro, a casa do diabo, espaço de dúvida e ansiedade.

Ainda que particularmente, eu não tenha nenhuma formação em antropologia é muito difícil aceitar esse tipo de pesquisa que fala de uma cultura diferente da do pesquisador, e este simplesmente a reduz e tenta enquadrá-la numa teoria absolutamente elitista, própria do homem branco europeu, onde a diversidade é absolutamente negada e desprezada. O que se evidencia neste trabalho é a posição de poder do pesquisador, senhor absoluto de suas verdades teóricas que não conseguiu se entregar ao seu trabalho. Ele não teve novos olhos para essa realidade tão especial, ao contrário agarrou-se as próprias lentes viciadas e embaçadas de suas teorias.

Leitura crítica:

Este artigo não trabalha com a questão da privacidade.

O argumento defendido é que a masculinidade nessa cultura só se fortalece quando o homem rompe com sua família e abandona a mãe. O artigo traça um paralelo entre a cultura *guna* e a teoria psicanalítica.

O conceito de intimidade não é diretamente trabalhado, mas relaciona-se com as atividades produzidas em prol da comunidade.

A intimidade retratada neste artigo ocorre entre o casal e a comunidade.

O local é a casa e a comunidade.

Esse artigo se insere na categoria **Experiência Intersubjetiva da Intimidade**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 6

A vida infantil e sua **intimidade** pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948.

Nunes, E. S. N.

Este artigo foi publicado na revista História, Ciências e Saúde – Manguinhos, em 2012, e seu autor é Eduardo Silveira Netto Nunes professor da Universidade de Passo Fundo.

Trata-se de um estudo sobre o processo de profissionalização do Assistente Social na problematização da infância na América Latina expressa nos Congressos Panamericanos del Niño (CPNs) entre 1928 e 1948.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Nova ferramenta de atenção à infância: o serviço social”, “Os caminhos da profissionalização do serviço social”, e as “Considerações Finais”.

Na “**Introdução**” esclarece que seu estudo teve como fonte principal os trabalhos apresentados e as resoluções aprovadas nesses congressos (CPNs) entre 1928 e 1948 que expressavam na época as novas ideias sobre assistência social e transitavam entre duas tradições, uma mais relacionada a área da saúde com preocupação com o diagnóstico social, casos individuais ou de grupo, e a outra tradição mais vinculada à área social com foco nos novos espaços de intervenção direcionados para a infância e à família pobre, e a criação de novos cursos de Serviço Social.

Justifica a escolha desse período de tempo entre 1928 e 1948 por representar maior movimento na área de atuação em que muito se discutiu a formação do trabalhador da área social e as mudanças significativas na estruturação dos CPNs que até então eram em grande quantidade de participantes envolvidos na atenção à infância, para uma diminuição significativa e seletiva presença de participantes na maioria representantes dos governos dos países da região. A partir de 1948 os CPNs tiveram como tema principal as instituições públicas nacionais de proteção ou assistência à família.

Na América Latina países como Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela ajudaram na expansão da profissão do assistente social por meio de inúmeros cursos de formação, assim como a promoção de congressos e seminários da área.

Os propósitos iniciais dos CPNs tinham como foco o debate entre os profissionais das mais diversas áreas como representantes dos governos, profissionais especializados como médicos, educadores, juristas, coordenadores de instituições de caridade, sociólogos e políticos. O debate estava centralizado na áreas de educação, direito e assistência; os assuntos mais discutidos na época eram a redução da mortalidade infantil, os hábitos higiênicos na educação, a moralização dos costumes, a ética do trabalhador produtivo, a massificação da educação, a educação feminina, a educação especial, a aculturação dos indígenas, a formação profissional, os direitos das crianças e dos adolescentes, a reforma da atenção existente para a infância e à família popular e a organização de sistemas públicos, a participação privada na saúde, de assistência e intervenção social, o desenvolvimento de especialidades como pediatras, juízes de menores, trabalhadores sociais, psicólogos e pedagogos.

Os CPNs a partir da participação de feministas como Donna Guy (1998a, 1998b) se propunham a discutir os direitos das crianças e das mães nos países latino-americanos e esse movimento resultou a edição

de Código de Menores, assim como, de políticas de bem-estar para a infância e as famílias pobres que resultou numa valorização da profissão de assistente social.

Outra pesquisa sobre os CPNs no período de 1916 até 1984 realizada por Iglesias, Villagra e Barrios (s.d.) identificaram nas resoluções da época as palavras mais enfáticas e as dividiram em “criança impura” entre 1916 a 1935 faziam referências às questões de raça e as propostas eram focadas em realizar ações para sua melhora. A “criança perigosa” entre 1942 a 1968 as pesquisas focavam nas condutas antissociais de crianças e adolescentes e se criavam políticas de intervenção sobre essas crianças e respectivas famílias. E a “criança no muro” representava um movimento de preocupação com a extrema pobreza e violência urbana e se estudavam medidas de superação.

Nunes (2011) pesquisou os nove primeiros CPNs e a partir da problematização da infância na América Latina buscou identificar eixos temáticos das discussões da época. Esses temas circulavam entre assistência, direito, educação e saúde; assim como a realização de medidas para a profissionalização e especialização da atenção à infância.

Nesse período de mudanças os CPNs tinham como preocupação principal o desenvolvimento de políticas públicas focadas na infância e família da população pobre e a profissão do assistente social atingiu destaque nesse movimento, pois era a área do conhecimento que oferecia recursos científicos, metodológicos e de ação incisiva no campo de atuação.

Essas ações tinham interesse na vida cotidiana da criança e do adolescente, em sua estrutura familiar, situação social e condição de risco, com a finalidade de diagnosticar as condições problemáticas e propor ações que envolviam instituições como o juizado de menores, o departamento de saúde infantil e a escola.

O papel do assistente social era o de prevenção e sua função era de mediar ações institucionais com as crianças, adolescentes e respectivas famílias em condições de pobreza. Essas ações envolviam desde serviços de atenção e cuidado até a imposição aos pobres de medidas incisivas do Estado como a retirada da criança do convívio familiar e a internação no abrigo de menores.

As mulheres eram a maioria na profissão como assistente social e foi uma importante iniciativa para que muitas delas de classe média pudessem conquistar sua autonomia, conquistando certo protagonismo social em que exerciam papel de liderança. Segundo Donna Guy (2009), esse movimento trouxe também possibilidade de empoderamento feminino.

No Brasil a maioria dos profissionais de Serviço Social também eram mulheres, principalmente por serem ligadas a Igreja Católica na década de 30, o que para pesquisadores como Iamamoto e Carvalho (1991) analisando documentos da época classificaram como ideias de superioridade e de tutela na “relação ao proletariado” e que também reforçavam a “vocação natural” da mulher para trabalhos assistenciais.

Concordamos com Iamamoto e Carvalho (1991) em relação ao posicionamento da mulher que reforça a desigualdade de gênero e atribui a ela aspectos de sua natureza como “caridosa”, “prestativa”, “responsável pela preservação da moral e dos bons costumes”. No entanto, ainda que nessa posição algumas mulheres puderam adquirir sua autonomia profissional e experimentar papeis de liderança, neste sentido também concordamos com Donna Guy (2009), a questão é que essa ascensão, provavelmente, não favoreceu a todas as mulheres, mas sim aquelas que puderam aproveitar dessa oportunidade, o que talvez

possa ter feito a diferença foi o uso desse empoderamento que cada mulher pode exercitar em virtude de sua pertença numa classe média.

O serviço social enquanto área de conhecimento foi influenciado por duas correntes distintas, de um lado a Igreja e de outro o poder público. A influência da Igreja que promoveu ações de atuação social que cumpriam funções de paz e de estabilidade social (Aspe Armella, 2008), a Ação Católica, a Juventude Operária Católica, e a Juventude Estudantil Católica foram alguns movimentos que vincularam direta ou indiretamente ações de assistência social à religião, como obras beneficentes, atividades em hospitais, internatos e escolas populares. Essas ações legitimaram o catolicismo em estados laicos carentes.

Outra influência na atuação profissional no serviço social foi a de estatais que tinham o propósito de fortalecer as sociedades modernas, e para isso a assistência era responsável por civilizar, higienizar, prevenir e controlar dificuldades com as populações pobres, inclusive dos movimentos populares de contestação à ordem.

Segundo o autor do artigo, essa interferência do Estado e da Igreja nem sempre eram harmônicas, o poder público precisa ampliar suas atribuições sociais e a igreja necessitava se reposicionar perante as transformações sociais da Modernidade. O autor também adverte que neste período entre 1928 e 1948 as ações assistenciais aprovadas nos CPNs eram direcionadas e reformar a assistência e a vigilância sobre as famílias pobres e as crianças, e que para isso trabalhou-se com a noção de intimidade pública sob controle estatal, muito diferente da ideia de intimidade e privacidade das classes burguesas.

No tópico “**Nova ferramenta de atenção à infância: o serviço social**” descreve duas tendências principais no trabalho de assistência social, uma voltada à área de saúde cujo objetivo principal era ampliar e qualificar os serviços de saúde infantil e materna, e as ações direcionadas para a saúde pública, para a higiene e sanidade da relação materno-infantil. A atuação era próxima de uma “enfermeira visitadora” (Di Liscia, 2005) que visitava a casa das famílias pobres e tentava regular e controlar com atitudes morais e higiênicas práticas adequadas ao combate ao abandono e em defesa do aleitamento materno.

A outra tendência no trabalho da assistente social eram ações que visavam iniciativas políticas e assistenciais nas famílias pobres e nas crianças, propunha técnicas científicas mais eficientes coordenadas pelo poder público.

De maneira geral a assistência social seja ela pública ou médica objetivava a solução de problemas, muitas vezes para saber onde colocar, a quem encaminhar, como agir em determinadas situações de crise, onde intervir, e indicar para qual instituição encaminhar. Por outro lado, a profissional do serviço social também informava as instituições estatais como no caso do Juizado de Menores a real situação da criança ou do adolescente, e indicavam o melhor tratamento para cada caso, essas informações influenciariam diretamente as decisões dos juízes, e outros profissionais como médicos, educadores, empregadores, psicólogos e agentes estatais. Na maioria das vezes o trabalho assistencial era individual caso a caso, e com o tempo se desenvolveu trabalho em grupos e comunidades.

A assistência social propunha melhorias e condições mais dignas para a criança, para o adolescente e suas respectivas famílias, principalmente para a prevenção contra o abandono de crianças, por meio da vigilância, do controle, da orientação e do diagnóstico. No entanto, o preço dessa ajuda era alto com a intromissão do Estado na vida íntima e cotidiana da criança e das famílias pobres.

Essa profissionalização do serviço social de certa maneira também contribuiu para a estigmatização da vida dos pobres que passou a ser vista como uma “patologia social”.

Finaliza este tópico com a ponderação de que diante do exposto não é possível avaliar essas mudanças na profissão como boas ou ruins ao que se refere a assistência dos mais pobres.

No tópico **“Os caminhos da profissionalização do serviço social”**, se discute a expansão das escolas de formação em assistência social que até meados de 1940 era proveniente dos países europeus e sob influência das experiências realizadas nos Estados Unidos. De certa maneira os conceitos estudados eram vinculados a “procedimentos mestiços” que misturavam e adaptavam teorias e aplicações que reproduziam interesse de cada país.

A partir da década de 60 expandiu-se os centros de formação profissional em assistência social pelas Américas e no Caribe o que resultou em construção de Fundações Nacionais do Bem-Estar do Menor.

Nos CPNs se incentivava a qualidade da formação do profissional envolvida no serviço social, e se aprovavam resoluções para implementar novas escolas nos países governantes, principalmente porque vivíamos o impacto da Segunda Guerra Mundial em 1942 e as necessidades diversas.

Algumas escolas de formação foram criadas e tinham uma estrutura de formação autônoma como a Escuela de Trabajadoras Sociales y Enseñanza Doméstica idealizada pela Secretaria de Educación do México em 1933. O mesmo movimento aconteceu no Uruguai em 1939.

Essas escolas continuaram a destacar tanto a atuação do assistente social na área médica quanto na área estatal, em ambas as tradições se pôde observar a influência dos movimentos católicos na América Latina. A maior influência religiosa se deu não a partir da formulação de novos métodos, mas sim na expansão das escolas de serviço social, inovando e propagando as práticas.

No Chile as escolas de formação surgiram da tentativa de se diferenciar da linhagem católica, a intenção era ser reconhecida como “uma expressão moderna e positivante da profissionalização” (Matus, 2008). Entre 1925 e 1927 duas novas escolas foram fundadas no Chile, a mais ativa era a Escuela de Servicio Social Elvira Matte, era denominada como “escola chilena”, no entanto, a tradição belga e americana influenciavam na formação.

Na América Latina de maneira geral a assistência à infância recebeu influência da Igreja Católica, mas com uma diferenciação marcante entre ação católica e do Estado.

As ações práticas exercidas pelas assistentes sociais na população pobre se utilizava de recursos de investigação e entrevistas com pessoas carentes, a fim de obter informações preliminares sobre as questões problemáticas e visavam obter dados sobre a família, e em relação a outros profissionais ofereciam conselhos para o juiz, para o médico, o educador, e inclusive para o sacerdote. Essas necessidades geraram a necessidade de preenchimentos de formulários, avaliações sociais, diagnóstico dos prováveis problemas e indicação de soluções. Todas essas informações embasavam fichas, formulários e prontuários que serviram de base para tratamentos e encaminhamentos afetando as famílias, as crianças e os adolescentes pobres.

Segundo o autor do artigo, o processo de profissionalização do serviço social não tinha como único objetivo o bem-estar social das famílias pobres, suas intervenções estavam influenciadas por “interesses geopolíticos, ideológicos e nacionais” e ideias políticas tanto conservadoras quanto progressistas, e ideias religiosos que nem sempre tinham como objetivo superar as desigualdades sociais.

Nas “**Considerações Finais**” reafirma o argumento principal do artigo ao destacar a influência da Igreja e do Estado na formação do profissional de serviço social, e a diferenciação do conceito de intimidade para as classes privilegiadas baseadas no direito à privacidade, e para as famílias, crianças e adolescentes pobres uma intimidade pública moldada pelas ações e interesses políticos e religiosos e que nem sempre visam minimizar a desigualdade social e de gênero.

Leitura crítica:

A relação entre privacidade e intimidade estudada neste artigo, diferencia esses conceitos nas classes privilegiadas e apresenta outra definição de uma intimidade pública dos pobres controlada tanto pelo Estado quanto pela Igreja.

O argumento principal do artigo é que o processo de profissionalização do serviço social não havia como único objetivo o bem-estar social das famílias pobres, suas intervenções estavam influenciadas por “interesses geopolíticos, ideológicos e nacionais” e ideias políticas tanto conservadoras quanto progressistas, e ideais religiosos que nem sempre tinham como objetivo superar as desigualdades sociais. Assim como argumenta que a intimidade das famílias, crianças e adolescentes pobres é uma intimidade pública sob interferência tanto do Estado quanto da Igreja, diferenciada da intimidade burguesa que tem a privacidade como um valor e um direito.

Define intimidade pública como aquela que recebe interferência e controle do Estado e da Igreja e é exclusivamente dirigida para uma população pobre, portanto, trata-se de uma interferência justificada pela necessidade de garantir “direitos” e “fazer o bem” para essa população. E a intimidade que se relaciona com a privacidade é uma ideia defendida pelas classes sociais privilegiadas.

A intimidade trabalhada no artigo diz respeito a intimidade da criança, adolescente, e da família pobre na relação com a igreja e com o Estado, por meio da ação do profissional do Serviço Social.

O local em que se trabalha a intimidade pública são nos CPNs e residências das famílias pobres, e as instituições envolvidas em cada caso.

A Categoria que classificamos esse artigo é **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 7

Derecho a la **intimidad** y su vinculación con la salud.

Outomuro, D., & Mirabile, M. L.

Este artigo foi publicado na revista Latino Americana de Bioética em 2012 e os autores são Delia Outomuro, doutora em Medicina, professora regular adjunta na Faculdade de Medicina UBA; e Mariel Lorena Mirabile doutora em Saúde Pública, docente autorizada em Bioética na Faculdade de Medicina UBA.

Trata-se de um estudo sobre o conceito de privacidade em Bioética no âmbito da saúde tendo como referência a legislação argentina.

O artigo está dividido em “Introducción”, “La privacidad desde el principialismo”, “El derecho a la intimidad en la legislación Argentina”, “El derecho a la intimidad en el ámbito de la salud”, e “Conclusiones”.

Na “**Introdução**” esclarece a origem do termo “intimidad” que provém de vocábulo latino *intimus* cujo significado é “lo más interior” e faz referência à privacidade protegida da interferência de terceiros ou do Estado.

Salienta a importância das regras de Bioética também reconhecida como “regra de privacidade ou intimidade”, no entanto, no âmbito da saúde pública muitas são as dificuldades que os profissionais de saúde enfrentam no dia a dia de sua rotina profissional.

O avanço tecnológico por meio da internet, as câmeras de vigilância, banco de dados colocam muitas vezes essa privacidade em risco. A proposta do artigo é refletir sobre a privacidade sob o ponto de vista da Bioética em Saúde Pública.

Neste tópico “**La privacidad desde el principialismo**” argumenta que a privacidade é um direito que protege o indivíduo contra o acesso de terceiros sem o consentimento do mesmo, e se fundamenta como um princípio básico de autonomia, entendida no texto como autogoverno. Essa privacidade diz respeito às suas informações pessoais, qualquer tipo de imagem, pertences e relações íntimas; isso se estende para a autonomia de seu próprio corpo ou mesmo a qualquer tipo de informação sobre seu estado de saúde sem consentimento prévio.

A confidencialidade não pode ser confundida com privacidade ainda que estejam vinculadas. A regra da privacidade em Bioética diz respeito ao valor instrumental que permite o desenvolvimento pessoal, criativo e de fortalecimento das relações pessoais, regida pelo princípio da autonomia e da liberdade, só uma pessoa livre decide sobre como articular o alcance e limite de sua intimidade. Em casos de pacientes em coma a privacidade continua preservada, uma vez que seus direitos asseguram a autonomia anterior ao agravamento de seu estado de saúde.

O artigo não esclarece o conceito de confidencialidade que faz menção.

No tópico “**El derecho a la intimidad en la legislación Argentina**” diferencia o conceito de privacidade e de intimidade. A privacidade diz respeito a ações externas e correspondem a comportamentos sem afetar a terceiros, razão pela qual não pode ser definida como comportamento secreto ou oculto. A intimidade se relaciona com ações privadas internas, como o pensamento, os sentimentos e condutas

íntimas que se expressam longe dos olhos alheios. Neste sentido, a intimidade está vinculada aos valores pessoais, suas crenças religiosas, sua vida sexual, escolhas de vida e convicções ideológicas.

Concordamos com o posicionamento das autoras a respeito da diferenciação entre os conceitos de intimidade e privacidade.

De qualquer forma, tanto o direito à privacidade e o direito à intimidade são considerados como direitos personalíssimos e extrapatrimoniais baseados na autonomia ou autogoverno. O âmbito público se opõe ao âmbito privado ou doméstico.

Este direito está assegurado no artigo 19 da Constituição Nacional Argentina que protege a privacidade dos homens contra toda e qualquer ofensa moral ou pública, sem prejuízo de terceiros, reservadas a Deus e isentas aos magistrados. A interferência do Estado é um tema polêmico, pois se autoriza a impor a moral pública, mas se desrespeita as diferenças, na medida em que cada pessoa também é considerada livre e autônoma para escolher seus próprios ideais.

Argumentam as autoras que o direito à privacidade se origina nos ideais da Revolução Francesa que baseou a Constituição de 1813 *“Las acciones privadas de los hombres que de ningún modo ofendan al orden público, ni perjudican a un tercero, están reservadas a Dios y exentas de la autoridad de los magistrados”*.

O artigo segue com citações da legislação argentina.

No tópico **“El derecho a la intimidad en el ámbito de la salud”** inicia contextualizando a questão da privacidade no contexto de um hospital público que também é uma escola de formação para médicos. Na internação o paciente assina um termo de consentimento tanto implícito quanto explícito, uma vez que perdas na intimidade nem sempre são previstas nessa autorização. Pacientes, profissionais de enfermagem, médicos, estudantes de medicina, administradores da instituição hospitalar trocam informações pessoais com frequência. Essa restrição à privacidade se justifica pelas intervenções que visam a cura da doença e melhora em seu estado de saúde.

O paciente tem o direito a sua privacidade na relação com seu médico, no entanto, esse direito não pode se chocar com a relação aluno-paciente neste contexto de saúde pública, e esse vínculo na maioria das vezes não é mencionado ao se esclarecer os direitos do paciente. Alguns autores sugerem que os pacientes deveriam ser informados sobre quem estará na equipe de sua cirurgia e quais estudantes seriam responsáveis sobre sua assistência.

Outro aspecto abordado no artigo, diz respeito ao manuseio de arquivos e prontuários principalmente em casos de epidemias e enfermidades estigmatizantes. Outras disciplinas investigativas se utilizam de entrevistas em que são abordados aspectos privados como sexualidade, posicionamento político, religiosidade e de sua vida afetiva. A privacidade na saúde pública também pode entrar em conflito com os direitos pessoais.

Pesquisas que envolvem a utilização de testes nem sempre asseguram a proteção do paciente e previnem contra possíveis contágios, como no caso de doação de órgãos, sangue e espermatozoides. Quando um jovem ingressa nas forças armadas é obrigado a passar por uma série de exames prévios e essas informações privadas são expostas.

Nas “**Conclusiones**” destaca que a privacidade pode ser compreendida tanto da perspectiva bioética quanto legal. E toda a informação pessoal se relaciona com a privacidade e ao mesmo tempo corresponde a um direito protegido contra a intromissão de terceiros.

No âmbito da saúde pública existem situações específicas em que a atenção à saúde viola esse direito, mas isso deve ser exceção e não regra, e se faz necessária uma sólida justificativa.

A investigação na área da saúde merece mais atenção e cuidado para a preservação dos direitos pessoais, principalmente quando se segue determinados protocolos que nem sempre informam com clareza os riscos dos procedimentos e das pesquisas, principalmente em populações de baixa renda.

Leitura crítica:

Diferencia o conceito de privacidade e de intimidade. A privacidade diz respeito a ações externas e correspondem a comportamentos sem afetar a terceiros, razão pela qual não pode ser definida como comportamento secreto ou oculto.

A privacidade e a intimidade são consideradas no artigo como um direito pessoal ou personalíssimo.

O argumento defendido no artigo é que a investigação na área da saúde merece mais atenção e cuidado para a preservação dos direitos pessoais, principalmente quando se segue determinados protocolos que nem sempre informam com clareza os riscos dos procedimentos e das pesquisas, principalmente em populações de baixa renda.

Define intimidade como ações privadas internas, como o pensamento, os sentimentos e condutas íntimas que se expressam longe dos olhos alheios. Neste sentido, a intimidade está vinculada aos valores pessoais, suas crenças religiosas, sua vida sexual, escolhas de vida e convicções ideológicas.

A relação abordada no artigo em que a intimidade se faz presente diz respeito aquela entre pacientes (usuários de hospitais públicos), profissionais de enfermagem, médicos, estudantes de medicina, e administradores da instituição hospitalar.

O local onde essa intimidade ocorre é o hospital (escola) público.

A categoria que este artigo foi classificado é a de “**Direitos**”.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 8

As articulações entre **intimidade** e trabalho: a Construção social de um mercado de trabalho livre no oeste paulista cafeeiro.

Palma, R da, & Truzzi, O. M. S.

Este artigo foi publicado na revista Sociologias em 2012 e os autores são Rogério da Palma, na época doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos e Oswaldo Mário Serra Truzzi professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos.

Trata-se de um estudo sobre o oeste paulista cafeeiro no início do Século XX no município de São Carlos e as relações entre fazendeiros e administradores com trabalhadores negros após a libertação dos escravos. A partir do exame de um inquérito policial da época ficou claro o posicionamento de ex-escravos e seus descendentes pela liberdade, privacidade e intimidade.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “O projeto moralizante da Primeira República e seus ecos no oeste paulista”, “As disputas em torno da articulação entre trabalho e intimidade: as tensões nas dinâmicas de sociabilidade das fazendas do oeste paulista”, e as “Considerações Finais”.

Na “**Introdução**” apresenta o campo da Sociologia Econômica como pertencente às ciências humanas que compreende as ações econômicas como eminentemente sociais e não mais de forma autônoma e independente.

Apresenta o trabalho de Viviana Zelizer (2005a, 2005b, 2009) como uma das principais estudiosas do tema nessa intersecção entre intimidade e transações econômicas. Para essa autora esses campos são campos hostis e estão presentes nas nossas renegociações entre valores pessoais e valores econômicos.

Apresenta o objetivo do artigo nessa intersecção entre intimidade e trabalho ao analisar um inquérito policial no município de São Carlos no começo do século XX, o documento aponta para conflitos entre fazendeiros/administradores e ex-escravos/ descendentes, em que esses últimos se posicionavam reafirmando a sua liberdade e impedindo que qualquer tipo de interferência externa que a ameaçasse.

No tópico “**O projeto moralizante da Primeira República e seus ecos no oeste paulista**” apresenta uma visão abrangente sobre o regime político após a queda do Império. No Brasil no final do século XIX o regime republicano estava empenhado na construção de uma nova Nação com ideias de civilização como o progresso, questões de raça e uma preocupação com a higiene. Esses ideais modernos eram inspirados na Europa que ditavam o conceito de “sociedade civilizada”. O Estado Republicano se consolidou no Brasil por volta de 1889.

Neste contexto o ideal republicano institui a noção de família nuclear burguesa, uma vez que a família era considerada como a base da nação por produzir mão de obra disciplinada e honesta.

Segundo Phillippe Ariès (1981), essa noção conjugal e individualista de família é uma invenção da Modernidade, tendo em vista que anteriormente as sociabilidades em família não se distinguiam dos laços de vizinhança, da comunidade principalmente em espaços públicos. A visão individualista de casal é fruto da concepção burguesa de família que por sua vez contribuiu para a propagação da ideia de intimidade e de privacidade.

Michael Foucault (2002) também é citado no artigo e este relaciona a própria constituição da família nuclear ao processo de sexualização do corpo da criança, o que levou a muitos pais passarem a vigiar seus filhos por medo da masturbação que no Século XVIII era absolutamente condenada.

Nas palavras de Foucault (2002):

A família aristocrática e burguesa (já que a campanha se limita precisamente a essas formas de família) até meados do século XVIII, era afinal essencialmente uma espécie de conjunto relacional, feixe de relações de ascendência, descendência, colateralidade, parentesco, primogenitura, aliança, que correspondiam a esquema de transmissão de parentesco, de divisão e repartição dos bens e dos estatutos sociais. Era essencialmente as relações que se referiam efetivamente os interditos sexuais. O que está se constituindo é uma espécie de núcleo restrito, duro, substancial, maciço, corporal, afetivo da família: a família-célula no lugar da família relacional, a família-célula com seu espaço corporal, com espaço afetivo, seu espaço sexual que é inteiramente saturado pelas relações diretas pais-filhos. (Foucault, 2002, p. 314)

A casa é tida então como o lugar da família, um espaço privado e seus cômodos passam a ser divididos com o intuito de preservar a intimidade do casal para o sexo.

No Brasil Colônia não havia a divisão entre o que era tido como público e privado, já na Primeira República brasileira influenciados pelas teorias higienistas, o trabalho passou a ter destaque como símbolo de uma nação em expansão.

A lógica dominante era um bom trabalhador valoriza a responsabilidade e a assiduidade, portanto, aqueles que possuem família serão bons trabalhadores. O trabalhador ideal era aquele que já se habituara a uma rotina doméstica e não possuía vícios sexuais, ou seja, teria mais perfil para a disciplina que o trabalho exigia (Esteves, 1989).

No oeste paulista nas fazendas de café após o fim da escravidão, existia o colonato uma espécie de regime de trabalho que envolvia toda a família como uma unidade produtiva, as relações familiares eram os parâmetros para a delimitação do trabalho e seus respectivos pagamentos. Cada família ficava responsável por um percentual de pés de café para cuidar e na colheita o pagamento era de acordo com a quantidade de frutos colhidos por toda a família.

Segundo Verena Stolcke (1982) o colonato foi influenciado a um “familismo” cuja necessidade era considerar a família como um grupo coeso em torno do trabalho, tanto quanto as regras de mercado.

Na região do oeste paulista a partir de 1884 até 1927 na província de São Paulo, se instituiu uma política de subsídio com a vinda de trabalhadores imigrantes, o governo da época financiava a vinda para o Brasil. Na época a permanência de negros trabalhando nas lavouras era considerada como um atraso, e isso colaborou para a propagação do preconceito racial, o progresso exigia o “embranquecimento” da população.

Segundo Hofbauer (2003) as políticas que visavam o crescimento da nação, vinculavam a implementação da abolição dos escravos e a importação de mão de obra branca, tida na época como mais eficiente do que a negra. Dito de outra maneira, a ideia de progresso estava articulada com a cor de pele branca, e a pele negra era associada a inaptidão ao trabalho não-coagido.

No tópico **“As disputas em torno da articulação entre trabalho e intimidade: as tensões nas dinâmicas de sociabilidade das fazendas do oeste paulista”**, se discute a relação de trabalho entre os fazendeiros/administradores e os ex-escravos. A partir da vigência do colonato os fazendeiros perderam parte dos mecanismos de dominação sobre os ex-escravos. Os administradores das fazendas tentavam demarcar sua autoridade com agressões físicas e represálias, para ilustrar tal afirmação o artigo descreve

um caso de agressão de um administrador num trabalhador negro, eles se envolvem numa briga por conta da companheira do trabalhador. Em depoimento o administrador se defende alegando usar “força moral como administrador”, o juiz acatou o argumento da defesa do réu e o administrador foi absolvido, o caso registrado na Fundação de São Carlos caixa 199, nº 118 de 1907.

Segundo os autores do artigo, o trabalhador envolvido nesse processo provavelmente não aceitou a interferência do administrador em seus assuntos conjugais, uma vez que isso poderia ser considerado como uma volta à escravidão. A privacidade/intimidade da família deveria ser respeitada principalmente por aqueles que ainda se consideravam seus “senhores”. A privacidade era construída a partir das limitações dos referenciais hierárquicos impostos pela época.

Argumentam os autores que a Abolição representou o fim da propriedade de escravos e da diferenciação social entre estes e os senhores; perdeu-se a posição hierárquica, o direito de interferir nas relações familiares e na sexualidade dos negros, e o tempo para os negros passou a ser dividido em “tempo de cativeiro” e “tempo de liberdade”.

Nas “**Considerações Finais**” finaliza o artigo argumentando que o ideal de intimidade era ancorado por uma moral do estatuto social de “homem livre”, a implicação desse posicionamento buscou isolar as relações familiares de referenciais hierárquicos externos.

Leitura crítica:

A intimidade e a privacidade são criações da Modernidade. Em alguns trechos do artigo esses termos são utilizados como sinônimos.

A intimidade é definida como fruto da privacidade, na medida que destaca a privacidade e abre espaço para a intimidade principalmente representada pelo quarto do casal. A intimidade também é considerada como consequência da restrição da família ao espaço doméstico, cita uma expressão “intimidade familiar”.

O argumento defendido no artigo é que o ideal de intimidade no período pós-abolição estava sustentado pelo ideal de liberdade que protegia as relações familiares de qualquer interferência externa.

A intimidade representada no artigo ocorre entre os escravos e sua família.

O local em que aparece essa intimidade é a casa.

A categoria deste artigo é **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 12

Cartografías de la **intimidad** en la Colombia de la década de 1960.

Florián Buitrago, M.

Este artigo foi publicado na revista Tabula Rasa em 2013 e autora Maribel Florián Buitrago na época estudante de doutorado em Ciências Sociais e Humanas Pontifícia Universidad Javeriana.

Trata-se de um estudo sobre a conduta sexual e amorosa a partir da orientação ética na Colômbia durante a década de 60.

O artigo foi dividido em “Preliminares”, “La intimidad como campo de intervención”, e “Cartografías del discurso sobre la intimidad”.

No tópico “**Preliminares**” apresenta a pergunta norteadora do artigo “Quais as orientações éticas que regiam a conduta sexual e amorosa na Colômbia durante a década de 1960?”. O foco direciona para os discursos sobre a vida íntima que criaram uma experiência sexual e afetiva nesta época. A autora considera que não existe nenhuma experiência social fora da linguagem e por esta razão justifica seu interesse por tais discursos. A sexualidade, portanto, não é aqui considerada como um objeto a parte do indivíduo, mas sim como uma realidade discursiva que nos informa como a experiência foi construída.

“**La intimidad como campo de intervención**” analisa algumas divulgações que circularam na década de 60 na Colômbia e que faziam referência a temas como amor, casamento, família e sexualidade. De maneira geral essa temática é considerada como aspectos da vida que podem ser aperfeiçoados mediante conselhos particulares, em outras vezes, as verdades morais de especialistas sobre como preservar o casamento não deixam dúvidas do modo de agir.

Quando se reflete sobre “como melhorar a vida íntima” deparamos com um declínio da moralidade em relação a regras e a autoridade, a saída é aprender a governar a si mesmo; os conselhos vinham dos mais variados especialistas como psicólogos, sacerdotes, psiquiatras, assessores matrimoniais, entre outros profissionais e as orientações eram direcionadas para a solução de problemas familiares, amorosos e sexuais. Classifica esse campo influenciado pela ideia de aperfeiçoamento (*perfeccionamiento*) e de correção (*corrección*) da vida íntima.

A autora do artigo define vida íntima como “um campo de intervenção gerado por um conjunto de técnicas de governo que buscavam regular a sexualidade e as relações amorosas daquela época”. A partir dessa definição esclarece que seu objetivo de estudo neste artigo foi analisar as técnicas de governo moral sobre pessoas a partir dos discursos de especialistas que construíram o conceito de intimidade.

Nesta pesquisa considera a intimidade como um objeto locativo no físico (Cromos, 1964), ou seja, que se refere ao corpo. A intimidade neste sentido, não é uma questão de espaço, mas sim uma questão de comportamento moral que deve ser governado por meio de técnicas de especialistas.

O discurso de um padre como “se ama quem não te ama, então você não se ama” é semelhante ao de um psicólogo “ama e não sofra”, ou mesmo “enamore-se de si mesma”, as fronteiras entre o discurso de um especialista e outro muitas vezes não são nítidas. Alerta a autora que sua pretensão não é avaliar os diferentes discursos para comprovar a eficácia, mas sim refletir sobre os efeitos desses discursos e que tipos de comportamentos emergem dessas orientações éticas.

Em “**Cartografías del discurso sobre la intimidad**” reafirma como o conselho se constituiu uma prática discursiva como forma de governo ético de si mesmo, práticas essas tanto da igreja católica ao focar na reprodução, quanto da ciência enquanto saberes que ditam uma vida feliz, principalmente em virtude da expansão da Psicologia naquela época na Colômbia.

O “conselho” influenciou a criação de “consultório íntimo” presente em diversos programas nos meios de comunicação na década de 60, como Cromos, Buzón Femenino, El tiempo, El Espectador, El Espacio, esses programas eram dirigidos na maioria das vezes por sacerdotes.

Essas técnicas como a auto-observação e a confissão produziram modos de subjetivação e de indivíduos, as heranças da colonização do Cristianismo na Colômbia não desapareceram e fazem parte da subjetividade das pessoas até hoje.

O governo da intimidade estabelece a lógica da “relação consigo mesmo” mediada de um lado pela obediência em que a própria pessoa se governa, e por outro pela “aprendizagem” ao incentivar a experimentação das técnicas de autogoverno.

Descreve no artigo trechos de conselhos de especialistas que reproduzem a obediência religiosa e a aprendizagem do saber científico da ciência. Alerta a autora que tanto a obediência quanto a aprendizagem operam de maneira independente de suas respectivas instituições, mas em comum determinam formas de conduta moral. Algumas revistas da igreja católica também prescrevem técnicas de autoaprendizagem.

Em comum o discurso religioso e da ciência operam técnicas de experimentação para aprender e a obedecer com o mesmo propósito o ideal do matrimônio. A ciência dirá agora como ter uma vida sexual feliz, como solucionar problemas conjugais ainda que isso represente ir contra os preceitos religiosos.

O divórcio é desaprovado pela ciência que está voltada a procedimentos para atingir a felicidade conjugal, a igreja na medida em que as técnicas de aprendizagem estão direcionadas para a boa manutenção da relação conjugal e reforçam a heteronormatividade.

O artigo apresenta um outro trecho de um texto sobre conselhos matrimônios em que a obediência e por sua vez o dever sugerem um aprendizado que propõe a união entre desejo e amor, não mais eliminando o desejo, mas fazendo dele um aliado, por ser algo da índole humana. Relata que um homem que num casamento mantém o amor, mas que no desejo não consegue ser fiel, desde que mantenha o ideal moral católico de matrimônio pode ser perdoado, pois este ideal pode ser alcançado por meio das técnicas de autorregulação.

O argumento da autora é que o governo da intimidade deve ser analisado a partir dos objetivos das técnicas e seus efeitos, deve-se refletir sobre que tipo de sujeito moral se deseja produzir naquele determinado momento sócio-histórico.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com o conceito de privacidade.

O argumento da autora é que o governo da intimidade deve ser analisado a partir dos objetivos das técnicas e seus efeitos, deve-se refletir sobre que tipo de sujeito moral se deseja produzir naquele determinado momento sócio-histórico.

Define intimidade como a vida íntima que envolve amor, casamento, família, sexualidade e na relação consigo mesmo.

A intimidade acontece entre o casal e a família. Ela também está presente na relação entre a pessoa e o especialista seja este um padre ou psicólogo.

O local dessa onde se manifesta essa intimidade é a casa, o quarto do casal, o programa em que o conselho se dá.

A categoria deste artigo é **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 13

¿Punto final al limbo legal de las actividades de inteligencia en Colombia?

Rivera Rugeles, J. C.

Este artigo foi publicado na revista *Revista Estudios Socio-Jurídicos de Bogotá*, em 2013, e seu autor é Juan Camilo Rivera Rugeles, professor de Teoria do Direito na Universidade del Rosario, em Bogotá.

Trata-se de uma reflexão sobre a eficácia de um projeto de lei da Colômbia a favor dos direitos do cidadão.

O artigo está dividido em “La incipiente regulación de los servicios de inteligencia en Colombia”, “La importancia de los servicios de inteligencia para proteger la seguridad ciudadana...y el riesgo de que la pongan en jaque”, “Algunos estándares internacionales de DDHH sobre el funcionamiento de los servicios de inteligencia”, “Salvaguardas implementadas por legislaciones nacionales para establecer límites al secreto”, “Los límites al secreto y los controles impuestos por el proyecto de ley: potencialidades y riesgos”, “Conclusión”.

No tópico “**La incipiente regulación de los servicios de inteligencia en Colombia**” apresenta o objetivo do artigo, um estudo sobre revisão crítica a respeito da proteção dos direitos fundamentais (intimidade, informação, verdade) do Projeto Lei de Inteligência e Contra inteligência, lei 1621 de 17 de abril de 2013 da Colômbia. Apresenta também a estrutura do artigo.

“**La importancia de los servicios de inteligencia para proteger la seguridad ciudadana...y el riesgo de que la pongan en jaque**” discute a finalidade principal dos serviços de inteligência que são garantir a segurança e a defesa nacional, cuidar das relações internacionais, e dos direitos das pessoas. Especificamente este projeto de lei em referência enfatiza a proteção de direitos humanos e a garantia da proteção do sistema democrático. Essas operações preservam a identidade das fontes dos serviços de inteligência e apoia a confidencialidade, impondo restrições para a circulação dessas informações e suas atividades. E é o segredo que envolve tais ações nos serviços de inteligência que faz com que seu controle seja laborioso, podendo incentivar ações ilegais diante das ameaças à segurança e defesa nacional.

Infelizmente o que se constata é que os serviços de inteligência são usados para fins políticos do governo contra seus adversários, a inteligência tem sido usada para fortalecer sistemas de opressão (Wagner, 2009). As ações de inteligência se focam nas questões da ordem da segurança pública como a criminalidade, a repressão política e a violência.

No tópico “**Algunos estándares internacionales de DDHH sobre el funcionamiento de los servicios de inteligencia**” discute sobre o direito internacional dos direitos humanos (DDHH) em relação aos serviços de inteligência. O Projeto de Lei 1621 de Inteligência e Contrainteligência tem como objetivo principal proteger os direitos humanos, proteger o regime democrático, a Constituição, a segurança e defesa nacional.

Neste sentido, a confidencialidade é uma estratégia e fortes restrições são impostas à circulação de informações sobre suas atividades, o resultado é que não podem divulgar suas ações em público sem revelar seus objetivos ao mesmo tempo, tal atitude pode representar o risco a violação no lugar da proteção

aos direitos das pessoas. O segredo dessas informações e de operações representam claramente uma restrição ao direito de informação e podem ser usados para encobrir atividades ilegais.

O direito internacional DDHH impõe ao Estado o segredo referente ao conteúdo da informação, mas o direito ao acesso a esses dados só será válido mediante lei que o autorize, e se for considerado adequado. Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) a informação referente a violação dos DDHH não pode ser ocultada do conhecimento público e nem sequer classificada como confidencial, quando solicitada por autoridades judiciais ou administrativas, os Estados não poderiam negar-se a informar.

Uma nova inclusão foi considerada quando a Corte IDH ampliou esses direitos antes restritos as autoridades, para as vítimas de tais violações e a seus familiares, assim como, impuseram aos Estados o dever de facilitar essas informações. Argumenta o autor do artigo que essas intervenções também são importantes para a reconstrução do passado diante das atrocidades cometidas nas ditaduras.

Algumas instituições internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), e a Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH) têm reafirmado a importância de que se estabeleça algum tipo de controle independente, efetivo e adequado nas entidades para examinar as políticas e práticas que possam atuar contra os direitos pessoais como o da intimidade.

“Salvaguardas implementadas por legislaciones nacionales para establecer límites al secreto” discute a legislação que protege o segredo e define a informação que pode ser ocultada do conhecimento público, na maioria das vezes a justificativa diz respeito a questões de “segurança e defesa nacional”. No entanto, essas expressões são vagas e uma maneira de reduzir pode ser definir essas atividades, outros países estabelecem um prazo para que essas informações sejam mantidas em segredo, ou mesmo descrevem possíveis situações onde o sigilo pode ser quebrado.

Existem outras formas de controle contra as arbitrariedades como o envolvimento de ações dos três poderes do poder público: o legislativo, o executivo e o judiciário. O executivo intervém no controle das atividades secretas com formulação de políticas do governo para os serviços de inteligência, designa um funcionário eleito pelo Presidente da República que deve responder para o eleitorado quanto para os órgãos estatais. O legislativo é responsável por verificar a legalidade das agências e autorizar ou negar gastos.

“Los límites al secreto y los controles impuestos por el proyecto de ley: potencialidades y riesgos” discute a legislação que regula as atividades de inteligência e contra inteligência na Colômbia. Essas agências precisam seguir estritamente os preceitos do DDHH e o direito internacional humanitário que garantem as funções do Estado, das instituições democráticas, os direitos do cidadão, e os recursos naturais e a economia da nação. Assim como, o projeto de lei estabelece gerência interna e externa para as ações de inteligência.

A Junta de Inteligência Conjunta formula a política de inteligência a ser implantada, o Parlamento por sua vez constitui a Comissão Legal de Seguimento das Atividades de Inteligência e Contra inteligência que se encarregará das atuações legais e do controle dos gastos. O projeto de lei estabelece que o segredo será mantido por até 30 anos podendo ser prorrogado. Compete ao Presidente da República desclassificar total ou parcialmente a informação antes que se esgote o prazo de vigência e desde que não se fira o

estabelecido pela lei. Caso um funcionário público se negue a entregar determinada informação isso deve ser de forma motivada, com base na lei de proteção imbuído de razoabilidade e proporcionalidade.

No entanto, o projeto de lei não deixa claro o que se define como questões de “segurança nacional”, não descreve as responsabilidades de um serviço de inteligência e contra inteligência. A Corte Constitucional ao revisar o projeto de lei de inteligência e contra inteligência esclarece que a violação desses direitos do DDHH e do direito internacional humanitário não pode se opor as autoridades judiciais e administrativas, mas sim a outras autoridades e particulares. Se existe uma definição das informações reservadas, não fica claro os critérios dessa classificação, além do que é o Presidente da República que regulamenta os níveis dessa divisão.

A questão do tempo de reserva da informação de 30 anos podendo ser prorrogado se sujeita a apreciação do Presidente, mas não esclarece os critérios que precisam ser respeitados para isso.

O Projeto de lei quando estabelece que a Comissão Legal de Seguimento das atividades de Inteligência e Contra inteligência podem exercer suas funções sem prejuízo de reserva para garantir a segurança das operações, justifica os meios e os métodos sejam estes quais forem necessários. Isso contribui para a ocultação de informação.

Quanto a questão de guarda de silêncio estabelece que os particulares e funcionários públicos podem enviar informações à Comissão Legal de Seguimento de Atividades de Inteligência e Contra inteligência que sejam úteis para avaliar as atividades da agência. Argumenta que a guarda de silêncio não pode ser entendida como uma proibição.

Na “**Conclusión**” finaliza reconhecendo a importância do Projeto de Lei que regulamenta as atividades de Inteligência e Contra inteligência, mas que também comete omissões graves que precisam ser revistas por representarem uma ameaça na proteção da intimidade, no acesso à informação e no direito a verdade.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com a privacidade.

Defende o argumento da omissão do Projeto Lei sobre a regulamentação dos serviços de Inteligência e Contra Inteligência da Colômbia, demonstra ao longo do artigo pequenas brechas em que se tem o controle político da nação usurpando os direitos dos cidadãos.

Intimidade neste artigo refere-se a um direito pessoal garantido pela Constituição da Colômbia e dos órgãos internacionais. Não define o termo.

A intimidade descrita no artigo ocorre entre o cidadão e o Estado.

O local onde se trata da intimidade é a legislação, o projeto de lei, a Constituição.

A categoria deste artigo é **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 15

Prácticas escolares e ideas infantiles sobre el derecho a la **intimidad**.

Horn, A. et al.

Este artigo foi publicado na revista *Cadernos de Pesquisa*, em 2013, os autores são; Axel Horn, professor de Psicologia e Epistemologia, pesquisador do Instituto de Pesquisa em Ciências da Educação na Universidade de Buenos Aires; Mariela Herman, professora auxiliar de Psicologia Genética da Universidade de Buenos Aires; José Antonio Castorina, diretor do Instituto de Pesquisa em Ciências da Educação da Universidade de Buenos Aires; e Marcela Kurlat, professora auxiliar de Pesquisa e Estatística Educacional I na Universidade de Buenos Aires.

Trata-se de um artigo sobre os direitos infantis à intimidade na perspectiva dos alunos no contexto escolar.

O artigo está dividido em “Introducción”, “La escuela y el mandato social de formar ciudadanos”, “Entre los muros de la escuela o quién escribe en la pared”, “Hacia los intramuros de la escuela desde nuestra perspectiva de investigación”, “Publicidad del desempeño escolar de los alumnos por parte de los docentes”, “Publicidad de aspectos escolares y personales entre pares”, “Publicidad de informaciones privadas de los niños por los docentes”, “El docente como altoparlante”, “Acciones que resguardan la privacidad”, e “Conclusiones”.

Na “**Introdução**” escreve sobre pesquisas em escolas a respeito da questão da autoridade a partir da perspectiva das crianças. São apresentadas às crianças situações hipotéticas que envolvem uma reflexão sobre autoridade escolar, mais especificamente sobre a autoridade da professora. Os resultados sugerem que as ações da autoridade escolar modulam a elaboração cognitiva infantil, ou seja, as ações normativas das autoridades e suas representações sociais se reproduzem nas experiências da criança na escola e configuram suas ideias infantis.

A Convenção Internacional dos Direitos das Crianças das Organizações das Nações Unidas (1989) no artigo 16 reconhece o direito à intimidade, e o define como um espaço pessoal protegido contra a intromissão de outros.

A Lei de Educação Nacional nº 26.206 (Argentina, 2006) faz considerações aos direitos e responsabilidades tanto dos docentes quanto dos alunos, garante a obrigação dos professores e professoras à dignidade, integridade e intimidade de todas as pessoas pertencentes aquela comunidade educativa.

Os direitos infantis são de caráter incondicional, de certa maneira basta ser criança. Na perspectiva infantil o respeito dos direitos da escola a criança é tida como cumpridora de regras institucionais. Um bom exemplo é a leitura pela professora de mensagens interceptadas trocadas entre os alunos durante a aula; a exposição por parte da professora dessas mensagens é considerada como uma atitude benéfica e não um direito violado.

Algumas crianças entre 6 e 7 anos reconhecem a existência de um espaço pessoal, mas não um direito a ser preservado. Outras crianças entre 6 e 8 anos estabelecem expectativa a respeito da vida pessoal infantil por parte dos adultos, mas isso se condiciona ao comportamento dos alunos e as boas intenções da professora, ou seja, a privacidade é limitada.

As crianças mais velhas entre 11 e 12 anos parecem compreender o direito à intimidade independente das consequências das normas da escola. Podemos concluir que para a maioria das crianças pesquisadas esse direito é uma concepção condicionada ao julgamento da professora.

No tópico **“La escuela y el mandato social de formar ciudadanos”** discute a função da escola em formar cidadãos, neste processo faz considerações sobre as condições escolares das salas de aula geralmente com capacidade máxima, e deixa uma pergunta para refletirmos “como se produz um sujeito que se apropria de seu direito à intimidade num contexto com pouco espaço?” “Como posicionar os limites da autoridade do docente na interferência da vida das crianças?” Destaca a importância do pesquisador buscar as respostas tanto com as crianças quanto com os docentes.

Apresenta em linhas gerais o contexto cultural na Argentina no início do Século XXI em meio à crise econômica que se estabeleceu. De um lado a escola tem a responsabilidade de formar cidadãos críticos e contrários as injustiças sociais e reclamar por seus direitos, e ao mesmo tempo outros setores solicitam uma “mão dura” que seja educativa. As escolas têm um alto índice de violências, a sociedade como um todo enfrenta a diminuição do poder econômico das famílias, crise política e violação dos direitos sociais básicos.

“Entre los muros de la escuela o quién escribe en la pared” discute sobre a violência escolar, práticas violentas que de certa maneira acentuam a violência social. Muito se discute sobre a “conflitividade escolar” e são identificadas causas relacionadas ao próprio ambiente da escola, surpreendentemente os aspectos psicológicos individuais são menos relevantes, assim sendo, fica difícil manter a crença de que comunidades violentas produzem violência na escola.

Outras pesquisas revelam que na perspectiva dos docentes se reconhece a violência que esses dirigem contra os alunos com atitudes autoritárias, depreciativas, discriminatórias e muitas vezes com intolerância para ouvir os problemas dos alunos. Na perspectiva dos alunos se reconhece a naturalização da violência como gritos desnecessários, agressão física, constrangimento e humilhação. Em ambas as pesquisas se nomeia como “clima social escolar” as distintas percepções dos atores envolvidos sejam esses alunos ou professores que participam de uma mesma escola. Tendo em vistas esses resultados a pergunta que se fez presente para os autores do artigo foi de que maneira essas visões sobre violência influenciam as concepções de direito a intimidade na perspectiva dos alunos?

Lozano Cajiao (1995) é um dos autores referenciados no artigo e seu trabalho dá destaque ao cotidiano nas escolas primárias públicas e privadas da Colômbia, tendo como referência o poder da autoridade, a justiça, a tolerância, a discriminação e a violência. Segundo este estudo as práticas escolares de humilhação e maus tratos são naturalizadas ao se revisar a higiene pessoal dos alunos na frente de outros com comentários depreciativos; como se pode concluir na rotina escolar posições e atitudes autoritárias se fazem presentes tanto quanto violam o direito à intimidade dos alunos.

No tópico **“Hacia los intramuros de la escuela desde nuestra perspectiva de investigación”** descreve o método da pesquisa qualitativa realizada entre 2008 a 2010 em 6 escolas públicas primárias situadas em Buenos Aires, principalmente com crianças cuja família era classificada como de baixa renda. As observações eram em torno da convivência na escola como um todo (sala de aula, hora do recreio, entrada e saída de alunos), as práticas sociais, a comunicação em sala de aula e as ações provenientes da escola que poderiam interferir nas ideias sobre o direito à intimidade. O foco eram principalmente as

interações entre as crianças e os docentes e entre os alunos e seus pares, destacam os autores que a particularidade de suas observações era direcionada ao que se fazia em público e o que se restringia a escola, que tipos de informações eram públicas a respeito dos outros ou de si mesmos. A técnica de análise da informação foi o Método Comparativo Constante de Strauss e Corbin (2002).

Em “**Publicidad del desempeño escolar de los alumnos por parte de los docentes**” uma das categorias da pesquisa, relatam trechos das anotações de suas observações na escola, tais como a troca de informações em voz alta entre os professores sobre o mau comportamento do aluno, ou em sala de aula com crianças pequenas a maioria está escrevendo a lição, alheio a classe um desses alunos não o faz, em voz alta a professora diz “Oscar não escreve?” A criança não responde, a professora em voz alta comenta “estamos tentando... estamos no processo de melhorar a escrita... Se ele tivesse uma máquina que lesse, apertaria um botão e leria para ele”.

“**Publicidad de aspectos escolares y personales entre pares**” outra categoria descreve situações que incluem os comentários dos alunos em que se expõe ações, comportamentos e aspectos pessoais dos outros companheiros como copiar a prova do outro, mau comportamento, não prestar atenção na aula. Essas situações também ocorrem entre os professores, e entre professores e alunos.

Outra categoria da pesquisa foi “**Publicidad de informaciones privadas de los niños por los docentes**” incluem comentários dos professores sobre aspectos escolares das crianças, de sua família, estado de saúde como diagnósticos e disposição emocional.

“**El docente como altoparlante**” nesta categoria os professores exercem o papel de autofalante, quando a criança procura pelo professor e lhe fala em voz baixa para que ninguém além deste o escute, ele por sua vez responde em voz alta para que todos ouçam. Diante das dúvidas dos alunos em relação a alguma tarefa, novamente a criança o faz em voz baixa e o professor expõe a questão em alto e bom som, justificando que esta pode ser importante para os demais alunos, mas isso também pode ser considerada como estratégia pedagógica. Essa situação é frequente tanto em relação as dúvidas sobre o conteúdo das aulas, quanto aos aspectos da vida privada da criança como sobre sua saúde ou necessidade de ir ao banheiro.

“**Acciones que resguardan la privacidad**” constitui uma outra categoria como resultado da pesquisa. Descreve situações em que a privacidade das crianças foi respeitada por parte dos professores, a intimidade do aluno ou aluna é preservada como nos casos de entrega de boletins, as notas são tidas como informação privada. Quando a criança fez uma colocação em voz baixa para o professor e este responde em voz baixa, ou em sala de aula quando a criança se recusa a se envolver com a atividade proposta e o professor depois de tentar uma aproximação, a criança permanece em silêncio e o docente pede para que todos respeitem o momento do aluno e não o incomodem.

Nas “**Conclusiones**” os autores afirmam que o reconhecimento da intimidade não é preponderante nos casos estudados na escola, os resultados apontam que a exposição da intimidade é naturalizada. Destacam a dificuldade de conceituar o direito à intimidade incondicionado e inexistente na realidade escolar de modo sistemático e sustentado. O argumento defendido é para que uma criança possa pensar incondicionalmente em um direito, se faz necessário sua participação em práticas de intimidade efetivas e que estas sejam reconhecidas e sustentadas. Esse argumento é compatível com o pensamento de Piaget (1932) que associava as ideias morais dos sujeitos com as interações sociais que se estabeleciam.

Finalizam esclarecendo que esta pesquisa destaca as potencialidades da escola enquanto instituição pública para gerar situações de reconhecimento dos direitos infantis, dito de outra maneira, a escola ao reconhecer os direitos infantis à intimidade também é responsável por transformar politicamente alunos em cidadãos.

Leitura crítica:

Privacidade é um direito pessoal da criança que em alguns casos está sujeita ao julgamento correto da professora.

A intimidade e a privacidade em alguns trechos do artigo aparecem como sinônimos em outros a privacidade é um direito que carrega em si a categoria intimidade.

O argumento defendido é para que uma criança possa pensar incondicionalmente em um direito, se faz necessário sua participação em práticas de intimidade efetivas e que estas sejam reconhecidas e sustentadas.

Define intimidade como um direito, assim como, um espaço pessoal protegido contra a intromissão de terceiros.

A relação em que a intimidade é estudada neste artigo refere-se ao relacionamento entre a escola e as figuras de autoridade como professores e diretora e os alunos, a relação dos professores e seus pares, a relação dos alunos entre si, a relação dos professores com as famílias respectivas dos alunos.

O local/espço de convivência interfere na preservação da intimidade, o local aonde acontece a intimidade é a escola, a sala de aula.

Classificamos este artigo na categoria **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 16

O monumental e o **íntimo**: dimensões da memória da resistência no documentário brasileiro recente.

Fernandes, F. S.

Este artigo foi publicado na revista História em 2013 e o autor é Fernando Seliprandy Fernandes, mestre em História Social pela USP.

Trata-se de um estudo sobre a resistência contra a ditadura em dois documentários brasileiros Hércules 56 (de direção de Silvio Da-Rin, do ano de 2006) e Diário de uma busca (de direção de Flavia Castro, do ano de 2010). O objetivo do artigo é articular conexões de um passado autoritário com um presente democrático por meio do cinema.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Hércules 56: dissenso e montagem da resistência democrática”, “A presença do monumento”, “Diário de uma busca: uma ausência na “conciliação” democrática”, “A ausência e a lacuna”, e “Celebração e introspecção: a presença do monumento, a permanência da lacuna”.

Na “**Introdução**” apresenta sua análise sobre dois aspectos o monumental e o íntimo. No documentário Hércules 56 (2006) se destaca o monumental, este documentário é uma versão alternativa do sequestro do embaixador americano no Brasil Charles Elbrik, ocorrido em 1969 pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Ação Libertadora Nacional (ALN). O segundo documentário o Diário de uma busca (2010) da cineasta Flavia Castro, filha de Celso Castro ex-exilado político que supostamente cometeu suicídio em 1984 no apartamento de um oficial nazista radicado em Porto Alegre. Nesta obra o que se destaca é o íntimo, o documentário parte da dúvida sobre o “suicídio”, não se fixa numa investigação sobre o caso, mas sim sobre os lugares de sua infância, a militância, o exílio dos pais, entrevistas, filmes, fotografias de família e cartas compõem o roteiro.

No tópico “**Hércules 56: dissenso e montagem da resistência democrática**”, apresenta uma narrativa descritiva sobre o documentário, as entrevistas, fotos e imagens, se destaca a ação do sequestro. Em seguida o autor do artigo nomeia como uma “sequência de autocrítica” sobre a experiência do ato e a derrota da esquerda.

Essa autocrítica se fundamenta a partir de dois eixos: as razões do desencontro e a derrota em si. Quanto ao desencontro são apontadas o militarismo, o sectarismo e o isolamento das organizações de esquerda. Quando analisada pela ótica da derrota se parte do que foi considerado como “desastre”, por “sacrifício”, até “celebração do legado”.

Finaliza concluindo que a edição das discordâncias entre os entrevistados no documentário, constroem uma avaliação positiva da derrota da esquerda justificada por um “Brasil muito melhor hoje”.

No tópico “**A presença do monumento**” apresenta a noção de “documentário cabo” de Fernão Ramos que tem como característica principal a assertividade promovida por múltiplas vozes. A voz do locutor narra uma linha de história, o autor o compara com “a voz de Deus falando ao mundo”, outras vozes se fazem presentes, como a dos entrevistados, depoimentos e materiais de arquivo.

O autor prefere nomear como “documentário convencional de entrevista”, a imagem se foca no entrevistado, e se ouve o cineasta sem sua imagem. Recortes de entrevistas e falas estão fragmentadas propositalmente para construir uma narrativa coerente, elas são ilustradas com reportagens da época e fotografias, o que dá a impressão de que as coisas de fato aconteceram de acordo como as testemunhas se recordam (Nichols, 2005). Esse modelo também foi chamado de “cabeças falantes”.

Em *Hércules 56* esse modelo aparece no enquadramento dos testemunhos individuais dos libertos em troca do embaixador, mas existem outras peculiaridades como a rememoração coletiva das lideranças do sequestro em que a equipe e os equipamentos de filmagem aparecem no mesmo quadro e insinuam certa reflexividade.

Daniel Aarão Reis Filho (2005) e Marcelo Ridenti (não especifica o ano, na bibliografia existem vários) alegam o que um dia foi uma luta revolucionária passou a ser “resistência democrática”. Esse pensamento fortalece o argumento do autor do artigo ao afirmar que a mensagem que ficou no documentário é o “Brasil muito melhor hoje porque lutamos”.

Em “**Diário de uma busca: uma ausência na “conciliação” democrática**” o ponto de partida desse documentário é a estranha condição em que ocorreu a morte do pai da cineasta Celso Castro. A narrativa integra fotos de família, entrevistas de parentes mais próximos, amigos que faziam militância com seu pai, jornalistas da época, e até policiais envolvidos no caso. O roteiro vai sendo construído a partir da narrativa das cartas de seu pai para a família, a leitura é feita pelo irmão da cineasta João Paulo Castro. Trata-se de uma história de perseguição política vivida pela família que passa por várias cidades do Brasil e do exterior, até a anistia em 1979 permitindo que regressassem ao Brasil.

Celso Castro não se adapta a nova vida em seu país a partir da redemocratização, assim como, não considerava a anistia como uma vitória, mas sim fracasso. Regressar não o ajuda a superar a derrota dos projetos das esquerdas e nem o movimento operário em São Paulo o anima. Várias vezes se ouve “Como me arrependo de voltar ao Brasil”.

O autor do artigo destaca que neste documentário a questão principal não é um trabalho investigativo da verdade sobre a estranha morte de Celso Castro, mas a busca. Os processos de memória ocorrem nas discordâncias entre Flavia e seu irmão, para ele o documentário deveria seguir para o esclarecimento das circunstâncias do falecimento do pai, e para ela o filme deve manter a dúvida sobre as razões da ausência do pai, explicita-se o confronto de versões, o dissenso reflexivo da reconstituição da memória.

O interessante é que no filme não se evita a constatação da derrota do projeto revolucionário, e a perspectiva de sua memória é de uma segunda geração (filha e filho) (Hirsch, 2008). O documentário tem um tom de reflexividade e isso o diferencia da versão “monumental”. Em certo sentido, observa Fernandes (2013) o documentário deriva da falta e não da presença dos que regressaram do exílio, ao mesmo tempo em que parece reconstituir a trajetória do pai, questiona essa reconstituição. Essas divergências de perspectivas entre a cineasta e o irmão mantém o tom íntimo e ao mesmo tempo reflexivo, o que levou a Fernandes (2013) nomear como “reflexividade íntima” e vai da estética ao histórico.

Fernandes (2013) destaca com ênfase o fato de o documentário não evitar a derrota das esquerdas no Brasil, contrariando a versão de legado da resistência como no documentário anterior, ao contrário, Celso Castro escreve sobre o fracasso em suas cartas “Não vou conseguir. Para mim, não foi possível”.

Para ele a democracia não se tornou um novo ideal, e nem via o retorno dos anistiados como uma conquista democrática.

A reflexividade proposta pelo documentário marca simultaneamente a ausência íntima e a lacuna histórica.

No tópico “**A ausência e a lacuna**” constata que o documentário Diário de uma busca, assim como, em muitos outros produzidos na América do Sul principalmente na Argentina e Chile são realizados por filhos ou parentes próximos de ex-militantes, e isso dá destaque à intimidade no resgate desta memória. Estabelece-se o distanciamento da reflexividade e o privado do tema íntimo.

O documentário de Flavia Castro insere-se no que definiu Hirsch (2008) como “pós memória”, uma geração posterior a que vivenciou traumas culturais ou sociais, mantém como sua a experiência vivenciada pelas histórias, imagens e comportamentos no contexto em que cresceram. Esses aprendizados lhes foram transmitidos de maneira profunda e afetiva que parecem fazer parte da própria memória.

Outro aspecto que Fernandes (2013) chama a atenção é para o fato da intimidade estar em foco nos documentários sobre o passado da ditadura, mas existem também aqueles em que ela é apenas uma promessa. Neste sentido, cada documentário deve ser analisado individualmente.

Chama a atenção do autor do artigo, o fato de que especificamente este documentário produzido em 2010 num momento político em que o Brasil instituiu a pedido da presidenta (perseguida e torturada durante ditadura) a Comissão Nacional da Verdade Brasileira assegurada pela Lei de Anistia de 1979, num momento político de ascensão das esquerdas no Brasil, se produza um documentário em que a morte de Celso Castro não seja pauta para esclarecimento. Nas palavras do autor:

. . . a versão oficial sobre as violações do passado não terá como objetivo o estabelecimento da justiça. A verdade sobre a morte de Celso Castro está bloqueada por algo mais do que os dilemas da representação da ausência paterna. A questão aqui vai além da estética ou do trauma. Ela é sobretudo política: os acordos reais que garantiram e garantem a conciliação lacunar brasileira. (Fernandes, 2013, p. 68)

No tópico “**Celebração e introspecção: a presença do monumento, a permanência da lacuna**” retoma seu argumento principal de que ao se tratar de documentário sobre a ditadura podemos encontrar uma divisão entre o pertencente ao campo monumental ou ao campo da intimidade. O monumental traz a perspectiva da celebração e o da intimidade a da introspecção. Nas palavras do autor “a memória introspectiva serviria de contraponto à memória celebrativa” (Fernandes, 2013, p. 69).

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com o conceito de privacidade.

O autor defende o argumento de que os documentários sobre a ditadura referidos no artigo, podem ser classificados como pertencentes ao campo monumental inspiração para a celebração, ou no campo da intimidade que nos leva a introspecção.

Íntimo aparece no texto como uma categoria de análise, mas também está relacionado com a exposição dessa divergência de opiniões para o filme entre a perspectiva da filha e cineasta e de seu irmão. A intimidade também é definida como a convivência e a história familiar revelada a partir de um documentário com o devido fim de resgatar a memória de vida de um ex-militante. Pode ser também a base (ou recurso) de documentários sobre a ditadura. Ela vem acompanhada pela reflexividade, “reflexividade

íntima”. O autor usa um termo “ausência íntima” o que nos sugere referir-se ao segredo da morte (e/ou a ausência do pai) de Celso Castro.

A relação em que aparece a intimidade é a relação familiar entre a cineasta, o irmão e o pai.

O local dessa intimidade pode ser tanto a vida em família com detalhes da história, quanto o próprio documentário.

O autor do artigo em alguns momentos no texto analisa e interpreta a cineasta como um terapeuta ou psicanalista o faria “A introspecção estética cinde os contornos do monumento, gerando o distanciamento que, ao mesmo tempo, protege a filha da dor da ausência e a aproxima do pai.” (p. 65). Ou ainda, “A filha não se entrega à melancolia que vitimou Celso Castro, ela parece concluir o trabalho de luto com *Diário de uma busca* (Freud, 2010; Ricoeur, 2007).” (p. 65).

Neste aspecto, o artigo foge de seus objetivos e o autor do seu papel como pesquisador para ocupar o de terapeuta. De certa maneira o autor acredita que a morte de Celso de Castro não foi esclarecida no momento apropriado da Comissão da Verdade em virtude das dificuldades emocionais da cineasta em relação a perda paterna, dito de outra maneira, culpabiliza a filha. Considero uma postura inadequada e desrespeitosa para com a cineasta, uma vez que um terapeuta é contatado pela pessoa que procura por ajuda, uma análise superficial e desnecessária que reduz a singularidade da questão e da história dessa família.

A crítica sobre o documentário e a institucionalização da Comissão Nacional da Verdade tenta estabelecer uma ligação simplória sobre a complexidade envolvida. Discordamos do autor e seus argumentos não se sustentam, nos parece um padrão de comportamento tendencioso e persecutório, uma vez que não assumir uma atitude investigativa sobre as condições da morte de Celso Castro foi uma escolha da cineasta e da família, dito de outra maneira, o foco não era a verdade e sim a busca. Ou seria novamente uma tentativa de ocupar o lugar de um psicanalista?

A categoria deste artigo é **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 17

Administración biopolítica de la **intimidad** en los Biobancos.

Villarroel, R.

Este artigo foi publicado na Revista Acta bioethica, em 2013, e o autor é Raúl Villarroel mestre em Bioética e Doutor em Filosofia, diretor do Centro de Estudos de Ética Aplicada pela Universidade do Chile.

Trata-se de um estudo sobre a questão ética a respeito das informações em torno dos Biobancos a partir da concepção de biopolítica de Michel Foucault.

O artigo foi dividido em “Vigilancia y disciplina”, “Los usos políticos del cuerpo”, “Biopolítica y Biobancos”, e “Ciencia, poder y capital”.

No tópico “**Vigilancia y disciplina**” discute os principais conceitos de Foucault a partir da leitura do livro “Vigiar e Punir”. Descreve a profunda transformação social entre os séculos XVII e XVIII no ocidente nomeada como Modernidade, onde se instituiu um sistema de vigilância generalizada. Vigilância presente nos hospitais, nas escolas, nas prisões, nas fábricas e que geravam uma disciplina social, um tipo de técnicas que “fabricavam indivíduos úteis” para a sociedade. Foucault considera a disciplina como um tipo de poder sobre o outro.

Em “**Los usos políticos del cuerpo**”, discute a valorização das ciências biomédicas no processo de vigilância como um todo. Tendo como ponto de partida a intenção de fabricar indivíduos úteis para a sociedade, esse campo de saber foi inundado por registros de utilidade, cálculos, estatísticas e investigações resultando num campo político além do biológico. No livro “Vigiar e Punir” Foucault nomeia esse processo como “anatomopolítica do corpo” por conta desse micropoder “saber e poder” sobre os indivíduos e seus corpos.

Segundo Didier Fassin (2005), durante muitos anos o “corpo” era inexistente como objeto de estudo para as investigações sociais e políticas, a partir do pensamento de Foucault, o corpo pode ser entendido como uma realidade social e política e os usos políticos do corpo puderam ser estudados.

Outro autor citado no artigo é Nikolas Rose (1990, 2007), argumenta que para governar uma população se faz necessário identificar e compreender suas características, seus processos particulares, dar visibilidade a esses dados, escrever sobre eles, e explica-los. Desse modo governar esses corpos dependerá da produção de verdades, circulação, e organização dessas informações. Aqui as características dos sujeitos são consideradas como “material bruto de cálculo”, como os nascimentos, mortes, enfermidades, número de pessoas vivendo em tal região, e em tais condições, que tipo de trabalho exercem, e renda familiar. Esses dados levantados são como “inscrições”, certos registros que alimentam mapas, números, gráficos, assim como, são a base da ciência do Estado a “estatística” que reúne dados da população para uso dos governantes.

Em “**Biopolítica y Biobancos**” argumenta que com o avanço tecnológico a sistematização, armazenamento e produção de informação biológica humana tornou-se um grande desafio. Os locais em que dispomos tais informações são chamados de Biobancos criados para fins de diagnóstico investigativo promovidos pelo estudo das alterações e mecanismo da vida. Amostras biológicas são armazenadas, tais

como, tecidos, tumores, células, proteínas, amostras de DNA, sangue, urina, suor, e servem de base para estudos clínicos, epidemiológicos e genéticos.

Os Biobancos se articulam com redes internacionais e contém informações de pessoas que vão além dos dados de saúde, mas dados genéticos que se mantêm independente da vida ou morte daquela pessoa e podem ter efeitos diretos na família biológica e seus descendentes. Toda essa expansão de conhecimento acarreta discussões sobre questões éticas importantes relacionadas com o uso e abuso dessas informações.

Os defensores dos Biobancos justificam sua existência como fonte de pesquisas para evitar enfermidades comuns e raras tanto no indivíduo quanto numa população, ou seja, defendem o diagnóstico e a prevenção de doenças. Acreditam que não existe problema por parte de quem cede material biológico para esses estudos e confiam no uso respeitoso e ético das informações adquiridas por parte dos pesquisadores envolvidos nesse trabalho.

O autor do artigo esclarece sobre a complexidade entorno dos Biobancos que suscitam novas questões quanto ao armazenamento, o uso de técnicas específicas de coleta, o transporte desse material, seu armazenamento, período de conservação, identificação, entre outros. Alerta sobre o cuidado ético desde a obtenção dessas amostras, a preservação da intimidade e privacidade de quem fornece material biológico, e sobre o consentimento para uso dessas informações.

Essas preocupações descritas acima estão presentes na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos ratificada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de Dezembro de 1998 em seu artigo 1º: *“El genoma humano subentiende la unidad fundamental de todos los miembros de la familia humana, así como el reconocimiento de su dignidad intrínseca y su diversidad”*.

Ainda assim, Raúl Villarroel, adverte sobre uma lacuna legal com relação as amostras biológicas e tecidos humanos que compartilham um mesmo estatuto jurídico com outros dados médicos que não necessariamente se constituem como informações pessoais protegidas pela lei, mas sim de outra natureza. Destaca 3 aspectos importantes para essa reflexão: o critério de seleção dessa informação, a proteção desse material, e o uso dessas descobertas.

O critério de seleção dessas informações está diretamente relacionado com o objetivo pré-estabelecido que governa o interesse dos Biobancos na coleta do material biológico. A proteção da confidencialidade tanto de quem fornece esse material genético quanto de quem se pode associar com essa informação. E o uso que se faz dessas informações geradas por este estudo tanto para os doadores quanto para os parentes genéticos mais diretos. Segundo o autor do artigo, esses questionamentos são tanto da ordem política quanto epistemológica.

Em **“Ciencia, poder y capital”** destaca o quanto os saberes das ciências estão submetidos aos regimes de dominação, como nos alerta Foucault, o conhecimento científico se tornou também um capital econômico e de governo.

Segundo Raúl Villarroel as comunidades científicas são empresas tecnocientíficas. Argumenta que o conhecimento científico não é um bem em si, mas um bem econômico, promove estratégias de eficiência e nem sempre leva em conta a complexidade envolvida na atividade de um Biobanco tanto nas questões sociais quanto éticas. Considera que a intimidade e a vida privada estão a mercê de um dispositivo de vigilância, sem o respaldo de proteção jurídica adequada.

Leitura crítica:

A privacidade e intimidade são consideradas neste artigo como um direito à preservação de dados biológicos, mais do que pessoais e que precisam ser protegidos. Argumenta que a intimidade e a privacidade estão a mercê de um dispositivo de vigilância.

O argumento defendido pelo autor é a importância de reflexão sobre as questões éticas e sociais que envolvem os Biobancos, considerados aqui tecnologias de vigilância tanto pelo Estado quanto por empresas multinacionais. Alerta sobre a deficiência de lacunas nas leis que regulamentam os Biobancos onde não se tem clareza se certos materiais biológicos podem ser considerados como de uma pessoa ou não.

Intimidade não é definida e nem diferenciada de privacidade, seu uso aparece no artigo como um direito a ser defendido.

A intimidade ocorre entre dados sigilosos de uma pessoa e a exposição pública. A discussão levantada circula pela definição entre o público e o privado.

O local aonde se discute a intimidade é o Biobanco e as leis que regulamentam sua prática.

A categoria deste artigo é **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 21

Visión de la Corte Constitucional, respecto a los derechos de libertad de expresión e información: una relación desde el derecho al buen nombre, a la **intimidad** y a la honra.

Arboleda López, A. P.

Este artigo foi publicado na revista Lasallista de Investigación, em 2014, a autora é Adriana Patricia Arboleda López, advogada, doutora em Direito Processual Contemporâneo e professora do Consultório Jurídico na Universidade de Medellín na Colômbia.

Trata-se de um estudo sobre os direitos fundamentais inerentes ao homem por sua condição humana. Os direitos fundamentais considerados aqui foram o bom nome, a honra, a intimidade, o respeito, a informação e a liberdade de expressão.

O artigo foi dividido em: “Introdução”, “Reflexão frente aos direitos fundamentais”, “Direito ao bom nome”, “Direito fundamental a honra”, “Direito fundamental a intimidade”, “Direito fundamental a liberdade de expressão”, “Direito fundamental a informação”, “Mecanismos de proteção dos direitos fundamentais” e “Conclusão”.

Na “**Introdução**” apresenta as 3 diretrizes pelas quais fundamentou o artigo: 1. Apresentar os direitos fundamentais (nome, honra, intimidade, liberdade de expressão, direito a informação) e o suporte constitucional e jurisprudencial; 2. A visão da Corte constitucional nos últimos 5 anos em relação aos direitos fundamentais; e 3. Suas conclusões.

No tópico “**Reflexão frente aos direitos fundamentais**” esclarece que o termo “fundamentais” dizem respeito a todos os direitos inerentes ao homem por sua condição humana e são reconhecidos legal e constitucionalmente pelo Estado. Na Colômbia estes direitos fazem parte da Constituição Política de 1991 do Título II, Cap. 1 (artigos do 11 ao 41).

Segundo a Corte Constitucional da Colômbia (1992) na sentença T – 406 são necessários 3 tipos de requisitos para que um direito possa ser reconhecido como fundamental: 1. Conexão direta com os princípios da Constituição, 2. Eficácia direta, 3. Conteúdo essencial.

Ao que se refere à conexão direta com a Constituição se destaca a questão política e axiológica de reconhecimento como direito fundamental, quanto à eficácia direta assegura-se sua aplicação imediata, e por último o conteúdo essencial livre de interpretações ou de opiniões políticas.

Esclarece que a Constituição Política da Colômbia (1991) por meio dos artigos 15, 20 e 21 consagra como direitos fundamentais o bom nome, a honra, a intimidade, a liberdade de expressão e direito a informação).

“**Direito ao bom nome**” nessa parte do artigo esclarece que um bom nome se refere a um direito tanto pessoal quanto familiar de usufruir de boa imagem e reputação humana. Este é um direito importante para proteger o cidadão de acusações desonrosas, imputações penais falsas e mal manejo de dados pessoais.

No “**Direito fundamental a honra**” a palavra “honra” é compreendida aqui como respeito e estima de uma pessoa por si mesma, e inclui tudo o que se adquire por suas próprias virtudes e méritos. Essa honra pode ser afetada quando existem evidências de delito, do contrário isso representará injúria ou calúnia sobre a pessoa.

“Direito fundamental a intimidade” é um tópico do artigo que considera a intimidade como de maior importância, na medida em que, toda pessoa pode preservar assuntos pessoais, familiares e de trabalho.

O artigo cita o magistrado Vladimiro Naranjo Mesa que em sentença T-552 de 1997 considerou o direito à intimidade como a faculdade de exigir respeito ao que pertence exclusivamente ao indivíduo, resguardando sua privacidade e protegido de intromissões externas.

Segundo o magistrado Rodrigo Escobar Gil em sentença T-787 de 2004 o direito à intimidade se divide em 4 níveis: intimidade pessoal, intimidade familiar, intimidade social e intimidade “gremial”. Intimidade pessoal é um direito de estar só sem ser importunado, de guardar silêncio, sem o risco de que informações pessoais possam ser divulgadas, preserva os aspectos íntimos de sua vida. Intimidade familiar preserva a família, o direito a imunidade penal. Intimidade social diz respeito às relações do indivíduo com o social, vínculos de trabalho e de inter-relações com pessoas do seu núcleo social. O direito à intimidade gremial se relaciona com as questões econômicas, de informação e de propriedade intelectual.

Para Eduardo Montreal (1971, p. 49) o direito à intimidade é um espaço da personalidade protegido contra o domínio público. Isso inclui o direito das pessoas, das famílias e das agremiações, sendo essas mesmas que decidirão divulgar ou não informações particulares. Nesse aspecto, o artigo apresenta uma ressalva importante quanto à informação, por ordem judicial que autoriza a interceptação de chamadas, de correspondência com motivo previamente estipulado por lei.

O **“Direito fundamental a liberdade de expressão”** é garantido pela Constituição da Colômbia desde que se assumam uma atitude ancorada na responsabilidade social, garante a livre expressão do pensamento e de opiniões, assim como, o direito de retificação em condições de equidade e sem censura.

O **“Direito fundamental a informação”** em linhas gerais garante o direito à toda pessoa ter liberdade de informar e de receber informação. Protege a comunicação e a informação, sendo considerado um direito de via dupla, na medida em que, protege e garante o ato de informar e o de receber tal informação.

Em **“Mecanismos de proteção dos direitos fundamentais”** se discute a injúria e a calúnia considerados aqui como delitos contra a integridade moral. A injúria acontece quando se realiza imputações desonrosas contra alguém ferindo sua dignidade, menosprezando sua capacidade, ou mesmo, comparações que denigrem a imagem do outro ou realizam julgamento de menos valia. A calúnia ocorre quando se impõe ao outro uma falsa conduta.

Discute-se nesse item o direito de petição que assegura a qualquer cidadão o direito de apresentar petições respeitadas às autoridades que dizem respeito tanto ao interesse pessoal quanto geral, assim como prevê o direito de resolução do pedido.

A ação de tutela garante ao cidadão o direito de proteção imediata de seus direitos fundamentais livre de toda e qualquer omissão de qualquer autoridade pública.

Na **“Conclusão”** argumenta sobre o cuidado e a importância da ponderação por parte das autoridades envolvidas a fim de assegurar ao cidadão seus direitos, cada caso deve ser analisado de maneira criteriosa e particular.

Leitura crítica:

O artigo trabalha com o conceito de intimidade e esta faz parte da vida privada.

O argumento defendido no artigo é dar destaque e importância aos direitos fundamentais.

A intimidade é tida como um direito e está associada a vida privada do cidadão colombiano como tudo o que diz respeito a própria pessoa, a sua família, ao social e ao seu trabalho.

Nota-se que estes direitos fundamentais estão centrados no direito do indivíduo dentro de uma visão moderna.

Nesse artigo a intimidade ocorre entre o cidadão colombiano e sua relação consigo mesmo, sua família, seu trabalho e o social que o circunda.

O local onde se encontra a intimidade neste artigo está na casa, no trabalho e nos locais de sua agremiação.

O artigo não leva em conta a questão de gênero e reafirma uma hegemonia do masculino ao não diferenciar e citar a mulher.

O artigo se insere neste estudo na categoria **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 22

Um novo olhar sobre o direito à **privacidade**: caso Snowden e pós-modernidade jurídica.

Pilati, J. I., & Olivo, M. V. C. de.

Este artigo foi publicado na revista Sequência em 2014, os autores são o Professor Dr. José Isaac Pilati, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, e Mikhail Vieira Cancelier de Olivo, na época, doutorando em Direito pela mesma faculdade.

Trata-se de um estudo sobre as novas formas de violação ao direito de privacidade diante das inovações tecnológicas, e toma como base da discussão o caso Snowden que revelou informações da Agência de Segurança Nacional norte-americana.

O artigo está dividido em “Introdução”, “O Caso Snowden”, “Um Direito em Movimento: da garantia de isolamento ao controle de informações”, “Uma Nova Possibilidade: direito fundamental, humano, de personalidade e coletivo”, “Outros Aspectos da Discussão”, “Conclusão”.

Na “**Introdução**” faz uma reflexão sobre a influência da inovação tecnológica na sociedade contemporânea. As câmeras de segurança das lojas e dos bancos agora estão nas ruas, os *drones* ocupam o espaço, banco de dados informatizados, esses aparatos tecnológicos produzem informações de todas as pessoas e empresas sem discriminação ou motivo. Em nome do combate ao terrorismo, desde o ocorrido em 11 de setembro de 2001, em defesa da Segurança Nacional passaram a justificar atitudes que atingem diretamente os direitos fundamentais como a vida, a liberdade e a privacidade.

A importância de tecnologias de coleta de dados é inquestionável para o avanço da sociedade tanto em sua organização quanto na questão da segurança. No entanto, segundo os autores carece de equilíbrio, a constante quebra da privacidade nos mais variados meios tornou-se frequente ainda que nem sempre seja percebida.

Em 2013 o jornal *The Guardian* publicou o vazamento de informações da Agência de Segurança Nacional norte-americana. Edward Snowden, ex-funcionário da NSA, entregou documentos ao jornalista Glenn Greenwald que comprovam uma rede de programas nacionais e internacionais de coleta de dados em massa. A partir do ocorrido, se faz necessário um debate sobre os limites da invasão da privacidade, sendo este o objetivo do artigo.

No tópico “**O Caso Snowden**” apresenta um breve histórico sobre a carreira profissional de Snowden que trabalhou como assistente técnico na Central de Inteligência Americana (CIA) e em 2013 assumiu um posto numa empresa no Havaí ligada a Agência norte-americana. Durante esse período no Havaí fez *download* de documentos secretos de atividades de inteligência dos Estados Unidos e de parceiros internacionais. Com esses dados em mãos, solicitou férias do trabalho e seguiu viagem para Hong Kong onde se encontrou com o jornalista Greenwald e a cineasta Laura Poitras responsáveis pela elaboração das entrevistas e imagens posteriormente divulgadas no jornal *The Guardian* e no *The Washington Post*.

Quando a notícia foi divulgada o governo norte-americano acusou o Snowden de espionagem e revogou seu passaporte. O ex-funcionário viajou para Moscou na Rússia e “morou” no aeroporto por um mês, aguardando resposta de aproximadamente 20 países para um possível asilo político. A Rússia concedeu um aceite temporário e é onde passou morar.

O conteúdo da entrevista revelou que a NSA monitora milhões de telefones e dados de usuários *on line* nos Estados Unidos e em países estrangeiros. Empresas como *Google*, *Facebook* e *Apple* tiveram monitoramento de um programa de espionagem chamado de *Prism 14* que permite explorar diversas informações como histórico da *internet*, conteúdo de *e-mails*, transferência de arquivos e *chats*.

O Brasil teve cerca de 2,3 bilhões de telefonemas e mensagens de *e-mails* espionados. A ex-presidente Dilma Rousseff e a Chanceler alemã Angela Merkel também tiveram seus telefones e *e-mails* violados.

O governo americano reconheceu o fato, mas argumentou em sua defesa que os dados coletados eram metadados (em inglês *metadada*) e não o conteúdo da informação, ou seja, sabia-se a data e hora de um telefonema, mas não o teor da conversa, o mesmo argumento não se sustenta no caso de *e-mails*. Ainda sob a alegação de combate ao terrorismo, a NSA alegou tratar-se de uma questão de segurança nacional e que se tivessem acesso a esses dados antes do fatídico “11 de Setembro” essa tragédia poderia ter sido evitada.

A Presidente da Comissão de Inteligência do Senado americano declarou que o programa de coleta massiva de informações telefônicas não poderia ser considerado como uma forma de vigilância do cidadão pela própria falta de conhecimento do conteúdo da conversa, pois só se tinha acesso ao número do telefone, chamadas realizadas, recebidas e duração das mesmas. Esse argumento não foi suficiente para eximir a responsabilidade da violação de dados, tal atitude ultrapassa os limites previstos pelo Congresso e as informações coletadas são pessoais e ajudam na construção de um perfil detalhado das pessoas monitoradas.

No tópico “**Um Direito em Movimento: da garantia de isolamento ao controle de informações**” apresenta diferentes pontos de vista e destaca que não existe um senso comum sobre a diferenciação entre intimidade e privacidade.

Segundo Mendes e Branco (2012):

O direito à privacidade teria por objeto os comportamentos e acontecimentos atinentes aos relacionamentos pessoais em geral, às relações comerciais e profissionais que o indivíduo não deseja que se espalhem ao conhecimento público. O objeto do direito à intimidade seriam as conversações e os episódios ainda mais íntimos, envolvendo relações familiares e amizades mais próximas. (Mendes & Branco, 2012, p. 318)

Costa Junior (1995, p.36) considera que a intimidade é uma “espécie de gênero” da privacidade. Entretanto, Giannotti (1987, p. 8, 59, 79) não diferencia intimidade e privacidade, mas as consideram como parte do direito da personalidade pela própria condição humana.

Celso Lafer (1988, p. 239) define como direito à intimidade “. . . direito do indivíduo de estar só e a possibilidade que deve ter toda pessoa de excluir do conhecimento de terceiros aquilo que a ela só se refere, e que diz respeito ao seu modo de ser no âmbito da vida privada”.

Serpa (1994) define o direito à privacidade como:

. . . um modo específico de vivência pessoal, isolada, numa esfera reservada, consoante escolha espontânea do interessado, primordialmente dentre do grupo familiar efetivo, ou com maior insulamento, mas sempre sem uma notória forma de participação de terceiros, seja pelo resguardo contra a ingerência ou molestamento malévolo alheio, seja pela utilização da faculdade que se lhe é atribuída para razoável exclusão do conhecimento público, de dados, ações, ideias e emoções que lhe são peculiares. (Serpa, 1994, p. 173)

A expressão “direito ao respeito à vida privada” foi utilizada por Szaniawski (1999) como:

. . . uma tipificação dos direitos de personalidade, um direito subjetivo que consiste no poder de toda a pessoa assegurar a proteção dos interesses extrapatrimoniais, de impedir a intrusão, a divulgação e a investigação, na sua vida privada, garantindo a paz, a liberdade da vida pessoal e familiar, criando o dever jurídico em relação a terceiros, de não se imiscuírem na vida privada alheia. (Szaniawski, 1999, p. 153)

Segundo José Afonso da Silva (2009):

Toma-se, pois, a privacidade como o conjunto de informações acerca do indivíduo que ele pode decidir manter sob seu exclusivo controle, ou comunicar, decidindo a quem, quando, onde e em que condições, sem a isso poder ser legalmente sujeito. A esfera de inviolabilidade, assim, é ampla, abrange o modo de vida doméstico, nas relações familiares e afetivas em geral, fatos, hábitos, local, nome, imagem, pensamentos, segredos e, bem assim, as origens e planos futuros do indivíduo. (Silva, 2009, p. 206)

Uma observação importante segundo os autores do artigo diz respeito às características inerentes a privacidade, na medida em que esse é um direito que está sujeito as mudanças do comportamento social, das novas tecnologias e das políticas governamentais aplicadas.

Danilo Doneda (2000) argumenta:

A utilização de dados pessoais, em especial dos chamados dados “sensíveis” – histórico clínico, orientação religiosa, política e sexual, histórico trabalhista e outros – em bancos de dados informatizados tornou possível a descoberta de aspectos relevantíssimos da intimidade dos cidadãos. Esta possibilidade cresce muito mais quando são utilizados os bancos de dados cruzados, ou seja, ao serem relacionadas informações de diversos bancos de dados. Tal uso pode ter como objetivo o controle social operado por um Estado ou organizações totalitárias, ou mesmo fornecer indicativos de um futuro comportamento para um comerciante ou para um provável empregador. (Doneda, 2000, p. 6)

Doneda (2000) enfatiza que o acesso a essas informações acima citadas, representa um atentado à privacidade, destaca a necessidade de ações em prol da proteção da privacidade (Ardenghi, 2012, p. 238).

No tópico **“Uma Nova Possibilidade: direito fundamental, humano, de personalidade e coletivo”** a privacidade é considerada como um direito da personalidade humana e, portanto, merecedora de proteção jurídica (Schreiber, 2013) independentemente de qualquer outra variável.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o direito à privacidade considerando-a como um direito fundamental e inviolável, Sidney Guerra (2006) argumenta que:

. . . o constituinte preocupou-se em assegurar a inviolabilidade da intimidade e da vida privada – o primeiro rejeita qualquer espécie de interferência, quer pública quer privada, enquanto que o segundo rechaça a interferência do conhecimento público – pelo fato de tais direitos estarem sendo ameaçados, com bastante frequência, por investigações e divulgações ilegítimas, realizadas por aparelhos registradores de imagem, sons e dados, infinitamente sensíveis aos olhos e ouvidos. (Guerra, 2006, p. 6-7)

O direito de personalidade inclui não só a privacidade, mas também a honra e a imagem, “prevendo-o no artigo 21, o qual define como inviolável a vida privada da pessoa natural” (p. 291).

Schreiber (2013) defende a ideia de que o direito à privacidade é um exemplo da ciência jurídica contemporânea, e que une na Constituição as esferas entre o direito público e o privado.

A privacidade aparece na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) em seu artigo 12 estabelece que “Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataque à sua honra e reputação”; assim como, no “Pacto da

Organização das Nações Unidas sobre os Direitos Civis e Políticos (artigo 17); na Convenção Americana de 1969 sobre os Direitos do Homem (artigo 11); e na Convenção Europeia de 1950 sobre os Direitos do Homem (artigo 8). (p. 292)

Neste sentido, segundo Mazur (2012, p. 34-35), a privacidade pode ser considerada como um **direito universal, perpétuo** na medida em que vai do nascimento à morte da pessoa, **inato** em relação à pessoa e **indisponível** pois não se separa do sujeito.

Nesta parte os autores do artigo oferecem uma importante discussão e mudança no conceito de privacidade na Modernidade, até então considerado como um direito do indivíduo. Pensar sobre o direito de privacidade implica uma discussão entre o que é público e o que se considera privado, no entanto, fundamentando-se na teoria da pós-modernidade jurídica como defende Pilati (2011, 2013), consideramos a privacidade como um bem coletivo, ou seja, a titularidade desse direito passa a incluir a sociedade como um todo. Dito de outra maneira, a Sociedade passa a ser sujeito de direitos e de bens coletivos, Pilati (2011, 2013) propõe um terceiro elemento nas discussões sobre direitos e bens: públicos, privados e coletivos.

Nas palavras dos autores do artigo:

O reposicionamento do coletivo enquanto instância autônoma da Sociedade autoriza novas formas de tutela e exercício do direito à privacidade, reconhecendo a importância do processo legal participativo. O indivíduo recebe *status* de condômino da privacidade – enquanto Bem – e passa a ser, ao lado da Sociedade, cotitular nesse processo (Pilati & Olivo, 2014). O privado deixa, assim, a circunscrição privada, tradicional, e transborda para o coletivo. (Pilati & Olivo, 2014, p. 293)

No tópico “**Outros Aspectos da Discussão**” destaca-se o valor que a informação tem atualmente em nossa sociedade. A facilidade da divulgação de dados pessoais promovida pelo avanço tecnológico expõe a intimidade das pessoas e instituições de maneira ilimitada. A privacidade do indivíduo está constantemente sujeita as alterações do ambiente em que se vive, seja este físico, cultural ou psicológico.

Segundo Bauman (2013) vivemos numa sociedade confessional:

. . . vive-se uma sociedade confessional, e o que era impensável após a construção, pela modernidade, da noção de privacidade, está sendo, literalmente, assistido por todos na atualidade. Invoca-se a intimidade e, simultaneamente, ela é apresentada, espontaneamente, para milhões de pessoas. . . . [o autor ainda define que:] o advento da sociedade confessional sinalizou o derradeiro triunfo da privacidade, essa distinta invenção moderna – embora também o início de sua vertiginosa queda dos píncaros de sua glória. (Bauman, 2013, p. 108)

Finalizam este tópico com a reflexão de que independente dos motivos que levaram Snowden a divulgar seu conhecimento, essa atitude trouxe a pauta uma discussão por parte da sociedade a exigir explicações por parte do governo dos USA sobre tal violação e suas implicações.

Na “**Conclusão**” os autores equiparam a vida *on-line* com a rotina *off-line*, dito de outra maneira, não existe distanciamento entre a esfera real e a virtual. Transações bancárias, comerciais e sociais alimentam os bancos de dados informatizados, informações essas de fácil acesso sem qualquer tipo de autorização prévia.

O artigo faz uma citação de Vieira (2007):

Na área denominada segurança da informação, diz-se que as informações sigilosas, dentre as quais os dados pessoais, só podem ser acessados por quem tenha necessidade de conhecer tais informações para o exercício de cargo, função, emprego ou atividade. Trata-se de uma norma fundamental, conhecida na doutrina norte-americana como *need to know*. Podem-se, então, identificar pelo menos três princípios que devem nortear o poder público nas atividades relacionadas à gestão de dados pessoais: da proporcionalidade da quantidade e qualidade dos dados

coletados aos fins perseguidos; do acesso restrito a pessoas que tenham necessidade de conhecer; e da preservação da segurança em todas as fases do tratamento da informação. (Vieira, 2007, p. 208)

Argumentam os autores que a preservação da segurança como apontada por Vieira (2007) nem sempre é possível.

Uma ação importante no Brasil realizada em São Paulo em 2014 no evento NETmundial pela então Presidente Dilma Rousseff foi a aprovação do Marco Civil da Internet sancionado de forma simbólica.

Finalizam o artigo esclarecendo que o desenvolvimento tecnológico exige uma mudança paradigmática na política e no sistema judiciário do mundo todo, e que o direito à privacidade agora é uma questão entre Estado – Indivíduo – Sociedade. O artigo como um todo é um convite à construção de uma teoria pós-moderna do Direito.

Leitura crítica:

A relação entre privacidade e intimidade para alguns estudiosos é uma discussão centrada nos direitos do indivíduo, portanto, nos levam ao questionamento do que é público diferenciando-o do privado. Esta é uma visão Moderna desses conceitos que ainda assim diferem entre os autores. Alguns consideram a privacidade como um direito fundamental e referente a acontecimentos pessoais, relações comerciais e profissionais do indivíduo; já a intimidade é tida como um aspecto mais íntimo que envolve relações familiares e amizades mais próximas (Mendes & Branco, 2012; Serpa, 1994).

Outros autores consideram a intimidade como um gênero da privacidade (Costa Junior, 1995), há também os que não diferenciam intimidade de privacidade, muitas vezes articulados como sinônimos e que fazem parte do direito da personalidade (Giannotti, 1987; Szaniawski, 1999). A intimidade também foi definida como o direito de estar só e a tudo que diz respeito a sua vida privada (Lafer, 1988; Silva, 2009).

Importante destacar que a privacidade como apresentada neste artigo está sujeita as mudanças no comportamento social, nas políticas governamentais e principalmente nas novas tecnologias.

O argumento defendido neste artigo é que a questão do direito à privacidade, nos dias atuais, carece de uma mudança paradigmática pós-moderna que quebra a hegemonia de uma discussão sobre direitos individuais e passa para um redirecionamento ao incluir na discussão o eixo Estado - indivíduo – sociedade (coletividade).

A relação de intimidade neste artigo aparece na discussão sobre os direitos do cidadão, do Estado e da sociedade.

O local que se discute intimidade apresentado aqui é na esfera jurídica.

Concordamos com os autores do artigo ao considerarem as características da privacidade, como um direito sujeito as mudanças do comportamento social, as novas tecnologias e as políticas governamentais. Assim como, na perspectiva individual a vida privada é profundamente invadida principalmente pelos avanços tecnológicos e programas de levantamento de dados pessoais que “vendem” a facilidade e a agilidade e ao mesmo tempo controlam e vigiam o cidadão e as nações.

Este artigo se insere na categoria **Direitos**.

APÊNDICE C.2 - Artigos classificados como Direito à Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 26

A pena como arma: trabalho, **intimidade** e rotina nas cartas dos policiais paulistas (1870-1915).

Rosemberg, A.

Andre Rosemberg é doutor em História Social e Pesquisador do Observatório da Segurança Pública do campus de Marília da Universidade Estadual Paulista.

Este artigo discorre sobre as cartas de policiais presos enviadas para seus respectivos superiores entre os anos de 1870 e 1915. Foi publicado na revista Estudos de História em 2016 e está dividido em: “Introdução”, “Motivos”, “Queixas e Reclamações”, “Pedidos de Baixa”, “Policiais da Prisão”, e “Considerações Finais”.

Na “**Introdução**” destaca o objetivo da análise das cartas que passa tanto pela perspectiva da escrita de si, quanto pela da história biográfica. Justifica a escolha das cartas por serem consideradas aqui como um veículo de interlocução entre o indivíduo e sua família e a instituição. O ato de escrever cartas é um exercício de valorização do indivíduo num determinado contexto, onde as reflexões em primeira pessoa revelam seu posicionamento no mundo e nas suas relações.

Neste caso, a carta significa a afirmação do sujeito diante da instituição com o objetivo de obter algum tipo de negociação da burocracia a seu favor. Os desafios dos policiais são inúmeros pela baixa instrução escolar, dificuldades na escrita e na ortografia, e o esforço de melhorar a caligrafia, e ainda assim expressar um raciocínio persuasivo com bons argumentos a seu favor.

No tópico “**Motivos**” a pesquisa identificou quatro categorias para classificar os pedidos e demandas dos policiais: queixas e reclamos contra superiores diretos, pedidos de transferência, pedidos de baixa ou de licença e pedidos de perdão. As cartas podem representar um indivíduo, uma família, um anônimo ou como um modelo de abaixo-assinado.

As queixas e reclamações contra superiores diretos eram uma tentativa de contornar abusos e injustiças pelos comandantes imediatos, como denúncia de roubo dos cofres públicos, má conduta, embriaguez e maus tratos de policiais, abuso de autoridade nas investidas de assédio contra mulheres de policiais em prol de evitar perseguições contra o preso.

Os pedidos de transferência eram o pedido de uma mãe idosa para que o filho seja transferido para o interior facilitando sua visita e pedido de um preso para sua transferência em local mais próximo da família.

Pedidos de baixa e de perdão passavam por motivo de doença, algumas vezes sem especificar o motivo, fim do prazo de engajamento que era de 4 anos para a função, pela apresentação de substituto idôneo, histórico médico, desabono de conduta e troca de favores em nome de amizade antiga.

No tópico “**Policiais na prisão**” se discute a severidade do regulamento disciplinar ou certa perseguição dos chefes que decidiam com rigor pela carceragem. Nestes casos os presos imploravam pela revisão do caso e alívio da pena, alegando injustiça no ato prisional e abuso de autoridade.

Nas “**Considerações finais**” argumenta que as cartas representaram um atalho no percurso normativo e na distância física que separam o comando de base, o policial preso e seu ofício. Elas representam uma memória resistente ao esquecimento, e ao mesmo tempo deflagram a vulnerabilidade da

instituição que envolve a polícia ao revelarem seus desvios de função e abusos de autoridade. O autor utiliza o termo “intimidade embuçada” para se referir ao que as cartas revelam da vida desses policiais-trabalhadores.

Leitura crítica:

A privacidade aparece no artigo referindo-se a vida privada do policial exposta no conteúdo das cartas.

A intimidade aqui assume o sentido de exposição da vida privada do policial preso no uso como recurso e direito para seu benefício. Ato de compartilhar a história pessoal e os desafios vivenciados.

O argumento defendido pelo autor é que as cartas ao revelarem a intimidade da vida privada do policial ajudaram na negociação de benefícios de uma pena, tanto quanto, revelam a vulnerabilidade da instituição policial.

A intimidade se dá na relação entre policial e seu endereçado os chefes superiores.

O local da intimidade são as cartas.

A categoria classificada deste artigo para este estudo foi **Direitos**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 1

Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência.

Batista, A. S., & Araujo, A. B.

Este artigo foi publicado na revista Sociedade e Estado em 2011, e suas autoras são Analía Soria Batista, doutora em Sociologia, professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, e Anna Bárbara Araújo na época aluna do curso em Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Trata-se de um estudo sobre o cuidado de pessoas idosas em instituições de longa permanência e a “mercantilização da vida íntima”.

O artigo foi dividido em “Introdução”, “Proposta Analítica para o estudo do trabalho de cuidado”, “Métodos de Pesquisa”, “Resultados da Pesquisa e Discussão”, “Considerações Finais”.

Na “**Introdução**” define a “mercantilização da vida íntima” (Hoschschaild, 2008) como a troca de salário pelo cuidado de pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência. O estudo foi realizado em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Distrito Federal e teve como foco as práticas afetivas e morais do trabalho de cuidado. As ILPIs são residências coletivas para pessoas que necessitem de cuidados especiais ou prolongados, e para idosos em situação de carência financeira.

O cuidado de idosos na família ou como as autoras denominaram “intimidade familiar” era atribuído aos mais jovens e dentre esses ficava a cargo das mulheres, essa responsabilidade naturalizada como proteção pelos familiares nunca foi considerada como um trabalho.

Nas palavras das autoras:

A separação entre as esferas privada e pública resultou em que as relações de poder e econômicas fossem atribuídas apenas ao espaço público (cf. Moller Okin, 2008), contribuindo, desse modo, para a compreensão das dinâmicas familiares como “isentas”, em outras palavras, invisibilizou os efeitos políticos e econômicos da dinâmica sexuada de reciprocidades e solidariedades familiares, no marco da qual podem ser compreendidas as disposições afetivas e morais das mulheres para o cuidado. (Batista & Araújo, 2011, p.176)

Na medida em que o espaço público era o lugar das trocas econômicas e de poder era também o espaço ocupado por homens, assim como, a casa lugar privado e espaço da mulher e do cuidado, um marco na desigualdade de gênero.

As mudanças sociais, econômicas e a desarticulação do Estado de Bem-Estar Social contribuíram para alterações da ordem social e a quebra do mito em torno da família (Bauman, 2001, 2004; Beck 2006), considerada até então como núcleo de amor, proteção e cuidado dos vulneráveis. A insegurança dos novos tempos influenciou as condições de vida, os meios de subsistência, e os vínculos familiares; a incerteza do presente e do futuro abalaram também a noção de proteção do próprio corpo, das pessoas e relações.

Mediante tais transformações as relações familiares sofreram impacto na questão da reciprocidade e solidariedade, filhas ou filhos não cuidam de seus pais, netas não cuidarão de seus avós, e os avós também não cuidarão de seus netos. A existência desse vazio na questão do cuidado abriu espaço para o mercado de trabalho e outras instituições, o cuidado passa a ter valor econômico ao mesmo tempo em que é uma mercadoria. Dito de outra maneira, surge um outro cenário a mercantilização da intimidade.

A intimidade é tida neste artigo como uma construção cotidiana nas interações entre as pessoas cuidadas e as cuidadoras. Esse cuidado fruto dessa interação nas instituições é uma mercadoria e como tal exige uma troca financeira. No entanto, essa função tem baixa remuneração financeira e muitas vezes condições precárias de trabalho.

Essa habilidade no trabalho o “*savoir-faire* do íntimo” agora transformada em mercadoria é naturalmente e historicamente relacionada com as mulheres, um tipo de trabalho especializado e muitas vezes relacionado com práticas de enfermagem.

O perfil da profissional que cuida de pessoas idosas nas instituições no Brasil de maneira geral é de baixa renda, propensa a violência e que precisa ser vigiada; ou uma profissional de enfermagem competente, mas pouco afetiva. Esse tipo de trabalho envolve o cuidado de pessoas idosas, assim como a relação com seus familiares, e as rotinas diárias de higiene, tratamento de saúde, alimentação e escuta afetiva.

No tópico “**Proposta Analítica para o estudo do trabalho de cuidado**” se discute as condições sociais da ação de cuidado. Essas ações são reguladas pelas normas de um contrato de trabalho que implica em direitos trabalhistas e obrigações da cuidadora, métodos e protocolos nas atividades diárias dessa assistência, assim como, pelo Estatuto do Idoso que preserva o direito das pessoas mais velhas.

O trabalho diário da cuidadora à pessoa idosa requer esperteza técnica para lidar com pessoas que possuem limitação física, os cuidados diários de higiene, alimentação e administração da medicação exige da cuidadora discrição, tato, consideração pelo outro e compaixão. Esse *savoir-faire* do íntimo é complexo pelas diversas atividades diárias envolvidas, e ao mesmo tempo um processo que se adquire com o tempo nessa prática social e na socialização com os demais familiares.

No entanto, as disposições afetivas das cuidadoras podem expressar amor, paciência, piedade, mas também podem instigar ressentimento, ódio, inveja, violência psíquica e até física. Dito de outra maneira, o trabalho mercantilizado de cuidado de pessoas idosas pode manifestar senso de responsabilidade, sacrifício e dever da cuidadora, tanto quanto, indiferença e irresponsabilidade com relação a pessoa idosa.

No tópico “**Métodos de Pesquisa**” descreve a pesquisa realizada no Distrito Federal e está baseada em etnografias, observação participante, entrevistas com as cuidadoras, pessoas idosas e dirigentes de duas ILPIs. Foram realizadas 50 entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas e a partir disso análise de conteúdo.

Em “**Resultados da Pesquisa e Discussão**” discute a precarização dos vínculos familiares e a institucionalização da pessoa idosa. Segundo as autoras, a internação de idosos por vontade própria ou imposição da família, na maioria das vezes transparece a precarização dos vínculos familiares. Bauman (2001) escreve sobre a ruptura da reciprocidade e solidariedade na família, muitas vezes resultado de julgamentos de ações do passado ou justificativas para a internação dos idosos, e que demonstra uma quebra do mito no cuidado de pessoas dentro da família.

Na maioria dos casos pesquisados as pessoas idosas internadas foram levadas pelos familiares contra a sua vontade, em seguida aquelas que foram convencidas pela família a permanecerem e em menor número as que vieram por vontade própria.

Do ponto de vista dos dirigentes das instituições e dos familiares as justificativas para a institucionalização decorrem de dificuldades de convivência com os netos, limitações do cuidado nas casas,

falta de espaço adequado, intensas jornadas de trabalho. O discurso da instituição é voltado para a minimização da culpa dos familiares.

Não existe um padrão quanto a construção dessas instituições, na grande maioria são espaços amplos que foram adaptados para essa função, um tipo diferenciado são as vilas que estimulam a vida comunitária e reproduzem a vida em família.

Outro dado interessante diz respeito a diferença de perfil das instituições, as que acolhem pessoas com limitações físicas, o cuidado se refere a questão medicamentosa, aquelas que acolhem pessoas sem essas dificuldades, o cuidado é direcionado para a administração de conflitos com os familiares e a pessoa idosa.

Quanto ao perfil dos funcionários dessas instituições a maioria são mulheres entre 25 e 50 anos, casadas com pelo menos 2 filhos, elas têm experiência da própria família para cuidarem de idosos, tem nível de escolaridade médio ou fundamental, sua renda mensal são de R\$ 510,00 e a renda familiar não ultrapassa em média R\$ 1.000,00.

Nas ILPIs existe uma “prescrição institucional da intimidade” regulamentada por horários impostos tanto no tocante a higiene pessoal quanto a alimentação independente do desejo do idoso, as rotinas cotidianas são construídas a partir da necessidade da instituição, qualquer manifestação de desejo sexual da parte dos idosos é inibida pelas cuidadoras, os corpos dos idosos são considerados sem beleza, saúde, vigor e autonomia, esse cotidiano configura-se como uma forma de mortificação do eu (Goffman,2003).

As autoras destacam dois tipos de trabalhos no cuidado de idosos, aquele que é visível como cuidado de higiene, alimentação, ou mesmo oferecer alguma medicação, e o trabalho invisível que diz respeito aos afetos e a moralidade recriadas a partir das práticas no cotidiano. Neste sentido, o trabalho de cuidado nas ILPIs é produto do conflito advindo entre a instrumentalidade do trabalho e a disponibilidade das cuidadoras, essa tensão interfere diretamente na afetividade das cuidadoras.

Outro aspecto interessante da pesquisa diz respeito criação de determinadas práticas afetivas e morais que estabelecem relações assimétricas entre quem cuida e quem é cuidado, promovendo equilíbrios e desequilíbrios nas relações de poder. Destacam-se quatro tipos de estratégia a paciência, o fingimento, o medo e a infantilização do idoso no trabalho institucionalizado de cuidado.

A categoria paciência sugere que para as cuidadoras as pessoas idosas são como crianças e vítimas. Crianças ao manifestarem comportamentos de birras e rebeldias, e vítimas em função de seu sofrimento físico e psíquico, as pessoas idosas são ao mesmo tempo consideradas desprotegidas e vitimadas. Os idosos também agredem as cuidadoras e essas as consideram como inferiores, tentam se controlar e se exigem paciência.

Outra categoria diz respeito a arte de fingir ao tentar ser o mais natural possível diante das deformidades dos corpos de idosos, dos odores ruins na rotina de trabalho, no ouvir suas histórias repetitivas, na luta para retardar situações de dependência ancoradas na crença de que “o idoso não pode se entregar” em que se traçam estratégias afetivas e pontuais incentivando o idoso a realizar pequenas tarefas como apoiar a pessoa para se levantar da cama e não levanta-la, ou mesmo inventar justificativas para a ausência dos familiares. Estratégias estas que confirmam a superioridade da cuidadora em relação a pessoa idosa.

O medo da cuidadora e a infantilização do idoso são desafios constantes na rotina de cuidados de pessoas idosas. Muitas vezes a cuidadora se preocupa com possíveis consequências advindas de algum desentendimento do dia a dia na relação com o idoso, receio de que sua pressão arterial se eleve, medo de infarto, acidente vascular cerebral e até mesmo a deterioração da mente.

Na intimidade do íntimo que diz respeito a atividades em que se toca no corpo do idoso como a troca de fraldas, roupa e banho, uma das estratégias das cuidadoras é infantilizar o idoso, considera-lo como uma criança evita sentimentos de mútuo embaraço (Goffman, 1956).

Nas “**Considerações finais**” reafirma a quebra do mito de cuidado de pessoas idosas pela família, a partir das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da Modernidade Líquida, dando espaço para a mercantilização da intimidade. Esse trabalho de cuidado continua em sua maioria refletindo uma atividade de mulheres, o *habitus feminino* de cuidado.

Leitura crítica:

A privacidade é considerada neste artigo como espaço privado e o local privilegiado para isso é a casa, a intimidade ocorre entre as pessoas da família “intimidade familiar”, mas também acontece nas instituições de longa permanência para idosos.

O argumento defendido neste artigo é que na Modernidade Líquida a partir das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas passou a existir a quebra do mito em relação ao cuidado de idosos pela família e a partir disso uma nova noção de cuidado como mercadoria que inaugura a era da mercantilização da intimidade.

A intimidade é definida como relações em família. No artigo também é considerada como uma construção cotidiana nas interações entre as pessoas cuidadas e as cuidadoras, é tida também como mercadoria na medida em que ocorre a mercantilização da intimidade.

A intimidade aparece no artigo entre as pessoas da família, na relação entre cuidadoras e pessoas cuidadas.

O local em que a intimidade aparece é a casa, espaço privado. Outro local em que aparece a intimidade são as instituições de longa permanência.

Este artigo se insere na categoria **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 3

A **intimidade** e a busca de encontros reais no teatro.

Carreira, A.

Este artigo foi publicado na Revista Brasileira de Estudos da Presença em 2011, e seu autor é André Carreira, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Trata-se de um estudo sobre a intimidade no teatro contemporâneo e o papel do espectador numa cena que valoriza o pessoal e o autobiográfico. O artigo não foi dividido em seções.

Inicia o texto descrevendo o “teatro verdade” no qual uma cena discute os limites entre o público e o privado, espetáculos ou performances em que o medo, o perverso, a solidariedade, as histórias íntimas e até o ato de desnudamento estão em foco. Dito de outra maneira, são cenas que nos levam a experimentar como material dramaturgico a intimidade do ator e revelam códigos entre o real e a ficção.

Algumas das várias perguntas que nortearam o artigo: “Por que essa busca do íntimo, do quase confessional no teatro? O que buscam os artistas ao oferecer à audiência segredos pessoais nesse território no qual sempre se está frágil?” (p. 332)

O autor do artigo argumenta que questões como estas poderiam ser propostas para os participantes de *realities shows*, mas escreve que a resposta nesse caso é mais fácil, pois são situações mediadas pela fama e possibilidade de ganho financeiro.

De certa maneira o autor do artigo faz uma diferenciação entre as intenções de alguém que entra num realities shows para obter fama e dinheiro e um ator que encena o teatro verdade, mas não esclarece a diferença, de certa maneira um ator que expõe sua intimidade também pode ter esse mesmo objetivo.

O artigo apresenta mais perguntas “este tipo de teatro seria um capricho de estilo ou um projeto estético definido como uma estratégia de mercado? Ou ainda, uma resposta a um tempo sem segredos? Ou, . . . será uma prática característica da pós-modernidade?” (p. 333).

O teatro verdade envolve três tipos de ações a “representação da realidade, a compreensão do real, e a intervenção sobre o real” (p. 334), nesse tipo de ação o espectador é um sujeito ativo.

A partir dos anos 80 surge um novo momento do teatro a aproximação do pessoal e o público, sobretudo pela perda de lugares políticos que fez do teatro um contexto propício para atender a necessidade de autoexpressão como posicionamento político. A consequência desse movimento marcou uma aproximação entre o público com o privado e elevou o teatro a uma experiência pessoal.

Segundo Sánchez (2007), essas mudanças são resultado de uma busca pela recuperação da intersubjetividade, na atuação a partir do real e dentro dele se tenta reorganizar as identidades; a arte virou palco de confissão. Neste sentido, o teatro continua com sua função preservada de ação transformadora, mas para além de mercadoria e entretenimento, agora como ferramenta política.

Nesta parte do artigo, o autor evidencia a diferenciação do teatro como mercadoria e entretenimento, do teatro real como ação política.

É na tensão entre o público e o privado que surge a “experiência imediata” agora principal aspecto da cena e nesta o elemento corpo tem destaque. Vivemos um tempo de incertezas e de mudanças de

paradigmas em que a hipervalorização do pessoal entra em cena valorizando o lugar político do corpo que é mortal e tem duração limitada, esse é o mais longo prazo dos tempos atuais (Bauman, 2000).

No teatro da pós-modernidade a presença do público não é apenas como um espectador, mas sim um cúmplice do processo de enunciação da cena.

O teatro do real é um espetáculo para um público pequeno e que está interessado em experiências. Nesse tipo de arte o elemento autobiográfico é imprescindível, “a vida real realizando a arte” (p. 339).

O papel do espectador é o de testemunha ativa na produção de sentidos a partir do processo criativo na relação entre ator e seu público. Absolutamente tudo o que ocorrer durante a cena compromete o ator e o público, ambos são “sócios” na produção de sentidos, ou seja, a intimidade faz do espectador participante da experiência cênica.

Ao longo do artigo o autor se esforça para diferenciar o teatro de entretenimento que mercantiliza a intimidade e o que faz dela uma ação política, apesar dos esforços o que prevalece em nosso olhar é que o teatro do real também sobrevive da mercantilização da intimidade.

Leitura crítica:

A privacidade no teatro real é para ser compartilhada, e a intimidade acontece na relação dessa exposição com o público.

O argumento defendido no artigo é que o teatro da Pós-Modernidade extrapola a espetacularização e o valor de mercado que faz da exposição da intimidade um ato político.

Define intimidade como a exposição da privacidade do ator ou atora para o público.

A intimidade que aparece neste artigo é entre o ator e seu público.

O local em que ocorre essa intimidade é o palco do teatro.

A categoria deste artigo é **“exposição e mercantilização da intimidade”**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 10

El voyeurismo virtual: Aportes a un estudio de la **intimidad**.

Dagatti, M.

Este artigo foi publicado na revista Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos, em 2012 e o autor, Mariano Dagatti, é professor da área de Comunicação e Semiótica na Universidade de Buenos Aires.

Trata-se de um estudo sobre o voyeurismo virtual a partir da obra intitulada como “Intimidad”¹⁹ (2005) de Leonardo Solaas premiada na exposição Arte e novas tecnologias, o objetivo foi analisar a relação entre a arte digital e o corpo.

O artigo foi dividido em “Introducción”, “Arte y técnica: el agenciamiento”, “Voyerismo virtual”, “Secreteres virtuales”, “De la imperfección a la eficacia”, “Qué pasa con el cuerpo?”, e “La canicería virtual”.

Na “**Introducción**” discute sobre a importância dada à visibilidade na contemporaneidade em que não existe nada na sombra, tudo ao nosso redor precisa de luz a vida do nosso vizinho, a copulação dos insetos, as bombas no Iraque. Nomeou este momento como ocularcentrismo o foco na cultura visual sem limites ou censura.

Apresenta o objeto deste artigo a obra intitulada como “Intimidad” (2005), do artista Leonardo Solaas, exibida na mostra “Arte y nuevas tecnologías”. Esta obra é uma imagem digital de uma árvore de pastas do disco C do computador do artista, são ao todo 198 capturas de tela. Segundo o artista “é uma árvore pessoal num bosque de informação”. A obra recebeu o primeiro prêmio na categoria Arte Digital.

As perguntas do artigo passam pela definição dos modos de construção do olhar que incluem certas práticas e excluem outras, como se constrói a semiótica da intimidade que de um lado nos faz culpados de olhar a privacidade do outro seja este para o corpo do outro, para seus dados pessoais, seus modos de organização e informações que o definem.

No tópico “**Arte y técnica: el agenciamiento**” discute essa parceria entre a arte e a técnica, a arte como processo criativo e a técnica presente no manejo dos materiais, pincéis, telas, máquinas fotográficas entre outros. Segundo o autor do artigo foi a partir da Revolução Industrial que a tecnologia se ocupou da arte, um movimento nomeado como “a imaginação tecnológica”. Assim, a tecnologia se tornou um instrumento de progresso, de exploração econômica e foi responsável pela transformação social.

A partir do século XX as novas produções artísticas passaram a contar com os meios eletrônicos e digitais que nos proporcionaram olhares globais, reflexões regionais, tanto quanto a valorização do aspecto processual e a relativização do objeto artístico. O autor do artigo propõe algumas reflexões “o quão longe pode chegar a tecnologia como motor da criação estética? De que maneira as novas tecnologias mudam qualitativamente o conceito de arte?” (p. 43).

¹⁹Em breve pesquisa, apresentamos a imagem da obra. Recuperado de www.solaas.com.ar/works/intimidad/index.html.

No tópico “**Voyerismo virtual**” discute a aspecto *voyerista* da obra “Intimidad”, na medida em que existe certo “agenciamento na contemplação libidinal numa contemplação informática” (p. 44). Dito de outra maneira, o voyeurismo possui um aspecto erotizado na medida em que se “expia” algo proibido pertencente a privacidade do outro.

Neste aspecto define a intimidade como um conjunto de dados e informações organizadas e um olho *voyerista* que espia a privacidade na obra. Intimidade é aqui considerada como um “objeto dinâmico e possibilidades como sexo, privacidade, solidão, silêncio, introspecção, amizade, família” (p. 44).

Concordamos com o autor do artigo “a intimidade é tanto modos de organização informática e objeto de controle” (p. 44). Descreve o funcionamento semiótico da obra “Intimidad” como uma “intimidade *cyborg*” (p. 44). Se questiona o que é público e privado, secreto, sexual, íntimo, infração de valores, erotização, entre outros.

“**Secreteres virtuales**” apresenta a intimidade enquanto objeto que se caracteriza pelo segredo, como um diário íntimo, segredos pessoais, documentos privados, fotografias íntimas. Nesse contexto, secreto é o *voyerista* que olha para o que não deveria ser visto, o segredo aparece numa relação entre visualidade e visibilidade, confronta a esfera do público e do privado. Na obra “Intimidad”, o íntimo “não está em descobrir coisas ocultas, mas sim em ver de outro modo as coisas visíveis (Mehl, 1997)” (p. 45).

Descreve o funcionamento semiótico da obra “Intimidad” em sua **função icônica** ao retratar algo pessoal do artista, sua organização e informações. A **função simbólica** ao questionar sobre a concepção da intimidade e suas representações de verdades, e a **função indicial** ao se relacionar com a memória individual de uma árvore com informações pessoais que apontam para uma existência a partir da noite de 15 de abril de 2005.

“**De la imperfección a la eficacia**” faz uma importante reflexão quanto a atitude frente a intimidade, de um lado se apresenta como algo deleitoso e que provoca a curiosidade do *voyerista*, mas por outro lado causa certa pressão frente a questões éticas e morais.

A obra “Intimidad” não provoca essa tensão nem culpa no espectador, pois na perspectiva semiótica uma obra de arte é um texto e um objeto artístico implica necessariamente a presença de alguém que a aprecia. No entanto, provoca um movimento novo de manipulação ao fazer o espectador apreciar a obra “querer exhibir”, ao mesmo tempo em que faz com que o espectador se perceba olhando à obra “querer fazer ver”.

Dito de outra maneira, a obra “Intimidad” sabe que está sendo vista porque ela mesma decidiu fazer com que fosse apreciada sua intimidade, o *voyerista* por sua vez também é visto no ato de “espionar” a intimidade alheia, e como nomeou o autor do artigo uma espécie de “meta-voyeurismo”.

“**Qué pasa con el cuerpo?**” discute como na obra “Intimidad” ironiza o olhar e naturaliza o que pode ser visto: a perda do corpo. A intimidade retratada na obra é proveniente de uma máquina, um sistema de pastas, racional, organizado, eficiente, um corpo *cyborg*, um corpo máquina. A intimidade aqui é sem erotismo.

“**La canicería virtual**” finaliza o artigo afirmando que “Intimidad” não promete nada, mas mostra um instante irrepetível.

Leitura crítica:

O artigo trabalha com a quebra da clássica dicotomia entre público e privado ao romper com a barreira da moralidade na posição de *voyerista*. Interessante essa inversão reflexiva que o artigo proporciona, na medida em que a apreciadora da obra é quem invade a privacidade do artista e ao mesmo tempo é ela expectadora capturada pela obra. Fica a pergunta quem invadiu a privacidade de quem? Ninguém.

A linha do argumento é a quebra de um padrão, seja este moral na dicotomia entre público e privado, na libertação da culpa ao expiar, na manipulação da própria obra no espectador e deste na obra, na ausência do corpo e do erotismo no voyeurismo, na presença de um corpo *cyborg*. O tempo todo o artigo nos convida a redefinir nossos posicionamentos.

Define intimidade de várias maneiras: como uma obra intitulada como “Intimidad” (2005) do artista Leonardo Solaas, como um conjunto de dados e informações organizadas e um olho *voyerista* que espia a privacidade na obra, como um “objeto dinâmico e possibilidades como sexo, privacidade, solidão, silêncio, introspecção, amizade, família” (p. 44). Também é um objeto que se caracteriza pelo segredo, como um diário íntimo, segredos pessoais, documentos privados, fotografias íntimas. A intimidade retratada na obra é proveniente de uma máquina, um sistema de pastas, racional, organizado, eficiente, um corpo *cyborg*, um corpo máquina. A intimidade aqui é sem erotismo.

A intimidade acontece entre o espectador, a obra “Intimidad” e o autor da obra.

O local da intimidade são as pastas do computador do autor da obra.

Este artigo foi classificado na categoria **Exposição e mercantilização da intimidade.**

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 23

Quando a **intimidade** sobe e desce as escadas da zona boêmia de Belo Horizonte.

França, M. V.

Este artigo foi publicado na revista *Caderno Pagu*, em 2014, e a autora, Marina Veiga França, é doutora em Antropologia pelo *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, França (2011) e Professora Visitante da Universidade Federal de Mato Grosso.

Trata-se da questão da intimidade na interface com a troca econômica em uma pesquisa realizada na zona de prostituição em Belo Horizonte. O artigo foi dividido em “Introdução”, “Da produção em massa ao serviço personalizado”, “Aprendendo a trabalhar com as emoções”, “Malandragens”, “Aprofundando as emoções”, “Permeabilidades”, e “Considerações finais”.

Na “**Introdução**” esclarece sobre a pesquisa que ocorreu entre 2007 e 2009 durante estágio no Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foram realizadas entrevistas com as prostitutas, clientes e funcionários de hotéis.

A pesquisa acontece no entrelaçamento entre afeto, sexo e dinheiro em diferentes contextos sociais e nas diversas motivações e sentimentos de trocas no mercado do sexo. Na contramão do que alguns estudiosos apontam, a autora afirma que transações econômicas e intimidade não são incompatíveis e nem fazem parte de mundos antagônicos. Considera como “**intimidades**” para referir-se a questão física, sexual, afetiva e/ou informacional envolvidas nas interações inclusive profissionais. Reforça a importância da intimidade para o bom andamento de tarefas em diferentes empregos, principalmente as que dizem respeito a questões de cuidado com o outro, nestes casos transações econômicas também estão presentes em relacionamentos íntimos. Os autores Hans Medick e David Sabean (1988) chamam atenção para o quanto as questões materiais interferem nas relações familiares promovem alianças, rompimentos, hierarquias, tanto quanto, sentimentos de confiança, respeito entre outros e podem ser renegociados e reafirmados.

Segundo Zelizer (2005) a circulação do dinheiro nas relações íntimas diferencia relações, práticas e movimentação material. Quando a questão é sexual o “quando”, “entre quem”, e “de que maneira” pode modificar as formas de transação e a interação entre a prostituta e seu cliente.

As entrevistadas dessa pesquisa tinham razões diversas para trabalharem com prostituição como gravidez precoce, traições, envolvimento com homens casados, pelo marido não ser provedor, alcoolismo, violência conjugal e decepção amorosa. Em comum essas mulheres exerciam o papel de chefe de família e valorizavam a independência e as condições econômicas que conquistaram com seu trabalho, mas o sonho de encontrar um homem que ofereça uma vida mais confortável permanece como desejo.

No tópico “**Da produção em massa ao serviço personalizado**” descreve os locais e funcionamento das casas de prostituição, como o “shopping popular de sexo” por oferecer programas sexuais mais baratos com duração de quinze minutos, um programa varia em relação a tempo, tipo de prática e intimidades. Para quem procura mais autenticidade pode se incluir conversa, carinho e beijo na boca. A fidelização de clientes é comum e existem relacionamentos de anos, os hotéis oferecem de certa maneira um ambiente familiar.

Existem hotéis mais caros e que oferecem uma infraestrutura melhor e nessas as mulheres são mais jovens muitas delas universitárias, de pele clara, com padrões de beleza e estéticos socialmente valorizados. Nos hotéis mais simples as mulheres são mais velhas (acima de 40 anos), mulatas ou negras, e muitas estão com sobrepeso. O que se observa uma tendência de que a medida em que envelhecem passam a circular por estabelecimentos mais baratos. Dito de outra maneira, na prática da prostituição percebe-se as transformações diretamente relacionadas com as questões econômicas, sexuais, de gênero, de classe, políticas, raciais e de consumo.

“**Aprendendo a trabalhar com as emoções**” descreve a habilidade prática da prostituta em seu trabalho, como colocar limites na interação e desenvolver “destreza corporal, interacional e emocional”. Se proteger contra algum ataque físico do cliente ou de retirada de preservativo, controlar o tempo, realizar as fantasias do cliente, dar suporte emocional, ser simpática e carinhosa. As prostitutas trocam informações com suas colegas sobre clientes violentos e que colocam empecilho para pagar, contam casos de clientes umas com as outras e ensinam as mais inexperientes.

Apresenta relatos de falas de clientes que dão destaque a maneira carinhosa e afetiva com que as profissionais que o conquistaram se comportam. No mercado internacional as brasileiras se destacam justamente pela afetividade.

No tópico “**Malandragens**” apresenta técnicas que as prostitutas desenvolvem para se beneficiarem num programa sem, no entanto, prejudicar o cliente como roubar ou tirar todo o dinheiro dele. Essas malandragens podem ser no ato de diminuir o tempo de programa ou aumenta-lo para se obter vantagem, deixar o cliente achar que estão fazendo sexo anal quando na verdade fazem o vaginal, sugerir sexo a três quando na verdade uma mulher não toca a outra, mas também pode ser utilizada como proteção quando envolve questões de perigo, bebida alcoólica ou mesmo higiene. As prostitutas chamam de malandragem a “lábria”, o “jogo de cintura”, e a “malícia de vida”. Essa *expertise* é repassada umas para as outras, e na maioria das vezes é utilizada, diante do desejo do cliente para colocar suas habilidades comunicacionais, emocionais e corporais a serviço de criar intimidade e seduzir.

“**Aprofundando as emoções**” dá ênfase ao aspecto emocional da relação entre profissional do sexo e cliente. Muitas prostitutas compartilham sua satisfação pessoal em oferecer ao cliente prazer e carinho. Existe uma partilha de determinados aspectos da vida entre os dois, tanto o cliente fala de seus dilemas, quanto as prostitutas escutam conselhos e recebem ajuda para seus filhos (dinheiro, emprego) e relatam que irão sentir saudades dessa troca quando se aposentarem na profissão.

Atos considerados íntimos podem variar e vão desde o fornecer o número do telefone, realizar programa fora do hotel, dormir junto com o cliente, até beijar na boca, mas na maioria das vezes concordam em achar que a intimidade cresce com o tempo. Existem relações em que o cliente paga uma quantia mensal pela companhia, saem para comer fora e fazer compras. Clientes fixos, para muitas mulheres, precisam ser diferenciados pois não são apenas clientes, mas também não podem ser considerados como namorados ou maridos.

“**Permeabilidades**” neste tópico cita Viviana Zelizer (2009) que considera as relações íntimas a partir de duas dimensões a amplitude e a duração e situa a ligação breve como típica da prostituição. O artigo contra argumenta essa visão na medida em que a pesquisa demonstrou ligações limitadas e duráveis na prostituição.

Trocas afetivas-sexuais-econômicas são complexas e se organizam e rearranjam de acordo com as interações, a pesquisa revelou que essas interações se transformam e despertam diferentes sentimentos entre os envolvidos. Existem clientes que se apaixonam pelas prostitutas, existem profissionais do sexo que sentem prazer sexual no programa ou que se interessam por seus clientes.

A ajuda financeira foi considerada neste estudo como prova de engajamento e afeto do homem, a estudiosa Francesca Cancian (1996) considera uma tendência ao se perceber apenas o lado expressivo de verbalizações e expressões de afeto, no entanto, afirma existir um tipo de “amor instrumental” que se refere ao apoio prático e a assistência econômica. Ainda assim, essas mulheres estão atentas a sua independência, ao seu conforto, as suas emoções, prazer e repulsa, fatores considerados relevantes quando pensam em seu futuro, nas suas relações e em suas finanças.

Nas “**Considerações finais**” argumenta que a preocupação financeira é mais presente nas mulheres mais velhas, uma vez que a procura por programas diminui e veem no casamento um modo de sobreviver, comparam matrimônio e prostituição.

A situação financeira do parceiro é analisada criteriosamente, mas tão importante quanto para o sucesso da futura relação é a responsabilidade do homem, se ele é provedor e bom chefe de família. Anseiam por um relacionamento baseado em carinho, amor romântico, paixão e prazer sexual. Elas valorizam sua independência e não querem ficar restritas ao trabalho doméstico. Consideram como “falta de masculinidade” homens passivos e que não sejam provedores, e “excesso de masculinidade” homens promíscuos e violentos. A autora finaliza argumentando que nem sempre é possível classificar relações que envolvem intimidade e trocas econômicas.

Leitura crítica:

O artigo faz referência a “intimidades” e as classifica como do tipo física, sexual, afetiva e/ou informacional envolvidas nas interações profissionais, neste sentido, acredito que possamos incluir a “intimidade terapêutica” como uma categoria que surge entre terapeuta e cliente num processo terapêutico e que também envolve a questão econômica.

Intimidade pode se diferenciar por tipos como dito acima, mas também aparece no artigo como algo que vai sendo construído com o tempo na relação entre prostituta e cliente, para outras mulheres dar o número do telefone, beijar o cliente na boca, fazer programa fora do hotel ou mesmo dormir com o cliente, podem ser descritos como atos íntimos. Para outras mulheres profissionais do sexo intimidade pode ser essa troca de confidências entre elas e seus clientes.

O artigo não trabalha com a questão da privacidade.

O argumento defendido no artigo é que intimidade e trocas econômicas não são esferas incompatíveis.

A intimidade apresentada ocorre entre prostitutas e clientes.

O local dessa intimidade são os quartos de hotéis, os locais aonde profissionais e clientes escolhem para sair, a casa.

A categoria que este artigo se insere em nosso estudo é **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 24

Crise dos afetos: **intimidade** e cotidiano no cinema e na televisão.

Alcantara, P. C. M. de, & Calazans, F.

Patricia C. M. de Alcantara é pesquisadora do Departamento de Audiovisuais e Publicidade da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, e Fabíola Calazans é docente da Faculdade IESB.

O artigo discute o que denomina de “crise dos afetos” tanto na programação televisiva, quanto nos filmes de cinema. Analisa dois objetos como o canal brasileiro de televisão GNT e o filme “Uma mulher é uma mulher”. Publicado na revista *Galáxia* (São Paulo), em 2015, foi dividido em “Introdução”, “Perambulações da vida cotidiana e dos afetos no cinema”, “A mercantilização dos afetos íntimos e cotidianos na televisão contemporânea”, e “Considerações finais”.

Na “**Introdução**” o artigo apresenta uma breve visão histórica desde os tempos onde a vida cotidiana era retratada nos poemas e romances do Século XIX, a chegada do cinema dos irmãos Lumière no início do Século XX, e atualmente o cinema e a televisão que explora o cotidiano e enfatiza narrativas que publicizam a intimidade e as manifestações afetivas.

O cinema e a televisão são compreendidos nesse artigo como espaços performáticos, o corpo como executor desses atos de performance e a própria imagem como um corpo. Espaços performáticos de afetos no caso do cinema que inclui desde o romântico representado pelo *happy end* até o cinema moderno. E a televisão contemporânea imersa no banal e na intimidade do âmbito privado.

A escolha pelo filme “Uma mulher é uma mulher” se deve por ter como principal foco o cotidiano e o universo privado de seus personagens, e os atores constantemente olham para a câmera estabelecendo um diálogo performático com o espectador. Já a escolha pelo Canal GNT se justifica pela preferência de exibição do privado e da vida íntima em sua programação.

Neste sentido, a crise dos afetos é compreendida como a “publicização massificada e mercantilizada da intimidade, dos sentimentos e das emoções vividas na vida cotidiana ...” (Alcantara & Calazans, 2015, p. 196).

No tópico “**Perambulações da vida cotidiana e dos afetos no cinema**” aborda o conceito de Morin (1989) nomeado como *star system* que diz respeito ao aspecto institucionalizado de manufatura das estrelas de cinema entre 1930-1960, tidas como “estrela-deusa” e ao mesmo tempo “deusa-mercadoria”.

O cinema do amor entre 1917 e 1960 destaca o amor romântico e eterniza o “foram felizes para sempre”, e mensagens como “amor sempre vence”, o “mais importante é o amor” eram evidenciadas no famoso *happy end*. Dito de outra maneira, a força dos afetos, do amor e da felicidade vencem qualquer dúvida ou impasse, a busca sempre se dá pela autorrealização amorosa que oferece a garantia de sucesso.

Após a Segunda Guerra Mundial surge uma mudança nesta visão romântica da realidade representada no cinema e na televisão. O herói (amante) está confuso e perdido em sua dor projetada em cenários de ruínas de guerra, e logo percebe que apenas a força seja esta de vontade ou física não são suficientes para solução de conflitos.

Surge o cinema moderno caracterizado pela imagem-tempo, um cinema de vidente não mais de ação (Deleuze, 2007, p. 11) que oferece a possibilidade de ver o que antes era oculto. O amor agora está repleto de questionamentos e possibilidades, os amantes não sabem o que fazer ou esperar do outro, a intimidade prevalece nas telas e é o centro dos conflitos.

O artigo cita trechos do filme “Uma mulher é uma mulher” evidenciando a confusão de temas no diálogo entre os amantes, indecisão, mas também a autoconsciência da narrativa que tem a função de promover uma discussão metalinguística e afetiva quando os personagens interrompem o diálogo numa discussão para dirigirem-se diretamente ao espectador e expõem uma crítica à mercantilização da intimidade.

O amor no cinema moderno é mais questionador e revela mais o íntimo, pondo em crise as manifestações afetivas de intimidade, o foco amplia-se para o banal e o cotidiano, na vida de casais e na intimidade dos problemas, ou seja, o que era trivial agora é o espetáculo. O apartamento é o espaço de intimidade, a casa, o lar são palcos de experiências íntimas e refletem os estados da alma dos personagens. A casa é tida como um refúgio, um local seguro (Bachelard, 1998, p. 146).

No tópico “**A mercantilização dos afetos íntimos e cotidianos na televisão contemporânea**” dá destaque à crise dos afetos tanto pela exposição da intimidade, das conversas privadas, quanto pela mercantilização midiática dos mesmos. A publicização e exteriorização do privado e a hiperespetacularização do cotidiano levou a intimidade para as telas da televisão, como no caso dos *reality shows* em que atividades diárias e segredos são exibidos sem constrangimento. Esses programas são altamente rentáveis e exibem a vida de cidadãos comuns como é o caso do *Big Brother*, um *game show* que incentiva a competição entre pessoas desconhecias dentro de um ambiente controlado. Temos também programas sobre transformação pessoal, de estilo de vida e de materiais (casa, jardim, restaurante), programas de troca de vida (de esposas e de chefe), e concursos de talentos. Esse tipo de televisão dilui as fronteiras entre o público e o privado.

A “televisão da intimidade” segundo Mehl (1996) é caracterizada como relacional, pela comunhão entre emissores e receptores, e tem como valor a compreensão, a convivência e a cumplicidade. Apresenta a expressão de emoções e testemunhos de indivíduos comuns e anônimos em um mundo onde a sociedade espetáculo deseja revelar a intimidade do eu (Mehl, 1996).

O artigo cita o canal brasileiro GNT que apresentou recentemente a série sessão de terapia dirigida por Selton Mello. O ambiente mostra um consultório de psicanálise que também é a casa do analista Theo. O seriado apresenta as sessões de terapia de vários personagens, a vida familiar do analista, e a supervisão dele sobre os casos que tem mais dificuldade. Os temas mais privados não são pano de fundo, ao contrário são a trama central das narrativas dos personagens das histórias. O telespectador se coloca como um *voyer* da consulta que deveria ser do âmbito privado do paciente.

As autoras citam Mathiesen (1997) e Lyon (2010) que revisitam a noção de panóptico de Jeremy Bentham empreendida por Foucault, e ampliam para além da prisão, do manicômio e da sociedade disciplinar, mas também para a mídia de massa e as tecnologias da informação e da comunicação (sinoptismo). Panóptico-sinóptico operam juntos quando espectadores assistem as exposições da vida privada de alguns indivíduos sem que sejam vistos.

Os argumentos apresentados no artigo reforçam as ideias das autoras sobre a televisão intimidade onde impera o regime panóptico-sinóptico, a espetacularização do eu, a forte tendência de exibição da vida íntima, a vigilância coletiva, a publicização da vida privada, e a construção de produtos midiáticos.

Nas “Considerações finais” discorre sobre os objetos analisados, primeiro sobre o filme “Uma mulher é uma mulher” e conclui que, neste caso, a intimidade é um espaço de resistência por criticar a especularização e a mercantilização da intimidade. O seriado Sessão de Terapia do canal GNT se apropria da intimidade como um produto altamente rentável, onde o espectador é capturado pela escopofilia da intimidade e dos afetos.

Leitura crítica:

A privacidade é um espaço, tudo que diz respeito a vida cotidiana ao privado e a intimidade é um produto mercadológico na televisão contemporânea.

O argumento defendido pelas autoras é que vivemos uma crise dos afetos tanto na programação televisiva quanto no cinema, onde a exibição e a publicização da intimidade produzem a mercantilização das performances afetivas.

A intimidade retratada no artigo ocorre entre o telespectador e o personagem/ator/pessoa comum.

O local dessa intimidade é a televisão e o cinema.

A categoria deste artigo no presente estudo é a **Exposição e a Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 25

Estados de amor, sexo e **intimidade** através de fronteiras virtuais.

Schaeffer, F. A.

Felicity Amaya Schaeffer é professora associada do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia, Santa Cruz, Califórnia EUA.

Esse artigo foi publicado na Revista *Cadernos Pagu* em 2016, trata-se de um estudo sobre a interseccionalidade entre intimidade, economia global e regulação estatal das fronteiras dos Estados Unidos, México e Colômbia. Está dividido em: “Introdução”, “Imaginário Colonial”, “Turismo Sexual”, e “Estados de Migração Sexuados e Generificados”.

Na “**Introdução**” argumenta sobre a visão de feminista americana nos anos 90 que se interessava sobre o posicionamento do Estado-nação em relação a processos globais, economia e as estruturas transnacionais que promoviam encontros para contato íntimo. Naquela época não se via a globalização como uma nova formação, mas sim a desigualdade da colonização para entender a intersecção entre sexualidade, amor e intimidade. Os trens, os navios a vapor e os telégrafos deram lugar para a mídia e a internet que tornam a distância uma questão irrelevante.

Segundo a autora do artigo, o Estado-nação tem mudado o seu papel no apoio à reestruturação capitalista de lucro entre as fronteiras e no controle de como os corpos se movem através delas. O turismo sexual, a pornografia *online* e agências de casamento são algumas das formas que movem esse tipo de economia que herdaram aspectos do colonialismo, principalmente na noção de gênero. Essa movimentação econômica tem aspectos positivos e negativos, como aborda a autora, como o aumento de mercados sexuais, novas estruturas de parentesco e estratégias precárias de trabalho que colocam pessoas em movimento em busca de uma vida melhor.

No tópico “**Imaginário Colonial**” se discute sobre a colonização que explorava a mão de obra escrava para o trabalho e pela sexualidade tida como exacerbada dos nativos de natureza exótica e sexualizada. O termo “conquista” é sinônimo de “subjugação do outro” por meio da dominação sexual e penetração no corpo da mulher.

Esses novos contatos construíram saberes sobre a diferença de povos, fantasias e trocas econômicas. Instituiu-se que o europeu era a representação do moderno, do povo civilizado e o “outro” como povo primitivo e exageradamente sexualizado. Essa imagem erotizada, Edward Said (1979) chamou de “orientalismo” que naturalizava a sexualidade do outro como acentuada e inferior, e que ao final do século XIX promoveu novos estudos sobre a Antropologia, Biologia e ciências euro-americanas.

Essa ideia sobre as diferenças sexuais dos povos existe ainda nos dias atuais, manifestada em inúmeros sites de agências de matrimônio internacional que exibem fotos de mulheres jovens em trajes de banho numa paisagem tropical.

A indústria do cibercasamento desde o final dos anos 90 se fortaleceu em países como a Colômbia, México, Rússia e países da Ásia. A crise econômica no México e nos países da América Latina, no final dos anos 80, promoveu a aprovação do NAFTA em 1994 o livre mercado e o aumento de troca comercial

entre Estados Unidos e Colômbia. Movimento este que estabeleceu maior dependência em relação a empréstimos estrangeiros, comércio e turismo. Simultaneamente a assinatura desse acordo comercial, os Estados Unidos aprovavam uma legislação mais rígida que incentivava a construção de muros, aumento de guardas e uso de câmeras de segurança para dificultar a imigração ilegal.

Nos Estados Unidos as indústrias de cibercasamentos ganharam força em meados dos anos 90 com as tecnologias e a internet que transformaram as comunicações, compartilhamento de informações e essa nova “intimidade virtual” que elimina fronteiras.

O artigo faz referência a campanhas de *marketing* como “*Colombia is Passion*” onde se oferece imagens da classe média sobre a força de trabalho, se retrata casais heterossexuais de pele clara, lindas mulheres reportando a figura de rainhas da beleza e altas executivas, e claro a ginga dos quadris da cantora *pop* Shakira. Outro exemplo citado foram as entrevistas realizadas com mulheres na excursão “*Vacation Romance Tour*” em Cali, Colômbia. As entrevistadas relataram os investimentos em cirurgias plásticas como recurso para embelezar o corpo como meio de conquista para uma vida melhor através do casamento com um estrangeiro.

Essa interseccionalidade entre intimidade, capital global e regulação do Estado levou a autora do artigo a adotar uma abordagem feminista transnacional que leva em conta as heranças coloniais e a cumplicidade e tensões entre Estados-nação e corporações transnacionais.

O tópico “**Turismo Sexual**” esclarece que o turismo sexual não é exclusivamente um mercado só de mulheres ou somente para a heterossexualidade, o turismo lésbico e *gay* proporciona encontros sexuais e é considerado para pessoas de alto poder aquisitivo. De maneira geral, o turismo sexual reorganiza geografias e migrações de trabalho que geram novos centros urbanos para expressão pública de culturas homossexuais.

Podem ser denominados também como “turismo romântico” e incluem consumidoras euro-americanas que estão em busca de encontros com homens jovens e negros. O termo “romântico” refere-se a inclusão de trocas românticas que incluem ida a restaurantes caros, troca de presentes e outros passeios. No turismo romântico tem-se a impressão de um relacionamento autêntico, uma vez que a troca financeira por serviços sexuais é diluída durante a convivência.

Dentro dessa economia política global sobre o comércio sexual temos dois debates importantes. O primeiro tende a separar a questão moral que envolve a prostituição e a negociação entre vendedores e consumidores de sexo restringindo a discussão para o aspecto de trabalho e troca. Nesse processo de renomear a prostituição como trabalho sexual se transfere o debate da moralidade para a economia política do lucro, prazer e trabalho, onde se discute como e porque a troca sexual torna-se desejada e necessária. Já o segundo debate defende a ideia de que amor e sexo devem ser livres de trocas econômicas.

A questão central sobre a globalização nas trocas entre sexo e dinheiro é a diferença, a pressuposição colonial de que os habitantes de países mais pobres são menos materialistas e de natureza mais sexuada.

Seja no turismo sexual ou turismo romântico podem ocorrer interações que se transformam em ligações de parentesco ou trocas mensais de dinheiro enviadas por determinado tempo como ajuda financeira para emergências familiares, educação ou ajuda nas despesas diárias da família. Nestes casos, o turista sexual passa de consumidor para o de família extensa.

O tópico “**Estados de Migração Sexuados e Generificados**” apresenta a visão feminista em relação as estruturas transnacionais que facilitam encontros de pessoas para contato íntimo, e apontam para uma reorganização entre esferas antes vistas como incompatíveis como privacidade e intimidade x economia e transnacionalidade. Para tal, faz uma análise sobre o posicionamento do Estado neste contexto, que segundo Ann Stoler (1995), considera as esferas domésticas um local crucial para a nação regular raça, sexo e trabalho.

As editoras do *Global Woman* (Mulheres Globais) consideram que “amor e cuidado” são o “novo ouro” para a economia global porque são recursos naturais rentáveis, semelhantes as rotas coloniais (Hochschild, 2002). A autora do artigo argumenta não ser uma coincidência que os países como Filipinas, México, África serem lugares onde os Estados Unidos compartilham de uma relação militar. Lembra da existência do desejo colonial sobre raças e feminilidades tidas como exóticas num contexto sexual, e em relação a ideia de cuidado e amor a preferência por migrantes heterossexuais que possibilitam a manutenção da casa e cuidado dos filhos enquanto as mulheres do primeiro mundo se libertam. Questiona o papel do Estado ao negar os vistos de trabalho de babás ou domésticas que são obrigadas viver na ilegalidade muitas sem pagamento justo e benefícios.

Nas palavras da autora:

Para colocar de uma maneira mais simples, gênero, raça, classe e diferenças sexuais estão no centro das políticas e leis de imigração do Estado que determinam a elegibilidade para a entrada legal nos territórios estadunidenses. (Schaeffer, F. A., 2016, s/p)

O artigo aponta para uma diferença em relação ao posicionamento do Estado no comércio sexual rigidamente monitorado nas fronteiras e para as agências matrimoniais onde o capital de amor e sexo no contexto casamento, promete uma rota moral para essa mobilidade. Casar-se com um estrangeiro é um meio para migrar como residente permanente num novo país e dispor de liberdade para cruzar fronteiras. Ainda que se enfrente desafios dos pares em relação a diferenças culturais e barreiras linguísticas, nem sempre essas uniões representam exploração, e fazem parte de uma economia de trocas entre homens e mulheres. A autora argumenta que o desejo de homens euro-americanos se centra em trocas iguais, assim como pela capacidade de salários maiores e possibilidade de uma vida melhor, e nesta perspectiva se produzem formas familiares híbridas que se contrastam com a crença de que eles buscam mulheres com valores de família tradicionais e que possuam elevada intimidade sexual.

Nas palavras da autora:

Pesquisadores têm percebido como as conexões entre a troca de regimes políticos e mercados afetam as ideias de amor, intimidade, casamento e romance. Menos analisado são como as expressões de intimidade, amor, sexualidade e família são transformadas por estruturas de governamentalidade. (Schaeffer, F. A., 2016, s/p)

O termo “cidadania flexível” aparece no artigo como modos pelos quais as mulheres latinas se tornam parte das estruturas íntimas da família, do Estado e da economia global. Mercados transnacionais de mulheres heterossexuais como apaixonadas e tendo seus corpos como matéria-prima assegura ao Estado não representarem uma ameaça para a família ou para a nação. Neste caso, a sexualidade passa a ser vista mais como produtiva do que destrutiva tendo como referência os limites morais da nação, uma vez que existe a promessa futura da reprodução e do rejuvenescimento.

Nas palavras da autora:

Assim, rebatendo acusações de que a indústria é parte do tráfico sexual de pessoas, que posiciona as mulheres como vítimas e objeto do desejo masculino, eu uso o termo “cidadania flexível” para sublinhar os modos virtuais de reconfiguração de seus corpos e trajetórias afetivas, aumentando seu valor local e transnacional, mas também reforçando como os Estados autorizam migrações morais e inclusão nacional, ao mesmo tempo em que justificam vigilância e exclusão de corpos perigosos e ilegais. (Schaeffer, F. A., 2016, s/p)

As fantasias multiculturais destacam as diferenças individuais como traços mercantilizados como as mulheres russas que são consideradas parecidas com as estadunidenses, porém mais exóticas; as asiáticas tidas como pequenas e boas para o trabalho e as latinas mais apaixonadas e voltadas para a família. Segundo a autora, o paradigma do individualismo impede de se acusar as desigualdades estruturais, mas estabelece categorias raciais e sexuais, heranças da colonização e do império estadunidense.

No posicionamento da autora, as indústrias culturais e no imaginário do Estado o amor com um estrangeiro, a intimidade e o casamento oferecem formas respeitáveis de empoderamento feminino.

Leitura crítica:

A intimidade aparece no artigo como algo pertencente a esfera privada, privacidade é pessoal.

O argumento defendido pela autora é que na visão feminista em relação aos movimentos transnacionais de migrantes, a distância entre o que é privado e íntimo, e o que é definido como parte econômica e transnacional, precisa ser repensada, pois não se separam mais como se pensava antigamente. E que o casamento com estrangeiro é nesta visão representante do empoderamento da mulher por ser um instrumento para se obter a cidadania.

A intimidade acontece entre mulheres latinas e homens americanos. O local onde ocorre essa intimidade é a internet, sites de casamentos, aplicativos e novas tecnologias.

Acho relevante o argumento da autora sobre a questão da governamentalidade de corpos por parte do Estado que autoriza determinado corpos e proíbe outros de migrar.

Os que interessam à nação são mulheres jovens e heterossexuais, no entanto, não considero que isso empodere as mulheres e nem as valorize, inúmeras mulheres abusam de cirurgias plásticas e procedimentos estéticos para aumentar o potencial de sedução tanto para o comércio sexual, quanto com a finalidade de matrimônio com um estrangeiro.

Contraponho o argumento da autora do artigo, perguntando sobre os corpos que não são tão atraentes como ficam? De qualquer maneira o que defende a autora não escapa da exclusão já que nem todas as mulheres serão escolhidas como futuras esposas, nem todas as mulheres são heterossexuais, nem todas são jovens. Aonde está a valorização da mulher? Ao contrário não seria essa uma nova versão patriarcal que subjuga a mulher? O príncipe encantado não seria agora o casamento com estrangeiro que liberta a mocinha de sua vida miserável? Para mim parece mais próximo da visão patriarcal e romântica de que o casamento é o objetivo da mulher como sua tábua de salvação.

A categoria que este artigo se insere neste estudo é a de **Exposição e Mercantilização da intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 28

‘Mulé’ tem que ficar esperta: turismo, encontros passionais e gestão feminina da **intimidade** no nordeste do Brasil.

Sacramento, O.

Este artigo foi publicado em 2017 na revista *Mana*, o autor, Octávio Sacramento, é professor auxiliar numa universidade em Portugal e pesquisador no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento.

Trata-se de uma pesquisa realizada entre 2009 e 2010 em Natal no bairro de Ponta Negra, local muito frequentado por turistas europeus em grande maioria homens em busca de encontros sexuais. Baseado num estudo etnográfico multissituado (Marcus, 1995), os objetivos norteadores para este estudo foram conhecer as diversas dinâmicas envolvidas nos relacionamentos entre turistas e moradoras da cidade de Ponta Negra, conhecer os interesses das mulheres nessas relações, compreender as estratégias femininas para construir intimidade com turistas em função e expectativas de projetos de vida. Está dividido em tópicos como: Introdução, Turismo e configurações transatlânticas de intimidade em Ponta Negra, Congregando múltiplas expectativas, Recursos e subterfúgios, e Considerações finais.

Na **introdução** a ideia principal é dar uma visão geral do que mobilizou o autor nesta pesquisa, em que reforça seu interesse sobre as configurações de intimidade eurobrasileiras durante a estadia de turistas europeus em Ponta Negra, principalmente nas questões envolvidas em sexo transacional, tema de pesquisas anteriores desse mesmo autor. O método utilizado nessa pesquisa baseou-se em observação participante e em entrevistas semidirigidas.

No tópico “**Turismo e configurações transatlânticas de intimidade em Ponta Negra**”, o artigo discute as inúmeras ações do Estado para promover o turismo na região, essas práticas obtiveram sucesso, no entanto, esse contexto foi atravessado por representações coloniais e pós-coloniais que trouxeram à tona questões de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade, reafirmando a ideia da brasilidade como representação de erotismo e sensualidade principalmente associada a figura da mulher e especialmente da mulata, o que contribuiu para em paralelo, um incentivo ao turismo sexual. O aumento do turismo gerou mais emprego tanto quanto propiciou o exercício do sexo mercantil, principalmente entre mulheres dos 20 aos 30 anos, inúmeros trabalhos científicos pesquisam esse tema “transnacionalização da intimidade” (King, 2002). Essas mulheres geralmente estão fora do mercado formal de trabalho e vivem de maneira precária, veem como possibilidade a ajuda financeira do europeu como um recurso a ser almejado, outras relações também circulam como “namoro”, “amizade colorida”, “ficar” em que não necessariamente se relacionam com sexo pago. O autor aponta, neste caso, a dificuldade de se diferenciar um relacionamento romântico de um comercial envolvendo sexo pago, e o que se considera como prostituição, tendo em vista que os próprios programas muitas vezes mesclam questões econômicas e afetivas.

A abordagem sexual ocorre mediante intermediação de taxistas, pessoas de suas redes sociais, trabalhadores da praia, ou pela própria mulher por meio de sedução (sorriso, olhar, postura corporal), ou supostos pretextos como perguntar as horas, ou pedir cigarro.

Ao se tratar de um programa existe um processo de negociação sobre o valor, tempo disponível e as práticas de convivência íntima entre o turista e a mulher. O acordo financeiro pode variar entre R\$ 50,00 a R\$ 250,00, o tempo pode ser acordado entre a intimidade sexual e algumas horas que incluem passeio e jantar ou até mesmo dias de convivência. É comum casos em que a intimidade e a convivência são tão intensas que não fica claro tratar-se de sexo comercial, e a ajuda financeira pode se estender para despesas pessoais da mulher, compra de móveis e eletrodomésticos, alimentos, material escolar para os filhos, assim como, ajuda para sua família. Nestes casos, nem sempre é solicitado ao turista o pagamento imediato, e o pedido de dinheiro aparece de modo sutil, o que reforça a ideia de um relacionamento mais duradouro e com maior envolvimento emocional. As razões alegadas para o pedido de ajuda financeira passam pela ajuda à sua família, e doença grave de algum ente querido.

O artigo aponta para práticas de gestão da intimidade, em que as mulheres mudam sutilmente suas atitudes em relação ao turista, como a fidelidade enquanto estiverem juntos, o controle do parceiro, andar de mãos dadas, expressões afetivas em público, práticas sexuais mais íntimas como sexo anal e oral sem a utilização de preservativos, momentos estes reservados para maior cumplicidade afetiva.

Quando os turistas regressam aos seus países muitas vezes permitem que essas mulheres fiquem morando em seus imóveis no Brasil, ou pagam o aluguel onde elas moram, ou permanecem enviando uma mesada. Nesses casos é comum a exigência de que elas sejam fiéis, o que na prática não acontece tendo em vista que se relacionam simultaneamente com vários parceiros, bem como recebem ajuda financeira de vários homens, esse processo o autor do artigo nomeou como intimidade multirelacionais.

No tópico “**Congregando múltiplas expectativas**” considera que a crença hegemônica de teor patriarcal que coloca o homem como provedor é muito acentuada entre as classes populares, isso ficou evidente no relato das mulheres entrevistadas nessa pesquisa que consideram o homem europeu como financeiramente promissor.

Outros estudos apontam para a articulação entre economia e amor, particularmente sobre diversas configurações de “economia política de amor” como Adelman (2011), Cabezas (2004), Junior (2005), Rebhun (2007), Zelizer (2005), Padilla, Hirsch, Munoz-Laboy, Sember e Parker (2007) e Sahlin (1990).

A expectativa de mudança de vida ancoradas por relacionamentos transnacionais de intimidade vão além das ambições materiais para essas mulheres, a pesquisa demonstrou um grande interesse nas características etno-sexuais, fenotípicas, de gênero e românticas não encontradas nos relacionamentos com brasileiros. As entrevistadas relataram que sexualmente os gringos são mais carinhosos e preocupados com o prazer da mulher durante o sexo, elas preferem os homens brancos de olhos claros, consideram o brasileiro, principalmente o nordestino, machista e pouco preocupado com a família diferente do europeu que é foco de idealizações de masculinidade e de convivência íntima.

Muitas dessas mulheres relataram suas aspirações para viverem um amor ideal (Lima & Togni, 2012), um conto de fadas (Rosa, 2000b), ou mesmo, assumirem na vida real o papel de protagonista do filme *Pretty Woman* ao lado de Richard Gere o homem perfeito romântico, rico, educado e bonito. Revelam o desejo de contrair matrimônio com seus gringos e almejam conquistar a cidadania europeia, facilitada pelas paixões transatlânticas.

Segundo o autor do artigo e no tópico “**Recursos e subterfúgios**” considera um equívoco julgar as mulheres dessa pesquisa como submissas e sem recursos de poder, argumenta que a vulnerabilidade

material não é suficiente para encobrir as competências sentimentais de sedução e paixão, e os contextos transnacionais de intimidade em que estão inseridas, embora pautados em desigualdade não necessariamente representam uma dominação masculina (Bourdieu, 1999), mas sim representam espaços de resistência, agência e autodeterminação feminina (Kempadoo, 2004), neles as posições de quem explora e quem é explorado são flexíveis e instáveis (Brennan, 2004; Oppermann, 1998).

As práticas de sedução vão sendo aprendidas as mais velhas ensinam as mais jovens, o *slogan* mais utilizado que deu nome a este artigo foi “Mulé tem que ficar esperta” considerado pelo autor do artigo como um discurso de afirmação da identidade feminina. Elas reproduzem em suas atitudes as representações sociais da mulher brasileira tida como alegre, carinhosa e boa de cama, com a finalidade de corresponder às expectativas dos gringos.

O artigo finaliza salientando a importância de uma análise mais profunda que o tema exige, a fim de driblar a dicotomia culpabilização e vitimização, garota de programa e moça de família.

Leitura crítica:

O artigo não trabalha com o conceito de privacidade.

O argumento defendido pelo autor é que ao se referir a uma intimidade transnacional, a questão da sexualidade e da intimidade são atravessadas pela economia/relações comerciais, no entanto, ainda que existam desigualdades nas relações entre turistas e mulheres de Ponta Negra, para o autor isso não representa uma desigualdade ou falta de poder dessas mulheres, ao contrário, a relação de uso também ocorre nas mulheres no comando.

A intimidade ocorre entre turistas europeus e mulheres de Ponta Negra, relação comercial onde existe troca de dinheiro por sexo, onde não necessariamente isso represente prostituição.

Intimidade é definida tanto como práticas sexuais principalmente sexo oral e anal e sem uso de camisinha, quanto pela proximidade e continuidade do relacionamento entre o casal, ainda que o turista tenha voltado para seu país.

O local dessa intimidade, acontece tanto na cama, na praia, nos passeios, quanto pela internet na troca de mensagens.

A categoria deste artigo é **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 29

Reconfigurações da intimidade

Beleli, I.

Este artigo foi publicado na Revista Estudos Feministas em 2017, a autora, Iara Beleli, pesquisa as relações amorosas/afetivas/sexuais mediadas pela internet e mídias digitais móveis em diálogo com as Teorias de Gênero e Feministas.

Propõe como objetivo uma reflexão sobre a (re)configuração da intimidade a partir da hipervisibilização nas mídias digitais, ou seja, o foco deste artigo concentra-se na observação do processo de busca de parcerias afetivas/sexuais mediadas pela tecnologia. As perguntas norteadoras nesse trabalho passam por “o que acontece quando os próprios sujeitos produzem esses conteúdos?”, “Se “produzem” para o mercado amoroso?”, “Quais identificações estão em jogo na abundante e acelerada oferta de parceiros?”, “Quais os discursos/imagens são acionados?”, “Como a produção da informação ativa moralidades diversas?”.

Baseia-se numa pesquisa realizada entre 2010 e 2014 com mulheres heterossexuais entre 30 e 50 anos moradoras na cidade de São Paulo que eram usuárias de sites de relacionamento e aplicativos direcionados para busca de parceiros afetivos/sexuais.

O artigo foi dividido em tópicos como: “Procuro o homem certo com quem possa dividir minha intimidade...”, “A imbricada relação entre pessoas e objetos”, “O que querem os homens? O que querem as mulheres?”, e “Considerações finais”.

“Procuro o homem certo com quem possa dividir minha intimidade...”, neste tópico a autora evidencia a importância da internet e do uso de equipamentos de comunicação digital para a facilitação de contatos, a ampliação na esfera da intimidade, bem como a politização da vida privada, cita Arfuch (2005) para afirmar estarmos diante de uma “intimidade pública”.

As entrevistadas dessa pesquisa definiram intimidade como algo valioso para ser entregue ao “homem certo”, algo que vai além dos fatos corriqueiros da vida. A autora, na definição do termo, apoia-se nas ideias de Leonor Arfuch (2005) que considera intimidade como certos segredos e espaço interior, neste sentido, o íntimo é o que se articula entre as esferas pública e privada, social e política em que na perspectiva feminista tudo o que é pessoal também é político. Nomeia essa proteção do íntimo contra as normas de conduta, como “autonomia radical” (Arfuch, 2005, p. 241). Segundo Norbet Elias (1994), contrapondo-se com Arfuch, argumenta que a internalização de normas, regras e valores não se separa do indivíduo, ou seja, o íntimo e o privado são influenciados por certa uniformidade de conduta. Nas ideias de Hanna Arendt (apud Arfuch, 2005, p. 247): “nossa subjetividade individual é somente um resultado – temporário e contingente –, um momento na trama contínua da intersubjetividade”.

A criação de perfil em sites de relacionamentos envolve tanto um discurso narrativo quanto de imagens do próprio corpo e dos objetos em volta, estrategicamente trabalhados para essa construção de si mesmo (Baym, 2010), onde são apresentadas histórias sobre feminilidade e masculinidades e os ideais de amor. Essa estratégia esteve presente nesta pesquisa, uma vez que a criação da intimidade foi influenciada

pelas escolhas de fotos publicadas nos perfis dos potenciais parceiros, fatores de rejeição estavam relacionados a aparência. Nessa questão, a “cor” foi o fator de maior rejeição, porém não aparece de forma explícita, mas em forma de silêncio quanto a circulação de pessoas negras.

No tópico, “**A imbricada relação entre pessoas e objetos**” discute na pesquisa como os objetos que se apresentavam na foto de um perfil também podiam resultar na rejeição do candidato, pois remetiam a inserção de uma determinada classe social. Esses objetos que compunham a imagem nas fotos iam desde os móveis do ambiente, o tamanho da sala onde a pessoa estava, a vestimenta, correntes douradas, camisetas cavadas, pelos do corpo à mostra, ambientes bagunçados, moto comum. Já fotos muito elaboradas geravam desconfiança, as de lugares internacionais dúvidas quanto a cultura do candidato.

As ideias de Arjun Appadurai (2010, p. 15) reforçam a perspectiva de que assim como pessoas, as mercadorias também possuem uma vida social. Segundo a autora do artigo, tanto as mercadorias quanto seu consumo funcionam como estratégias para se apresentar e obter reconhecimento social, questiona sobre o conceito de “distinção” (Bourdieu, 1984) se compreendido a partir das imaginações sobre a classe dos sujeitos, estaria potencializado nessa nova maneira de sociabilidade das redes sociais e quais os significados perversos utilizados para demarcar tais diferenças. Na perspectiva de Eva Illouz (2009) as emoções também são mobilizadas a partir do consumo, ou seja, o que se consome e como isso circula estão presentes em nossas interações pessoais.

Iara Beleli (2017) argumenta que o consumo de determinados produtos, demonstram um estilo de vida do outro (Kopytoff, 2010) onde se gera empatia, e a afinidade acrescida pelo desejo do encontro de um parceiro promove certa distinção entre os sujeitos criando imaginações sobre o capital econômico, social e cultural do futuro parceiro, ainda que a intimidade criada *on line* amenize atributos corporais e sensoriais nos encontros físicos e presenciais.

Nas palavras da autora:

As narradoras parecem imaginar os pertencimentos de classe a partir de um estilo de vida – marcado por coisas que lhes parecem próprias do seu mundo, mas também a um tipo de masculinidade que se constitui entre o *bruto* – no geral visto como machista – e o *mauricinho*, que não tem força . . . suficiente para estabelecer uma parceria. (Beleli, 2017, p. 341)

No tópico, “**O que querem os homens? O que querem as mulheres?**”, se discute que as mulheres também são infiéis, essa mudança social foi proveniente dos movimentos dos anos 60/70 que instituiu uma moral sexual mais flexível, onde as mulheres passaram a ter maior liberdade sobre seus corpos. O artigo faz menção a uma outra pesquisa de 2005 da autora onde os homens declaram estar à procura de mulheres fiéis, sugerindo certa inversão das representações dos papéis masculinos e femininos. Outro trabalho citado é de Beatriz P. Zechlinski (2007) sobre o papel das mulheres na obra de Nelson Rodrigues, onde chama a atenção para o que as mulheres não deveriam desejar e nem fazer.

Ainda que mudanças tenham ocorrido no comportamento sexual feminino o que sobressai ainda é a busca de um ideal de comportamento para a mulher, com mais liberdade sexual sim, mas “meio mulherzinha” onde certas iniciativas devem ser dos homens para alcançar o tão almejado relacionamento duradouro.

As mulheres desta pesquisa buscam estabelecer relacionamentos com homens com capital cultural, econômico e social similar, no entanto a questão financeira não é central. Elas criticam e consideram o

feminismo como uma necessidade de ser igual ao homem, e pautam seu argumento pelas diferenças “naturais” entre os sexos, associando as feministas à perda da feminilidade.

Moldar masculinidades e feminilidades apropriadas reforçam a necessidade de vigilância mútua e consentida confirmando a eficiência dessas plataformas tecnológicas que acrescentam certo voyeurismo nessas novas sociabilidades.

Finaliza chamando a atenção para a existência de uma moral que seleciona e exclui os que supostamente pertencem às classes sociais distintas das entrevistadas (de classe média), uma vez que se acredita que alguém como elas compartilhem dos mesmos códigos sociais, assim como, promove o reconhecimento social.

Argumenta que existe uma codificação dos sujeitos que os insere numa classe social e num tipo de masculinidade, essa classificação ocorre a partir das diferenças marcadas nas imagens do corpo e dos objetos apresentados nas mídias sociais.

O termo “feminista” é rejeitado e aparece em oposição a ser “feminina”, associam o homem machista a classes inferiores, ainda que as mídias sociais contribuam para a aproximação, liberdade e autonomia; a racionalização da busca e seus pré-julgamentos afastam possíveis parceiros. A hiperexposição da intimidade tornando-a pública é uma maneira de se destacar diante de tantos perfis, a pesquisa evidenciou a existência de uma “intimidade performada”.

Leitura crítica:

Este artigo não trabalha com a privacidade.

O argumento defendido é que a intimidade é pública e fabricada, na busca pelo parceiro ideal em sites de relacionamento existe uma seleção, baseada na análise da imagem postada, numa suposta inserção numa classe social onde se exclui ou inclui os possíveis parceiros.

A intimidade se apresenta entre possíveis candidatos a um relacionamento duradouro.

O local onde ocorre essa intimidade são os sites e aplicativos de relacionamentos.

A noção de intimidade apresentada neste artigo é uma intimidade performada, ou seja, a intimidade que se quer deixar aparecer e a que se quer esconder.

A categoria que este artigo se insere neste estudo é **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 30

A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores
em um sistema de crédito cooperativo.

Pauli, J., & Rosenfield, C.

Trata-se de um artigo, de autoria de Jandir Pauli e Cinara Rosenfield, publicado na revista *Sociedade e Estado*, que discute as transações financeiras e suas possíveis influências na relação entre agricultores e dirigentes de cooperativas de crédito que trabalham com recursos de programas governamentais.

A agricultura familiar caracterizada pela mão de obra da família, pela diversidade na produção e voltada para o consumo próprio expandiu seu potencial econômico por meio do acesso ao crédito público com juros subsidiados pelo governo. Passou a produzir também para o mercado em geral especialmente na produção de alimentos.

Na perspectiva social pode-se considerar que a agricultura familiar fortaleceu vínculos comunitários, sindicatos dos trabalhadores, cooperativas de crédito articuladas com movimentos sociais, igrejas e ONGs, resultando no Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar.

As cooperativas de crédito para lidarem com o repasse dos recursos públicos e com o seu credenciamento foram articuladas por mediadores, ou seja, diretores e assessores técnicos que atuam na coordenação e elaboração de projetos e no acompanhamento e controle da aplicação dos recursos. Os mediadores relacionam de maneira bem próxima com os agricultores familiares e os ajudam nas ações junto a execução de estratégias das políticas públicas. A ação dos mediadores é de suma importância na articulação dessas diferentes visões de mundo, valores, sentimentos e ideologias associadas com a questão econômica.

O objetivo deste estudo foi compreender as mudanças ocorridas nas relações sociais na agricultura familiar diante do aumento da utilização do crédito, para cumprir esse objetivo utilizou-se uma ferramenta analítica nomeada como circuito econômico elaborada pela socióloga Viviana Zelizer (2002, 2005a, 2010a, 2010b). Circuito econômico refere-se a estrutura social e econômica que facilita acordos, informações e trocas numa esfera. Esse circuito é estruturado por fronteiras mais ou menos definidas, por vínculos pessoais importantes para seus membros, e por transações econômicas e trocas baseadas em princípios de reciprocidade.

Segundo Zelizer (2005b) nesses circuitos se estabelecem o que a autora nomeou como “negociação da intimidade”, onde considera a intimidade em 3 níveis distintos como a confiança, a reciprocidade e a amizade. Essa negociação da intimidade pode ocorrer tanto por transferência de informação confidencial, quanto por laços estreitos duráveis entre as pessoas. É neste contexto onde ocorrem as transações econômicas onde a intimidade influencia a relação social.

As perguntas que mobilizaram essa pesquisa circularam entre a necessidade de saber “como ocorre essa concessão e o acompanhamento do crédito? Como os mediadores se aproximam das famílias e como constroem a fidelização do agricultor? Como é a amizade entre os agricultores? Quais as práticas que

sustentam a relação entre os mediadores e as famílias associadas? Como símbolos e rotinas colocam os atores em relação? Qual é a base da confiança no circuito?” (p. 173).

Foram realizadas junto ao Cresol Central SC/RS (Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária) procedimentos que definiram o *corpus* da pesquisa cerca de 25 entrevistas semiestruturadas e registros coletados em assembleias gerais desse sistema, as informações levantadas passaram por análise de conteúdo segundo Bardin (2011).

Crédito, circuitos econômicos e intimidade

Este estudo defende a ideia de que “as políticas públicas criam novos mercados caracterizados por transações econômicas específicas” (p. 174). A concepção de mercado a que se refere Jandir Pauli e Cinara Rosenfield, autores desse artigo, diz respeito não a uma concepção globalizante, mas apoiados nas ideias de Weber (2000) consideram como mercado o resultado das trocas ocorridas a partir da transação econômica de crédito envolvidas na agricultura familiar.

Essa pesquisa trabalhou com a definição de Zelizer (2003) sobre dinheiro que o compreende além da classificação como “dinheiro de mercado”, mas sim como “dinheiros especiais” que estabelecem trocas, classificam as relações sociais, são instrumentos para melhoria de posição econômica e criam rituais. Nesta perspectiva o dinheiro não é neutro, não é um “solvente devastador” nos relacionamentos, e está enraizado nas relações sociais.

Dito de outra maneira, neste estudo o crédito é considerado como um tipo de dinheiro que insere as famílias no contexto de mercado e influencia as relações sociais por onde o crédito circula. Essas relações sociais se estabelecem entre os agentes de crédito e o agricultor familiar, pelas práticas envolvidas nesse processo como as formas de pagamento, monitoramento da utilização dos recursos financeiros e rotinas estabelecidas. Combinações e certos cruzamentos entre intimidade e economia geram combinações entre as pessoas e definem o tipo de relação, a adoção de práticas e rituais para esse ajuste na intimidade e na transação econômica.

Mediadores e gestão de crédito

O artigo apresenta a proposta de Zald (1999) sobre o que nomeou como *frames* traduzidos como “marcos interpretativos”, e estes podem ser definidos como a articulação entre a “ideologia dos movimentos sociais e a dimensão cognitiva de seus integrantes”. Segundo Zald (1999) a relação entre os movimentos sociais, os marcos interpretativos e a sociedade em geral é fortemente influenciadas pela “construção cultural de repertórios de argumentos e os marcos nos quais se enquadram, criação de ‘marcos interpretativos’ como atividade estratégica dos movimentos, processos competitivos que resultam na escolha de um marco interpretativo dominante, difusão dos marcos por meios de comunicação, especialmente de massa, e o confronto entre as oportunidades políticas e a mobilização para dar forma ao resultado das lutas entre os diferentes marcos” (p. 176), neste sentido considera-se a cultura como facilitadora do processo de encaixe desses marcos interpretativos.

Esses conceitos são referência para considerar os mediadores como responsáveis “pela elaboração, articulação e proposição de referenciais que buscam definir, justificar e legitimar as práticas sociais como

circuitos econômicos” (p. 177), mas os mediadores também são influenciados pelos valores e visão de mundo dos agricultores, princípios esses que são constantemente renovados e institucionalizados.

Jandir Pauli e Cinara Rosenfield, autores desse artigo, justificam seu argumento sobre a importância de se conhecer as relações de intimidade com os agricultores, considerando-a como uma estratégia para o fortalecimento de políticas públicas e sucesso do sistema de crédito. Consideram neste artigo o sistema de crédito como um circuito econômico.

A ação dos mediadores contribui para gerar uma rede de significados que envolvem questões políticas, culturais, econômicas e afetivas. **Políticas** pela simetria nas relações de poder, e aproximação com a vida do agricultor; **culturais** na medida em que se valoriza a cooperação, a ajuda mútua e a importância da família; **econômicas** pelo acompanhamento técnico, facilidade na obtenção de crédito a juros baixos facilitando a produção agrícola e consumo; e **afetivas** como possibilidade de gerar valores como a reciprocidade, confiança, amizade, cuidado e zelo.

O crédito é um articulador entre o que é considerado como instrumental/racional e o que pertence a esfera de valores demarcando limites entre transações econômicas e não econômicas.

Método

O método utilizado neste artigo foi a análise qualitativa, o *corpus* da pesquisa foi constituído por 25 entrevistas semiestruturadas e registros de encontros e assembleias gerais do Sistema Cresol SC/RS. A coleta de dados ocorreu em 2 assembleias anuais, 2 seminários de planejamento estratégico, 1 oficina de formação e nas rotinas diárias de funcionamento das cooperativas.

A escolha dos entrevistados foi realizada por conveniência e as entrevistas ocorreram nas cooperativas, nos encontros de formação (não especifica o local) e nas propriedades dos agricultores; e estes foram divididos em dois grupos. O primeiro grupo com 17 mediadores (9 diretores, 3 assessores de formação, 5 técnicos), o segundo grupo por 8 agricultores associados em diferentes cooperativas.

A análise de conteúdo se baseou no trabalho de Bardin (2011) que classificou os dados coletados a partir de entrevistas e observações qualitativas, e analisou a presença ou ausência de determinados temas.

A ação dos mediadores no Circuito Cresol

A análise das entrevistas e das observações demonstraram que a ação dos mediadores se orienta tanto para a articulação entre a racionalidade instrumental e os valores dos agricultores, quanto para valer-se da intimidade a fim de organizar estratégias organizacionais do sistema de crédito.

Racionalidade instrumental, valores e significado do crédito

A análise de dados mostrou que na aproximação dos mediadores com os agricultores familiares permitiu estabelecer relações de intimidade para “demarcar o significado e a finalidade da utilização do crédito” (p. 179) gerando relação de confiança, quebrando um paradigma entre dois mundos distintos “a racionalidade econômica e o universo de valores”.

Em outros termos, são as relações de intimidade que permitem a marcação do dinheiro oriundo do crédito e a consequência política desta marcação é um ganho institucional bastante significativo, uma vez que constitui a Cresol Central SC/RS como ‘diferente’ das outras instituições financeiras. (Pauli & Rosenfield; 2016, p. 180)

Intimidade, intersecções e consolidação do sistema

De maneira geral, as relações de crédito formalizam uma relação assimétrica entre quem concede o crédito e quem se beneficia dele. Inúmeras informações pessoais e justificativas são necessárias para se conceder o crédito, o compromisso da dívida e a produção de confiança geram uma aproximação entre o agricultor e um grupo social restrito como a cooperativa de crédito, e nesse processo são trocadas informações que antes pertenciam exclusivamente ao núcleo familiar.

Os laços de proximidade, confiança e amizade estabelecidos entre os agricultores e os técnicos e diretores da cooperativa promovem uma vinculação institucional que permite converter transações econômicas em intimidade, onde as transferências financeiras fortalecem a relação social.

Leitura crítica:

Este é um estudo sobre a relação entre intimidade e sistema de crédito/economia/fortalecimento de políticas públicas, ou seja, o estudo de intimidade aparece atrelado a economia/transações econômicas.

O artigo evidencia a importância da intimidade na relação entre os mediadores e os agricultores para a manutenção e sucesso do sistema de crédito e de políticas públicas.

O local considerado nesse processo são as cooperativas de crédito, nos encontros de formação (não especifica o local) e nas propriedades dos agricultores.

A privacidade não aparece neste artigo.

O argumento defendido é que a intimidade pode ser considerada como um recurso que possibilita transações econômicas.

A intimidade discutida no artigo aparece entre os agricultores, técnicos, mediadores e diretores da cooperativa de crédito.

A categoria deste artigo no presente estudo é **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 31

As formas de manifestação da privacidade nos três espíritos do capitalismo:
da **intimidade** burguesa ao exibicionismo de si nas redes sociais.

Thibes, M. Z.

Este artigo, de autoria de Mariana Zanata Thibes, publicado na revista Sociologias, propõe uma crítica à ideia de que a perda da privacidade se deve às inovações tecnológicas. A autora não nega que exista uma grande influência dessas tecnologias, no entanto, afirma que isso é resultado de um processo social anterior e mais amplo.

Ancora seu argumento no conceito de “espírito do capitalismo” de Max Weber (1904) que compreende a era capitalista moderna como “conduta de vida” vivenciada pelas pessoas. A autora adverte sobre o cuidado necessário ao se utilizar um conceito “histórico-desenvolvimental” nos dias atuais e se inspira nas ideias de Boltanski e Chiapello (2009) sobre as “práticas-capitalistas” para além das motivações individuais, tendo em vista que esta motivação refere-se a ideia de bem comum e de coletividade. Dito de outra maneira, destaca as transformações dos sentidos da vida privada ao longo do tempo.

O primeiro espírito do capitalismo baseia-se no capitalismo industrial europeu na França e Inglaterra, o segundo espírito se fundamenta nas “transformações da sociedade norte-americana”, e o terceiro espírito numa sociedade mais globalizada sem localização geográfica específica.

A autora considera que em 1890 nos Estados Unidos dois juristas Samuel Warren e Louis Brandeis instituíram com suas decisões o direito de privacidade moderno. Por meio do reconhecimento da “natureza espiritual do homem, de seu intelecto e seus sentimentos”, “dos novos negócios e técnicas”, ampliou-se a noção de propriedade de bens até então considerados como tangíveis e intangíveis para uma preocupação com a vida privada. Os juristas defenderam a ideia que diferenciava uma casa enquanto propriedade do indivíduo e a casa tida como “lar” pertencente a esfera doméstica, local de acolhimento para um outro tipo de existência diferente da exercida num espaço público.

A privacidade passou a ser considerada tanto no sentido de “propriedade tradicional do indivíduo sobre a casa e a personalidade”, quanto no sentido de proteção contra invasão do mundo de fora. Foi desta necessidade cada vez mais presente que surgiu a noção de intimidade burguesa.

Primeiro Espírito do Capitalismo

A casa do Século XVIII na Europa, segundo Rybczynski (1987), era principalmente um espaço destinado ao trabalho e de grande circulação de pessoas. No Século XIX a população mais pobre morava em um único cômodo e tudo era realizado naquele espaço, como urinar, banhar-se, defecar, copular (Stone, 1991). Nessa época duas fortes mudanças sociais ocorreram; a valorização da família, fruto da moral e ética protestante, e a transferência do trabalho até então realizado dentro de casa para centros corporativos de larga escala (Zaretsky, 1976). Esses movimentos e o desenvolvimento do capitalismo ocidental na Europa, marcaram consideravelmente a divisão entre o público espaço do trabalho, e o privado, representado pela vida familiar. Com a família sendo considerada como algo sagrado e o lar tido como um refúgio, inicia-se

a busca da autorrealização e autoconhecimento, acentua-se a necessidade da preservação da intimidade dos casais, de espaços para ficar consigo mesmo, dos diários da vida íntima, e da criação de álbuns de fotografias, enfim, todo e qualquer movimento que reafirma a “identidade individual”. A intimidade, segundo a autora, decorre desses movimentos.

O homem ideal nesta época é representado pela figura do “burguês empreendedor, aventureiro e disposto a assumir riscos” na esfera pública, no refúgio do lar ele tem apreço à família, aos valores morais e éticos.

Segundo Espírito do Capitalismo

No final do Século XIX e início do XX, os Estados Unidos da América passou a ser o representante das grandes corporações, de uma sociedade consumista, do modelo de gestão empresarial. O ideal de homem é o “empregado, o burocrata que se submete às regras da organização”, não mais o “burguês proprietário”. O salário é a nova “propriedade privada” transformada pela exigência do consumo de mercadorias, sejam essas roupas, comida, eletrodomésticos, ou casa própria.

Segundo a autora a vida privada se rendeu à lógica mercantil, se no primeiro espírito do capitalismo existia uma forte tendência à proteção da vida privada, no segundo a necessidade de consumir invade o espaço do lar.

Terceiro Espírito do Capitalismo

Esta fase é marcada pela mudança arquitetônica na paisagem das cidades, o aumento das distâncias entre os grandes centros empresariais e a casa, transformam a paisagem nos bairros, restringem os moradores atrás de grandes muros de separação demarcando o público e o privado, e dificultam a convivência entre as pessoas.

No espaço do trabalho, ao contrário, criam-se espaços de convivência que promovem a aproximação e as relações pessoais passam a ser incentivadas, a nova gestão empresarial aproxima “líderes e subordinados”, traz para a empresa a linguagem terapêutica dando atenção a vida emocional e a gestão de conflitos como um recurso para aumentar a produtividade.

A vida privada no Capitalismo Conexionalista

Segundo Boltanski e Chiapello (2009) a crise de 1968 na França reivindicava mais liberdade em relação a rigidez hierárquica da sociedade como um todo, a melhoria do salário e das condições de trabalho, a exploração do trabalhador movida pela intensa cobrança de produtividade, a frieza e impessoalidade das empresas em relação aos funcionários, a perda da autonomia do trabalhador e o autoritarismo nas empresas corroboram para o nascimento do Capitalismo Conexionalista.

Na década de 90, segundo Budgen (2000) a hierarquia e o autoritarismo nas empresas dão lugar a uma nova filosofia de gerenciamento de pessoas a avaliação pessoal de desempenho e produtividade que enaltecem e dependem diretamente das qualidades pessoais dos funcionários, como a capacidade de liderança e de suportar pressão, equilíbrio psicológico, flexibilidade e pró-atividade. Tais habilidades geraram um novo repertório na linguagem, atitudes e posicionamentos que extrapolaram o contexto profissional, instituíram uma mudança significativa em relação a noção de propriedade e poder, uma

“locação ou disponibilidade plena, mas temporária”. Surge então a figura do colaborador, aquele que “toma as coisas como empréstimo, onde o bem maior passa a ser a informação, e o homem é considerado como “produto de seu próprio trabalho sobre si mesmo” (Boltanski; Chiapello, 2009).

Inicia-se uma nova era com o surgimento de indústrias de autoimagem como a estética, moda, *coaching*; para “colaborar” com essa responsabilidade de cuidar desse novo produto o “si mesmo”, e onde a vida privada é moldada pelo mundo do trabalho e da lógica mercantil.

Segundo a autora, a vida privada passa a ser comercializada e perde a proteção contra aquilo que separava até então o público do privado, na medida em que é necessário desenvolver e cultivar as boas qualidades individuais, manter uma boa imagem, boas conexões e ampliar sua rede social.

As redes sociais passam a ser “vitrine” nesse novo momento, exibem as características corretas, as histórias de sucesso, que podem ajudar a ampliar conexões e a obter o almejado reconhecimento público. Ser bem-sucedido dependerá exclusivamente da propaganda ideal de si mesmo com o objetivo maior de aumentar a rede de contatos e de amigos.

O Capitalismo Conexcionista oferece uma dupla vantagem na exibição da vida privada nas redes sociais, de um lado gera reconhecimento e vantagens ao “bom” indivíduo, ganhos financeiros, profissionais e sociais e de outro lado proporciona informações que aceleram novos negócios onde a informação dos dados pessoais é o bem maior das empresas de tecnologia e *marketing*.

Portanto, argumenta a autora, se antes a privacidade estava vinculada a noção de propriedade do indivíduo, onde tudo o que era considerado como privado estava protegido contra as intromissões externas, no Capitalismo Conexcionista a propriedade é reduzida para os atributos pessoais, patrimônio individual conquistado no dia a dia, mas que precisa ser exibida e reconhecida por um grande público.

Leitura crítica:

Este artigo apresenta uma visão sócio-histórica da noção de privacidade; as transformações sociais ao longo do tempo definiam privacidade como propriedade do indivíduo, bem maior que deveria ser protegido do público, e neste contexto a intimidade é considerada pela autora como uma consequência da privacidade.

Não trabalha a relação entre a privacidade e a intimidade.

A intimidade se dá na casa enquanto propriedade e no lar lugar de refúgio.

As relações apresentadas no artigo onde se vivencia a intimidade são as de convívio familiar e a intimidade do casal.

A categoria deste artigo no presente estudo é **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 32

Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube

Lana, L. C. de C.

Este artigo, de autoria de Ligia C. de Cerqueira Lana, publicado na revista *Cadernos de Pesquisa*, discute as questões em torno dos papéis sociais femininos divulgados em *vlogs* produzidos por mulheres no YouTube, o conceito da televisão da intimidade, a partir da análise do canal Flavia Calina.

Flavia Calina é uma *vlogueira* de sucesso com milhares de seguidoras com um salário mensal de aproximadamente U\$ 60.000. Suas postagens correspondem a um *reality show* de sua vida dos mais variados temas como dicas de maquiagem, produtos de beleza, a dificuldade de engravidar, o processo que viveu na fertilização *in vitro*, o parto de seu filho, sua vida familiar, uma série com 30 coisas para fazer antes de chegar aos 30 anos, o conteúdo de sua geladeira e até o rompimento da bolsa prestes a entrar em trabalho de parto. Na apresentação de seu canal encontra-se um texto de apresentação que sugere que seus vídeos são mais que um *reality show*, mas sim educativos. Os vídeos têm duração de aproximadamente 15 minutos e são filmados e editados por ela mesma ou por seu marido.

Várias cenas de filmagens ocorrem na cozinha da casa da *vlogueira*, dirigindo o carro, no supermercado, com amigos em volta da mesa de jantar, cenas de sua casa vazia, no aniversário da filha, a própria festa e o dia seguinte a ela.

Segundo Ligia C. de Cerqueira Lana, existe uma sequência lógica seriada “composta por unidades narrativas independentes que se sequenciam ao longo dos episódios”, sempre incentivando a curiosidade para que se assista aos próximos capítulos.

A relação com as pessoas que acompanham seu canal é bem próxima, após exibição de um vídeo existem comentários de seus assinantes que vão desde o desenvolvimento do crescimento de sua filha até comentários sobre o gato de estimação da protagonista que estava doente.

A autora do artigo compara a vida do personagem Truman Burbank no filme “O show de Truman” com a da *vlogueira* quando esta declarou em seu canal dificuldade financeira para o procedimento médico de fertilização *in vitro* e suas fãs criaram uma campanha via internet chamada de “Vaquinha Inseminação Flavia Calina”. Quando soube dessa ação Flavia sugeriu que a arrecadação fosse doada para uma instituição de caridade, e a “vaquinha” passou a ser denominada como “Um presente da família Calina”.

Os vídeos postados são linguagens seriadas que enfatizam a vida cotidiana e a intimidade da protagonista, um tipo de “*video diary*” muito comum nos Estados Unidos desde 2005 a partir da criação do YouTube.

Segundo a autora do artigo numa análise geral dos vídeos postados por Flavia Calina em relação aos seus papéis sociais, ela aparece como mãe e incentivadora do Método Montessori para educação de seus filhos, como dona de casa, como esposa, como consumidora e como *vlogger*.

A dedicação de Flavia Calina como *vlogueira* sugere que para ela isso é uma profissão na qual seus conhecimentos favorecem uma troca financeira, ao mesmo tempo enquanto exhibe sua vida doméstica

ela parece ser uma dona de casa tradicional de classe média cumprindo atividades relacionadas aos papéis femininos da vida privada o que segundo a autora do artigo é uma contradição ao mesmo tempo, também é, uma mulher profissionalmente bem sucedida que exerce integralmente as tarefas domésticas.

Segundo Theresa Senft (2008) nos anos 90 surgiram as primeiras transmissões de vídeos caseiros por pessoas comuns na internet; inicialmente a maioria era criado por mulheres e gays, e as câmeras eram adaptadas aos próprios computadores. Esse movimento passou a ser chamado de *homecamming* ou filmagens domésticas, em seus estudos Senft (2008) identificou cinco tipos de *homecamming*: vida real (*real life*), artística (*art-cam*), pornô (*porn-cam*), grupo de casa (*group house cam*) e comunitária (*community*).

Influenciado por esse movimento da *homecamming* se propagava a ideia de representar a realidade da vida como ela é, uma vez que nesse gênero de filmagem não se manipula a narrativa exibida, e segundo Dominique Mehl (1996) a televisão também passou a se interessar pelo cotidiano da vida de pessoas comuns que eram convidadas a falarem de sua vida privada e experiências íntimas, sendo denominada como a “televisão da intimidade”.

A TV intimidade também explora os problemas de personagens-vítimas que ao compartilharem seus problemas emocionam o público, surgindo a era de uma televisão assistencialista. Outros gêneros da TV da intimidade surgem nesta época como a televisão identitária, a relacional e a competitiva que abordam o vivido, a intimidade e os indivíduos comuns.

Segundo Beatriz Sarlo (2000, p. 75), “a verdade da televisão está na gravação ao vivo transmitida ao vivo ... as coisas parecem sempre mais verdadeiras e mais simples”.

A televisão dos anos 90 construiu a “ilusão do acesso a vida real e à verdade” como foi o caso do *happening* em que se busca criar a realidade televisiva.

Umberto Eco (1984, p. 188) diz que “Não está mais em questão a verdade do enunciado, isto é, a aderência entre o enunciado e o fato, mas a verdade da enunciação que diz respeito à cota de realidade daquilo que aconteceu no vídeo”, uma vez que continuavam sobre a influência da mediação das câmeras, dos enquadramentos, e da limitação do tempo, ou seja, as imagens verdadeiramente reais, se exibidas, não seriam compreensíveis.

A partir dos anos 2000 com as inovações tecnológicas como computadores, câmeras, aplicativos e conexão digital, mais pessoas passaram a divulgar seus vídeos como técnicas de maquiagem, compras em *shopping*, vídeos humorísticos, e até mesmo dificuldades emocionais. Os vídeos na era do YouTube passaram a reproduzir a linguagem televisiva como os *vlog*, diário pessoal, dramas e histórias pessoais.

O argumento defendido pela autora do artigo também está pautado numa certa ambivalência que envolve a protagonista principal de seu trabalho Flavia Calina, na medida em que esta se apresenta como uma mulher moderna e ao mesmo tempo tradicional, a profissional bem-sucedida e a dona de casa simultaneamente e esta contradição não representa conflito.

Desde muito tempo atrás, as tarefas domésticas eram tidas como uma imposição e sobrecarga imposta as mulheres, Betty Friedan (1971) escreveu sobre a mística feminina onde criticou a associação entre o trabalho doméstico como realização da mulher. E isso reforça o argumento defendido pela autora do artigo, uma vez que nos vídeos em questão a protagonista concilia os afazeres domésticos, papel de dona de casa e *vlogueira* profissional de sucesso.

Desde os anos 80 o melodrama fez enorme sucesso em muitos lugares no mundo onde havia necessidade de dar visibilidade à personagens femininos fortes que conseguiam manter e conciliar sua carreira com as tarefas domésticas. O seriado brasileiro *Malu Mulher* da década de 80 criado pela Rede Globo é um exemplo desse movimento, a personagem principal a Malu é uma socióloga de classe média de São Paulo, separada e com uma filha, e que vivia todas essas contradições envolvidas na luta por sua independência, o trabalho profissional e o doméstico, dificuldades no relacionamento com a filha, e sua sexualidade.

Heloisa Buarque de Almeida (2014) ao analisar esse seriado considera a personagem principal Malu uma heroína feminista, uma vez que as mensagens e questionamentos da personagem atravessavam a pauta feminista como a importância da própria independência, de ser dona do próprio corpo e do seu prazer, explorando as dificuldades das mulheres na desigualdade de gênero.

No entanto, Flavia Calina não é considerada em seus vídeos como uma “heroína feminista”; esse termo foi cunhado pela autora Charlotte Brunsdon (1995) ao pesquisar estudos anglo-saxões feministas de telenovela. Também não é uma heroína melodramática preocupada com conflitos de personalidade, não tem problemas em seu relacionamento afetivo, não se coloca como vítima diante dos desafios da vida, não sofre com o excesso de trabalho, seus vídeos não polarizam uma disputa entre o bem e o mal, ou de vítima e opressor (Brooks, P., 1995). Decididamente ela não é uma mulher problemática, demonstra conhecimentos e habilidades para lidar com a tecnologia da informação e a linguagem televisiva em prol da popularidade na exibição da vida de uma família brasileira nos Estados Unidos. Não se pode dizer que esse gênero é um *reality show* como os exibidos pela televisão, na medida em que nesses existem a manipulação empresarial e industrial, a justificativa no artigo para essa consideração baseia-se no fato de que ela mesma, a protagonista é quem controla o que será exibido.

As edições da filmagem sendo controladas por Flavia Calina supostamente são tidas como representação genuína e autêntica da sua vida, alega ter autonomia para a preservação do que considera primordial em seu trabalho “servir o seu público com informações”. Acredita que ao controlar essas edições, mantém as rédeas da própria vida, o que segundo a autora do artigo representa um sentido midiático de pós-feminismo.

Como defende Wendy Brown (2005) “o contexto pós-colonial e o interesse da cultura pop pelo feminismo fizeram com que a reflexão sobre gênero se reposicionasse”, tendo em vista indagações sobre a própria política feminista e pela complexidade de suas reivindicações.

Segundo Angela McRobbie (2009) a partir dos anos 90 a mídia dá mais visibilidade a pauta feminista, surge um feminismo renovado como o *power feminism* e o *girl power* que vendem a ideia de que o feminismo deu certo, mas desconsiderando a desigualdade de gênero.

O pós-feminino para Stephanie Genz e Benjamin Brabon (2009) e Freire Filho (2007) reafirma o empoderamento feminino, a autonomia e a força da mulher. No entanto, para a pesquisadora Rosalina Gill (2007) o pós-feminismo é contraditório, complexo e dificulta uma “agenda única para alcançar a justiça”, construído pelos meios de comunicação, por uma cultura de consumo, pela política neoliberal da pós-modernidade e pelos discursos feministas.

Na visão da autora do artigo, a celebração do poder é uma pauta em comum no pós-feminismo, não mais em nome de uma coletividade, mas em cima de uma individualidade que incita as mulheres a

manterem-se fortes. Já as representações do feminismo na mídia enfatizam a busca de felicidade a partir da própria capacidade individual sem considerar a desigualdade de gênero. McRobbie (2009) faz uma crítica a Anthony Giddens e Ulrich Beck ao sugerir que a cultura popular explora uma outra versão do sucesso feminino onde o “poder e decisão substituem o feminismo como reivindicação política”.

No trabalho de Flavia Calina sua vida íntima é bem explorada, mas a vida sexual é preservada, a intimidade da vida familiar está em alta neste contexto com a intenção de que conseguir credibilidade e oferta de informações educativas. Outra intenção explícita é se tornar uma celebridade.

A autora do artigo argumenta que o “sucesso feminino sugere um feminismo superado”, pois se constrói a ideia de que as mulheres são livres para fazerem o que quiserem, e as celebridades femininas tornam-se “exemplos de uma vida neoliberal bem-sucedida” sustentada pela liberdade individual e pelo sucesso da visibilidade. No entanto, essa almejada visibilidade não garante a igualdade de gênero, como alerta Josep Esquirol (2008) uma vez que ser famoso não necessariamente inspira respeito, admiração ou reconhecimento.

No pós-feminismo, segundo este artigo, “o heroísmo das celebridades femininas é híbrido e contraditório” e suas variações dependem do mercado da visibilidade. Neste sentido, Flavia Calina pode ser considerada como uma heroína pós-feminista admirada e seguida por milhares de mulheres que buscam empoderamento por suas histórias de vida expostas no YouTube.

Leitura crítica:

A intimidade explorada no artigo retrata a da vida familiar de Flavia Calina, ou seja, tudo o que diz respeito ao dia a dia, e acontecem na cozinha da casa, dirigindo o carro, no supermercado, com amigos em volta da mesa de jantar, cenas de sua casa vazia, no aniversário da filha, a própria festa e o dia seguinte a ela, ou seja, a intimidade não acontece num local específico, mas enfatiza-se a vida no cotidiano.

A intenção da *vlogueira* nessa exposição é passar credibilidade e oferecer informações educativas, mas outro objetivo mais explícito é se tornar uma celebridade, ou seja, seu empenho é promover a visibilidade de sua vida cotidiana.

O artigo explora a intimidade da protagonista na relação com seu público, a intimidade de pessoas comuns que se expõem na TV da intimidade. A TV intimidade explora a intimidade em vários aspectos com a promessa de retratar a verdade sobre a vida, incentivar a competição entre as pessoas envolvidas, emocionar a audiência, promover o assistencialismo, dar voz à vida das mulheres, reafirmar o direito de ser gay e viver sua sexualidade como desejar, desmistificar o sexo e a masturbação.

O argumento defendido pela autora do artigo é que Flavia Calina pode ser considerada como uma heroína pós-feminista tanto por conciliar sua vida em família com o sucesso profissional e independência financeira, quanto por representar um novo tipo de empoderamento feminino por meio da exibição de sua intimidade e escolhas de vida.

Na minha maneira de entender não considero Flavia Calina como uma heroína pós-feminista. Se for considerada heroína por conciliar o trabalho doméstico e a ascensão profissional, outras tantas mulheres merecem esse reconhecimento, mas essa não é uma pauta feminista, não é por isso que o feminismo luta, me parece que o argumento da autora se baseia num posicionamento defendido pelo patriarcalismo e pelo capitalismo que exige da mulher ser bem sucedida em ambas as esferas a pública e a privada. Outro ponto

que destaque é que a *vlogueira* não tem um posicionamento político feminista, e sim defende a popularidade individual, seu próprio reconhecimento e sucesso financeiro.

A categoria deste artigo no presente estudo é **Exposição e Mercantilização da Intimidade**.

APÊNDICE C.3 - Artigos classificados como Exposição e Mercantilização da Intimidade

LEITURA CRÍTICA - ARTIGO SCIELO 33

Notas sobre diários de escritores.

Giordano, A.

Este artigo, de autoria de Alberto Giordano, publicado na revista Alea, discute a prática do diário pessoal do escritor a partir do registro da literatura, da vida e da vida literária do autor, busca compreender o sentido e as funções ao se escrever um diário quando também se escreve literatura. O interesse do autor recai sobre a dimensão performativa do ato de escrever a própria vida e suas respectivas transformações nessa escrita.

Um diário é uma memória de experiências pessoais que projeta na esfera pública o que brota do privado, anotações circunstanciais da recordação de uma cena que podem manifestar as experiências íntimas quase que imperceptivelmente. O autor recorre ao pensamento do filósofo espanhol José Luis Pardo ao afirmar que o gênero autobiográfico é uma experiência íntima, secreta e intransferível, em que apenas um relato pessoal pode capturar a força que move um sujeito a escrever. A expressão do íntimo dependerá do efeito de autenticidade de uma escrita autobiográfica, para além de sua verdade documental ou do que as palavras dizem.

Escrever sobre a própria vida é uma maneira de vive-la, não se escreve por uma necessidade literária, mas sim pela necessidade de expressar-se (Zambrano, 1995). No entanto, vale a pena diferenciar uma escrita autobiográfica de uma confissão; esta última utiliza as palavras para o encontro da vida e da verdade de si mesmo com o objetivo da transformação de quem se confessa, enquanto na escrita autobiográfica os sujeitos se desdobram em um outro sem deixar de ser a si mesmos, continuam a ser verdadeiros, mas absolutamente sujeitos ao indeterminado e ao inesperado. No diário do escritor se manifesta tanto a ética quanto a estética por conta dessa descontinuidade e fragmentação.

Segundo o autor do artigo, cada gênero autobiográfico propõe uma determinada imagem de vida, uma maneira de implicar o leitor por meio da identificação do que se apresenta nessa imagem, como é o caso do relato de seu Facebook entre novembro de 2014 a dezembro de 2015, quando depois de assistir a uma entrevista de Francis Bacon no YouTube, percebe que o registro e a narração de uma vida só podem transmitir a existência de alguma coisa viva e pulsante.

A prática do diário íntimo é um exame de autoconsciência e um exercício da verdade e de seu aprendizado como um sujeito moral, quase transformando seu diário em um “caderno de debilidades” (Tolstói, 2002).

O artigo cita outro autor, Julio Ramón Ribeyro, em uma nota de prefácio da *La tentación del fracaso* que desde sua adolescência cultiva o prazer de ler diários a ponto de colecioná-los das mais diferentes pessoas.

No ato de ler diários o que atrai ao autor deste artigo é o modo de exclusão do privado e suas inclinações íntimas que definem a ética existencial, a literatura e a vida literária. Na literatura o que se busca nesse relato diário é o modo de conservar o imaginário com sua história e taxonomia, com as condições culturais da escrita, os debates internos que se confrontam com valores antagônicos. Se pode

compreender a pulsação da vida a continuidade dos impulsos de sobrevivência que se expandem e contraem no corpo por escrito. O registro da vida literária, pública e privada é o primeiro feito que libera um escritor, quando ele expõe as desarticulações do domínio institucional, ele se individualiza em termos sociológicos, formais e nas inclinações afetivas.

Alberto Giordano, autor deste artigo, cunhou o termo diário do escritor e o define como o registro do privado e do público, uma reflexão sobre as condições do encontro de notação da vida, uma reflexão diarista que situa o ponto de vista literário. Algumas questões retóricas se fazem presentes: Como nomear algumas nuances? Como fixar algo circunstancial? Como definir essa prática, uma disciplina, uma paixão ou uma mania?

Como aponta Ribeyro existe um conflito entre a obra diário que acontece em quase todos os escritores-diaristas, o desejo injustificado de transportar o diário e não desperdiçar o tempo e as forças que deveriam dedicar a obra, mas para esse autor o diário é parte da obra de um escritor.

Elias Canetti (1994) questiona esse gênero de escrita ao indagar que sentido tem escrever um diário para uma pessoa que de qualquer modo escreve bastante? Manter esse questionamento vivo é o principal exercício para manter viva a curiosidade.

Barthes (1986) publicou “*Deliberación*” e transformou seu diário em uma obra literária, os escritores modernos para ele negavam o “eu” e resistiam em falar em primeira pessoa. Foi depois da morte de sua mãe que o diário serviu como um recurso para cuidar de sua dor.

Leitura crítica:

A relação entre privacidade e intimidade aparece no artigo quando o autor considera que um diário é uma tentativa de exposição do privado e do íntimo.

O argumento defendido pelo autor é um diário pode ser uma memória de experiências pessoais que projeta na esfera pública o que brota do privado, anotações circunstanciais da recordação de uma cena que podem manifestar as experiências íntimas quase que imperceptivelmente.

Este artigo ao destacar a importância do diário do escritor ultrapassa a barreira que separava a questão do privado e do público e não só nomeia um novo gênero literário como o entende ser este um recurso para lidar com o emocional.

Neste artigo, a intimidade retratada ocorre tanto na relação do escritor consigo mesmo, quanto com seu leitor.

A inserção linguística da intimidade localiza-a nas páginas de um diário.

A categoria deste artigo no presente estudo é de **Exposição e Mercantilização, e Experiência Intersubjetiva da Intimidade.**